

2º Ciclo  
SOCIOLOGIA

# A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português

André Costa Pina

**M**

2018



**André Costa Pina**

**A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido  
Comunista Português**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor  
José Virgílio Borges Pereira.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018



# A Federação Maximalista Portuguesa e a sociogénese do Partido Comunista Português

André Costa Pina

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia orientada pelo Professor Doutor  
Virgílio Borges Ferreira

## Membros do Júri

Professor Doutor Gaspar Martins Pereira  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Virgílio Borges Pereira  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

## Sumário

Declaração de honra .....	7
Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract .....	10
Índice de ilustrações.....	11
Índice de tabelas.....	12
Lista de abreviaturas e siglas.....	13
Introdução .....	14
A FMP e o PCP na literatura.....	15
Questões metodológicas.....	18
Capítulo 1 - Elementos da estrutura social à data da Implantação da República .....	24
1.1. A proletarização .....	28
1.2. As condições de vida do operariado.....	29
1.3. A política.....	31
1.4. A Consciência de classe .....	34
1.5. O sindicalismo revolucionário e o anarquismo .....	37
Capítulo 2. – As trajetórias da praxis: Carlos Rates e Manuel Ribeiro .....	43
2.1. Até ao batismo de sangue da República.....	45
2.1.1. O II Congresso Sindical (1911).....	49
2.1.2. Entre doutrinas: os trabalhadores rurais .....	51
2.2. O sindicalismo basta-se a si próprio.....	54
2.2.1. A propósito do congresso operário (1914).....	60
2.3. A crise no movimento operário.....	67
Capítulo 3. – Da Federação Maximalista Portuguesa até ao Partido Comunista .....	74
3.1. Perante o sidonismo .....	76
3.2. A receção de uma revolução .....	80
3.2.1. O prenúncio do maximalismo .....	85

3.3. Soviet de Propaganda Social .....	90
3.4. Os conselhos Maximalistas .....	97
3.4.1. A militância maximalista .....	105
3.5. A histeria bolchevista .....	107
3.6. (A) <i>Bandeira Vermelha</i> .....	114
3.6.1. Porque não serei eu bolchevista?.....	116
3.6.2. A Revolução Imediata .....	121
3.6.3. Porque não se forma um congresso comunista?.....	124
3.7. PCP: a génese da “Frente Única” .....	127
3.7.1. PSP e as internacionais.....	129
3.7.2. De novo em volta de Rates.....	132
3.7.3. As reuniões de dezembro .....	136
3.7.4. A génese do PCP.....	142
Considerações finais.....	151
Fontes e bibliografia.....	158
Anexos.....	168
Anexo 1: Cronologia das trajetórias de Carlos Rates até à fundação do PCP.....	169
Anexo 2: Cronologia das trajetórias de Manuel Ribeiro até à fundação do PCP.....	170
Anexo 3: Dados biográficos de Carlos Rates .....	171
Anexo 4: Dados biográficos de Manuel Ribeiro .....	175
Anexo 5: “Os nossos objetivos”, prefácio dos Estatutos da FMP (maio de 1919).....	178
Anexo 6: Lista parcial dos militantes da FMP (ordem alfabética).....	183
Anexo 7: Lista dos correspondentes do semanário <i>Bandeira Vermelha</i> (por distrito).....	186
Anexo 8: Lista dos militantes presentes nas reuniões para fundar o PCP (dezembro). .....	188
Anexo 9: Bases Orgânicas provisórias do PCP (24 de janeiro). .....	190

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 28/09/2018

André Costa Pina

## **Agradecimentos**

Ao Alexandre Samis pela partilha de livros e artigos referentes ao PCB, ao João Fraga pelos documentos que partilhou e pelas suas observações referentes às ideias de Malatesta e ao meu orientador por me guiar no sentido da análise sócio-histórica.

## **Resumo**

Ao aproximarmo-nos do centenário do Partido Comunista Português verifica-se que as suas origens se encontram cobertas por várias incógnitas. Pouco sabemos sobre os homens, bem como sobre a evolução ideológica das organizações que iriam fundar o partido com maior longevidade em Portugal. Nesse enquadramento, partindo da perspetiva crítica da sócio-história, vamos percorrer as várias dimensões e forças sociais que convergiram para a génese do PCP. Graças a uma extensa recolha de dados na imprensa periódica da época, procuramos entender as representações dos sujeitos, o impacto da Revolução Russa, a escala da organização maximalista (FMP) e os conflitos que estruturaram esta nova ramificação da esquerda revolucionária portuguesa, em oposição ao anarquismo.

**Palavras-chave:** Sócio-história, Federação Maximalista Portuguesa, Partido Comunista Português, Carlos Rates, Manuel Ribeiro.

## **Abstract**

While approaching the centenary of the Portuguese Communist Party (PCP) we verify that its origins are still covered in the obscure. We know very little about the men and the ideological development of the organizations that would found the party with the biggest longevity in Portugal. In this regard, starting from the critical perspective of socio-history, we will go through the various dimensions and social forces that converged in the genesis of the PCP. Thanks to an extensive data gathering in the periodical press, we will seek to understand the representations of the subjects, the impact of the Russian Revolution, the scale of the maximalist organization (FMP) and the conflicts that shaped this new ramification in the Portuguese revolutionary left, opposed to anarchism.

**Keywords:** Socio-history, Portuguese Maximalist Federation, Portuguese Communist Party, Manuel Ribeiro, Carlos Rates.

## Índice de ilustrações

Figura 1: Distribuição de configurações bolchevistas por Distrito (entre abril e agosto de 1919) .....100

Figura 2: Distribuição de configurações bolchevistas por Distrito (entre abril de 1919 e outubro de 1920) .....102

## **Índice de tabelas**

Tabela 1 - Comissão Executiva do “Soviet de Propaganda Social” (27 de abril) .....	91
Tabela 2 - Lista de configurações bolchevistas entre abril e agosto de 1919 .....	100
Tabela 3 - Lista de configurações bolchevistas entre abril de 1919 e outubro de 1920...	101

## **Lista de abreviaturas e siglas**

- AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores
- CECS – Comissão Executiva do Congresso Sindical
- CEIC – Comissão Executiva da Internacional Comunista
- CC – Conselho Comunista
- CEP – Corpo Expedicionário Português
- CGT – Confederação Geral do Trabalho
- CM – Conselho Maximalista
- CNT – Confederación Nacional del Trabajo
- FMP – Federação Maximalista Portuguesa
- FORA – Federación Obrera Regional Argentina
- IC – Internacional Comunista (Comintern)
- ISV – Internacional Sindical Vermelha (Profintern)
- PCB – Partido Comunista do Brasil
- PCP – Partido Comunista Português
- POSP – Partido dos Operários Socialistas Portugueses
- PSE – Polícia de Segurança do Estado
- PSP – Partido Socialista Português
- PRP – Partido Republicano Português
- SFIO – Secção Francesa da Internacional Operária
- U do PR – União do Proletariado Revolucionário
- UAC – União Anarquista-Comunista
- UON – União Operária Nacional

## Introdução

Os momentos de exaltação partidária, e as comemorações em torno dos marcos que transmitem a sua longevidade, tal como os centenários, ganham sentido por intermédio da “memória”. Halbwachs analisou esta noção na sua dimensão sociológica, numa perspetiva durkheimiana, procurando entender os meios indiretos através do qual os indivíduos se ligam entre si<sup>1</sup>. A memória apresenta-se, então, como uma expressão da solidariedade que liga os diferentes membros de um grupo<sup>2</sup>. Isto é, as memórias não são coisas exteriores aos indivíduos, abstratas, mas uma manifestação real do grupo que ganha vida através dos mesmos indivíduos<sup>3</sup>. Além disso, esta noção é um poderoso objeto de dominação, que permite que um pequeno número de indivíduos atue sobre as lembranças de terceiros<sup>4</sup>. Tal fenómeno encontra-se presente nas comemorações onde a memória, mais concretamente, neste caso, a memória da militância do partido comunista, se torna, invariavelmente, num processo seletivo. Processo esse que se baseia na exaltação de pessoas, de processos e de realizações, mas, também, na ocultação de acontecimentos e de quaisquer figuras que tornem incoerente um imperativo político do momento<sup>5</sup>. Desse modo, durante a celebração do quinquagenário do PCP, ainda durante o Estado Novo, em 1971, foram reforçados aspetos em torno do sacrifício dos seus militantes na clandestinidade:

Em março de 1971, completam-se 50 anos de vida do P.C.P.

Do que é o partido, do que se propõe, da sua estratégia e da sua tática, falam os Estatutos e o Programa do Partido: - Toda a atividade do P.C.P. é baseada na teoria do marxismo leninismo. [...] Do que é a vida, a abnegação, o espírito de sacrifício, a total devoção dos seus militantes à causa do povo português, da democracia e do socialismo, fala os tribunais e as cadeias políticas, falam os campos de concentração e os cemitérios, falam as estradas e as ruas de Portugal. [...] Comemorar 50 anos de um partido revolucionário, é reforçar,

---

<sup>1</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*. Paris: Éditions La Découverte, 2006, p. 27-29.

<sup>2</sup> Idem, p. 28.

<sup>3</sup> LAVABRE, Marie-Claire – *Le Fil Rouge. Sociologie de la mémoire communiste*. Paris: Presses de Sciences Po, 1994, p. 18-19.

<sup>4</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*, p. 28-29.

<sup>5</sup> Idem, p. 14.

consolidar e defender a sua organização, é fortalecer a sua unidade, é liga-lo mais às massas, é desenvolver a luta antifascista...<sup>6</sup>.

A memória manifesta-se, então, como uma forma específica de articular os acontecimentos que ocorreram no passado, de modo a reforçar uma identidade partidária<sup>7</sup>, assim como, a sua narrativa presente e futura. Esta noção é, também, indissociável do mito, visto que as relações entre militantes no seio do partido contribuem para que estes se tornem fragmentos que compõem uma mitologia partidária<sup>8</sup>.

Todavia, no sentido oposto ao da memória, encontra-se a ciência, como é o caso da História, que procura questionar a narrativa dominante sobre o passado, assim como, torná-la inteligível<sup>9</sup>. Não só a História, mas, também, ramificações que partiram da tradição sociológica e que permitem desmistificar a naturalização em torno dos fenómenos políticos, que continuam a afetar o presente. Nesse seguimento, a sociologia e a (sub)disciplina da sócio-história surgem como os veículos teóricos e metodológicos, por excelência, para tornar inteligível o nosso objeto de estudo - a génese do Partido Comunista Português.

## **A FMP e o PCP na literatura**

Em primeiro lugar, para enquadrar a génese do PCP na abordagem teórica e metodológica subjacente à investigação aqui desenvolvida, importa analisar o estado atual do conhecimento. Assim, torna-se possível compreender os significados atribuídos à génese do partido e à introdução do maximalismo em Portugal.

No que diz respeito à dimensão estritamente histórica deparamo-nos, em 1971, com dois estudos de José Pacheco Pereira<sup>10</sup> seguidos, respetivamente, de uma antologia de artigos do movimento operário. À data do quinquagenário do PCP, Pacheco Pereira entendia que as repercussões da revolução russa, no operariado português, eram profundamente complexas e rejeita a ideia de que o período grevista de 1917-1918 tenha

---

<sup>6</sup> Arquivo Distrital do Porto, Fundo de Mário Bastos Rodrigues, Folhetos Políticos, C/17/1/2-9.1.3.

<sup>7</sup> LAVABRE, Marie-Claire – *Le Fil Rouge. Sociologie de la mémoire communiste*, p. 16.

<sup>8</sup> Idem, p. 35.

<sup>9</sup> Idem, p. 16.

<sup>10</sup> Cf. PEREIRA, Pacheco – *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Edição de Autor, 1971; Cf. PEREIRA, Pacheco – *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918*. Porto: Portucalense Editora, 1971.

sido impulsionado pelos acontecimentos na Rússia<sup>11</sup>. Já nos anos 1980, Pacheco Pereira voltaria a abordar os trajetos de militância no seio do PCP, onde discutiu, aliás, a sua relação com a FMP<sup>12</sup> e, de seguida, publicaria um artigo na revista *História*<sup>13</sup> em que detalha o primeiro ano da vida do PCP.

Logo após o 25 de abril destacam-se os estudos percursos de César Oliveira<sup>14</sup> e João Quintela<sup>15</sup> que, em vez de aprofundarem as particularidades portuguesas no processo de adoção da ideia da revolução russa, procuraram, antes, apresentar um quadro geral e elucidativo desta história apagada pela ditadura.

No entanto, sem aprofundar, longamente, os estudos de índole sociológica<sup>16</sup> e de outras obras que nos permitiram penetrar no Portugal republicano<sup>17</sup>, devemos apresentar alguns estudos, da última década, que se debruçam sobre a génese do PCP. Em primeiro lugar, Pedro Soares Ferreira, na sua dissertação<sup>18</sup>, analisou o significado da revolução russa na sociedade portuguesa, passando pelo processo de formação da FMP e do PCP. Este estudo aglomerou as várias noções previamente estabelecidas nas últimas décadas, desde os anos 70, sobre o carácter residual e efémero da FMP e do bolchevismo, sem retirar das fontes primárias uma análise aprofundada sobre os atores e os acontecimentos. Em segundo lugar, na obra *História do PCP*, de João Madeira, que em poucas páginas tratou da génese, foi apresentado o argumento de que a FMP mostrava uma “fraca consistência

---

<sup>11</sup> PEREIRA, Pacheco – *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Edição de Autor, 1971, p. 7-8.

<sup>12</sup> PEREIRA, Pacheco – “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, p. 695-713.

<sup>13</sup> PEREIRA, José Pacheco – “O primeiro ano de vida do PCP”. In *História*, nº 47, setembro de 1982, p. 2-34.

<sup>14</sup> Cf. OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa: Seara Nova, 1975; OLIVEIRA, César – *O Operariado e a Primeira República 1910-1924*. Lisboa: Alfa, 1990.

<sup>15</sup> Cf. QUINTELA, João G. P. – *Para a História do movimento comunista em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1976.

<sup>16</sup> Referimo-nos às seguintes obras: Cf. CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979; Cf. FREIRE, João – *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.

<sup>17</sup> Além do estudo de Manuel Villaverde Cabral, devemos acentuar também as seguintes obras: Cf. MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985; OLIVEIRA, César – *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento, 1973; TELO, António José – “O sidonismo e o movimento operário português”. Lisboa: Ulmeiro, 1977; VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculos de Leitores, 1999; VENTURA, António – *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910-1914)*. Seara Nova: Lisboa.

<sup>18</sup> Cf. FERREIRA, Pedro Soares – *Entre o terror e a esperança: a revolução russa na sociedade portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.

ideológica [...] herdada do sindicalismo”, todavia, ainda assim, este autor reconhecia que “abriu no movimento operário um outro polo, que justamente afirmava a insuficiência da organização sindical...”<sup>19</sup>. Por último, consideramos a obra de Joana Dias Pereira que, ao contrário dos investigadores que desenvolveram trabalhos até à data da publicação da sua obra, foi capaz de penetrar nas doutrinas que regiam o movimento operário, desde o surgimento do *A Greve* até à cisão entre os anarquistas e os militantes bolchevizados, ao focar-se, principalmente, nas fontes primárias e nas representações dos próprios atores sociais. Nesse sentido, graças a esta última investigação, o antigo quadro homogéneo sobre o operariado “anarco-sindicalista”<sup>20</sup> diluiu-se num campo heterogéneo de doutrinas e disputas que envolviam uma panóplia de ideias, atores e empreendimentos políticos. Neste estudo, o sindicalismo revolucionário ressurgiu, assim, como a principal doutrina que dotou o operariado de uma consciência política durante o período que marcou a mudança de regime nos anos 10 do séc. XX. Mas, apesar do grande avanço que esta Dissertação representou no estudo das organizações revolucionárias na I República, este trabalho não procedeu ao aprofundamento do processo que constitui o ponto essencial do nosso estudo – a FMP e a génese do PCP.

De um modo geral, entre estas investigações, deparamo-nos com uma certa regularidade na lógica da argumentação que tenta explicar o processo de formação do PCP e o seu impacto na sociedade portuguesa. Por outras palavras, o período que marcou a absorção das ideias que moviam a revolução russa foi caracterizado, segundo as obras disponíveis, como um fenómeno residual envolto no “confusionismo” e na sombra do “anarco-sindicalismo”. Além disso, a generalidade dos autores, quando tentam questionar, à luz do séc. XXI, a validade da ideologia sindicalista e a incapacidade da FMP para mimetizar a experiência russa, transparecem juízos de valor desligados da conjuntura histórica e sociológica.

---

<sup>19</sup> MADEIRA, João – *História do PCP: das origens ao 25 de abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013, p. 18.

<sup>20</sup> A pertinência do termo “anarco-sindicalismo” para caracterizar o anarquismo português é discutida em várias partes ao longo desta dissertação, especialmente no Capítulo 1.5, onde distinguimos o anarco-sindicalismo do anarquismo comunista de inspiração malatestiana.

## Questões metodológicas

De modo a descodificar a génese do PCP partimos do pressuposto de que para restituir o seu significado, à época da sua fundação, devemos compreender as representações e a linguagem dos atores sociais, que se encontram no centro da ação. Para tal, não nos centramos em reproduzir a narrativa das anteriores investigações, mas, através da informação existente nas fontes primárias, procuramos tratar a evolução ideológica segundo as interpretações dos próprios atores em jogo.

Posto isto, para o nosso estudo pouco importa determinar a capacidade dos atores em mimetizar certas ideologias políticas, à luz daquilo que concebemos como sendo, hoje em dia, o marxismo-leninismo e o que foi o regime político da URSS. Assim, pretendemos analisar os revolucionários que iriam fundar o PCP segundo os princípios da neutralidade ética de Weber<sup>21</sup>. Isto é, edificamos o nosso quadro analítico a partir das ideias e das ações dos atores que se encontravam entre o enredo social, de modo a compreender a sua racionalidade e a consistência interna dos vetores que influíram na fundação do PCP<sup>22</sup>.

Esta posição é reforçada pelo facto de os atores se encontrarem, invariavelmente, em constante mutação, presos a uma *situação existencial*<sup>23</sup> que impulsiona “uma transformação das expectativas e das representações que os diferentes atores têm a respeito da situação”<sup>24</sup>. Nesse sentido, argumentamos que não é possível determinar a essência dos significados que os atores sociais, num dado momento, atribuem a significantes como bolchevismo, maximalismo, soviétismo, anarquismo, entre outros, que são estruturais para compreender o nosso objeto de estudo, sem primeiro descodificar as várias dimensões que compõem e, em certa medida, determinam a conjuntura da esquerda revolucionária. Rejeitamos, na medida do possível, qualquer anacronismo ao nível das ideias e das práticas dos atores sociais.

---

<sup>21</sup> WEBER, M. – *The Methodology of the Social Sciences*. Illinois: Free Press, 1949, p. 1-47.

<sup>22</sup> WEBER, M. – *The Methodology of the Social Sciences*. Illinois: Free Press, 1949, p. 24.

<sup>23</sup> Referimo-nos à noção de Goffman, citada por Dobry, ou seja, “as relações entre os atores e o ambiente”.: DOBRY, Michel – *Sociologia das Crises Políticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 32.

<sup>24</sup> Idem, p. 32.

Dessa maneira, a bagagem teórica da dissertação assentou nos pilares da sócio-história, que se caracteriza como a síntese entre o saber-fazer do historiador e a teoria sociológica, inserindo-se na dimensão social do passado, de maneira a desconstruir a reificação das entidades coletivas<sup>25</sup>. Nesta abordagem, onde um investigador geralmente privilegia a análise indutiva, o ponto de partida resulta de um longo processo de recolha de fontes primárias. Ao longo do seu trajeto, dependente dos caminhos impostos pelas fontes primárias, o passado é, então, reconstituído através do desenrolar dos acontecimentos<sup>26</sup>. Nesse sentido, o investigador poderá ser capaz de restaurar elementos esquecidos, apagados da memória, sobre os fenómenos em análise. Desta forma, transpondo estas considerações para o nosso estudo, a investigação aborda a génese do PCP enquanto uma entidade socialmente construída e determinada por uma conjuntura histórica. A análise assenta, então, em fontes primárias, de modo a restituir o mais finamente possível<sup>27</sup> os círculos onde os fundadores estiveram mais ativos<sup>28</sup>, os processos endógenos e exógenos que levaram à sua criação e, ainda, uma introdução às lutas que levaram à definição da organização<sup>29</sup>.

Além do que já referimos do ponto de vista sociológico, não nos ficamos apenas pelas observações de Noiriel. Do lado da Sociologia dos Partidos Políticos, podemos retirar a expressão “modelo originário” de Panebianco, ou seja, os fatores que caracterizam a organização e definem as suas características genéticas<sup>30</sup>. Não obstante,

---

<sup>25</sup> BUTON, François – “Portrait du politiste en socio-historien: la «socio-histoire» dans les sciences politiques”. In BUTON, F.; MARIOT, N. – *Pratiques et méthodes de la socio-histoire*, Paris: PUF, 2009, p. 23-44.

<sup>26</sup> BUTON, François; MARIOT, Nicolas – “Introduction. Surmonter la distance. Ce que la socio-histoire doit aux sciences sociales”. In BUTON, François; MARIOT, Nicolas - *Pratiques et méthodes de la socio-histoire*, Paris: PUF, 2009, p. 9-21.

<sup>27</sup> Idem, p. 10.

<sup>28</sup> Por processos endógenos referimo-nos às relações sociais subjacentes à fundação do PCP que espoletaram no seio da FMP, e por processos exógenos aqueles que ocorreram no PSP, entre os Empregados do Estado, entre outros organismos externos aos maximalistas.

<sup>29</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”. *Revue française de science politique*, vol. LXI, 2011/4, p. 634: Não podemos aprofundar as lutas que levaram à definição do PCP devido aos limites impostos pelo formato da Dissertação, já que esta discussão abrangia um período de tempo que vai muito para além do PCP de 1921.

<sup>30</sup> A influência das características originárias, segundo este autor, podem perdurar mesmo durante décadas: PANEBIANCO, Angelo – *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 92-99.

as críticas negativas de outros autores, listadas por Farello Lopes<sup>31</sup>, a adoção da noção de institucionalização de Panebianco oferece-nos uma bagagem analítica e objetiva, o que será precioso no estudo de uma estrutura partidária embrionária. Um contributo que terá uma maior utilidade no caso de nos apoiarmos, também, nas investigações mais recentes, como é o caso do estudo de Aït-Aoudia e Dézé<sup>32</sup>.

De acordo com as ferramentas e o método de investigação da sócio-história, pretendemos trilhar um novo caminho no estudo da génese do PCP, tomando por referência o contexto político, social e económico, que marcou o país até à data da implantação da República. A evolução intelectual dos seus fundadores, esquecidos pela memória, José Carlos Rates e Manuel Ribeiro é, também, um ponto importante da investigação, desde o momento de absorção das ideias da revolução, à consequente formação do Soviet de Propaganda e, por fim, a fundação do PCP. Por isso, perante este quadro, procuramos responder a uma série de questões que explicam o surgimento deste partido.

O primeiro capítulo, irá centrar-se nas duas últimas décadas do regime monárquico, apresentando um enquadramento ao nível macrosociológico dos fenómenos que marcaram o período de transição para o séc. XX. Vamos aprofundar a contextualização temporal mediante o estudo das transformações sociais que marcaram a modernidade, especialmente no que resulta do desenvolvimento das relações à distância, até ao final do regime monárquico. Este aspeto, fulcral na socio-história, foi determinado por duas características contraditórias entre a dominação da burocracia do Estado Central e a organização política à escala nacional de forças contra-hegemónicas. No seguimento destas transformações, num contexto económico marcado pela industrialização e pela proletarianização do campesinato, vamos observar o surgimento de uma consciência de classe – objeto de interpretações distintas entre marxistas e weberianos. Ao seguirmos as observações de Thompson e Licínio Santos, verificamos a importância do desenvolvimento de novas formas de sociabilidade na cristalização e disseminação de

---

<sup>31</sup> LOPES, Fernando Farello – “Partidos Políticos”. In LOPES, Fernando Farello; FREIRE, André – *Partidos políticos e Sistemas Eleitorais: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora, 2002, p. 39-41.

<sup>32</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 631-657.

uma “cultura operária”. No caso português, vamos averiguar como é que uma parte do operariado, à data da Implantação da República, se encontrava desvinculado do PSP, assim como as ideias que guiavam este setor da sociedade.

De seguida, no segundo capítulo, vamos reduzir a escala de pesquisa, recorrendo a uma análise biográfica das trajetórias ideológicas e políticas de Carlos Rates e Manuel Ribeiro. A partir deste ponto vamos pôr em prática a recolha e análise de fontes primárias, como as que se consubstanciam em jornais como *O Intransigente*, *O Sindicalista*, *Germinal*, *O Século*, dos primeiros anos da República até ao final de 1915. Um período temporal que foi delimitado pelos constrangimentos no que se refere à disponibilidade de artigos e obras, destes homens, nos anos de 1916, 1917 e 1918<sup>33</sup>. Ora, nesta etapa, vamos mergulhar nas representações dos primeiros homens notáveis no sindicalismo revolucionário, que se distanciaram publicamente do anarquismo doutrinário. Tendo em vista esta questão, vamos aprofundar a razão que os levaria a demarcarem-se dos demais e a trilhar um novo caminho. Tal momento de análise terá como contraponto os momentos-chave, que marcaram o sindicalismo revolucionário português, abordando os Congressos, a Grande Guerra e o debate sobre a carestia de vida. Ou seja, supomos o “caractère conflictuel des relations entre individus”<sup>34</sup>, que entendemos serem as situações ideais para constatar os pontos de rutura e de aproximação entre fações, que ressaltam as lógicas da construção das instituições<sup>35</sup> e as transformações nas suas relações de poder<sup>36</sup>. Ao tratarmos as peculiaridades nas trajetórias destes militantes procuramos revelar, também, um campo heterogéneo de ideias em torno do sindicalismo revolucionário, fora da militância anarquista. Trata-se, portanto, de um exercício de restituição das práticas dos atores envolvidos nos acontecimentos, dos seus discursos e das suas representações num nível microssociológico, incorporando a dimensão social com o político<sup>37</sup>. Neste

---

<sup>33</sup> Supomos que os constrangimentos resultem não só da censura de guerra, mas também da instabilidade em que a UON se encontrava até ao Congresso de 1917, assim como, do afastamento voluntário destes homens da cena principal do movimento operário.

<sup>34</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*, p. 4-6.

<sup>35</sup> BUTON, François; MARIOT, Nicolas – “Introduction. Surmonter la distance. Ce que la socio-histoire doit aux sciences sociales”, p. 10.

<sup>36</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*, p. 4-6.

<sup>37</sup> BUTON, François; MARIOT, Nicolas – “Introduction. Surmonter la distance. Ce que la socio-histoire doit aux sciences sociales”, p. 10.

trajeto, optamos por atualizar a escrita dos protagonistas para o novo acordo ortográfico, com atenção para que o seu sentido original não se perdesse, e acrescentamos sinais de acentuação para tornar o texto mais claro.

No terceiro capítulo, vamos alargar a escala para além de Rates e Ribeiro e ter em conta os diversos atores envolvidos desde o processo de fundação do Soviet de Propaganda Social, futura FMP, até ao PCP. Após um ponto de contextualização sobre o papel do operariado no sidonismo e da greve de novembro de 1918, a nossa análise será, sobretudo, delimitada pelo período temporal que vai desde o início de 1919 (origem da FMP) até ao momento de fundação do PCP, em 1921. Assim, tal como já referimos, percorremos uma vasta seleção de periódicos com vista a restituir as práticas e os sentidos dos intervenientes<sup>38</sup>. Nesta contenda, a nossa análise teve que ir além do *A Batalha* e o *Bandeira Vermelha*, alargando constantemente as fontes, consoante os discursos e o caminho a que os atores nos levaram. Abordamos, inclusive, muito sumariamente, de modo a desvendar a introdução do bolchevismo e as suas consequências no movimento revolucionário, alguns casos de receção da revolução russa na Europa, com uma profunda influência no operariado português, nomeadamente, o caso francês, espanhol e brasileiro. À luz de vários estudos sobre o PCF, como o de Annie Kriegel<sup>39</sup>, interrogamos a proposição de que o PCP foi uma organização única, entre os partidos comunistas de todo o mundo, por ter sido formada por “anarquistas”. Nesse enquadramento, o processo de absorção das ideias da revolução russa que se manifestará no *Bandeira Vermelha*, por parte da FMP, irá tornar-se mais claro, assemelhando-se às doutrinas presentes na imprensa sindicalista revolucionária francesa, largamente incorporadas na imprensa maximalista portuguesa.

Num segundo momento, ainda antes dos maximalistas conseguirem publicar o seu semanário, vamos observar a sua longa trajetória de ascensão organizativa, que se inicia logo em abril de 1919. Graças ao apoio de prestigiados dirigentes sindicais na Construção Civil e Metalurgia, averiguamos a escala da disseminação da FMP, o número de núcleos espalhados pelo país e as suas práticas de militância. Porém, no sentido oposto, também

---

<sup>38</sup> Idem, p. 10.

<sup>39</sup> Cf. KRIEGEL, Annie – *Nas Origens do Comunismo Francês*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1975.

nos vamos referir à “histeria bolchevista” da época, uma força repulsora que constrangeu o crescimento do maximalismo. Um fator que não impediu o lançamento do *Bandeira Vermelha*, com uma tiragem média de 6.000 exemplares<sup>40</sup>, uma manifestação tangível das representações maximalistas e uma importante rede de formação de militância bolchevista à escala nacional. Nas suas trajetórias de afastamento e reajustamento, face ao anarquismo e ao sindicalismo, indagamos sobre os significados em torno das suas noções basilares, tal como a ditadura do proletariado, a revolução imediata através da luta armada e o papel do Partido Comunista.

Por último, no centro do debate irá encontrar-se “A génese da «Frente Única»”, que representa o culminar das diferentes trajetórias anteriormente tratadas. Ao chegarmos a dezembro de 1920, vamos procurar destrinçar a complexa rede em torno da génese da “Frente Única” que seria denominada por Partido Comunista Português. Desde a cisão das Juventudes Socialistas, à afirmação da tendência comunista de João de Castro, no PSP, vários elementos vão aproximar-se da FMP e do ideal bolchevista. Graças à prisão de Manuel Ribeiro, e após a divulgação das XXI Condições de Adesão à IC, várias tendências socialistas encontravam-se dispostas a disputar o projeto apresentado pela FMP e a redefinir os seus moldes. À data da sua fundação, o PCP era o objeto central num complexo campo de batalhas, em que todos os fatores que iriam caracterizar a organização estavam em jogo.

---

<sup>40</sup> “A Carestia do Papel”. *Bandeira Vermelha*, nº 19, 08/02/1920, p. 3.

## Capítulo 1 - Elementos da estrutura social à data da implantação da República

A origem da Federação Maximalista Portuguesa encontra-se entre um longo enredo de profundas mudanças no tecido social português, impulsionadas pelo advento da modernidade e o desenvolvimento do capitalismo. Tal será o propósito deste capítulo, contextualizar as mudanças estruturais que abalaram os alicerces em que assentava então a ordem social. Uma questão que se situa no centro das preocupações basilares da sócio-história e que estiveram na origem da Sociologia enquanto ciência.

Com o advento da segunda metade do séc. XIX, produziram-se, um pouco por toda a Europa, profundas mutações nos meios de comunicação. No caso português o motor desta revolução na comunicação deveu-se às políticas de Fontes Pereira de Melo. Por intermédio do “fontismo” construíram-se estradas, pontes e caminhos de ferro num “país de povoações que se não comunicam”, composto por aldeias remotas<sup>41</sup>. O governo de 1851-1868 conhecido por a “Regeneração”, tratou então de pôr em prática um ambicioso plano de obras públicas para enfrentar o mal da nação - o seu profundo isolamento<sup>42</sup>. Os grandes projetos de obras públicas e de engenharia daqui decorrentes, além de reduzirem vertiginosamente o tempo de viagem entre o Porto e Lisboa, de 7 dias para 8 horas<sup>43</sup>, produziram o que muitos poderiam ler como um efeito perverso: em larga medida, abriu o caminho a um profundo processo de racionalização que estenderia o escopo de influência burocrática do Estado central português. Apenas num mundo social em que o espaço e o tempo se encontram comprimidos é que a burocracia é capaz de realizar o seu projeto, ou seja, anular a distância que separa os que comandam daqueles que obedecem<sup>44</sup>. Graças, então, ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação é que as técnicas burocráticas, através das quais os dirigentes do Estado forçam a

---

<sup>41</sup> RAMOS, Rui – “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)”. In RAMOS, Rui - *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, p. 521-548.

<sup>42</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo*. Porto: Assembleia da República, 1999, p. 19.

<sup>43</sup> Além da expansão dos caminhos de ferro e das estradas, foram construídos “13 túneis e 14 pontes”, já para não falar da introdução de uma rede de telégrafo (326 postos de comunicação) e a posterior introdução do telefone. Todavia, como indica Rui Ramos, o desenvolvimento das infraestruturas ficou centrado nas principais cidades do litoral, entre Braga e Lisboa: RAMOS, Rui – “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)”, p. 521-548.

<sup>44</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*. Paris: Éditions La Découverte, 2006, p. 19-22.

obediência na sua população, conseguiram penetrar em comunidades relativamente intocadas.

No entanto, antes das populações, nomeadamente as rurais, serem introduzidas à crescente influência do controlo do Estado central eram, antes de mais, definidas pelas normas locais, concebidas como atores sociais por intermédio de processos de socialização essencialmente localizados. Devido ao seu isolamento, as suas formas de socialização eram pouco permeáveis ao mundo social exterior, mesmo no que se refere aos símbolos essenciais que compunham o seu Estado-nação. Nesse enquadramento, só então entre os anos de 1880 e 1940, devido também aos meios de comunicação, é que se cristalizaram os símbolos e instituições essenciais do Estado-nação português, como a bandeira, hino, a admiração pela época dourada dos Descobrimentos, a consagração do património<sup>45</sup>, que convergiram, inicialmente, com a ascensão política do patriotismo republicano.

Em virtude da introdução e disseminação da escrita, do mercado capitalista, progresso técnico, ou seja, da compressão do espaço e do tempo, é que as populações foram paulatinamente capazes de criar novos vínculos, fora das relações face-a-face<sup>46</sup>. Além das redes de comunicação assentes no interconhecimento foram introduzidas ideias, valores, crenças para fora das fronteiras locais e nacionais. Tal fenómeno, para além de permitir alguma nivelção das diferenças económicas e sociais, a transformação da ação comunitária em ação societária<sup>47</sup>, produziu, inclusive, o efeito oposto àquele da dominação burocrática.

De acordo com Noiriel, os meios de comunicação à distância, particularmente a comunicação escrita e a imprensa, foram capazes de amplificar e canalizar os protestos de um movimento<sup>48</sup>. Mediante este meio, atores sociais dispersos e sem relação face-a-face foram capazes de orquestrar e mobilizar recursos em pouco tempo, de modo a redefinir realidades, de acordo com as suas filiações doutrinárias, tornando-se, então,

---

<sup>45</sup> RAMOS, Rui – “A Invenção de Portugal” in RAMOS, Rui (coord.) – *A Segunda Fundação (1890-1926)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. VI, p. 495.

<sup>46</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*, p. 4.

<sup>47</sup> WEBER, Max – *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 738-741.

<sup>48</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*, p. 10-11.

numa poderosa ferramenta de ação coletiva<sup>49</sup>.

Mesmo no Portugal católico, em que ao contrário dos países protestantes não houve uma profunda disseminação da alfabetização, a imprensa não deixou de fazer notar o seu papel na transformação da sociedade. Logo em 1864, surgiu uma “nova imprensa” em Portugal, como foi o caso do *Diário de Notícias*, segundo o modelo dos jornais de “massas” franceses<sup>50</sup>. Ao agirem segundo a lógica do mercado capitalista, e não como um apêndice da lógica da dominação estatal, estes jornais procuraram refletir nas suas páginas a consciência dos seus leitores<sup>51</sup>. Tal fenómeno, de difusão do jornal como meio de comunicação, manifestou-se nomeadamente nas camadas mais privilegiadas, alfabetizadas, pelo menos num primeiro momento em que, graças à “transmissão instantânea do pensamento à distância”<sup>52</sup> foram capazes de unificar no espaço nacional movimentos políticos capazes de enfrentar o regime monárquico.

Tal momento de explosão na comunicação à distância, resultante do processo de racionalização, encontra-se, por sua vez, ligada àquilo que Weber denominou de modernidade. A modernidade, vinculada à racionalização, a sua principal característica<sup>53</sup>, foi também marcada pela dissolução do mundo encantado da religião, envolto em misticismo, que se impunha como a ideologia oficial que assegurava a lógica do poder, estabelecia uma forte regulação social, moral e a imutabilidade na posição social de origem dos atores sociais.

Os novos líderes políticos que iriam incorporar o espírito da nova era estavam cientes disso. Desse modo, foram essencialmente os republicanos, tal como Teófilo Braga, que adotaram as ideias do positivismo sociológico de Comte, aplicando-a ao caso português, a partir da segunda metade do séc. XIX<sup>54</sup>. Também o movimento de secularização da sociedade chegaria a ser apoiado pela sociologia positivista, a partir dos

---

<sup>49</sup> Idem, p. 5.

<sup>50</sup> TORRES, Eduardo Cintra – *A Greve Geral de 1903 no Porto. Um estudo de História, Comunicação e Sociologia*. Porto: Afrontamento, 2018, p. 350-354.

<sup>51</sup> TARDE, Gabriel – *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 69-70.

<sup>52</sup> Idem, p. 13.

<sup>53</sup> CARDOSO, Matêus Ramos – “Racionalização e Modernidade em Max Weber”. *Revista Húmus*, vol. 3, nº 9, 2013, p. 80-83.

<sup>54</sup> CATROGA, Fernando Almeida de – “Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social”. *Revista de História das Ideias*, vol. I, 1977, p. 343-352.

anos de 1870, que pôs em causa o domínio religioso sobre os ritos de passagem e nos processos de reprodução da estrutura social<sup>55</sup>.

Tal como declarava Afonso Costa posteriormente, em 1913, “o catolicismo perdeu o báculo com que dominava os reis e os povos”<sup>56</sup>. A consequência dessa rutura, resultante do desencantamento do mundo, produziu um estado de insegurança metafísica entre os atores sociais<sup>57</sup>. Não é de estranhar, portanto, que surjam, ao longo do séc. XIX e inícios do séc. XX, novas ideologias milenares, que ofereciam uma segurança existencial a partir de uma nova narrativa, coerente à luz da ciência e dos valores iluministas<sup>58</sup>. Um outro reflexo da modernidade, encontrava-se na tendência de massificação da participação política, algo que, no caso português, ficaria restringido a setores bastante restritos da sociedade, como veremos. Os novos sujeitos políticos influenciados pelas novas ideias, imaginaram, por exemplo, grandes narrativas nacionalistas ligadas a uma etnia com origens ancestrais que correspondiam aos novos Estados-nação<sup>59</sup>. Uma etnia com raízes numa “comunidade imaginada”<sup>60</sup>, com uma mitologia e heróis. Tal foi o caso de Viriato, em Portugal, e Vercingetórix, em França, que simbolizavam a ancestralidade única do seu povo, face aos outros. Em Portugal encontramos vários autores de inspiração republicana e nacionalista que, no final do séc. XIX, desenvolveram a sua mitologia nacional<sup>61</sup>. Alguns destes autores, como Guerra Junqueiro, retrataram uma pátria decadente, um povo inerte e uma raça oprimida. Para Junqueiro, a causa do mal da nação encontrava-se naqueles que subjugavam os destinos da pátria, os “Porcos da vara de Bragança” e o “Simão” (D. Carlos) que, face aos perigos externos que faziam rir “o estrangeiro odioso à nossa porta”, só se preocupavam em caçar<sup>62</sup>.

---

<sup>55</sup> NETO, Vítor – *O Estado, a igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, p. 221-264.

<sup>56</sup> “O catolicismo está decadente o socialismo abre caminho com o seu braço forte”. *A Capital*, nº 896, 26/01/1913, p.1.

<sup>57</sup> BACH-MÜLDER, Inka – “Introduction”. In KRACAUER, Siegfried – *The Salaried Masses*. Londres: Verso Books, 1998, p. 6-9.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 6-9.

<sup>59</sup> HOBBSAWM, Eric – *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 14.

<sup>60</sup> ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 2006, p. 5-6.

<sup>61</sup> GOMES, António Martins – *Às armas: a formação do republicanismo na literatura e na cultura portuguesa*. Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2011.

<sup>62</sup> JUNQUEIRO, Guerra – *Finis Patriae*. Porto: Empreza Litteraria e Typographica, 1891, p.41.

## 1.1. A proletarização

Estas transformações culturais e ideológicas enquadram-se também num longo trajeto de reestruturação da composição social, económica e política. Para começar, no plano económico, o final do século XIX em Portugal foi acompanhado por uma crescente industrialização e uma crise económica, ligada ao esgotamento das políticas de investimento do fontismo<sup>63</sup>. A industrialização foi tardia, face ao resto das economias europeias, adiada pelas invasões francesas, a consequente ocupação britânica, a guerra civil e os sucessivos acordos comerciais com o império britânico<sup>64</sup>. Todavia, ao contrário do resto da Europa, o desenvolvimento do capitalismo industrial não foi capaz de se apoiar num “exército industrial de reserva”<sup>65</sup>.

No Norte, a penetração do capitalismo no mundo rural refletiu-se, antes, nas vagas migratórias para o Brasil. Nessas regiões onde imperava uma racionalidade camponesa, apegada à terra, desenvolveu-se uma pequena indústria domiciliar semiproletária que funcionou como uma resistência à nova lógica capitalista do trabalho assalariado, ao ser artificialmente sustentada pelas remessas dos emigrantes<sup>66</sup>. Contudo, nas relações entre capitalista e assalariado, a situação destes trabalhadores semiproletários ficava prejudicada, já que o limiar salarial, para manter a sua subsistência, era inferior à de um assalariado sem terra<sup>67</sup>. Ou seja, como refere Wallerstein, o trabalhador de um agregado familiar semiproletário encontra-se na situação ideal para os empregadores maximizarem a mais-valia<sup>68</sup>.

---

<sup>63</sup> ROLLO, Fernanda Maria – “Da Insustentabilidade do modelo à crise do sistema”. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010, p. 28.

<sup>64</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979, p. 17-18.

<sup>65</sup> Idem, p. 54

<sup>66</sup> Idem, p. 54.

<sup>67</sup> WALLERSTEIN, Immanuel – *Historical Capitalism*. Londres: Verso Books, 2003, p. 26-28.

<sup>68</sup> De acordo com Wallerstein, a proletarização terá que ser acompanhada por um aumento salarial, posto que, ao passar à condição de assalariado sem terra, toda a subsistência do proletário passa a depender unicamente do salário. Trata-se de um pressuposto da economia capitalista já tratada por Karl Marx, de que o “valor da força de trabalho” resulta de “uma soma determinada de meios de subsistência”. Por outras palavras, para reproduzir a produção de mais-valia o capitalista deve assegurar que os assalariados sejam capazes de obter os meios de subsistência necessários para a sua existência: “O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensável para que o portador de força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, portanto pelos

Já no Sul, especialmente no Alentejo, a penetração capitalista também alterou as relações de produção, onde, geralmente, ocorreu uma proletarização mais profunda do que no Norte. Apesar de a condição de semiproletário ser preferível para o capitalista, as contradições da acumulação capitalista, pela usura do Crédito Predial e dos agiotas, grandes proprietários<sup>69</sup>, caminharam em direção à monopolização da propriedade. Só entre 1891 e 1897 foram executadas várias propriedades rurais, 4.500 a 5.000 hectares (área superior à da cidade do Porto) em Beja<sup>70</sup>.

No Alentejo, imperava a cultura das cerealíferas que foram afetadas duplamente, no final do séc. XIX. Em primeiro lugar, pela importação de cereais mais baratos americanos e, em segundo lugar, pela escassez de mão-de-obra, fomentada pelas obras públicas que facilitaram a emigração dos trabalhadores rurais<sup>71</sup>. Em reação a estas transformações sociais, motivados pela mobilidade da mão-de-obra, os grandes proprietários agrícolas que eram, ao mesmo tempo, os políticos notáveis da província, lançam, então, através da sua vasta influência política, uma lei protecionista do mercado de cereais nacionais em 1899, que ficaria conhecida por “lei da fome”<sup>72</sup>.

## 1.2. As condições de vida do operariado

No plano social, no princípio do séc. XX, o principal setor de atividade em Portugal continuava a ser agricultura que ocupava 61% da população ativa<sup>73</sup>. Os portugueses viviam em zonas rurais com baixa densidade populacional, sendo que apenas 17% vivia em centros urbanos<sup>74</sup>. Também na alfabetização não houve grandes progressos

---

meios de subsistência fisicamente imprescindíveis” : Idem, p. 26-40; Cf. MARX, Karl – *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, vol. I, p, 191-193.

<sup>69</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 75-77.

<sup>70</sup> Idem, p. 77.

<sup>71</sup> Idem, p. 51-54.

<sup>72</sup> Idem, p. 169-173: Já de acordo com Jaime Reis, o preço do trigo terá aumentado exponencialmente, entre os anos de 1896 e 1899, devido à competição entre moageiros para a compra de cereais produzidos em Portugal. No entanto, coloca em causa a hipótese de que o peso adicional terá resultado, apenas, devido à transição para um sistema protecionista: REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Meta do Século XIX 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 67-85.

<sup>73</sup> MARTINS, C. A. – “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”. *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3.º), p. 485.

<sup>74</sup> Idem, p. 485.

no séc. XIX e, por isso, no início do século XX, Portugal continuava a ser um país marcado pelo analfabetismo, em que 75% da população era analfabeta<sup>75</sup>.

Com as crises agrícolas e a estagnação da exportação, estas populações foram progressivamente emigrando para o Brasil ou empurradas em direção aos centros urbanos (Porto e Lisboa), onde se vão encontrar as grandes indústrias nacionais. A indústria que se desenvolveu no final do século XIX situava-se, principalmente, em Lisboa e no Porto, no ramo da metalurgia, têxtil, alimentação e madeiras (cortiça)<sup>76</sup>. Esta nova população era então composta por antigos camponeses, agora proletários, pouco habituados à ética de trabalho capitalista, que passaram a estar submetidos à sua disciplina.

Um dia de trabalho poderia chegar no máximo às catorze horas, sem condições de segurança, sem direito a pensão de invalidez, nem velhice, nem descanso semanal, isto sem mencionar o trabalho infantil<sup>77</sup>. As jornadas de trabalho rigorosas acompanharam uma fase inicial da industrialização que, com a introdução da nova maquinaria, e a consequente especialização do trabalho, a partir do princípio século XX, iria reduzir a jornada de trabalho para uma média de 9 horas e meia em 1910<sup>78</sup>. Contudo, é de notar que a maioria dos operários portugueses não trabalhava sob o regime de trabalho clássico do operário europeu, das grandes fábricas modernas, que eram um terreno fértil para a formação de organizações operárias anticapitalistas. Em vez disso, a típica fábrica em Lisboa teria cerca de 19 operários por fábrica; tratavam-se, pois, de pequenas oficinas, onde se formavam sociabilidades mais propícias ao corporativismo, segundo Valente<sup>79</sup>.

Neste período, de transição para o século XX, o custo de vida terá aumentado, pelo menos, 25%<sup>80</sup> - muito por causa das leis protecionistas, a “lei da fome” defendida pelos cerealíferos, que regulava o preço do trigo, farinhas e das diferentes categorias do pão. Graças a essa política, o preço do pão passou a ser mais caro em Lisboa do que em Londres, representando um quarto do orçamento familiar<sup>81</sup>. Os inquéritos

---

<sup>75</sup> CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda – “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”. *Análise Psicológica*, vol. I (17), 1999, p. 163-194.

<sup>76</sup> VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculos de Leitores, 1999, p. 47.

<sup>77</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 304-314.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, César – *O Operariado e a República Democrática: 1910-1914*. Porto: Inova, 1972, p. 51.

<sup>79</sup> VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, p. 49.

<sup>80</sup> MARTINS, C. A. – “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, p. 504.

<sup>81</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 175.

socioeconómicos sobre o operariado de Lisboa demonstram que 70% do orçamento de uma família era gasto numa alimentação à base de farináceos (pão), 11% no vestuário, 13% na habitação, e os restantes 6%, para a educação, transportes e outros<sup>82</sup>.

Além de tudo isso, a crise económica também afetou negativamente, a partir do final dos anos 90, as classes trabalhadoras com um incremento na carga fiscal e uma redução nos salários<sup>83</sup>. Igualmente neste período ocorreu uma modernização tecnológica graças à importação de novas máquinas, o que levou ao despedimento de operários em várias indústrias, como foi o caso da indústria têxtil, que motivou a grande greve dos tecelões do Porto de 1903 descrita por Manuel Joaquim de Sousa<sup>84</sup>.

### 1.3. A política

Quanto à vida política, a crise do regime monárquico, atizada pela questão económica e social vai-se, progressivamente, acentuando.

Em primeiro lugar, pelo quadro de rotatividade governativa entre Regeneradores e Progressistas, orientada por uma “luta, bastante onerosa para os fundos públicos, entre caciques e clientelas”<sup>85</sup>. Este fator é fundamental para entender a questão política, já que a lógica da rotatividade iria permanecer com a República<sup>86</sup>. A rotatividade era algo que não se ficava só pelo Parlamento, estendia-se, também, a todos os níveis do funcionalismo público, desde o professor ao governador civil<sup>87</sup>. Era por intermédio do caciquismo que as engrenagens da máquina do Estado e da burocracia portuguesa operavam, quando em Lisboa o pêndulo parlamentar balançava em direção a um partido “todos rodavam nos empregos com os padrinhos da capital”<sup>88</sup>.

Em segundo lugar, é de notar a questão da legitimidade do regime após o ultimato inglês. Esta questão foi essencial para envigorar o Partido Republicano. Já dez anos antes, os republicanos atacavam o regime à data do tratado de Lourenço Marques (assinado em

---

<sup>82</sup> Idem, p. 514.

<sup>83</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 195-196.

<sup>84</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de – *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*. Lisboa: Antígona, 1989, p. 159-167.

<sup>85</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 243.

<sup>86</sup> LOPES, Fernando Farelo – *Poder Político e Caciquismo na 1ª República*. Lisboa: Estampa, 1994, p. 23-27.

<sup>87</sup> VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, p. 21.

<sup>88</sup> Idem, p. 21.

1879 e aprovado em 1881), pelas concessões que aquele realizava ao império britânico. Passaram, por isso, a comemorar o centenário do Camões (10 de junho) que simbolizava as aspirações nacionalistas republicanas, equacionando o desmoronamento do apogeu do colonialismo português com a questão de regime<sup>89</sup>.

O impacto das celebrações do 10 de junho e do ultimato inglês, serviram, essencialmente, para incutir uma forte consciência nacionalista, formar um corpo ideológico coerente e uma identidade republicana nas camadas pequeno-burguesas<sup>90</sup>. Desde então afirmou-se a ideia, entre os círculos republicanos, de que só com o fim da Monarquia é que Portugal poderia voltar à sua anterior grandeza, ao desprender-se dos corpos estranhos à nação - a Dinastia de Bragança atrelada ao jesuitismo, que corrompiam o seu destino de glória. Nesse contexto, munidos por uma imprensa republicana bem organizada, qualquer escândalo do regime serviu para enaltecer o ideal republicano e afirmar o domínio do PRP sob o monopólio do patriotismo<sup>91</sup>.

O crescimento do republicanismo gerou naturalmente ansiedades entre os líderes monárquicos, que responderam com um decreto que autorizava a formação de Associações de Classe<sup>92</sup>. Tratava-se de uma tentativa de cooptação do operariado, para evitar uma temida coligação entre operários e republicanos. A política de aproximação com o Partido Socialista, tinha como objetivo tornar as associações operárias em “elementos da ordem e do progresso”<sup>93</sup>. Algo que se refletia no discurso do histórico militante socialista Nobre França<sup>94</sup>, ao declarar que o Partido Socialista começava a criar um programa que tinha “muito pouco a ver com os interesses instantes da classe trabalhadora”<sup>95</sup>.

---

<sup>89</sup> Idem, p. 16.

<sup>90</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 105-110.

<sup>91</sup> VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, p. 33.

<sup>92</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 123.

<sup>93</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 126.

<sup>94</sup> José Correia Nobre França foi uma das principais figuras nos primórdios do socialismo português, ao lado de Antero de Quental, Azedo Gneco e José Fontana. Este operário tipógrafo redigiu o primeiro programa do P.O.S.P. onde se salientavam posições prodhounianas e bakuninistas. De acordo com Magalhães Lima, Nobre França pertencia ao grupo dos socialistas marxistas portugueses que apoiaram a linha de Marx e Engels na I Internacional. Porventura, acabaria por se filiar no P.R.P.: OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal (1850-1900)*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 154-161; CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 84-88. Dissertação de Mestrado.

<sup>95</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 125.

Este possível desinteresse pela luta operária, assim como a conivência com o regime, por parte de alguns setores socialistas, foi expresso no Congresso das Associações de Classe de 1902. Neste Congresso, ficaria definido que as greves só podiam ser realizadas com pré-aviso, votação favorável da Associação, e caso não houvesse outra greve no país<sup>96</sup>. Ainda assim, os operários assalariados, com profundas dificuldades em manter a sua subsistência, não fizeram caso do programa socialista e voltaram-se antes para a ação grevista. Greves que poderão ter sido atizadas por elementos anarquistas, como refere Sousa<sup>97</sup>, mas, de um modo geral, seriam espontâneas, já que nessa altura os revolucionários apologistas da ação direta não teriam grande influência sob as associações de classe, nem sob os grevistas<sup>98</sup>.

O aumento progressivo de greves desde 1903 demonstra como a ação do regime Monárquico falhou. Antes de mais, por não conseguir encontrar forma de ver domesticado o operariado, voltando a falhar, posteriormente, ao não conter a aliança operária com os republicanos. Apesar de vários militantes do PSP, como o líder da facção marxista Azedo Gneco, se manifestarem contra os republicanos e qualificarem como uma traição a adesão ao Partido Republicano, alguns militantes socialistas possibilistas e independentes, críticos de Gneco, aproximaram-se dos republicanos<sup>99</sup>.

Como propõe Ventura, terá sido o recurso à questão anticlerical que permitiu formar uma coligação entre os militantes socialistas e anarquistas, a aproximação aos republicanos e a consequente apologia da mudança de regime<sup>100</sup>. O anticlericalismo foi, portanto, o elemento simbólico e ideológico que abriu caminho a uma aliança entre organizações operárias em torno da questão do regime, pela defesa da “República Social”. Nesse sentido, no Congresso Anticatólico (1895), promovido pelo PSP, e no Congresso Anticlerical (1900), encontrávamos

---

<sup>96</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1974, p. 55-56.

<sup>97</sup> Idem, p. 75.

<sup>98</sup> TORRES, Eduardo Cintra – *A Greve Geral de 1903 no Porto. Um estudo de História, Comunicação e Sociologia*, p. 155.

<sup>99</sup> A principal divisão no seio do partido era, supostamente, definida entre a linha possibilista de Paul Brousse, dominante no Partido durante vários anos, e Jules Guesde, defendida por Azedo Gneco. Esta divisão ideológica era tão forte entre os militantes que motivou uma cisão no POSP, em 1895, e levou à consequente fundação do PSP. Após o Congresso Internacional Socialista de Londres, marcado pela votação favorável de Gneco à expulsão dos anarquistas, possibilistas e anarquistas passam a colaborar nas associações de classe contra a tendência de Gneco: VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 79-117.

<sup>100</sup> VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 39-42.

anarquistas intervencionistas<sup>101</sup> ao lado de socialistas e republicanos, todos unidos pela propaganda antijesuítica<sup>102</sup>.

#### 1.4. A consciência de classe

Antes da ideia sindicalista revolucionária se afirmar, o panorama geral da organização operária centrava-se no PSP. Até então, foram elementos socialistas que fundaram as principais Associações de Classe e cooperativas do país, lideradas por militantes de tendência reformista que, em 1902, afirmavam a sua posição contra a generalização das greves<sup>103</sup>. Porém, essa posição não teve grande efeito sobre a ação do operariado que se insurgiu, em 1903, no Porto, com uma grande greve. Esse, e outros momentos de ação de massas, mais ou menos espontâneos, podem refletir o eclodir de um fenómeno próximo do conceito marxista de consciência de classe.

Lucáks interpreta a consciência de classe segundo o materialismo dialético, rejeita, por isso, uma noção funcionalista da consciência, de que resulta do conjunto de crenças e emoções individuais<sup>104</sup>. No pensamento marxista, a consciência é um produto das relações de produção e da função histórica de uma determinada classe. É um produto dos interesses de classe, segundo a lógica de dominação, que permite que uma classe se afirme sobre outra, por intermédio da violência<sup>105</sup>. No caso da luta económica exercida pelo proletariado, na forma de greve, esta resulta de uma consciência de classe que exprime a contradição entre o seu interesse de classe face ao da burguesia. Esta consciência, contudo, não será necessariamente revolucionária caso não haja um processo de *transformação consciente da sociedade*, orientado pela função histórica do proletariado<sup>106</sup>.

---

<sup>101</sup> Os anarquistas intervencionistas eram aqueles que defendiam uma aliança provisória com os republicanos de modo a alcançar o direito à greve, libertação de presos políticos e legalizar a federação sindical nacional. A mais conhecida figura desta linha foi Heliodoro Salgado, apelidado de “anarquista reformista” por se ter filiado no PRP: VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 193-205.

<sup>102</sup> Idem, p. 39-60.

<sup>103</sup> VIEIRA, Alexandre – *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1974, p. 31-35.

<sup>104</sup> LUKÁCS, Georg – *Sobre o conceito de consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1973, p. 38.

<sup>105</sup> Idem, p. 40-41.

<sup>106</sup> Idem, p. 67-68.

Por outro lado, também podemos interpretar as ações de massas, da primeira década do século XX, numa perspetiva weberiana, isto é, como ações racionais por parte de agentes económicos na mesma posição de mercado<sup>107</sup>. Nesta perspetiva, a ação não resulta necessariamente de um espírito comunitário, determinado pelas relações de produção, em vez disso, essas ações manifestam o interesse económico (racional), de sujeitos na mesma *situação de classe*<sup>108</sup>. A própria noção de interesse de classe, subjacente à noção marxista de consciência de classe e de ação massas, poderá, erroneamente, levar a pensar as classes como comunidades homogéneas determinadas a agir segundo uma função histórica predeterminada. Tal perspetiva, ignorará, por isso, o papel dos fatores culturais nas ações de massas e das outras variáveis em jogo, que propõem os atores sociais a agir. Em vez disso, para entender o fenómeno da agitação operária não nos podemos ficar só pelas relações de produção, mas também, devemos ter em atenção os fatores culturais da socialização operária que propõem uma *ação comunitária* por melhores condições de vida<sup>109</sup>.

A exposição teórica anterior terá maior interesse para o nosso caso se as contrapusermos com as considerações de Thompson sobre a consciência da classe operária inglesa<sup>110</sup>. A nosso ver, o espoletar da consciência de classe operária em Portugal esteve intimamente ligado a fenómenos culturais durante o período que compreende a segunda metade do séc. XIX e o princípio do séc. XX, quando se generaliza a imprensa operária<sup>111</sup>. Foi então que surgiram vários jornais focados na causa operária, na discussão e divulgação dos ideais de certos grupos de propaganda e de Associações de Classe, ou seja, os gérmes das condições culturais operárias de tipo intelectual<sup>112</sup>.

É de notar que, num país em que o analfabetismo era generalizado, o operariado tinha que ser autodidata ou ter a sorte rara de ter recebido alguma educação, para ser capaz

---

<sup>107</sup> WEBER, Max – *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*, p. 242-245.

<sup>108</sup> Idem, p. 242-245.

<sup>109</sup> Idem, p. 685.

<sup>110</sup> THOMPSON, E. P. – *The making of the English working class*. Middlesex: Penguin Books, 1984, p. 781-915.

<sup>111</sup> Tal foi o caso dos chapeleiros que se afirmaram, desde cedo, como uma classe profissional apta a intervir na arena política, por intermédio de um jornal. Manifestavam, todavia, alguns elementos típicos do ludismo e uma ação política interclassista: MÓNICA, Maria Filomena – “Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)”. *Análise Social*, vol. XV (60), 1979-4.º, p. 859-945.

<sup>112</sup> WEBER, Max - *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*, p. 685.

de colaborar na propaganda escrita. O autodidatismo e a imprensa foram manifestações da crescente cultura intelectual no meio operário e a primeira etapa na afirmação dos trabalhadores enquanto agentes políticos organizados, capazes de participar eficazmente na arena política<sup>113</sup>. Além do mais, ao estabelecerem as suas próprias redes de comunicação, distintas das demais classes, estes agentes fomentaram novas redes de sociabilidade com um vinco claramente operário, separando, paulatinamente, as classes populares e a cultura tradicional<sup>114</sup>. Nesse contexto, onde a cultura oral imperava sob a cultura escrita, foi fundamentalmente no trabalho, nas associações voluntárias, nas manifestações artísticas e no lazer que se reproduzem as sociabilidades operárias. Celebrações, espetáculos, encontros e até relações de vizinhança passaram a ser orientados em torno de uma cultura operária que serviam de plataforma para a luta pelos direitos laborais<sup>115</sup>. Observamos, portanto, nas formas de sociabilidade estudadas por Licínio Santos<sup>116</sup>, tal como, na abordagem de Joana Pereira<sup>117</sup>, os momentos-chave na formação da ação classista ou de inscrição comunitária.

É de notar que o ano de 1903 foi o ano com mais greves no país, até à data, que continuaria numa tendência crescente<sup>118</sup> até ao período da forte repressão do governo de Afonso Costa (1913). Num período em que a imprensa ainda era geralmente favorável aos grevistas e contra os abusos dos industriais<sup>119</sup>, a onda grevista iniciada no Porto, assim como a revolta de Coimbra<sup>120</sup>, poderá ter servido de exemplo às classes populares, ao demonstrar a justiça das reivindicações e da sua ação coletiva. O grau desta consciência em prol da ação classista e a forte penetração da cultura operária manifestaram-se também

---

<sup>113</sup> THOMPSON, E. P. – *The making of the English working class*, 1984, p. 781-820

<sup>114</sup> Idem, p. 781-820.

<sup>115</sup> PEREIRA, Joana Dias – *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 16-23. Dissertação de Doutoramento.

<sup>116</sup> SANTOS, Licínio – *Cultura e lazer: operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1983-1914)*. Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende, 2017, p. 25.

<sup>117</sup> PEREIRA, Joana Dias – *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, 2013.

<sup>118</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*, p. 71-73.

<sup>119</sup> Já a greve de 1895 tinha sido defendida pelos jornais do Porto e o mesmo voltou a acontecer durante a greve de 1903, apesar do acentuado tom de conciliação entre as classes. Uma tendência que iria dissipar-se ao entrarmos na I República: TORRES, Eduardo Cintra – *A Greve Geral de 1903 no Porto. Um estudo de História, Comunicação e Sociologia*, p. 343-350.

<sup>120</sup> Cf. VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, p. 52-53.

pela greve de solidariedade, que se estendeu a todos os setores industriais da cidade do Porto<sup>121</sup>. A ação grevista no Porto, apoiada e divulgada ao detalhe pela imprensa da cidade, e que terá durado semanas, foi um prenúncio daquilo que seria o futuro movimento grevista, marcando, claramente, uma nova etapa na consciência e ação do movimento em direção às ideologias revolucionárias.

### **1.5. O sindicalismo revolucionário e o anarquismo**

Perante a morte do rei D. Carlos e do seu herdeiro, Luís Filipe, o então regime Monárquico, desgastado por décadas de escândalos de corrupção<sup>122</sup>, pela subserviência face a Inglaterra, pela ditadura de João Franco e uma oportuna e metódica ação de propaganda republicana<sup>123</sup>, entrou em colapso. Na primeira década do séc. XX, o operariado estabeleceu uma relação mais profunda com os elementos republicanos, através da Carbonária, que começava a permitir a adesão de anarquistas para as suas fileiras<sup>124</sup>. Esta aliança foi fundamental, não só para legitimar a República perante as classes populares, mas também para fortalecer as próprias ações militares subversivas durante a insurreição de outubro de 1910.

Apesar das várias contradições que compunham este campo heterogéneo em prol da República, definido por um largo espectro de correntes e movimentos que iam de anarquistas antiparlamentares a republicanos nacionalistas, o espírito republicano entranha-se, incluindo nas organizações subversivas proletárias de tipo socializante. Um dos meios mais eficazes de adesão do proletariado à causa republicana, para além da propaganda escrita, seria a propaganda oral, os comícios, as “assembleias magnas” ao ar livre. Na praça pública os republicanos, graças ao “contacto frequente dos seus homens prestigiosos com as classes proletárias”, conseguiam também chamar para a sua causa as classes sociais subalternas, mais “pelos corações do que pelas ideias”<sup>125</sup>. Segundo o

---

<sup>121</sup> TORRES, Eduardo Cintra – *A Greve Geral de 1903 no Porto. Um estudo de História, Comunicação e Sociologia*, p. 153.

<sup>122</sup> Referimo-nos à acumulação de empregos por parte dos políticos do regime, os empréstimos ilegais que o Ministro da Fazenda fazia à família real e rumores sobre a influência de padres jesuítas sob a família real, mais precisamente, D. Amélia: VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, p. 35-43.

<sup>123</sup> Idem, p. 33.

<sup>124</sup> SERRA, João B. – “O assalto ao poder”. In ROSAS, Fernando (coord.) - *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2010, p. 49.

<sup>125</sup> RIBEIRO, Manuel – “Vida Política”. *O Porvir*, nº 153, 11/03/1909, p. 1.

imaginário religioso, que já inspirava Manuel Ribeiro, “o tribuno político [republicano], é o apóstolo, o evangelizador que fustiga a tirania e exalta a liberdade”, que conseguia fazer transcender o público além da sua individualidade, transformando-o num “bloco humano solidarizado na aspiração de um estado social melhor”<sup>126</sup>.

Entretanto, o crescente espírito republicano não impediu a introdução do novo ideal sindicalista, que iria conquistar o movimento operário. Em 1908, surgiu o primeiro jornal sindicalista revolucionário, *A Greve*, dinamizada por um grupo de tipógrafos influenciados pela Carta de Amiens da CGT (francesa)<sup>127</sup> que já tinham estado envolvidos numa greve em 1904<sup>128</sup>. Este documento, aprovado no Congresso de 1906 da CGT (francesa), tornou-se no manifesto basilar que definiu os princípios do sindicalismo revolucionário<sup>129</sup>. Nos princípios expressos na Carta de Amiens foi afirmada a autonomia da CGT em relação a qualquer doutrina política, apontando como objetivo final a abolição do trabalho assalariado e dos patrões; opunham-se a qualquer forma de exploração contra a classe trabalhadora; eram favoráveis às melhorias imediatas como a redução do horário de trabalho e o aumento salarial<sup>130</sup>. A sua principal tarefa, enquanto sindicalistas, era o de preparar a humanidade para a sua emancipação total, graças à expropriação dos capitalistas, pela greve geral revolucionária. Ou seja, enquanto que no modo de produção capitalista o sindicato operava como uma sociedade de resistência, já após a revolução, o sindicato iria ficar encarregado de administrar a produção e redistribuição de bens, seria a própria base da futura organização social<sup>131</sup>.

Antes, contudo, de clarificar as posições ideológicas dos revolucionários sindicalistas, devemos afirmar que, em primeiro lugar, o sindicalismo revolucionário não era uma doutrina necessariamente anarquista ou marxista; era antes, uma estratégia e um

---

<sup>126</sup> Idem, p. 1.

<sup>127</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, p. 32-36.

<sup>128</sup> VIEIRA, Alexandre – *Para a história do sindicalismo em Portugal*, p. 32: A evolução da contratação coletiva da classe dos operários tipógrafos em Portugal foi marcada pela greve de 1904. Apesar de terem saído derrotados da greve, esta encetou uma rede de organização que perduraria por vários anos. Cf. BARRETO, José – “Os Tipógrafos e os desportar da contratação colectiva em Portugal (II). *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1.º, 183-212.

<sup>129</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, p. 16.

<sup>130</sup> OLIVEIRA, César - *O Operariado e a República Democrática: 1910-1914*, p. 250.

<sup>131</sup> Idem, p. 250.

método de organização sindical com o intuito de unir, sob a mesma federação sindical, trabalhadores de várias tendências que desejassem lutar contra o patronato por melhores condições laborais. Todavia, como iremos ver (capítulo 2.2), alguns sindicalistas foram mais além e defenderam que o sindicalismo se bastava a si mesmo, que era mais do que uma estratégia, ou seja, uma nova doutrina, para além do marxismo e do anarquismo, uma síntese dos dois.

Em segundo lugar, devemos clarificar a relação dos anarquistas com o sindicato, de forma a compreender o contexto revolucionário português. Encontramos no campo anarquista, por um lado, aqueles que se identificam com a Carta de Amiens, mas rejeitam a ideia de fazer do sindicato uma organização política, do tipo anarquista. Por outro, encontramos também aqueles que defendem que o sindicato deve ser vincadamente anarquista. Na primeira variante, deparamo-nos com uma conceção próxima da de Malatesta<sup>132</sup> e Neno Vasco<sup>133</sup>, anarquista-comunista para quem o sindicato (a *organização de massas*) era o meio, por excelência, para a propaganda anarquista, promovida pelos militantes mais combativos da *organização específica*<sup>134</sup>. A necessidade da organização *específica* resultava da noção de Malatesta de que o sindicalismo, por si

---

<sup>132</sup> De acordo com Carl Levy, Errico Malatesta (1853-1932) foi um dos mais importantes militantes anarquistas entre 1890 e os anos 20 do século XX, sendo apelidado por alguns como o “Lenine de Itália” ou o “Garibaldi Socialista”. As suas teorias sociais demarcavam-se do positivismo determinista da época, defendido, em certa medida, por autores como Kropotekin. Isto é, para Malatesta o estabelecimento da sociedade anarquista não estava pré-determinada, dependia antes da ação dos militantes anarquistas. Nesse enquadramento, defendia a revitalização dos princípios da I Internacional e a formação do “partido anarquista”, ou seja, uma organização com um programa concreto e unitário das diferentes tendências libertárias, com vista a propagar e a estabelecer o ideal anarquista entre as massas: LEVY, Carl – “The Rooted Cosmopolitan: Errico Malatesta, Syndicalism, Transnationalism and the International Labour Movement”. In BERRY, David; BANTMAN, Costance (org.) – *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism. The Individual, the National and the Transnational*. Newcastle: Cambridge Scholar Publishing, 2010, p. 61-71.

<sup>133</sup> Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos, Neno Vasco, foi possivelmente o mais importante teórico do anarquismo português durante a primeira década da República. Colaborou com a imprensa anarquista portuguesa e brasileira, como *A Aurora*, *A Terra Livre*, *Amigo do Povo*, entre muitos outros. Na sua principal obra, “A Conceção Anarquista do Sindicalismo”, cristalizou a sua posição enquanto anarquista comunista e um convicto malatestiano, defendendo a revolução armada: SAMIS, Alexandre – *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquista e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009; VASCO, Neno – *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

<sup>134</sup> A organização específica refere-se àquilo que Malatesta chamava de “partido anarquista”. Este “partido” tratava-se de uma organização de anarquistas com um conjunto de objetivos definidos de forma a poderem coordenar a sua ação e estratégias políticas: MALATESTA, Errico – “A Organização II”. *Agitazione de Ancone*, 11/07/1897. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/malatesta/1897/07/11.htm>.

mesmo, não era anarquista. Ou seja, nesta conceção anarquista de transformação social, subentende-se a questão do *dualismo organizacional* entre a organização de *massas* (sindicato) e a organização *específica* (grupo anarquista)<sup>135</sup>. Por outro lado, na segunda variante encontram-se os anarquistas que defendiam aquilo que mais tarde ficou conhecido por anarco-sindicalismo. Isto é, a ideia de que o sindicato deve atuar além da sua dimensão estritamente económica, de que deve incorporar uma dimensão política, vincadamente anarquista, de modo a alcançar o seu projeto revolucionário. Nesta perspetiva, a organização *específica*, tal como a defende Malatesta, já não era necessária. Em vez disso, seria o sindicato anarquista o organismo responsável por defender as ideias do apoio-mútuo e que iria estabelecer a sociedade anarquista. Esta última conceção anarquista, o anarco-sindicalismo, que se começou a formar por volta 1905 na Argentina (através da FORA<sup>136</sup>), só se afirmaria plenamente à escala internacional com o Congresso de Berlim de 1921, como reação à bolchevização dos sindicatos, que seria também defendida pela CGT (portuguesa) sob liderança de Manuel Joaquim de Sousa<sup>137</sup>.

A divulgação das novas ideias sindicalistas em Portugal, particularmente em Lisboa, partiria da iniciativa do Comité de Propaganda Social, que dinamizava o *A Greve*<sup>138</sup>. Este grupo de sindicalistas iniciou uma longa atividade de formação intelectual operária, segundo os princípios sindicalistas revolucionários, com o intuito de unir todas as fações políticas operárias para a construção da Confederação Geral do Trabalho, a base da sociedade futura. Esta nova ferramenta de educação e propaganda também se revelou fulcral para organizar um contramovimento revolucionário na consciência operária, à data do Congresso Nacional Operário de 1909, convocado pela Federação Sindical de Lisboa (PSP)<sup>139</sup>.

---

<sup>135</sup> CORRÊA, Filipe - *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo, 2012, p. 168.

<sup>136</sup> A partir do V Congresso da FORA o anarquismo foi adotado enquanto o objetivo final do sindicato, aquilo que Corrêa denomina por “finalismo forista”: Cf. CORRÊA, Felipe - “Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis.” In *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011, p. 84-85.

<sup>137</sup> Cf. TEODORO, José Miguel de Jesus – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, p. 179-200. Dissertação de Doutoramento.

<sup>138</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, p. 33-34.

<sup>139</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 126.

A partir deste Congresso, após a rejeição de uma moção, com o objetivo de impedir que organismos políticos participassem, os sindicalistas revolucionários decidiram abandonar e formar um novo congresso<sup>140</sup>. Foi com este congresso cisionista, o I Congresso Sindical e Cooperativista, realizado no Porto e em Lisboa, que as ideias da Carta de Amiens passaram à prática<sup>141</sup>. Nesse sentido, encontramos nas conclusões da tese “Cooperativismo e Organização Sindical” muitas das ideias chave da CGT francesa<sup>142</sup>.

Para além da melhoria das condições de vida, a tese fundadora apelava à solidariedade, à ação direta e à defesa da organização sindical como a base da sociedade futura, que iria abolir o trabalho assalariado. Para atingir esse objetivo, defendiam uma “propaganda ativa”, que seria realizada no futuro pelo semanário *O Sindicalista*, e os demais jornais de classe, de modo a criar um “espírito de classe, a necessidade de, afinal, tratar-se de si, da sua própria condição e da melhoria material da sua situação em face das outras classes”<sup>143</sup>. Também reiteram o ponto que tinha sido rejeitado no congresso organizado pela Federação Sindical de Lisboa (PSP), o pilar do sindicalismo revolucionário, ao concluir que “o operariado português deve, independentemente de quaisquer doutrinas filosóficas individuais, unir-se, agrupar-se”<sup>144</sup> e, após a sua adesão nas associações locais de classe, estaria apto a fundar a Confederação Geral, a última etapa para estabelecer a Internacional do Trabalho<sup>145</sup>.

O corpo orgânico encarregue de levar avante os seus objetivos, o CECS, foi constituído maioritariamente por militantes sindicalistas revolucionários, elegendo Jorge Coutinho como Secretário-Geral<sup>146</sup>. Contudo, o momento que se seguiria à formação deste organismo sindical, dominado pela questão do regime e o confronto de ideias entre monárquicos e republicanos, ainda não seria propício à afirmação da CECS na cena política nacional.

Mesmo assim, entre as transformações que determinaram o seu tempo, os

---

<sup>140</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*, p. 77-83.

<sup>141</sup> Idem, p. 77-83.

<sup>142</sup> OLIVEIRA, César - *O Congresso Sindicalista de 1911*. Porto: Afrontamento, 1971, p. 19-22.

<sup>143</sup> Idem, p. 21.

<sup>144</sup> Idem, p. 21.

<sup>145</sup> Idem, p. 21.

<sup>146</sup> VIEIRA, Alexandre - *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, p. 48.

sindicalistas encontravam-se mais preparados para atuar vivamente na esfera política nacional. Dispunham dos instrumentos necessários para orquestrar uma ação coordenada a larga escala, isto é, os jornais operários. O que, por sua vez, abriu caminho a que uma nova geração de propagandistas manifestasse a sua opinião política além da esfera das relações face-a-face, perante um crescente público de leitores<sup>147</sup>. Neste momento, entre o fervilhar de ideias que marcou a mudança de regime, surgiram personalidades como Carlos Rates e Manuel Ribeiro que iriam iniciar, com a República, uma nova fase nas suas trajetórias e destacar-se como “produtores de opinião” sobre o sindicalismo revolucionário português<sup>148</sup>.

---

<sup>147</sup> TARDE, Gabriel – *A opinião e as massas*, p. 63.

<sup>148</sup> *Idem*, p. 70.

## Capítulo 2. – As trajetórias da praxis: Carlos Rates e Manuel Ribeiro

Nos pontos anteriores abordamos, brevemente, alguns aspetos da estrutura social portuguesa, o enredo histórico, social e político que despoletou a primeira fase da ascensão do sindicalismo revolucionário. Neste ponto iremos reduzir a escala, tendo agora como foco as trajetórias e os conflitos que envolveram alguns atores sociais, sindicalistas, que tiveram um importante papel na reestruturação do ideal revolucionário ao declararem o divórcio do sindicalismo revolucionário da sua orientação anarquista. Com este estudo pretendemos explorar as pré-condições, a evolução intelectual e a ação política anterior à fundação da Federação Maximalista Portuguesa e ao Partido Comunista Português<sup>149</sup>. Isto é, iremos desbravar uma parte do campo sindicalista, com intuito de revelar a heterogeneidade das posições sindicalistas revolucionárias opostas ao anarquismo.

Entendemos, deste modo, tal como Villaverde Cabral, que ao analisar a oposição ao anarquismo, anterior à introdução do bolchevismo, poderemos extrair alguns elementos que refletem a razão de ser da nova ramificação revolucionária após a revolução russa<sup>150</sup>. Além disso, tal como refere Aït-Aoudia e Dézé, para desconstruir a narrativa da génese de um partido, ou seja, abandonar as suas conceções lineares e míticas, devemos, em primeiro lugar, entender os círculos políticos no qual os seus futuros fundadores estiveram ativos<sup>151</sup>. Nesse sentido, a FMP e o PCP poderão revelar-se como uma consequência prática dos conflitos internos no sindicalismo revolucionário, que terá encontrado no bolchevismo uma *praxis* alternativa e viável, capaz de materializar em torno de uma nova organização a oposição ao anarquismo.

No trajeto de investigação que delineámos, deparamo-nos, imediatamente, com as questões de continuidade ideológica de destacados militantes sindicalistas responsáveis pela fundação do PCP, principalmente Carlos Rates e Manuel Ribeiro. Além do seu papel

---

<sup>149</sup> WEBER, M. – *The Methodology of the Social Sciences*. Illinois: Free Press, 1949, p. 24.

<sup>150</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 406.

<sup>151</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 634.

de relevo enquanto delegados sindicais, estes militantes produziram um grande volume de fontes primárias na imprensa operária, brochuras e outros escritos. Na imprensa serão continuamente alvo de intrigas e de especulações quanto à sua posição doutrinária. Eles seriam, sem sombra de dúvidas, por volta de 1913, as principais figuras do sindicalismo que iniciariam a oposição ao anarquismo, mesmo antes da formação da FMP - a questão central a ser discutida neste capítulo. Posteriormente, seriam os principais dinamizadores do processo de proto-bolchevização das organizações operárias em Portugal, através da FMP e do PCP, como iremos ver no próximo capítulo.

Sobre este trajeto de investigação, próximo a uma biografia do desenvolvimento intelectual de uma facção no sindicalismo revolucionário, dos homens que se opuseram ao anarquismo e que iriam representar o bolchevismo português, deparamo-nos com uma observação pertinente por parte de Manuel Villaverde Cabral. Para este autor, tanto Rates como Ribeiro mudaram menos do que aquilo que parece à primeira vista na sua transição a caminho do bolchevismo, já que o PCP e a FMP, representariam os mesmos objetivos orgânicos que eles já defendiam antes (em 1913), concluindo que:

Seria, portanto, errado, a nosso ver, agarrar-se demasiado às questões de continuidade ideológica da parte deles [Manuel Ribeiro e Carlos Rates]; seria em compensação frutuoso, talvez, prosseguir a investigação no sentido de tirar a limpo as bases, tanto materiais como intelectuais, da corrente revolucionária que se opunha ao anarquismo no seio do movimento operário português da época.<sup>152</sup>

Ou seja, tendo em conta as observações supracitadas, Cabral entende que será mais interessante tratar a questão da oposição ao anarquismo como um todo, para além de Rates e Ribeiro, abordando outras figuras e organizações que terão animado esta questão. Contudo, desta vez partindo da nossa hipótese de investigação, supomos que o processo de bolchevização que se iria materializar em 1919 com a fundação da FMP terá sido alavancado por essa divisão de campos de 1913, entre sindicalistas e anarquistas. Consideramos, assim, que o processo de proto-bolchevização (FMP), pelo menos um dos seus vetores, foi um reflexo da conjuntura revolucionária portuguesa, que terá sido propulsionado pelos sindicalistas que repudiavam o anarquismo. E, nesse sentido, seria por intermédio de Rates e Ribeiro que se terá aprofundado a divisão, sendo impossível

---

<sup>152</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do século XX*, p. 406-407.

dissociar a questão da oposição ao anarquismo, e a fundação do “partido de novo tipo”, das trajetórias de militância destes homens. Posto isto, não pretendemos defender uma continuidade determinista nas suas trajetórias, longe disso. Partimos, deste modo, das suas trajetórias para dar consistência ao processo de evolução intelectual de alguns dos principais homens responsáveis pela introdução do bolchevismo em Portugal.

## 2.1. Até ao batismo de sangue da República

O debate político, no final da primeira década do século XX, foi dominado pela questão do regime, um embate entre republicanos e monárquicos, que mobilizou vários setores da sociedade portuguesa. Entre estes, encontrava-se Manuel Ribeiro (anexo 2 e 4), filho de um artesão sapateiro de Albernoa, que logo após terminar o liceu participou ativamente na defesa da causa republicana por meio de um jornal na cidade de Beja<sup>153</sup>. Ao mudar-se para Lisboa, em 1902, com o intuito de prosseguir os estudos em medicina, teve os primeiros contactos com militantes revolucionários anarquistas. Logo depois de se ver obrigado a abandonar os estudos<sup>154</sup>, colaborou com a editora Guimarães, dirigida por Delfim Guimarães de nome maçónico Bakunine. Foi através desta editora que traduziu uma das obras anarquistas com maior divulgação em Portugal, *A Conquista do Pão*, de Kropotekin<sup>155</sup>. No entanto, além da tradução, a sua presença também se faria notar através da sua escrita, particularmente pelo seu poema *A Prostituta* e a sua obra *O Sentido de Viver*, que iria ganhar notoriedade no movimento operário.

Em contrapartida, o natural de Setúbal, José Carlos Rates (anexo 1 e 3), não teve a mesma sorte de Ribeiro. Tendo nascido numa família proletária, trabalhou desde criança como ardina, “sem exame de instrução primária” e, de seguida, como marinheiro na Armada, acabando por desertar para se tornar pescador<sup>156</sup>. Em resultado da sua deserção, seria várias vezes detido e, no cárcere, acabaria por conhecer dois anarquistas que lhe

---

<sup>153</sup> SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o romance da fé*. Beja: Editora Licorne, 2010, p. 81-86.

<sup>154</sup> De acordo com o sindicalista Alfredo Monteiro, Manuel Ribeiro terá reprovado a Matemática no seu curso da Politécnica de Lisboa. Para mais, como o pai não podia suportar os custos dos seus estudos, Ribeiro viu-se obrigado a arranjar um emprego para se sustentar: VIEIRA, Alexandre – *Figuras Gradadas do movimento social português*. Lisboa: Edição do Autor, 1959, p. 108-112.

<sup>155</sup> SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o romance da fé*, p. 81-86.

<sup>156</sup> BRANDÃO, Raúl - *Os Operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984, p. 295.

iriam emprestar os primeiros livros de literatura revolucionária - Faure e Kropotekine<sup>157</sup>. Por volta de 1908, quando conseguiu emprego numa fábrica de conservas, confrontou-se com as classes laboriosas de Setúbal<sup>158</sup>, um dos polos mais combativos do operariado português<sup>159</sup>. Nessa altura, Rates deparou-se com a “guerra entre artesãos e industriais”, marcada pela greve dos soldadores da indústria das conservas contra a modernização tecnológica<sup>160</sup>. Foi neste contexto, numa cidade marcada pelo fenómeno de proletarização e a conseqüente luta de classes, que Carlos Rates desenvolveu e apurou as suas qualidades de sindicalista.

Durante as manifestações contra a execução do anarquista catalão Ferrer<sup>161</sup>, em 1909, salientou-se enquanto orador político onde “[teve] palavras ásperas para os autores daquela ignominia assim como para todos os opressores da humanidade sofrida”<sup>162</sup>. Poucos meses depois, já em 1910, Rates era o porta-voz da Associação dos Trabalhadores de Fábricas de Setúbal, onde redigiu uma declaração de repúdio à suposta chefia de Luís de Figueiredo<sup>163</sup> (militante do PSP) sob o operariado de Setúbal. Nesta declaração já

---

<sup>157</sup> Idem, p. 295: Na entrevista concedida a Raúl Brandão, Rates revela que os livros haviam sido emprestados pelo anarquista que terá apedrejado a carruagem do rei D. Carlos e os anarquistas que lançaram uma bomba contra o escritório do Dr. Joyce.

<sup>158</sup> Idem, p. 295.

<sup>159</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – “Situação do operariado nas vésperas da Implantação da República”. *Análise Social*, vol. XIII (50), 1977-2.º, p. 420-422.

<sup>160</sup> PEREIRA, Joana Dias – *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*, p. 123-125.

<sup>161</sup> Francesc Ferrer i Guàrdia (1859-1909) ficaria conhecido como uma das principais figuras do movimento libertário internacional devido ao seu projeto de pedagogia libertária, a “Escola Moderna”. Este método de pedagogia de Ferrer julgava que a educação era um pilar basilar no processo de transformação sociopolítico. Ou seja, graças a um ensino racional e científico pretendia instigar uma boa conduta e reorganizar a sociedade de forma justa. No entanto, em vez de impor o doutrinário libertário, entendia que a educação deveria ser o mais neutra possível, determinada pela racionalidade científica. Esta personalidade do movimento anarquista seria imortalizada e ascenderia ao estatuto de mártir após a “Semana Trágica” de 1909, onde vários republicanos, socialistas e anarquistas foram condenados à morte acusados de compactuarem com o movimento grevista insurrecional que deflagrou na Catalunha: Cf. FIDLER, Geoffrey C. – *The Escuela Moderna Movement of Francisco Ferrer: «Por la Verdad y la Justicia»*. *History of Education Quarterly*, vol. XXV, 1985, p. 103-132.

<sup>162</sup> “Homenagem a Ferrer”. *Germinal*, nº 292, 30/11/1909, p. 2.

<sup>163</sup> Manuel Luís de Figueiredo (1861-1927) foi o antigo líder da tendência possibilista que se opôs, durante largos anos, à facção marxista de Azedo Gneco. Em 1907-1908 estabeleceu um acordo com Gneco (marxista) para pôr termo à cisão entre as duas facções e robustecer o PSP. Notabilizou-se também pela sua colaboração nos periódicos *O Protesto*, *O Protesto Operário* e *O Trabalho*: CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 38; NOGUEIRA, César – *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964, p. 338-340.

conseguimos identificar a sua posição, enquanto sindicalista revolucionário, contrário à ação do PSP, ao rejeitar a intervenção “de qualquer outro político por mais honesto e sincero que seja”<sup>164</sup>.

As primeiras exposições teóricas de Carlos Rates surgiram só em 1911, após a sua eleição para o cargo de secretário geral da União dos Sindicatos de Setúbal (20 de janeiro)<sup>165</sup> fundada pelo próprio. Numa série de artigos, Rates abordou as noções basilares do sindicalismo revolucionário, desde a apologia à greve geral revolucionária até às ações sindicalistas do *boicote* e *sabotage*, defendidas por Émile Pouget<sup>166</sup>. Num destes artigos publicado no *Germinal*, Rates, ainda enquanto anarquista, entendia que o sindicalismo se tratava de uma doutrina, que teria sido essencial para que o anarquismo não se desviasse da luta de classes<sup>167</sup>.

Enquanto Rates expunha a sua posição teórica na imprensa operária, isso não fez com que descurasse a ação sindicalista, muito pelo contrário. Logo no primeiro mês, na qualidade de Secretário-Geral, começou por organizar um grande movimento grevista, um dos maiores alguma vez vistos no país. O movimento começou com a greve das operárias das fábricas de conservas de Setúbal<sup>168</sup>, que defendiam um aumento salarial<sup>169</sup>. A partir da assembleia geral de 14 de fevereiro, a União Local apoiou esta greve e divulgou um manifesto em solidariedade.

A juntar-se a essa greve já se encontravam na cidade vários movimentos de revolta operária como o dos carroceiros, o dos metalúrgicos e o dos operários da fábrica de José de Matos. Contudo, foi a luta das mulheres operárias que marcou este movimento, tornando-se a sua condição precária de existência num símbolo da carestia da vida operária. Estas mulheres formavam um movimento de “feminismo democrático”, como

---

<sup>164</sup> RATES, J. Carlos – “Associação dos Trabalhadores de Fábricas”. *Germinal*, 27/02/1910, p. 2.

<sup>165</sup> “O Sindicalista em Setúbal”. *O Sindicalista*, nº 13, 05/02/1911, p. 2.

<sup>166</sup> Émile Pouget (1860-1931) foi uma das principais figuras do anarquismo sindicalista francês, tendo chegado a colaborar ao lado da militante anarquista Louise Michel. Em Portugal seria conhecido pelo seu papel na redação da “Carta de Amiens” e pela sua extensa obra sobre os meios de luta sindicalista revolucionários, nomeadamente pelas suas obras sobre a sabotagem, boicote e ação direta: BANTMAN, Constance – “The Militant Go-between: Émile Pouget’s Transnational Propaganda (1880-1914)”. *Labour History Review*, vol. LXXIV-3.º, 2009, p. 274-287.

<sup>167</sup> RATES, J.C. – “Sindicalistas e reformistas”. *Germinal*, nº 361, 13/05/1911, p. 3.

<sup>168</sup> “O movimento grevista em Setúbal”. *O Sindicalista*, Suplemento ao nº 16, 26/02/1911, p. 1-2.

<sup>169</sup> VALE, José do – “A greve”. *Germinal*, nº 354, 11/03/1911, p. 2

o chamava José do Vale e Martins dos Santos<sup>170</sup>. Os líderes operários afirmavam que “[era] pela escravidão económica que ela [mulher operária] se submete à supremacia do macho [prostituição]”<sup>171</sup>, logo, esta luta económica por melhores salários representava o princípio da emancipação da mulher e da sua sublevação moral, para curar o mal imposto pela sua condição económica<sup>172</sup>.

Este movimento grevista foi, não só o primeiro teste para Carlos Rates, enquanto Secretário-Geral, mas também para a CECS de 1909 que, à data, lutava, por um lado, contra a lei que regulava as greves<sup>173</sup> e, por outro, se preparava para organizar o II Congresso Sindical. Jorge Coutinho, o então secretário geral da CECS, horas antes de uma sessão de propaganda, foi expulso de Setúbal por ordem do administrador da cidade e organizou, a partir de Lisboa, uma comissão de apoio ao movimento de Setúbal<sup>174</sup>. Já a estratégia de Rates passou pela mobilização de vários comícios na Avenida Todi, que teve como resposta, por parte da autoridade local, uma forte repressão que levou à prisão de Rates e à morte de dois grevistas<sup>175</sup>. Na sequência da “resposta ativa e digna do nosso camarada Carlos Rates” ao administrador da cidade, ele seria levado para bordo da canhoneira Zaire por instigar à greve<sup>176</sup>, onde permaneceria durante 58 dias.

É fácil de prever, pela natureza dos acontecimentos, como esta mobilização operária e popular se iria tornar num mito, ou símbolo do espírito e da consciência da luta de classes em Setúbal, mas não só. Também seria este o primeiro momento que projetou Carlos Rates enquanto o ideal de sindicalista revolucionário, “um bom organizador e bem orientado agitador da consciência operária” acusado de um “sublime crime! Devíamos nós, os operários, especialmente ser todos assim criminosos. Era o Ideal!”<sup>177</sup>.

Deste momento grevista, Rates saiu com o seu estatuto reforçado perante a opinião do proletariado local e nacional, que ignorava as supostas acusações de que este viveria

---

<sup>170</sup> SANTOS, Martins – “Reprovamos”. *Germinal*, nº 354, 11/03/1911, p. 1.

<sup>171</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>172</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>173</sup> Referimo-nos à lei aprovada a 7 de dezembro de 1910, apelidada de “decreto-burla”, pelos sindicalistas.

<sup>174</sup> “O movimento grevista em Setúbal”. *O Sindicalista*, Suplemento ao nº 16, 26/02/1911, p.1-2; “A greve de Setúbal”. *O Sindicalista*, nº 18, 12/03/1911, p. 2.

<sup>175</sup> “Perseguição odiosa”. *O Sindicalista*, nº 24, 24/04/1911, p. 1.

<sup>176</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>177</sup> COUTINHO, Jorge – “Liberdade para as vítimas!”. *O Sindicalista*, nº 27, 14/05/1911, p. 2.

à custa dos sindicatos e de que não seria assalariado<sup>178</sup>, organizando, em resposta, comícios e debates pela sua libertação<sup>179</sup>. Graças a esta mobilização também ganhou relevo perante os líderes sindicais que, após o II Congresso Sindical, o elegeram como delegado para ações de propaganda entre os trabalhadores rurais. Tornou-se, assim, a partir deste acontecimento, numa das figuras cimeiras do sindicalismo português.

Além disso, como resultado da repressão contra os grevistas, os sindicatos de Lisboa e do Porto aprofundaram as suas relações promovendo ações de solidariedade em todo o país<sup>180</sup>. Só no Porto, reuniram-se 2.000 pessoas em solidariedade com o movimento de Setúbal e pela libertação de Carlos Rates. O mesmo aconteceu em Lisboa, onde 80.000 operários terão abandonado os seus postos de trabalho, em solidariedade com os dois grevistas mortos pela GNR<sup>181</sup>. A partir destes comícios, verificamos que a ação repressora terá, de certo modo, estimulado as redes de comunicação e a ação concertada entre operários à escala nacional. Por conseguinte, graças a esta mobilização, a consciência operária foi além das questões locais ao elevar a greve de Setúbal a um problema nacional, fazendo desta um símbolo da exploração capitalista e da condição da mulher. Nesta conjuntura, o sindicalismo representou, na visão dos seus representantes, uma ação regeneradora, face à carestia de vida e às questões morais que marcavam a vida operária e urbana.

Como diria Rates, um ano depois, “os fuzilamentos de Setúbal foram o batismo de sangue da República e o seu primeiro passo para o, já hoje irrevogável, seu divórcio com o Proletariado.”<sup>182</sup>. O início de 1911 marcou, portanto, o fim da aliança “contranatura” entre sindicalistas e republicanos, que já antes demonstrava sinais de rutura.

### 2.1.1. O II Congresso Sindical (1911)

---

<sup>178</sup> “Respondendo a Infâmias”. *O Sindicalista*, nº 22, 9/04/1911, p. 1.

<sup>179</sup> Realizaram-se vários comícios pela libertação de Carlos Rates em Lisboa, Porto, Setúbal, Ferreira do Alentejo e Vendas Novas. Segundo o próprio Carlos Rates, o despedimento de operários após a morte dos dois grevistas a 13 de março, terá levado a um movimento de solidariedade em Lisboa que terá contado com 80.000 operários solidários com a causa de Setúbal: “Carlos Rates”. *Germinal*, nº 364, 06/06/1911, p. 2; RATES, C. “Ao proletariado de Setúbal”. *Germinal*, nº 1 (II), 12/08/1911, p. 1.

<sup>180</sup> “Mais protestos contra os acontecimentos de Setúbal”. *O Sindicalista*, nº 20, 26/03/1911, p. 2-3.

<sup>181</sup> “Contra os assassinos de Setúbal”. *O Sindicalista*, nº 21, 2/04/1911, p. 3; RATES, C. – “Ao proletariado de Setúbal”. *Germinal*, nº 1 (II), 12/08/1911, p. 1.

<sup>182</sup> RATES, J. Carlos – “13 de março”. *Germinal*, nº 27 (II), 16/03/1912, p. 1.

Logo após o 5 de outubro, as greves passaram a ser vistas como fatores desestabilizadores e antipatrióticos, alguns republicanos chegariam até mesmo a afirmar que os grevistas eram agentes monárquicos.

Nesse novo clima político, alguns setores do PSP optaram por se aproximar do novo regime, com o intuito de obter o espaço político necessário para realizar o seu projeto de “República Social”. Porém, essa estratégia não produziu os resultados esperados. É que para os socialistas se institucionalizarem na República, hostil às greves, teriam que ceder as suas reivindicações sindicalistas grevistas para demonstrar a sua lealdade perante o novo regime. Com esse objetivo em mente, os socialistas juntaram-se às manifestações patrióticas contra as greves<sup>183</sup>.

Ao assumir tal posição o partido colou-se, cada vez mais, aos interesses políticos dos republicanos. Ora, isto vai permitir que o congresso sindicalista revolucionário (1909) se afirme como o único representante legítimo das mobilizações grevistas. Por outro lado, apesar das cedências dos socialistas, visando criar um consenso com os republicanos, não havia interesse, da parte destes últimos, em oferecer o espaço político que pudesse institucionalizar o PSP. É que, segundo António José de Almeida, os trabalhadores não precisavam de representantes no Parlamento, os republicanos tratariam de zelar pelos seus interesses<sup>184</sup>. Além disso, a lei eleitoral do regime republicano retirava o direito de voto aos analfabetos, o que colocava de parte o possível eleitorado do PSP (os operários) e debilitou as suas aspirações eleitorais<sup>185</sup>.

Com o terreno parlamentar barrado às reformas progressivas, salientou-se um vazio político na representação de uma população operária em crescente expansão, que já chegava aos 100.686 operários em 1911<sup>186</sup>. Sem outra alternativa viável, capaz de responder a curto-prazo às necessidades operárias e aos movimentos grevistas espontâneos, o único caminho transponível para a melhoria das condições de vida ficou entregue ao sindicalismo revolucionário, que iria tirar partido do contexto.

---

<sup>183</sup> VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*, p. 151.

<sup>184</sup> *Idem*, p. 151.

<sup>185</sup> *Idem*, p. 153.

<sup>186</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal da monarquia para a república*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 127.

No sentido oposto ao dos socialistas, no II Congresso Sindical (1911) foi reiterada a rejeição de qualquer intervenção do Estado, especialmente na vida associativa, por afastar os trabalhadores da ação direta<sup>187</sup>. Quanto à lei que regulamenta a greve, obrigando ao pré-aviso, os sindicalistas revolucionários ignoram-na e optam por “não prevenir a entidade patronal, procurando que a greve constitua o mais possível uma surpresa” e rejeitam qualquer forma de arbitragem nas negociações<sup>188</sup>. Entretanto, também neste congresso, foi eleita uma nova Comissão Executiva que pretendia alargar o sindicalismo além do operário fabril, em direção a todos os proletários, incluindo os trabalhadores rurais e os empregados do comércio.

Sobre o congresso, o carismático propagandista José Carlos Rates escreveu um artigo em que afirmava que a “propaganda sindicalista [era] pouco conhecida e mal compreendida em Portugal, até por alguns que se dizem sindicalistas”<sup>189</sup>. E aponta como um erro crasso o facto de ainda não estarem disponíveis “delegados que percorram a província, orientando e organizando a família proletária”<sup>190</sup>. Para o Congresso, Rates pretendia a “fundação imediata da Confederação do Trabalho [CGT], d’um jornal operário diário”<sup>191</sup>. No final, no Congresso concluiu-se que a fundação da CGT teria que ser adiada, porém, a proposta de propaganda na província seria logo posta em prática, sob a liderança de Carlos Rates, então delegado da CECS.

### 2.1.2. Entre doutrinas: os trabalhadores rurais

Num país profundamente rural, em que 50% da população ativa se dedicava às pescas e à agricultura, apenas duas Associações de Classe rurais estiveram presentes no Congresso Sindical de 1911, a associação de Coruche e a de Ferreira do Alentejo<sup>192</sup>. Para colmatar esse baixo índice de sindicalização entre os proletários rurais, alguns delegados

---

<sup>187</sup> OLIVEIRA, César – *O Congresso Sindicalista de 1911*, p. 68.

<sup>188</sup> Idem, p. 95.

<sup>189</sup> RATES, J. Carlos – “Aos Sindicalistas: a organização operária em Portugal”. *O Sindicalista*, nº 47, 1/10/1911, p. 1-2.

<sup>190</sup> Idem, p. 1-2.

<sup>191</sup> Idem, p. 1-2.

<sup>192</sup> VENTURA, António – *Subsídios para a história do movimento sindical rural no alto Alentejo (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova, 1976, p. 46-47.

da CECS foram enviados em ações de propaganda, para fortalecer a relação com os sindicatos já existentes. Todavia, estes trabalhadores não eram alheios às lutas coletivas por melhorias das condições de vida. Já antes da tournée de propaganda da CECS, organizaram uma greve geral (janeiro de 1912) que se estendeu a Lisboa<sup>193</sup>. Esta greve de solidariedade, contestada por Rates, provocaria fortes confrontos entre sindicalistas e o governo, em Lisboa, Setúbal e na Moita, o que levou ao encerramento da Casa Sindical<sup>194</sup>.

A decisão de iniciar as novas ações propaganda na “província” foi aprovada no dia 26 de março de 1912, onde Rates já declarava<sup>195</sup> ser “convictamente sindicalista, porque o sindicalismo é uma doutrina que se baseia tão simplesmente nos factos”<sup>196</sup>. Porém, este já não estaria no estado de graça de outrora, à data das mobilizações de Setúbal. Depois de se mudar para Lisboa, passou a integrar a Federação dos Operários da Indústria da Construção Civil, no entanto, não foi capaz de assumir a liderança deste movimento, sendo severamente atacado pelas suas posições no sindicato. Para os redatores do jornal *O Construtor*, em resposta às acusações de Rates em *O Sindicalista* e *O Século*, de que a comissão de inquérito da Federação da Construção Civil era anti-sindicalista, afirmaram, por sua vez, que talvez até seja, “mas Rates é sindicalista? Não o creio”<sup>197</sup>. Para este sindicalista, que escrevia o artigo, Rates era apenas um “tartufo” que “se introduziu no movimento operário com pretensões a chefe a ídolo”<sup>198</sup>.

Já nesta altura, em abril de 1912, durante a polémica com o sindicato da construção civil de Lisboa, Rates encontrava-se entre os trabalhadores de Coruche, que parecem suscetíveis às ideias da organização sindical, dado que “assimilam com entusiasmo a propaganda associativa quando lhes falam ao coração”, não obstante, “confundem-se

---

<sup>193</sup> VIEIRA, Alexandre – “Para a História do Sindicalismo em Portugal”, p. 61-65

<sup>194</sup> Idem, p. 62-65: A “Casa Sindical”, inaugurada a 31 de dezembro de 1911, tratava-se do edifício onde se encontrava a sede da União dos Sindicatos de Lisboa (USO-Lisboa), da CECS e da redação de *O Sindicalista*. Este espaço tornou-se num marco da implantação das doutrinas sindicalistas revolucionárias defendidas no Congresso Sindicalista de 1911: VIEIRA, Alexandre – *Para a história do sindicalismo em Portugal*, p. 56-57.

<sup>195</sup> RATES, J. C.; ESTEVES, Evaristo – “A vida operária em Évora”, *O Sindicalista*, nº 83, 30/06/1912, p. 3.

<sup>196</sup> “Vida Sindical”. *O Sindicalista*, nº 70, 31/03/1912, p. 4.

<sup>197</sup> MATOS, A. – “Como os homens se desmascaram”. *O Construtor*, nº28, 14/04/1912, p. 2.

<sup>198</sup> Idem, p. 2.

quando se lhes expõe doutrinarismo transcendentess”<sup>199</sup>.

A primeira fase da ação de propaganda pela província passou também por Vila Franca de Xira<sup>200</sup>, Coimbra e Évora, onde foi interrompida, temporariamente, a mando do Governador Civil<sup>201</sup>. Esta propaganda sindicalista revelou-se oportuna por ter acompanhado as mobilizações dos trabalhadores rurais do Alentejo, especialmente após a eclosão da greve em Évora. Os frutos das conferências dos delegados da CECS iriam ser colhidos, uns meses depois, com a realização do Congresso dos Trabalhadores Rurais, reunindo 12.525 trabalhadores, que passariam a estar federados ao Congresso de 1911<sup>202</sup>.

Durante este período, a posição de Rates vai-se contradizendo até à data do debate de 1913 (sobre a finalidade do sindicalismo). Por vezes, referia o sindicalismo como uma doutrina independente do anarquismo, por outras, como estando em perfeita harmonia com o anarquismo. Como dizia o próprio, “o Sindicalismo não é uma doutrina política, mas um processo de luta e transformação social”<sup>203</sup>. Ainda assim, na sua visão, o sindicalismo era concebido enquanto uma ferramenta de transformação social, “a futura organização das sociedades”<sup>204</sup>. Também ainda não encontramos, da sua parte, uma rejeição clara das ideias anarquistas. Em alguns artigos verificamos até o oposto, ao elogiar o trabalho de propaganda de *A Aurora*, um semanário com influências anarquistas comunistas, por ter espalhado “as primeiras sementes [na província] aplanando-nos o caminho”<sup>205</sup> para a organização sindical.

Contudo, como referia a imprensa anarquista, esta ação organizativa já poderia estar imbuída de uma conceção sindicalista autónoma, em oposição ao anarquismo. Uns meses depois da propaganda sindicalista pela província, o *A Terra Livre* (anarquista), publicaria um relato de um trabalhador rural que diria o seguinte, ao ser questionado sobre a atividade dos delegados da CECS:

---

<sup>199</sup> RATES, J. Carlos; ESTEVES, Evaristo – “Os rurais de Coruche”. *O Sindicalista*, nº 74, 28/04/1912, p.2.

<sup>200</sup> SOUSA, Jerónimo de; PIEDADE, Custódio da; RATES, J. Carlos – “O Proletariado de Vila Franca de Xira e Alhandra”. *O Sindicalista*, nº 76, 12/05/1912, p. 2.

<sup>201</sup> RATES, J. Carlos – “A vida operária em Coimbra”. *O Sindicalista*, nº 77, 19/05/1912, p. 2.

<sup>202</sup> VENTURA, António – *Subsídios para a história do movimento sindical rural no alto Alentejo (1910-1914)*, p. 41.

<sup>203</sup> RATES, J. Carlos – “Carta Aberta a Sebastião Eugénio”. *O Sindicalista*, nº91, 25/08/1912, p. 2.

<sup>204</sup> RATES, J. C. – “Propaganda sindicalista: através do Alentejo”. *O Sindicalista*, nº 94, 22/09/1912, p. 3.

<sup>205</sup> RATES, J. C. – “Propaganda sindicalista: através do Alentejo”. *O Sindicalista*, nº 91, 25/08/1912, p. 2.

Quem eram os propagandistas que foram à associação fazer propaganda revolucionária?

— Nenhuns.

— Então não foram lá Manoel Afonso, Ferreira Quartel<sup>206</sup> e Carlos Rates?

— Efetivamente foram, mas fizeram propaganda associativa ou sindicalista, e não revolucionária.<sup>207</sup>

Não sabemos ao certo a intenção por detrás da divulgação deste relato, publicado já após o debate com Emílio Costa<sup>208</sup> sobre se “o sindicalismo se basta a si próprio”, que poderia ser uma reação à nova posição de Rates. Talvez seja uma reação à brochura intitulada “Sindicalistas e Anarquistas”, publicada pela nova Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, que surge em Évora graças à ação de Carlos Rates. Nessa brochura encontram-se os vários artigos que irão animar o debate, desde Manuel Ribeiro a Neno Vasco<sup>209</sup>. Curiosamente, na posição oposta à dos anarquistas, Manuel Ribeiro elogiou vivamente a ação de Carlos Rates na organização dos trabalhadores rurais, ao afirmar que:

o *Trabalhador Rural*, órgão da jovem e ardente Federação Nacional dos Trabalhadores rurais, diga-se de passagem, a organização de classe mais revolucionária e combativa do país, e orientada por um militante da raça dos Grifuelhes e Yvetot – Carlos Rates<sup>210</sup>.

## 2.2. O sindicalismo basta-se a si próprio

Na cena anarquista internacional, durante o congresso anarquista de Amesterdão (1907), afirmou-se uma nova corrente revolucionária que, em virtude do período de ascensão sindical em França, entendia que o sindicalismo, por si próprio, seria a fonte da futura revolução. Em defesa desta nova posição, surge Pierre Monatte, que concebia o

---

<sup>206</sup> Manuel Ferreira Quartel, foi o principal organizador dos trabalhadores rurais no Alentejo. Iria aderir, logo em 1921 ao PCP, passando então a defender a linha bolchevizante da ISV contra a posição anarcossindicalista da CGT.

<sup>207</sup> “Entre ferros da República: O Extermínio dos sindicalistas”. *A Terra Livre*, nº 24, 31/07/1913, p. 6

<sup>208</sup> Emílio Martins Costa (1877-1952) foi um dos mais conceituados militantes anarquistas em Portugal durante a I República, colaborando ativamente na imprensa, desde *O Século* aos jornais anarquistas. No meio anarquista demarcou-se pelo facto de defender vivamente a posição do Manifesto dos Dezasseis de Kropotekin contra Neno Vasco. Em 1925 passaria a defender o Bloco das Esquerdas e a colaborar no órgão da ISV, *A Internacional*: VENTURA, António; PEDROSO, Alberto – *Emílio Costa e o sindicalismo. Da Formação Libertária à Casa Sindical*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 17-39.

<sup>209</sup> FREIRE, João – “Estudo Introdutório”. In VASCO, Neno - *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Porto: Afrontamento, 1984, p. 27.

<sup>210</sup> RIBEIRO, Manuel – “Na Linha de Fogo”. *O Sindicalista*, nº 114, 31/01/1913, p. 1.

sindicalismo revolucionário não como um método, mas enquanto uma doutrina que tinha como razão de ser a sua *praxis* – greve geral, sabotagem e boicote<sup>211</sup>. Nesta conceção, o sindicato seria o organismo da sociedade futura, que iria derrubar o capitalismo pela greve geral revolucionária. Concluiu, portanto, que os anarquistas deviam entrar nos sindicatos a fim de dinamizar a independência sindical e a ação direta, em vez de se ficarem pela especulação filosófica dos grupos anarquistas<sup>212</sup>.

Por outro lado, para o anarquista comunista Errico Malatesta, tal proposição caía no mesmo erro dos anarquistas que, após a Comuna de Paris, se refugiaram nos atentados nihilistas. Malatesta, sem discordar da importância da intervenção anarquista no sindicato, entre as massas, e apesar de apoiar a autonomia sindical, rejeitou a ideia de que o sindicato pudesse trazer a revolução social. Para o anarquista italiano, o sindicato só era capaz de resolver os problemas imediatos dos trabalhadores. A revolução anarquista devia preocupar-se antes na preparação da luta armada organizada, com o intuito de tomar o controlo dos meios de produção e abolir o poder político<sup>213</sup>. Só assim é que poderiam atingir o fim revolucionário, nunca pela mão de uma greve geral<sup>214</sup>.

Da parte dos anarquistas portugueses, segundo a tese “Sindicalismo e Anarquismo”, redigida por Manuel Joaquim de Sousa e aprovada no I Congresso Anarquista de 1911, foram afirmadas teses semelhantes à de Malatesta, de que “convém não confundir o sindicalismo, mesmo revolucionário, com o anarquismo. Rigorosamente, não são a mesma coisa”<sup>215</sup>. Todavia, ao contrário daquilo que pretendia Malatesta, o objetivo dos anarquistas portugueses no sindicato era fazer com que “o Sindicalismo Revolucionário fosse o mais possível anarquista”<sup>216</sup>.

No caso português, encontramos várias réplicas deste debate ao longo da I República. Um dos primeiros episódios ocorreu em reação a um artigo de César

---

<sup>211</sup> WOODCOCK, George - *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998, p. 201-207

<sup>212</sup> Idem, p. 201-207

<sup>213</sup> Idem, p. 207-212.

<sup>214</sup> Idem, p. 207-212.

<sup>215</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*, p. 101.

<sup>216</sup> Idem, p. 101.

Nogueira<sup>217</sup>, ainda antes da famosa discussão entre Emílio Costa e Manuel Ribeiro. César Nogueira, no jornal socialista *O Trabalho*, afirmava que só existiam duas correntes sindicalistas, “ou seja, o sindicalismo revolucionário ou anarquista e o sindicalismo reformista ou socialista”<sup>218</sup>. Enquanto que “o anarquismo rejeita a luta parlamentar e proclama a ação direta; o socialismo aceita a luta parlamentar e abraça a questão económica em todos os campos”<sup>219</sup>. Em reação, no jornal *O Construtor*, o sindicalismo trata-se, para alguns redatores, de uma síntese das ideias de Marx e Bakunin, de uma escola nova “que despreza todas as ideologias, políticas e filosóficas, socialistas e anarquistas”<sup>220</sup>, concluindo que “os socialistas não são sindicalistas nem mesmo os anarquistas”<sup>221</sup>. Já em 1912, portanto, alguns sindicalistas identificavam-se segundo os princípios da corrente em prol da autonomia sindical, face ao anarquismo, mesmo antes de Manuel Ribeiro e Carlos Rates.

Contudo, essa primeira discussão não teve qualquer repercussão no movimento operário, já que se tratava de uma discussão teórica entre militantes que não partilhavam o mesmo espaço político – reformistas e revolucionários. Porém, este já não seria o caso com o segundo momento do debate.

O novo conflito foi iniciado por Emílio Costa ao chamar a atenção a certos elementos sindicalistas, que expressavam a ideia de que o sindicalismo superava as velhas questões ideológicas entre socialistas e anarquistas, com origem na 1ª Internacional<sup>222</sup>. Para este anarquista, o sindicalismo não era uma doutrina social, mas apenas uma ferramenta, ou seja, uma fase na transformação social de que tanto anarquistas como socialistas faziam uso na luta de classes. Por isso, afirmou que não compreendia “a distinção feita entre sindicalistas e anarquistas, como representantes de doutrinas sociais

---

<sup>217</sup> Militante socialista que aderiu ao PSP em 1908, à data da sua unificação, chegando a ser membro do seu Conselho Central (1910-1923). Notabilizou-se pela sua colaboração em vários periódicos sindicalistas e socialistas, tanto portugueses como internacionais, e pelas suas obras sobre a história do socialismo em Portugal: VIEIRA, Alexandre – *Figuras Gradadas do movimento social português*, p. 113-115.

<sup>218</sup> A relação dos redatores deste periódico, perante o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, é clara, para estes “como o anarquismo violento, o chamado sindicalismo revolucionário terá também que passar à história, posto que o mundo não se rege por quimeras.”: *O Trabalho*, nº 569, 29/11/1912, p. 1.

<sup>219</sup> NOGUEIRA, César – “Sindicalismo e socialismo”. *O Trabalho*, nº 545, 10/03/1912, p. 1.

<sup>220</sup> M. - “Sindicalismo e Anarquismo”. *O Construtor*, nº 25, 24/03/1912, p. 3.

<sup>221</sup> Idem, p. 3.

<sup>222</sup> COSTA, Emílio – “Sindicalistas e Anarquistas”. *Terra Livre*, nº 1, 13/02/1913, p. 1.

diferentes”<sup>223</sup>. Chegou, aliás, a referir o “fiasco do livro de Pouget e Pataud” como prova de que o sindicalismo, sem uma doutrina, estava condenado ao reformismo parlamentarista. Conclui que “não tem por isso razão de ser a famosa frase «o sindicalismo basta-se a si próprio»”<sup>224</sup>.

A resposta a este artigo não tardou a chegar. Todavia, não seria Carlos Rates a iniciar a disputa, mas Manuel Ribeiro, que em 1911 tinha rejeitado a oposição entre anarquismo e sindicalismo<sup>225</sup>. Para o futuro secretário-geral da FMP, aquilo que distinguia o sindicalismo do anarquismo e socialismo “são as suas *instituições específicas* e não o modo de conceber uma determinada forma de sociedade”<sup>226</sup>. A lógica de Manuel Ribeiro partia de uma distinção do sindicalismo, em relação ao anarquismo, ao nível da consciência. Ou seja, por um lado, enquanto a *consciência anarquista* resultaria de uma reação à opressão exercida por parte do Estado (*forma política*), por outro, a *consciência sindicalista* seria uma reação ao desenvolvimento do capitalismo (*forma económica*). “Eis aqui duas tendências bem distintas [...] O sindicalismo é, pois, para o capitalismo o que o anarquismo é para o Estado. [...] Abolido o capitalismo suceder-lhe-á o sindicalismo”<sup>227</sup>. Neste artigo Ribeiro entendia também o anarquismo como um projeto “negativo”, que visava a destruição das formas sociais repressoras exercidas pelo Estado, concluindo, por isso, que a integração de militantes anarquistas nos sindicatos “foi uma aberração” que surgiu apenas após “Karl Marx ter revolucionado a economia”<sup>228</sup>.

Nova resposta, desta vez em nome da redação do jornal *A Terra Livre*, reafirma a posição de Emílio Costa, a de que o sindicalismo não era uma doutrina social nova. Reagem também às acusações de Ribeiro, de que o anarquismo seria a antítese do comunismo, ao afirmar que ambos (anarquismo e comunismo) “são forma e essência da mesma sociedade, são vaso e conteúdo”<sup>229</sup>. Apontando, pela sua vez, que Ribeiro, ao rejeitar o anarquismo, estaria a defender uma conceção autoritária do comunismo.

---

<sup>223</sup> Idem, p. 1.

<sup>224</sup> Idem, p. 1.

<sup>225</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, p. 68.

<sup>226</sup> RIBEIRO, Manuel – “Anarquistas e Sindicalistas: Resposta a Emílio Costa”. *O Sindicalista*, nº 117, 23/02/1913, p. 1.

<sup>227</sup> Idem, p. 1.

<sup>228</sup> Idem, p. 1.

<sup>229</sup> Redação da Terra Livre – “Sindicalistas e Anarquistas”. *A Terra Livre*, nº 3, 27/02/1913, p. 1.

Salientam, ainda, que o sindicalismo doutrinal seria um produto de intelectuais com origem no socialismo democrático. Portanto, caso o sindicalismo enquanto doutrina fosse adotado no seio do sindicato, este, em vez de ser um “grupo de interesses”, passaria a ser só um “grupo de ideias”, abandonando, então, a independência doutrinal que define o sindicalismo revolucionário<sup>230</sup>.

Desta vez, a resposta de Ribeiro seria mais branda, focando o problema da distinção entre doutrinas quanto à organização social que idealizam. Enquanto que na concepção sindicalista o sindicato era o futuro órgão que iria administrar a sociedade, já para os anarquistas, esse papel remetia-se para a comunidade. Portanto, reiterou que “o sindicalismo é, pois, do princípio ao fim, diferente do anarquismo”<sup>231</sup>. Termina o artigo referindo que o anarquismo era um sistema individual de caráter moral, com o qual se identificava; porém, só o sindicalismo é que lhe oferecia uma organização social coerente capaz de superar o capitalismo e o Estado<sup>232</sup>.

Poucos dias depois da sua resposta a Emílio Costa, Manuel Ribeiro organizou uma conferência na sede das Juventudes Sindicalistas onde defendeu que “as J.S. [empregassem] todos os seus esforços na propagação da ideia do sindicalismo bastando-se a si próprio, na sua mais alargada aceção”<sup>233</sup>. Chegaria, inclusivamente, a dissertar sobre o sindicalismo que, segundo o próprio, seria uma nova filosofia com origem no marxismo que teve como principal dinamizador Georges Sorel. A partir da obra *La décomposition du marxisme*, expôs a luta de classes enquanto o motor da história, que só poderia ser realizada no campo económico através da greve geral revolucionária, impulsionada pelo “mito” do novo sistema social<sup>234</sup>.

Carlos Rates também seguiu o mesmo caminho na propaganda sindicalista. O propagandista de Setúbal realizou duas conferências sobre este tema, onde vai ainda mais longe que Ribeiro, ao afirmar que a sua adesão ao anarquismo teria sido, simplesmente, por puro desconhecimento das doutrinas sindicalistas, já que “como eu, muitos outros

---

<sup>230</sup> Idem, p. 1.

<sup>231</sup> RIBEIRO, Manuel – “Anarquistas e Sindicalistas: Resposta a Emílio Costa II”. *O Sindicalista*, nº 118, 02/03/1913, p. 1.

<sup>232</sup> Idem, p. 1.

<sup>233</sup> “As juventudes sindicalistas: A conferência de Manuel Ribeiro”. *O Sindicalista*, nº 119, 09/03/1913, p.1.

<sup>234</sup> “Propaganda Sindicalista”. *O Sindicalista*, nº 166, 26/07/1914, p. 2.

eram comunistas libertários, isto é, anarquistas, antes do sindicalismo ser entre nós conhecido”. Para Carlos Rates, o sindicalismo “é uma doutrina nova, própria, que foi aproveitar do marxismo a sua base, na luta de classes, quanto aos meios, e aproveitando, quanto aos fins, o comunismo libertário”<sup>235</sup>. Nesta conferência defendeu, indiscutivelmente, que o sindicalismo seria a base da organização da sociedade futura, concluindo com a seguinte frase: “sejamos mais alguma coisa que anarquistas – sejamos sindicalistas”<sup>236</sup>.

De acordo com Manuel Joaquim de Sousa, estes defensores do sindicalismo acabariam por “concluir pela negativa a premissa de Sorel”<sup>237</sup>. Contudo, só chegariam a essa conclusão por volta de 1914, mediante a argumentação de Neno Vasco<sup>238</sup> no *Aurora*, ao demonstrar que o sindicato era apenas um meio de propaganda revolucionária e não um fim, o que levou Rates a confessar o erro e a dar-lhe razão<sup>239</sup>. De qualquer forma, a caixa de pandora já tinha sido aberta e as divisões, a partir de então, não cessariam.

Este debate espoletou um processo de distinção ideológica face o anarquismo, que permitiu a alguns militantes uma crescente autoidentificação exclusivamente enquanto sindicalistas. Tal acontecimento teve, essencialmente, enquanto elemento central, a questão do monopólio simbólico sobre a leitura da revolução. A sua declaração determinada, enquanto sindicalistas, serviu para dissolver as fronteiras do espaço revolucionário, então homogéneo e rígido, e alargá-lo além da égide preponderante anarquista. Contudo, no que diz respeito a Ribeiro e a Rates, assim como a outros militantes, não resultou num corte imediato total com o anarquismo. O conflito não resultou em novas organizações sindicais distintas dos anarquistas. Enquanto sindicalistas

---

<sup>235</sup> “O Sindicalismo basta-se a si próprio”. *O Sindicalista*, nº 119, 09/03/1913, p. 2.

<sup>236</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>237</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de - *O Sindicalismo em Portugal*, p. 95.

<sup>238</sup> Tal como Malatesta, Neno Vasco defendia que o sindicato não deveria ser constituído unicamente por anarquistas, como um grupo específico, mas como uma organização de massas. No entanto, discordava da natureza revolucionária do sindicalismo, já que este estabelecia “categorias de privilegiados no seio do operariado”. Nesse seguimento, defendia que o papel dos anarquistas dentro do sindicato devia ser no sentido de radicalizar os operários para a revolução social, pela luta armada contra os detentores dos meios de produção: VASCO, Neno – “O Anarquismo no Sindicato (I)”. In A Biblioteca Terra Livre; NELCA (org.) – *Anarquistas no Sindicato. Um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre e NELCA, 2014, p. 35-41.

<sup>239</sup> RATES, J. Carlos – “Crónica Operária”. *O Intransigente*, nº 1456, 08/05/1915, p. 1.

revolucionários, apologistas da união operária, nem haveria qualquer razão de ser para uma cisão.

Não obstante, este debate foi capaz de agrupar militantes sindicalistas em torno de um ideal de sindicalismo autônomo, fora da esfera do anarquismo, o que se iria verificar no congresso de fundação da UON (1914). É de notar, também, que este episódio poderia ter espoletado um profundo fracionamento do sindicalismo, tendo em conta a sociologia do conflito de Simmel, já que a unidade surge e reforça-se por intermédio do conflito, um componente elementar, capaz de erigir, por si só, as fronteiras que distinguem grupos sociais e as suas redes de afinidade<sup>240</sup>. Não obstante, mesmo sem uma cisão organizada, isso não impediu Rates de levar avante um novo projeto sindicalista, fora do escopo anarquista.

### 2.2.1. A propósito do congresso operário (1914)

Enquanto as diferentes correntes sindicalistas revolucionárias discutiam entre si qual a finalidade do sindicato, o Governo eleito a 9 de janeiro de 1913 tratou de enfrentar o crescente movimento sindicalista, que então se afirmava como uma ameaça à ordem social republicana. A atitude do governo, perante os sindicatos, seria declarada umas semanas após a sua eleição, através de Afonso Costa, o recém-eleito Presidente do Ministério e Ministro das Finanças, na sua famosa palestra “Catolicismo, Socialismo e Sindicalismo”. Neste discurso, Afonso Costa começou por elogiar o “neo-marxismo” de caráter reformista, que se afastava da luta de classes, como seria o caso do socialismo alemão que, segundo o próprio, aplicava o marxismo no Parlamento<sup>241</sup>. Por outro lado, repudiou o sindicalismo por se tratar de uma força destruidora, violenta, reacionária, comparável ao catolicismo<sup>242</sup>.

Poucos meses após essa conferência, durante a marcha camoniana, ocorreu um

---

<sup>240</sup> SIMMEL, Georg – *Conflict & The Web Group-Affiliations*. Londres: The Free Press of Glencoe, 1955, p. 98-107.

<sup>241</sup> “O catolicismo está decadente o socialismo abre caminho com o seu braço forte”. *A Capital*, nº 896, 26/01/1913, p. 1.

<sup>242</sup> *Idem*, p. 1.

atentado bombista que, ao que tudo indica, foi perpetrado por sindicalistas/anarquistas<sup>243</sup>. No final de contas, este incidente convergiu com as intenções do Governo, servindo de justificação para o encerramento da Casa Sindical e para a detenção de vários elementos sindicalistas.

Já alguns uns meses antes deste incidente, que levaria ao encerramento da Casa Sindical, Carlos Rates e António Henriques foram detidos em conjunto a 25 de abril de 1913, no Funchal, após o II Congresso dos Trabalhadores Rurais<sup>244</sup>. A sua prisão chegaria até mesmo a ser tema de discussão no Senado, pelo unionista Ladislau Piçarra, que questionou o Ministro do Interior sobre qual seria a razão por detrás da detenção de Rates e Henriques. Para o então Ministro do Interior, Rodrigo Rodrigues, a prisão dos sindicalistas era mais do que justificada pelo facto de “andarem fazendo propaganda para a alteração da ordem pública”<sup>245</sup>.

Além do mais, por esta altura, Rates aproximou-se do “herói” da Rotunda, Machado Santos, passando a redator do seu jornal, *O Intransigente*, sob o pseudónimo de Adolfo (ou Adolpho) de Moraes. Durante os longos meses em que Rates esteve preso, o jornal de Machado Santos publicou sucessivos artigos em que elogiava o sindicalista e defendia a amnistia dos presos políticos do governo de “Afonso VII”. Curiosamente, o jornal *O Intransigente* iria apelidar Carlos Rates de salvador da República pela sua ação, enquanto delegado da CECS, ao evitar que a greve de Elvas se alastrasse a todo o Alentejo e Ribatejo<sup>246</sup>:

Entre estes [nomes de presos políticos] destaca-se o de Carlos Rates, a quem tantas vezes aqui nos temos referido com as palavras que merece, Carlos Rates, o sereno organizador dos trabalhadores rurais, que salvou a república de uma hora má evitando a tempo a greve agrária num momento em que ela podia ser um sério perigo.<sup>247</sup>

---

<sup>243</sup> Segundo David de Carvalho, o responsável pela bomba foi Adriano dos Reis (militante anarquista e, posteriormente, militante da FMP) que, em resposta à carga policial, teria tentado atirar uma bomba, porém, por lapso, acabaria por deixar escorregar a bomba, ferindo outros militantes anarquistas e populares que desfilavam no cortejo: CARVALHO, David de – *Os Sindicatos Operários e República Burguesa (1910-1926)*. Lisboa: Seara Nova, 1977, p. 177-178.

<sup>244</sup> “A Justiça Republicana e os Operário Presos”. *O Sindicalista*, nº 127, 13/05/1913, p. 3.

<sup>245</sup> *Diário do Senado da República*. I Legislatura, Sessão Legislativa 4, Sessão nº 12, 17/12/1913, p. 7. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs/01/01/04/012/1913-12-17/7>

<sup>246</sup> RATES, J. Carlos – “Retificação de tiro”. *O Sindicalista*, nº 131, 25/09/1913, p. 1-2.

<sup>247</sup> “Voltando à vaca fria...”. *O Intransigente*, nº 1064, 28/01/1914, p. 1.

O então conhecido, por alguns, como “o tipo ideal de propagandista operário”<sup>248</sup>, Carlos Rates, esteve envolvido em várias polémicas com elementos anarquistas por causa da sua estratégia de unificação sindical. Quando os sindicalistas se preparavam para realizar o Congresso Sindical, convocado pela Federação Operária de Lisboa, afeta ao PSP, Rates ainda se encontrava no Forte da Graça. Foi nesta ocasião que Rates trocou vários artigos com importantes militantes do partido socialista.

Numa série de artigos no jornal *O Socialista*, Rates defendeu a união entre sindicalistas revolucionários e socialistas no próximo congresso sindicalista, que se iria realizar em Tomar. Para Rates, nesta fase do seu desenvolvimento intelectual, o crescimento da organização sindical não seria possível sem antes os sindicalistas tratarem da “resolução do problema nacional” – “intensificação das indústrias” e o combate à emigração<sup>249</sup>, uma questão que iria perdurar nos seus projetos políticos, mesmo enquanto secretário-geral do PCP. Em resposta, Luís Vieira<sup>250</sup> e Mário Nogueira<sup>251</sup> concordaram com as ideias de Rates, e este último adiantou logo que iria aprovar em Congresso a tese de Carlos Rates sobre a “carestia da vida”, defendendo, do mesmo modo, a adoção do programa da Confederação Nacional do Congresso de 1894<sup>252</sup>.

Todavia, apesar de concordar com os socialistas “quanto à realização do Congresso, às instituições que nele devem tomar parte e, sobretudo, quanto ao objetivo principal”, Rates não deixou de salientar aquilo que o distinguia dos socialistas<sup>253</sup>. Isto é, “para nós, defensores do sindicalismo revolucionário, a organização e lutas sindicais são tudo”, enquanto que para os reformistas, segundo Rates, seria a luta política e a conquista do poder do Estado o motor da transformação social. Para o futuro Secretário-Geral do PCP, a função das lutas sindicais era clara:

Para nós, defensores do sindicalismo revolucionário, a organização e lutas sindicais são tudo. Delas esperamos a transformação desta organização social, em que asfixiamos, pela greve geral expropriadora. Para nós a organização [sindical] tal como se esboça [...]

---

<sup>248</sup> “João Caldeira”. *O Frontal*, número único, 28/09/1913, p. 2.

<sup>249</sup> RATES, J. Carlos – “Congresso Operário”. *O Socialista*, nº 466, 25/10/1913, p. 1.

<sup>250</sup> VIEIRA, Luís M. – “Congresso Nacional Operário”. *O Socialista*, nº 469, 28/10/1913, p. 1.

<sup>251</sup> NOGUEIRA, Mário – “Considerações sobre os artigos de Carlos Rates”. *O Socialista*, nº 469, 28/10/1913, p. 1.

<sup>252</sup> NOGUEIRA, Mário – “Congresso Nacional Operário”. *O Socialista*, nº 471, 30/10/1913, p. 1.

<sup>253</sup> RATES, J. Carlos, - “O Congresso Nacional Operário”. *O Socialista*, nº 477, 5/11/1913, p. 1.

constitui já a estrutura da sociedade de amanhã.<sup>254</sup>

Por outro lado, Rates rejeitou também a proposta de Mário Nogueira de criar um Instituto Nacional do Trabalho, posto que tal projeto serviria para harmonizar as relações entre o capital e o trabalho o que dava “ao sindicato um pendor reformista”, reiterando, por sua vez, que o congresso devia afirmar antes “o princípio de que a organização operária se basta a si mesma para os fins que tem em vista”<sup>255</sup>. Nesse sentido, defendia que se devia impedir que qualquer agrupamento político tomasse o controlo da organização operária, tendo especial atenção para com “a infiltração de um mal digerido anarquismo, cujos adeptos [...] pregam a revolução social imediata”<sup>256</sup>. Salientou, também, as intenções dos *guesdistas*<sup>257</sup> do PSP, que queriam fazer do sindicato um instrumento do partido<sup>258</sup>.

No seguimento destas declarações e da sua nova posição, em torno do Congresso de Tomar, para um redator do jornal *O Sindicalista*, “o nosso camarada [Rates] é vítima de uma ilusão” por não equacionar o problema nacional com a luta de classes<sup>259</sup>. O redator em causa avisou também que, caso o congresso operário caminhasse nesse sentido, “em nada se distingue duma reunião de burgueses”<sup>260</sup>. A resposta chegou por via do socialista Fernando Simões, que começou por citar Carlos Rates e as suas posições sobre o sindicalismo e o anarquismo, como, por exemplo, o facto de não se sentir insultado quando o apelidavam de anarquista. Contudo, Rates explica, também, o que o distingue do anarquismo, pois “o anarquista nega a eficácia da lei, em absoluto, o sindicalista, pelo contrário, legisla”<sup>261</sup>. Para Simões a posição dos anarquistas, expressa no *O Sindicalista*,

---

<sup>254</sup> Idem, p. 1.

<sup>255</sup> RATES, J. Carlos, - “O Congresso Nacional Operário II”. *O Socialista*, nº 478, 6/11/1913, p. 1.

<sup>256</sup> Idem, p. 1.

<sup>257</sup> Fação do socialismo inspirada por Jules Guesde, um marxista precursor na criação dos partidos socialistas modernos, após a Comuna de Paris. Os *guesdistas* defendiam a participação parlamentar, com o intuito de capturar o Estado, de modo a estabelecer uma sociedade coletivista. Esta facção entendia que o sufrágio universal servia os interesses da propaganda socialista ao criar uma consciência de classe, ao preparar o proletariado para a revolução social. Todavia, reconheciam que o Estado era um invariavelmente um instrumento da burguesia, criado para subjugar os trabalhadores: BUTLER, James Charles – *Fernand Pelloutier and the Emergence of the French Syndicalist Movement (1880-1906)*. Ohio: Ohio State University, 1960, p. 24-25. Dissertação de Doutoramento.

<sup>258</sup> RATES, J. Carlos, - “O Congresso Nacional Operário II”. *O Socialista*, nº 478, 6/11/1913, p. 1.

<sup>259</sup> “A propósito do Congresso Operário”. *O Sindicalista*, nº 133, 2 de novembro de 1913, p. 1.

<sup>260</sup> Idem, p. 1.

<sup>261</sup> SIMÕES, Fernando – “O Congresso de Tomar e os Anarquistas”. *O Socialista*, nº 488, 16/11/1913, p. 2.

revelava o seu sectarismo ao “julga[rem] Rates vítima de uma ilusão como se este nosso inteligente camarada estivesse na sua infantilidade [anarquista]”<sup>262</sup>.

Para os anarquistas, a atitude de Rates em unir socialistas e revolucionários no mesmo sindicato, seria contraditória, já que, poucos anos antes, essa estratégia tinha falhado, resultando na cisão de 1909. No final de contas, uma união sindical era impossível porque nem socialistas nem anarquistas estariam dispostos a abdicar dos seus métodos de organização em proveito da tendência oposta. Havia um impasse claro. Augusto Machado, da CECS (1911), encontrava-se incrédulo com a posição de Rates, “como a mudança se operou, ninguém ainda viu explicado”<sup>263</sup>, rejeitando por completo as propostas de Carlos Rates, declarando o seguinte:

Parece que uma nova paixão alimentava o peito do romântico magriço que cego pelo desejo de luta, não reparava no mostrengo que lhe tinham atirado para os seus braços. [...] Carlos Rates e os seus companheiros da «plêiade ilustre»<sup>264</sup> lançados no turbilhão furioso da colaboração de classes, da resolução do problema nacional, da intensificação da indústria, do protecionismo, do livre-cambismo, do colonialismo, etc., etc., donde jamais sairão...<sup>265</sup>

Rates não deu grande atenção ao artigo de A. Machado, só referiu que não era o único a defender a intensificação das indústrias, já que vários militantes anarquistas também defendiam a sua posição<sup>266</sup>. Porém, seria novamente o alvo de polémica por ser favorável à ação concertada entre trabalhadores e patrões, segundo a lógica corporativista<sup>267</sup>. Vários anarquistas, em resposta a um inquérito de *O Sindicalista*, sobre o Congresso de Tomar, rejeitariam a posição de Rates, mas sem grande efeito. No final, a maioria dos sindicatos aprovou o ponto de que “a colaboração de classes é inevitável em certos casos”<sup>268</sup>.

---

<sup>262</sup> Idem, p. 2.

<sup>263</sup> MACHADO, A. – “O Congresso de Tomar». *O Sindicalista*, nº 140, 21/12/1913, p. 2-3.

<sup>264</sup> Machado refere-se, com ironia, à expressão que o socialista Mário Nogueira usou para elogiar Carlos Rates em *O Socialista*.

<sup>265</sup> MACHADO, A. – “O Congresso de Tomar». *O Sindicalista*, nº 140, 21/12/1913, p. 2-3.

<sup>266</sup> RATES, J. Carlos – “Definindo Situações». *O Sindicalista*, nº 141, 28/12/1913, p. 3.

<sup>267</sup> Idem, p. 3.

<sup>268</sup> “Balanço”. *O Sindicalista*, nº 148, 22/02/1914, p. 2.

Rates, qualificado por *O Intransigente*, como a “viva encarnação das vítimas da tirania afonsista”<sup>269</sup>, seria libertado em fevereiro de 1914, tal como os restantes sindicalistas, com a eleição do novo Governo, agora liderado por Bernardino Machado, que concedeu uma amnistia aos presos políticos. Tal acontecimento terá sido um duro golpe para as pretensões dos socialistas, que ambicionavam tomar o controlo do aparato sindical, antes da libertação dos delegados revolucionários<sup>270</sup>.

No dia do Congresso, Rates apresentou-se em Tomar enquanto redator principal da tese fundadora da UON e da tese sobre a “Carestia de Vida”<sup>271</sup>. Segundo os princípios do sindicalismo revolucionário, Rates pretendia criar uma harmonia entre doutrinas de modo que nem anarquistas nem socialistas fossem capazes de impor a sua hegemonia. Ao contrário dos outros revolucionários, especialmente os anarquistas, Rates defendia a inclusão das correntes reformistas no Congresso, proclamando durante o Congresso que, “se os políticos socialistas são perigosos dentro dos sindicatos, pela influência que possam exercer sobre o espírito dos trabalhadores, os mesmos perigos oferecem os anarquistas abstencionistas”<sup>272</sup>.

Terminado o Congresso, para além de redigir as teses fundadoras, ficou encarregue de publicar o novo quinzenário da UON, *A União Operária*. Todavia, o objetivo de Rates para o Congresso e para o futuro da UON, enquanto força agregadora de todas as correntes operárias, entre reformistas e revolucionários, não iria vingar. Pouco tempo depois do Congresso de Tomar, o movimento operário continuava dividido. Para os anarquistas a política de fomento de Rates era uma burla, que só servia para assegurar “a gamela que todos os políticos defendem”<sup>273</sup>. Também no jornal anarquista *A Aurora*, Rates foi apelidado de “traidor”, porque, supostamente, teria subordinado o 1º de maio à influência do PSP<sup>274</sup>.

Já quanto aos socialistas, estes não iriam demonstrar grande interesse pelo

---

<sup>269</sup> “Carlos Rates”. *O Intransigente*, nº 1071, 5/02/1914, p. 2: De acordo com este artigo, Rates terá sido ovacionado por uma multidão instigada por Machado Santos “que enchia a gare e a antegare” do Rossio, apesar de, no final de contas, Rates ter saído na estação de Campolide.

<sup>270</sup> OLIVEIRA, César – *A Criação da União Operária Nacional*, p. 25-26.

<sup>271</sup> *Idem*, p. 189-197.

<sup>272</sup> MARIUS – “O Congresso”. *O Trabalho*, nº 633, 22/03/1914, p. 1.

<sup>273</sup> SOUSA, J – “O 1º de Maio”. *O Construtor*, nº 50 (III), 01/05/1914, p. 2-3.

<sup>274</sup> RATES, J. C. – “A Propósito do 1º de Maio”. *O Intransigente*, nº 1151, 11/05/1914, p. 2.

sindicalismo, preferindo manter-se no campo político, porque, na prática, os sindicatos continuariam hostis às reformas dentro das instituições políticas vigentes<sup>275</sup>. Por outro lado, também o deputado socialista Manuel José da Silva<sup>276</sup>, delegado da UON em Tomar, não fez caso das resoluções do Congresso, apresentando uma lei das Associações de Classe enquanto deputado, contrária àquilo que tinha sido aprovado em Congresso, ao consignar a arbitragem obrigatória<sup>277</sup>.

Poucos meses após o congresso, a organização operária encontrava-se numa situação de crise interna. Segundo Carlos Rates, tratava-se de uma “crise de caráter” muito por culpa dos sectarismos, especialmente dos anarquistas, que dominavam o monopólio da propaganda no sindicato, impedindo que os socialistas expressassem as suas opiniões<sup>278</sup>.

No meio destes conflitos relacionados com o congresso de Tomar, Rates passou a defender uma nova posição, ainda pouco clara. No entanto, já afirmava que o “sindicalismo considerado como sistema político-económico do futuro não é defensável”<sup>279</sup>, continuava a acreditar, como não deixará de o fazer nos primeiros anos do PCP, na greve geral revolucionária e em que o sindicato “poderá ser a estrutura do edifício futuro para regularizar as necessidades da produção e distribuição. Mas nada mais”<sup>280</sup>. Chegou mesmo a contrariar a célebre asserção de que o sindicalismo se bastava a si mesmo:

como sistema político económico, o sindicalismo carece de um espírito superior de justiça que não contém por si mesmo. Atenda-se que a filiação nos organismos operários obedece a um objetivo simplesmente egoísta [...] entendendo que a organização [sindical] é suficiente, sim, mas somente para realizar a melhoria de situação económica do proletariado<sup>281</sup>.

---

<sup>275</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma idéia*, p. 89.

<sup>276</sup> Operário têxtil e empregado comercial natural de Matosinhos que se notabilizou no Partido Socialista enquanto chefe da sua secção do Norte, como redator do periódico *A Voz do Povo* e como membro fundador da UON. Em 1911, chegaria a ser eleito deputado à Assembleia Constituinte e para vereador da Câmara Municipal do Porto. Posteriormente, entre 1919 e 1921, voltaria a exercer o cargo de deputado: MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 404-405.

<sup>277</sup> RATES, J. Carlos – “A lei das associações”. *O Intransigente*, nº 1177, 10/06/1914, p. 2.

<sup>278</sup> RATES, J. Carlos – “Má orientação”. *O Intransigente*, nº 1177, 10/06/1914, p. 2.

<sup>279</sup> RATES, J. Carlos – “A questão social e o proletariado”. *O Intransigente*, nº 1181, 15/06/1914, p. 2.

<sup>280</sup> Idem, p. 2.

<sup>281</sup> Idem, p. 2.

Rates não explica, todavia, qual seria então o sistema político que deveria sustentar a organização sindical na sociedade futura. Neste momento, no que concerne à *praxis* sindical, o pensamento de Rates continuava a seguir o sindicalismo revolucionário, para ele “o sindicato deve ser absolutamente alheio aos sistemas” e, como tal, afirmava que “pode dizer-se que a nossa decadência associativa deriva de se não ter seguido este caminho”<sup>282</sup>.

Já Manuel Ribeiro, ao contrário de Rates, e apesar de participar na UON, não se encontrava no centro das atenções do movimento sindicalista. O seu principal interesse, já por esta altura, seria a literatura, a poesia e a sua secção no jornal *O Sindicalista*, “Na Linha de Fogo”. Não obstante, já em 1914, abordava posições curiosas no que toca à sua conceção de revolução quando se referia ao “socialista anarquista” Brupbacher. Este teórico defendia que em certas sociedades era necessário passar por uma fase transitória, pela conquista do poder político, ou seja, que era necessário passar pela *fase socialista* para chegar à *fase sindicalista*. A conclusão de Ribeiro, perante esta posição, é ambígua, contudo, parece concordar com a ideia de Brupbacher. Apesar de afirmar que esta não era suficiente para destruir o Estado capitalista, poderia ser capaz de abalar os seus alicerces<sup>283</sup>. Noutro artigo, abordou também o sindicalismo italiano, onde referia Georges Sorel enquanto o “principal generalizador do sindicalismo francês”<sup>284</sup>, que apelava à união entre sindicalistas e anarquistas, apesar das suas diferenças.

### 2.3. A crise no movimento operário

Na secção operária de *O Intransigente*, que tinha como redator Carlos Rates, declarava-se que era “estupidamente anarquizante o sectarismo puro!”<sup>285</sup>, ao abordar uma proposta dos anarquistas na União Sindical de Lisboa, que ignorava uma tese aprovada no Congresso da UON. Através das Uniões Locais, os anarquistas impediram que os militantes socialistas, com mandato político, pudessem votar em qualquer assembleia<sup>286</sup>. Pouco tempo depois, o célebre militante do PSP, Martins Santareno, não seria

---

<sup>282</sup> Idem, p. 2.

<sup>283</sup> RIBEIRO, Manuel – “Na Linha de Fogo”. *O Sindicalista*, nº 159, 7/06/1914, p. 2.

<sup>284</sup> RIBEIRO, Manuel – “Na Linha de Fogo”. *O Sindicalista*, nº 160, 14/06/1914, p. 2.

<sup>285</sup> “Revista de factos”. *O Intransigente*, nº 1183, 17/06/1914, p. 2.

<sup>286</sup> Idem, p. 2.

reconhecido como delegado da UON<sup>287</sup>. Apesar do resultado do Congresso ter sido mais favorável a Rates, segundo os depoimentos neste jornal, o assalto anarquista aos sindicatos locais foi o mais eficaz, conseguindo neutralizar a oposição socialista e sindicalista. Para Rates, o problema da intolerância doutrinária, o mal-estar no movimento e o declínio sindical foram causados pelos “anarquistas demagógicos”:

os líricos na típica frase do esforçado propagandista João Caldeiro. Desde então, a nossa guerra, foi de preferência contra esses indivíduos [anarquistas] que se voltou. Eram eles, pela sua intolerância feroz, pelo seu desbragamento de linguagem e falta de lógica e de critério, a causa de sucessivos desastres no movimento operário. Assim, todos os esforços por nós e outros empregados em trabalhos de organização redundaram em pouco menos de inúteis.<sup>288</sup>

O resultado da ação anarquista levou o movimento operário a um “marasmo” que “ameaça atingir com o seu inquietante e avassalador contágio, as energias dos mais resolutos e dos mais pertinazes”, como descrevia Manuel Ribeiro<sup>289</sup>. “Os militantes sumiram-se porque desanimaram – uns; porque torceram caminho – outros”<sup>290</sup>. Rates subscreve o diagnóstico de Ribeiro, para este, a UON encontrava-se enfraquecida e sem prestígio por causa da “má vontade e o sectarismo de alguns revolucionários ou que como tais se apelidam”<sup>291</sup>:

À parte de uma dúzia de criaturas equilibradas como Manuel Ribeiro, o que é que lá [na UON] se encontra? O espírito de intriga, a intolerância feroz, o embargo aos que pretendem trabalhar honestamente pelos que nada são capazes de fazer. É duro, mas é a verdade.<sup>292</sup>

Além do declínio no movimento operário, resultante dos conflitos internos na UON, as questões sindicais também seriam mais uma vez abaladas, desta vez pela guerra mundial. Entre os intelectuais operários mais próximos do sindicalismo revolucionário, os confrontos que deflagraram no palco europeu representaram, por um lado, uma batalha entre o imperialismo belicista alemão, marcado pelas atrocidades na Bélgica, e por outro, a França, o baluarte dos valores liberais de emancipação humana. Como revela o

---

<sup>287</sup> “Vida Sindical” - *O Intransigente*, nº 1210, 18/07/1914, p. 2.

<sup>288</sup> RATES, J. Carlos - “Em fim... o operariado e a situação económica”. *O Intransigente*, nº 1260, 15/09/1914, p. 1.

<sup>289</sup> Ribeiro, Manuel - “Na linha de fogo: Ação!”. *O Sindicalista*, nº 164, 12/07/1914, p. 1.

<sup>290</sup> Idem, p. 1.

<sup>291</sup> RATES, J. Carlos - “A Carestia da Vida”. *O Intransigente*, nº 1268, 24/09/1914, p. 1.

<sup>292</sup> RATES, J. Carlos - “Revista de factos”. *O Intransigente*, nº 1209, 17/07/1914, p. 2.

comunicado do grupo editor de *O Sindicalista* de 1916<sup>293</sup>, mesmo entre alguns sectores operários mais radicalizados, entranhou-se um forte espírito francófilo. Já a posição antiguerrista seria defendida, no imediato, apenas por alguns anarquistas (como *A Aurora*<sup>294</sup>) e socialistas (*A Voz do Povo*), que aplaudiram a cisão social democrata na Alemanha após a expulsão de Karl Liebknecht<sup>295</sup>.

Entre os revolucionários europeus, os conflitos referentes à guerra provocaram várias divisões, como foi o caso da conferência de Zimmerwald, antiguerrista, e o “Manifesto dos Dezasseis” de Kropotekin, claramente francófilo. Seria esta última posição que teria maior impacto em Portugal, ao incitar uma nova discussão que erigia novas fronteiras dentro dos vários setores revolucionários. Figuras como Emílio Costa representariam os aliadófilos anarquistas e Manuel Ribeiro os sindicalistas que subscreveram o manifesto de Kropotekin e a posição da CGT francesa, expressa em *La Bataille*<sup>296</sup>.

Nos primeiros anos da guerra, devido à dissolução da UON, imposta pelas autoridades, Ribeiro teve que suspender as conferências e ações de propaganda<sup>297</sup>. No período de inatividade começou a estudar arquitetura religiosa, livros de beneditinos e a visitar regularmente a Sé de Lisboa, que serviria de inspiração para a sua futura obra *A Catedral*<sup>298</sup>. Também nesta altura, publicaria, inclusive, artigos sobre a arquitetura da Sé em o *A Capital*. A sua ausência na organização sindical dos trabalhadores da CP foi notada no periódico *O Ferroviário*, que refere que Ribeiro “sempre esteve na «Linha de Fogo» longe da classe a que pertence – o que nunca percebemos”<sup>299</sup>. Em resposta, umas semanas depois, Ribeiro voltaria a participar ativamente no sindicalismo sendo eleito para a comissão dos interesses de classe do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro<sup>300</sup>.

---

<sup>293</sup> “Palavras Necessárias”. *O Sindicalista*, nº 167, 16/01/1916, p. 1-2.

<sup>294</sup> Rf. SANTOS, Maria Manuela Lima; RIBEIRO, Olga Maria Vasco – “«A Aurora» e o antiguerrismo (1914-1918)”. In AA.VV. – *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «Antiguerristas»*. Lisboa: CHUL, 1986, p. 71-103.

<sup>295</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma idéia*, p. 93.

<sup>296</sup> SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o Romance da Fé*, p. 107.

<sup>297</sup> TEODORO, José Miguel de Jesus – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, p. 37.

<sup>298</sup> “Depoimento de um alto espírito”. *Novidades*, nº 9176, 01/01/1926, p. 1-2.

<sup>299</sup> “Devem ingressar os ferroviários na Federação Geral dos Transportes?”. *O Ferroviário*, nº 91, 1/07/1916, p. 1.

<sup>300</sup> “Reportagem da Assembleia geral extraordinária realizada em 25 de julho de 1916”. *O Ferroviário*, nº 93, 01/08/1916, p. 3.

Também Carlos Rates expressou, desde logo, a mesma posição quanto à guerra, sob o seu pseudónimo Adolfo de Moraes. Não obstante a admiração de Rates face à Alemanha “laboriosa” de “Goethe, Beethoven, Schiller e Karl Marx”, declarou pertencer “ao número dos que desejam ardentemente o triunfo da Triple-Entente e dos países que a acompanham nesta contenda gigantesca e formidável”<sup>301</sup>.

Entretanto, no palco principal da política nacional, falava-se de vários escândalos de corrupção, já para não falar da opinião pública face ao Partido Democrático, que ficaria debilitada com a aprovação da impopular lei do divórcio, e a lei eleitoral de 11 de janeiro de 1915<sup>302</sup>. Esta lei, que excluía a grande maioria dos portugueses do direito ao voto, passaria também a excluir militares. Este último setor, e especialmente os oficiais, descontentes com a nova lei, e que já vislumbravam uma intervenção portuguesa na Europa, à qual não eram favoráveis, vivia, também, num clima de constante suspeita nos quartéis, devido às ações da formiga branca<sup>303</sup>. É neste contexto que surge a figura de Pimenta de Castro, apontado por Manuel de Arriaga para o cargo de Presidente do Ministério na sequência do “Movimento das Espadas”<sup>304</sup>. Portugal, logo no início de 1915, passa então a ser governado por uma ditadura, contestada pelos partidários da facção democrática de Afonso Costa.

Além deste novo cenário político, também se vivia numa crise de trabalho e inflação dos preços dos bens de subsistência, provocada pela guerra. Logo nos primeiros meses, deflagraram motins contra o tabelamento dos preços, assaltos a armazéns e alguns desempregados chegaram a invadir o Ministério do Fomento<sup>305</sup>. Para Carlos Rates, o novo contexto económico da guerra iria fortalecer a pertinência da política de intensificação industrial. Também aplaudiu entusiasticamente a nova ditadura governativa, exclamando “Bem-dita ditadura!”<sup>306</sup>. Teceu, aliás, vários elogios ao “sr. Pimenta de Castro” que “fará manter, no alto cargo que exerce, o respeito à lei”, uma lei

---

<sup>301</sup> MORAIS, Adolfo de – “A Alemanha”. *O Intransigente*, nº 1263, 18/09/1914, p. 1.

<sup>302</sup> CASTRO, Joaquim Pereira Pimenta de – *O Dictador e A Affrontosa Dictadura*. Weimar: Wagner G. Humbeld, 1915, p. 22.

<sup>303</sup> Idem, p. 10-28.

<sup>304</sup> PIRES, Ana Paula – “Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra”. Lisboa: Caleidoscópio, 2011, p. 111.

<sup>305</sup> Idem, p. 122.

<sup>306</sup> RATES, J. Carlos – “Modos de ver”. *O Intransigente*, nº 1405, 09/03/1915, p. 1.

acima dos interesses individuais e políticos, “a lei que o consenso unânime da população portuguesa sanciona e aplaude”<sup>307</sup>.

Todavia, para este sindicalista, o problema voltava sempre à polémica sobre a sua tese “carestia de vida”. Quando ocorreu uma reunião para concertar relações na UON, Rates voltou a culpar os anarquistas pela desorganização sindical e passou a defender uma nova estratégia operária. Nesta altura, o sindicalista julgava ser “um erro muito prejudicial [...] o início de greves contra o Patronato”, em vez disso, os trabalhadores deviam combater o Estado com “uma greve monstro, que revista todas as formas da energia operária”<sup>308</sup>. Para Rates a carestia de vida resultava da “escassez de produção, excesso da procura” e do “défice comercial”, tal como da ineficácia da ação da política parlamentar<sup>309</sup>. Em alternativa, o movimento operário liderado pelo sindicalismo revolucionário devia rejeitar a “tirania anarquista”<sup>310</sup> e fazer impor a sua vontade por medidas de fomento industrial.

Seria então, por volta de abril, nomeado por Nunes da Ponte, o Ministro do Fomento, para a comissão regulamentadora dos serviços das Bolsas de Trabalho, ao lado de vários socialistas<sup>311</sup>. Também colaborou durante algumas semanas, ainda antes do encerramento de *O Intransigente*, como articulista para a “folha monárquica” manuelina, *O Jornal da Noite*<sup>312</sup>.

Neste período, por influência da sua presença em vários organismos estatais, Rates apresentava uma posição política mais moderada, fora dos cânones revolucionários. Numa entrevista para *O Século*, defendia que os exércitos eram vitais para os interesses das sociedades e que os governantes deviam “fazer da sua parte quanto puderem para que a organização operária se converta num poderoso fator de progresso económico do país e não para que se transforme num instrumento de revolta permanente”<sup>313</sup>. Rates também estaria presente em eventos governamentais como a nomeação das “comissões de crédito

---

<sup>307</sup> MORAES, Adolfo de – “O respeito à lei”. *O Intransigente*, nº 1422, 29/03/1915, p. 1.

<sup>308</sup> RATES, J. Carlos – “Sinais de vida”. *O Intransigente*, nº 1377, 3/02/1915, p. 1.

<sup>309</sup> RATES, J. Carlos – “A carestia de vida III”. *O Intransigente*, nº 1383, 10/02/1915, p. 1.

<sup>310</sup> RATES, J. Carlos – “A carestia de vida VII”. *O Intransigente*, nº 1393, 23/02/1915, p. 1-2.

<sup>311</sup> “Vida Operária”. *O Século*, nº 12069, 15/07/1915, p. 5.

<sup>312</sup> “Questões Operárias”. *O Jornal da Noite*, nº 68, 26/03/1915, p. 2.

<sup>313</sup> “Reformas Operárias: As Bolsas de Trabalho”. *O Século*, nº 12056, 02/07/1915, p. 1.

e câmbios e das matérias primas, produtos coloniais e transportes”<sup>314</sup>. Apesar disso, esta sua nova faceta não iria produzir efeitos negativos para a sua credibilidade política. Como indica o jornal anarquista de Emílio Costa, durante o comício do 1º de maio, o “desertor Carlos Rates” falou “com agrado geral”<sup>315</sup> do público, ao lado de Sebastião Eugénio<sup>316</sup>.

Nos próximos anos, até ao fim do sidonismo, a presença destes homens na imprensa foi-se desvanecendo. Fatores como a censura de guerra, a sua relação tempestiva com os anarquistas na UON, a inexistência de uma imprensa operária com uma publicação consistente, como foi *O Sindicalista*, entre outros, levaram a um afastamento temporário da cena política. Manuel Ribeiro, que sempre se abstraiu das questões do seu sindicato<sup>317</sup>, deixou-se absorver pelas suas preocupações enquanto escritor, só voltando à ação através do jornal *A Greve*, em 1918, para defender a revolução russa. Já com Carlos Rates não pudemos precisar a fundo o seu envolvimento no movimento de Pimenta de Castro e as implicações que poderá ter tido na sua trajetória. Devemos ter em conta o forte movimento de reação, por parte dos democráticos, ao breve governo de Pimenta de Castro. Um episódio que levou Machado Santos ao exílio e à pilhagem e destruição da redação do *O Intransigente*, de que Rates era colaborador<sup>318</sup>.

Ao entrarmos em 1919 Manuel Ribeiro dedicou-se à propaganda das ideias maximalistas e seria eleito Secretário-Geral da organização precursora da revolução russa, em Portugal (capítulo 3.). Já Carlos Rates continuou com a sua colaboração na imprensa, na edição da noite do jornal *O Século*, em 1918, onde publicou vários artigos sobre a crise de subsistências e a fraca produtividade nacional<sup>319</sup>.

Face ao crescimento do bolchevismo, em meados de 1920, a FMP iniciou os

---

<sup>314</sup> “Carestia de vida”. *O Século*, nº 12100, 15/08/1915, p. 1.

<sup>315</sup> “De braço dado”. *O Germinal*, nº 18, 09/05/1915, p. 2.

<sup>316</sup> Sebastião Eugénio foi um dos fundadores do Congresso Sindical e Cooperativista de 1909, aderente ao Sindicato dos Trabalhadores do Estado e futuro membro fundador do PCP.

<sup>317</sup> “Devem ingressar os ferroviários na Federação Geral dos Transportes?”. *O Ferroviário*, nº 91, 1/07/1916, p. 1.

<sup>318</sup> SILVA, Armando Malheiro da; CORDEIRO, Carlos; TORGAL, Luís Filipe – *Machado Santos – O Intransigente da República (1875-1921)*. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2013, p. 120.

<sup>319</sup> Na edição da noite do jornal *O Século*, Carlos Rates também escreveu vários artigos sobre a crise de subsistências e as condições de vida do operariado, onde descreve as habitações operárias como “antros de degradação moral e física, onde a mortalidade infantil, a tuberculose e a prostituição fazem a sua lúgubre colheita.”: RATES, J. Carlos – “Vida Cara: A Questão do Calçado”. *O Século edição da noite*, nº 1405, 11/09/1918, p. 1.

preparativos para a fundação do PCP (capítulo 3.6.3.). Nessa altura, Rates colaborava para o jornal *A Pátria*. Só em dezembro de 1920, através da fundação da “Frente Única” (capítulo 3.7.), é que as trajetórias de Rates e Ribeiro se voltariam a encontrar. Todavia, essa reaproximação foi de pouca dura, pois a detenção de Manuel Ribeiro (outubro de 1920) converte-o, gradualmente, à fé católica, deixando para trás as filosofias socialistas revolucionárias<sup>320</sup>. A conversão religiosa de Ribeiro permitiu, então, que Rates ocupasse o lugar de Ribeiro enquanto principal figura do Partido Comunista, em formação. Estatuto, esse, que seria reforçado ao tornar-se diretor do órgão do PCP, *O Comunista* (1921), e com a sua eleição para o cargo de Secretário-geral (1923). Posteriormente, Rates foi derrotado no confronto com as fações, que não se submeteram à sua liderança e que se encontravam em torno das Juventudes Comunistas<sup>321</sup>. Ao perder o controlo sobre o aparelho partidário foi, também, expulso do PCP pelo Comité Central, a 15 de outubro de 1925<sup>322</sup>. Perante o crescimento das direitas conservadoras, em 1926, Manuel Ribeiro afirmava que não havia qualquer contradição nas suas trajetórias, já que sempre foi um sindicalista soreliano<sup>323</sup> (anexo 2 e 4). Carlos Rates iria mais longe e acabaria por declarar a sua adesão à União Nacional, em 1931<sup>324</sup> (anexo 1 e 3)<sup>325</sup>.

Com os dados que tivemos à disposição, continuamos, mesmo assim, a deixar várias questões em aberto na vida de Rates. Por exemplo, não explicamos a razão pela qual foi delegado no II Congresso da UON, em 1917 pelo Funchal, assim como a data da adesão de Rates à maçonaria<sup>326</sup> e se este fator poderá explicar o seu elo de ligação a Machado Santos. Deixando em aberto estas incógnitas, prosseguimos no desdobramento do cenário político com as réplicas internacionais provocadas pela I Guerra Mundial. Desta vez, procuramos alargar a escala de análise para além destes homens.

---

<sup>320</sup> VIEIRA, Alexandre – *Figuras Gradadas do movimento social português*, p. 110.

<sup>321</sup> BRANDÃO, Raúl - *Os Operários*, p. 300.

<sup>322</sup> “Relatório da Comissão Central ao II Congresso do Partido”. *O Comunista*, nº 44, 22/22/1925, p. 4.

<sup>323</sup> “Depoimento de um alto espírito”. *Novidades*, nº 9176, 01/01/1926, p. 1.

<sup>324</sup> RATES, Carlos - “Uma Adesão à União Nacional”. *Diário da Manhã*, 16/07/1931. Disponível *on-line* em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.162>

<sup>325</sup> Cf. LEAL, Ernesto Castro – “A Revolução Russa de Outubro de 1917 e os primórdios do regime comunista: aspectos da recepção pública e da dinâmica em Portugal (1917-1926)”. *História Crítica*, Nº. 64, abril de 2017, p. 39-60.

<sup>326</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Delta, 1986, p. 1.197.

## Capítulo 3. – Da Federação Maximalista Portuguesa até ao Partido Comunista

A génese dos partidos políticos apresenta-se como um objeto fulcral na construção de uma mitologia, um mecanismo de poder que legitima a narrativa presente e futura do mesmo partido<sup>327</sup>. A imagem oficial do partido sobre as suas origens, assenta então na naturalização do seu processo de criação, de que este se trata de um organismo social que, graças à sua ideologia e organização particular, será capaz de alcançar um certo destino histórico<sup>328</sup>. Posto isto, quando nos deparamos com a mitologia do PCP raramente esbarramos no papel da FMP, de Manuel Ribeiro (o seu precursor) e de Carlos Rates (o seu primeiro Secretário-Geral) que poderiam comprometer o mito das suas origens. De modo a legitimar a narrativa sobre a génese do seu Partido, os responsáveis e dirigentes do PCP optaram por reforçar, em vez disso, o período das lutas antifascistas na clandestinidade, já durante o Estado Novo, que convergiu com a renascença nacional no 25 de abril<sup>329</sup>. Assim como, o papel de Bento Gonçalves, enquanto o “verdadeiro” 1º Secretário Geral do PCP.

Tendo em conta o processo de construção social e as relações de poder em torno da sociogénese de um partido, entendemos que será pertinente, para desmistificar então a sua *raison d'être* original, adotar a noção de *configurações* de Norbert Elias. Nesse sentido, a sociogénese das organizações partidárias revela-se não como um processo naturalizado e predestinado mas enquanto uma “sequência de ações, envolvendo uma pluralidade de atores interdependentes que não pode ser antecipada ou controlada”<sup>330</sup>.

Ao observarmos a sociogénese dos partidos comunistas deparamo-nos com essa situação. Ou seja, de que a apropriação da ideia bolchevista de revolução e a fundação

---

<sup>327</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 632.

<sup>328</sup> Idem, p. 632.

<sup>329</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - *Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP*. 4 de março de 2011. Disponível *on-line* em: <http://www.pcp.pt/intervencao-de-jeronimo-de-sousa-secretario-geral-do-pcp>. Consultado em 26 de setembro de 2018.

<sup>330</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 635.

dos respectivos partidos resultaram de um processo errático marcado por profundas contradições e incertezas quanto ao seu resultado final. Um dos principais fatores, que terá propulsionado a mudança na política operária, em torno de um partido de “novo tipo”, andou a par com as transformações que esta classe sofreu com o pós-guerra.

Com a guerra, o movimento sindicalista, por toda a Europa, encontrava-se debilitado. Antigos apologistas do internacionalismo operário cediam perante os apelos patrióticos, optando por tomar a causa da sua nação. A guerra acelerou o cisionismo abrindo novas brechas nas organizações políticas do operariado, da parte dos sindicalistas, mas também entre partidários da II Internacional. Foi então que surgiram os já referidos grupos da esquerda zimmerwaldiana, uma resposta às crescentes contradições ideológicas nas organizações operárias.

Não obstante, o principal fator que iria então dar um corpo consistente aos elementos mais revolucionários, tanto ao nível ideológico como das práticas organizativas, face à nova realidade da Europa em guerra, espoletou a oriente com o choque da revolução bolchevista. Este acontecimento seria entendido, pelos elementos que a receberam de braços abertos, como o prenúncio da tão ansiada revolução social. Não demoraria muito para que as organizações operárias, um pouco por todo o mundo, num estado de êxtase perante o seu sucesso, tentassem replicar a experiência soviética<sup>331</sup>.

Este período foi marcado por uma vasta disseminação de ideias, propagada não só pelos bolcheviques russos, mas também pelas próprias organizações operárias de todo o mundo, sem qualquer vínculo inicial ao bolchevismo. Logo nos primeiros meses, após a revolução de outubro, a ideia da revolução bolchevique sob o lema “todo o poder para os soviets” seria apropriado pelos revolucionários, além da Rússia. Este movimento, em certa medida espontâneo, de aclamação dos sucessos dos partidários bolcheviques, seria a porta de entrada para a futura bolchevização do movimento operário.

Devemos ter em conta que, à luz do movimento operário da época, o bolchevismo teve um significado muito distinto daquele que iria ter depois de consolidado o regime soviético. No período entre outubro (1917) e a fundação da IC, o bolchevismo significava, essencialmente, a apologia da revolução social, mais do que uma questão ideológica ou

---

<sup>331</sup> HOBBSBAWN, Eric – *A Era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 68-79.

um método de organização política. Nesta fase embrionária, a adoção da ideia da revolução russa era permeável às condições nacionais e às formas de organizações locais do operariado. A revolução foi interpretada à luz das disposições ideológicas e sociais dos revolucionários de cada nação. Não funcionava, tal como irá acontecer após o II Congresso da IC, numa relação unidirecional entre a liderança bolchevista russa face aos núcleos satélites<sup>332</sup>. Portanto, entendemos que a descodificação do significado da revolução russa, neste período, deve antes ser analisada como um produto das especificidades locais, que proporcionou diferentes formas de apropriação do bolchevismo por toda a Europa.

Em suma, neste capítulo, tratamos de explorar a imprensa operária entre 1918 e 1921, incluindo os jornais das Associações de Classe, com o intuito de restituir o impacto do bolchevismo em Portugal, nomeadamente, a escala da FMP e o processo de fundação do PCP. Isto é, vamos procurar determinar o número de núcleos maximalistas no país e a sua continuidade; alguns dos detalhes sobre esta organização antes de surgir o *Bandeira Vermelha*, assim como a reação da imprensa face a este fenómeno; por fim, procuraremos entender as ideias que guiaram a primeira organização bolchevista em Portugal, tal como, a sua transição para um partido de “novo tipo”. Nesse processo, procuramos enquadrar a génese do PCP na análise sociológica crítica, principalmente no artigo de Aït-Aoudia, e Dézé, na obra de Offerlé e Panebianco, para destrinçar os conflitos e as características típicas que caracterizaram o bolchevismo português.

### **3.1. Perante o sidonismo**

Com a entrada do Corpo Expedicionário Português (CEP) no palco europeu, as notícias da grande guerra cobriram praticamente todas as primeiras páginas dos jornais, deixando para segundo plano outros assuntos, com exceção da questão da carestia de vida - a crise de subsistências provocada pela economia de guerra. Para a população nacional, especialmente os camponeses, que nunca se tinham aventurado além dos limites da sua aldeia, o espírito belicista e a defesa da Europa contra os bárbaros “boches” não eram um

---

<sup>332</sup> STUDER, Brigitte – “Communism as Existential Choice”. In PONS, Silvio; SMITH, Stephen A. (Org.) – *The Cambridge History of Communism*. Vol I. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 517.

imperativo ético, mas uma imposição política. Os apelos humanistas e a defesa dos valores da república francesa não teriam eco entre a população rural e camponesa que incorporou o CEP.

Neste cenário, a relação do operariado perante os acontecimentos vai evoluindo desde 1914, até à data da participação portuguesa. Quando no princípio só os anarquistas, as juventudes sindicalistas e a Confederação Socialista do Norte (representado pelo jornal *A Voz do Operário* do Porto)<sup>333</sup> é que resistiam ao patriotismo e aos apelos humanistas, aos poucos, tanto os sindicalistas como os socialistas do Sul<sup>334</sup> também iriam aderir princípios semelhantes aos do Congresso de Ferrol<sup>335</sup> e de Zimmerwald. No Congresso de 1917 do PSP, os socialistas aderiram à posição dos revolucionários russos<sup>336</sup>, tal como os sindicalistas, que defendiam o fim as hostilidades por intermédio do jornal *A Greve*.

Já durante o II Congresso Sindical, em 1917, a UON voltou a reorganizar-se e a consertar relações em torno da questão da paz e da carestia de vida o que permitiu, em certa medida, superar a anterior inatividade provocada pela divisão sindical<sup>337</sup>. Neste Congresso, apesar dos esforços anteriores, os anarquistas não foram capazes de dominar as teses em discussão. Os militantes do PSP descreveram um congresso constituído por uma maioria socialista, em que o princípio da ação direta foi aprovado apenas para agradar aos anarquistas e evitar uma cisão<sup>338</sup>. Um dos conferencistas socialistas escutou, inclusive, um sindicalista a salientar que “os socialistas não se apoderaram da conferência, porque não quiseram”<sup>339</sup>. Um dos delegados ao congresso foi Carlos Rates, que participou em representação dos pedreiros do Funchal<sup>340</sup>. As teses aprovadas em Congresso adotaram posições semelhantes à de Rates, em prol da colaboração de classes

---

<sup>333</sup> De acordo com António Telo, o *A Voz do Povo* representava, inicialmente, uma facção minoritária no seio do PSP que irá ganhar força graças ao manifesto de Zimmerwald: TELO, António José – *O sidonismo e o movimento operário português*, p. 92-93.

<sup>334</sup> CORREIA, Fausto Rafael dos Santos Teles – *Os socialistas portugueses e a Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 115-116. Dissertação de Mestrado.

<sup>335</sup> Referimo-nos ao Congresso Internacional pela Paz de Ferrol, fundada por iniciativa do Ateneu Sindicalista de Ferrol (Espanha) que contou com a presença de vários elementos da UON: SOUSA, Manuel Joaquim – *O Sindicalismo em Portugal*, p. 104-107.

<sup>336</sup> TELO, António José – *O sidonismo e o movimento operário português*, p. 94.

<sup>337</sup> SOUSA, Manuel Joaquim – *O Sindicalismo em Portugal*, p. 108-109.

<sup>338</sup> ALVES, J. Fernando - “A Conferência Operária Nacional”. *O Combate*, nº 134, 27/05/1917, p. 2.

<sup>339</sup> Idem, p. 2.

<sup>340</sup> “Relação das associações aderentes e seus delegados”. *O Movimento Operário*, nº 2, 01/05/1917.

pelo desenvolvimento económico e em defesa do progresso industrial<sup>341</sup>. Esta nova concertação sindical permitiu que a UON fosse capaz de responder à inércia que marcou o anterior congresso<sup>342</sup>.

Este novo edifício sindical surgiu num momento de transição durante o III governo de Afonso Costa, abalado pela insuficiência de subsistências, o que terá provocado vários tumultos, nomeadamente nas zonas urbanas, onde armazéns e padarias foram saqueadas<sup>343</sup>. Questões como a falta de subsistências e o ódio à repressão do partido democrático criaram um contexto propício para produzir novas alianças entre setores republicanos e o operariado.

A já fragilizada “União Sagrada” não seria capaz de conter o golpe da Junta Revolucionária, liderada por Sidónio Pais, a que a “Central dos Sindicatos Portugueses foi estranha, embora muitos trabalhadores organizados, houvessem, individualmente, cooperado nesse movimento”<sup>344</sup>. Como seria expectável, a ligação entre esses setores resultaria da proximidade de Machado Santos a elementos ilustres do operariado<sup>345</sup>. Todavia, a UON alertava que, caso Machado Santos, depois de eleito, não defendesse as liberdades populares, confirmaria a máxima de que “todos os políticos são iguais”<sup>346</sup>.

Machado Santos seria uma das principais figuras da revolta contra o governo “afonsista” sendo nomeado para o importante cargo de Ministro do Interior. Após a formação do governo, seria considerado “inegavelmente uma criatura animada”, capaz para levar avante o fomento nacional<sup>347</sup>. Por esta altura, Rates seria mais jornalista do que sindicalista, publicando uma série de artigos para *O Século* (edição da noite). Também manifestava um apoio notório ao projeto político de Machado Santos, chegando a participar num jantar em homenagem a este, depois de Machado Santos ser despromovido

---

<sup>341</sup> TELO, António José – *O sidonismo e o movimento operário português*, p. 107.

<sup>342</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, p. 106-110.

<sup>343</sup> TELO, António José – *O sidonismo e o movimento operário português*, p. 114.

<sup>344</sup> “A organização operária perante a revolução”. *O Movimento Operário*, nº 6, dezembro de 1917, p. 81-82.

<sup>345</sup> “O sr. Machado Santos e a classe operária”. *O Movimento Operário*, nº 6, dezembro de 1917, p. 87.

<sup>346</sup> Idem, p. 87.

<sup>347</sup> J.C. – “O problema das subsistências”. *O Século edição da noite*, nº 1242, 01/04/1918, p. 1: Supomos que J. C. se tratasse de José Carlos Rates, o mesmo acrónimo já usado no *O Sindicalista* na rubrica “O Sindicalista em Setúbal”.

para o cargo de Ministro das Subsistências e Transportes<sup>348</sup>.

Este novo governo sidonista, após o afastamento de Machado Santos, ganhou autonomia perante os heróis da rotunda, a velha guarda republicana. Marcou, por isso, uma nova fase na vida política portuguesa, a “República Nova”. Através de tomadas de posição como estas, como o afastamento de Machado Santos e a crescente repressão operária, tornou-se claro que a base social do sidonismo começava paulatinamente a alicerçar-se nas fações mais conservadoras, como os integralistas<sup>349</sup>.

Foi também durante o governo sidonista que se multiplicaram os ecos sobre os acontecimentos na Rússia. Por esta altura, já após a revolução de outubro, foram divulgadas cada vez mais notícias e artigos que iriam delinear aquilo que definimos como a histeria anti-bolchevista<sup>350</sup> (capítulo 3.5). Esta histeria, em torno do bolchevismo, seria fulcral enquanto elemento agregador do conservadorismo português.

No governo do “libertador dos católicos”<sup>351</sup>, tanto o conservadorismo católico como o conservadorismo nacionalista entenderam as mobilizações operárias como sendo o produto de sovietes secretos liderados por maximalistas<sup>352</sup>. Assim, encontramos na Câmara dos Deputados Almeida Correia, do Centro Católico Português, que partilhou durante uma sessão na Câmara dos Deputados uma conversa escutada por um antigo Ministro, entre operários da CP, que supostamente conspiravam ao declararem que “a hora do ajuste de contas soar”<sup>353</sup>. Conservadores com diferentes facetas ideológicas, perante o auspício da revolta proletária, convergiram na formação das Juntas Militares com o apoio do governo sidonista, pela ordem e contra o perigo da revolução proletária. Uma das principais causas da revolta “que se está formando na mentalidade do operariado português”, segundo Almeida Correia na mesma sessão, citando o economista “Sr. Dr. Oliveira Salazar”, tinha a sua origem no “problema de subsistências” e no “deficit da

---

<sup>348</sup> “Machado Santos”. *A Situação*, nº 52, 01/06/1918, p.2.

<sup>349</sup> TELO, António José – “O sidonismo e o movimento operário português”, p. 149-52.

<sup>350</sup> Noção utilizada por António Telo para descrever a propaganda sidonista nos seus últimos dias de vida. Esta estratégia de propaganda tinha como intuito de unir todos os conservadores em torno do seu projeto político: Idem, p. 192.

<sup>351</sup> Idem, p. 182-183.

<sup>352</sup> CORREIA, Almeida - *Diário da Câmara dos Deputados* [Em linha]. III Legislatura, Sessão Legislativa 1, Sessão nº 6, 31/07/1918, p. 8-9. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/>

<sup>353</sup> Idem, p. 8-9.

produção nacional”<sup>354</sup>.

### 3.2. A receção de uma revolução

Apesar da receção da revolução russa variar consoante as ideologias e organizações dominantes locais, revelou, mesmo assim, algumas coincidências entre países, em que, tal como em Portugal, se encontrava um operariado com profundas influências anarquizantes. Por toda a Europa, com a eclosão da revolução russa, os anarquistas aproximaram-se daquilo que, hoje em dia, denominamos de comunismo de esquerda<sup>355</sup>, reunindo-se em torno das ideias que iriam definir o Socialismo de Conselhos, sob a máxima de Karl Marx de que: a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores<sup>356</sup>. Desta revolução retiveram, portanto, o seu carácter soviético<sup>357</sup>.

No caso espanhol, onde, tal como em Portugal, o sindicalismo revolucionário inspirava o movimento operário, a revolução russa foi entendida, no primeiro momento, sob a ótica anarquizante do movimento operário liderado pela CNT. A introdução do fenómeno bolchevique em Espanha, entre 1918 e 1920, ficaria conhecido como o “triénio bolchevista”<sup>358</sup>. Logo em 1918, num congresso de uma federação de trabalhadores rurais, federado na CNT, decidiram “felicitar a los campesinos rusos por haber llevado a la práctica nuestro lema: La tierra para los que la trabajan”<sup>359</sup>. A ideia da revolução disseminou-se de tal forma que, em 1918, já existiam grupos que se apelidavam de maximalistas divulgados na imprensa oficial da CNT da Catalunha<sup>360</sup>. Tal como iria acontecer com *A Batalha* e com os jornais das federações sindicais portuguesas, o órgão da CNT também publicou vários artigos sobre a nova organização social onde declaravam

---

<sup>354</sup> Idem, p. 9.

<sup>355</sup> Na edição traduzida da obra de Kriegel foi utilizado o termo “ultraesquerda”, para se referir àqueles que se encontravam à esquerda dos bolcheviques russos. Como este termo caiu em desuso optámos por atualizá-lo, passando por nos referir ao “comunismo de esquerda” quando abordamos movimentos e ideias de marxistas que se encontram à esquerda da III Internacional.

<sup>356</sup> KRIEDEL, Annie – *Nas Origens do Comunismo Francês*, p. 52-55.

<sup>357</sup> Idem, p. 52-55.

<sup>358</sup> BAR, Antonio – *LA C.N.T. en los años Rojos*. Madrid: Akal Editor, 1981, p. 450.

<sup>359</sup> DOLORES, Ibárruri (coord); et al. – *Historia del Partido Comunista de España*. Paris: Éditions Sociales, 1960, p. 20.

<sup>360</sup> El Soviet - “Mitin Maximalista en Valencia”. *Solidaridad Obrera*, nº 942, 12/11/1918, p. 1.

que “es necesario que los trabajadores españoles, manuales e intelectuales, sigan el ejemplo de aquellos héroes bolchevistas”<sup>361</sup>.

Como refere o historiador Antonio Bar, perante a influência da revolução russa, os anarquistas, que então dominavam a CNT, tentaram conciliar o seu projeto anárquico com o bolchevismo<sup>362</sup>. Os militantes *cenetistas*, iludidos pela sua ânsia revolucionária, reinterpretavam as notícias da Rússia segundo os seus moldes anárquicos. Neste período de êxtase revolucionário, o Secretário Geral da CNT chegaria, aliás, a redigir um manifesto em prol da constituição de uma nova Internacional, que termina com uma citação de Lenine<sup>363</sup>.

O bolchevismo embrenhou-se de tal maneira na estrutura sindical da CNT que esta chegaria a aderir à IC em 1919 e, posteriormente, à ISV. Porém, esta última adesão, à Internacional Sindical, já seria marcada por um clima de profundo confronto entre anarquistas e partidários do bolchevismo, que iria resultar, em 1922, na sua adesão e vinculação efetiva à anarcossindicalista AIT<sup>364</sup>.

Já o caso francês foi bastante mais complexo, por haver uma disputa, desde o início, entre vários setores revolucionários pela legitimidade da sua organização enquanto a “verdadeira” secção francesa da III Internacional. Uma dessas configurações bolchevistas em França, talvez a mais influente para militantes como Manuel Ribeiro, seria o Comité de adesão à Terceira Internacional, composta por sindicalistas. Nesta configuração encontrava-se Monatte, Loriot, Rosmer e Hanot, personalidades que seriam constantemente referidas no órgão da FMP. Estes militantes, por meio de jornais como o *Le Communiste* e o *La Vie Ouvrière*, vendidos em Portugal na sede central da FMP<sup>365</sup>, promoveram a adesão da CGT à III Internacional.

No entanto, em França, nos primeiros meses de 1919, já se tinha formado um proto-partido Comunista que se adiantou a todos os outros revolucionários. Tratava-se de um partido afiliado ao sindicalismo revolucionário de índole anarquista ligado à CDS (Comissão de Defesa Sindicalista) munido do órgão *L'Internationale*, criado por

---

<sup>361</sup> BAR, Antonio – *LA C.N.T. en los anos Rojos*. Madrid: Akal Editor, 1981, p. 441.

<sup>362</sup> Idem, p. 442.

<sup>363</sup> Idem, p. 449.

<sup>364</sup> Idem, p. 557-627.

<sup>365</sup> “Imprensa Bolchevista”. *A Bandeira Vermelha*, nº 3, 19/10/1919, p. 2.

Péricat<sup>366</sup>. Este efémero PC de Péricat, que existiu entre maio e junho de 1919, introduziu-se no quadro do comunismo de esquerda, sendo por isso uma excelente alavanca para a filiação bolchevista por parte dos elementos anarquistas<sup>367</sup>. Tal como a FMP e o *Bandeira Vermelha*, o primeiro partido comunista francês foi um fenómeno de hibridação, que se manifestou através da sua crença no carácter antiparlamentar do bolchevismo e na instituição dos Conselhos Russos<sup>368</sup>. Foi por intermédio dessa conceção social que se concebeu a ditadura do proletariado, enquanto a ditadura dos conselhos russos, em vez da ditadura do partido bolchevista russo. Desse modo, alguns elementos deste partido chegariam a propor a denominação de “Partido Comunista Antiparlamentar”<sup>369</sup>.

Porém, ao contrário do que aconteceu com o PCP, também um novo “partido” comunista que surgiu em 1920 caminhou no sentido da sua desvinculação perante as teses do II Congresso da Internacional Comunista<sup>370</sup>. Através do órgão *Le Communiste*, manteve-se intransigente na defesa dos Conselhos Socialistas afirmando, por sua vez, o comunismo integral, e a sua aproximação ao grupo de Malatesta e ao KAPD<sup>371</sup>. Seria então mediante a cisão no seio do partido socialista (SFIO), a estratégia defendida pelos bolcheviques russos para França, que se formaria o “verdadeiro” partido comunista<sup>372</sup>.

Todavia, a situação que mais se aproximou das trajetórias do PCP foi o caso brasileiro. Tal fenómeno não é de estranhar tendo em conta os vários pontos de contacto entre os militantes anarquistas e sindicalistas em Portugal e no Brasil.<sup>373</sup>, evidenciado, aliás, pelos artigos na imprensa anarquista bolchevizada<sup>374</sup>. Tal como o PC de Péricat, ou

---

<sup>366</sup> KRIEDEL, Annie – *Nas Origens do Comunismo Francês*, p. 56.

<sup>367</sup> Idem, p. 56.

<sup>368</sup> Idem, p. 61.

<sup>369</sup> Idem, p. 61.

<sup>370</sup> Idem, p. 291-293.

<sup>371</sup> Idem, p. 293.

<sup>372</sup> Idem, p. 82: Para mais detalhes sobre os meandros do comunismo francês recomendamos a Tabela 1 da obra de David Berry que sintetiza a evolução dos diversos grupos comunistas franceses e o seu papel na formação do PCF: Cf. BERRY, David – *A History of the French Anarchist Movement, 1917-1945*. Westport: Greenwood Press, 2002, p. 50.

<sup>373</sup> O papel das redes de comunicação entre anarquistas e sindicalistas nos dois continentes foi discutida a fundo no estudo biográfico sobre Neno Vasco de Alexandre Samis: SAMIS, Alexandre – *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquista e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

<sup>374</sup> Referimo-nos ao periódico *Spartacus* do Rio de Janeiro, onde foi divulgada a publicação do semanário maximalista *A Bandeira Vermelha* e onde vários artigos de Manuel Ribeiro seriam publicados: “A Bandeira

até mesmo a FMP, o primeiro partido comunista brasileiro surgiu logo no início de 1919, com o intuito de “promover a propaganda do Comunismo Libertário”<sup>375</sup>. Curiosamente, foi o histórico anarquista José Oiticica<sup>376</sup> quem redigiu o primeiro programa do PCB de 1919<sup>377</sup>. A ideia que movia estes militantes operários não se ficava só pelo imaginário da revolução russa, era também uma manifestação da sua inspiração malatestiana ao realizarem o “partido anarquista”, antiparlamentarista e federalista por natureza<sup>378</sup>. No entanto, tal como o PC de Péricat, muitos dos fundadores deste partido acabariam por abandonar a apologia à revolução russa. O processo final de construção do partido de “novo tipo” no Brasil ficaria então entregue a antigos anarquistas como Astrojildo Pereira<sup>379</sup>, que absorveram plenamente as novas ideias do marxismo russo, fundando em 1922 o “verdadeiro Partido Comunista do Brasil”<sup>380</sup>.

A partir deste breve contraponto, deparamo-nos com algumas semelhanças com o fenómeno português de receção de uma revolução. Num período em que a posição teórica russa ainda não era conhecida, observamos que a admiração dos militantes pelo bolchevismo resultava, em parte, da própria imprensa local, enviesada pelas suas conceções libertárias de revolução. Além disso, o período de bolchevização anterior ao II Congresso da IC, onde se aprovam “21 condições de adesão à IC”<sup>381</sup>, ainda não era

---

Vermelha”. *Spartacus*, nº 16, 15/11/1919, p. 1; RIBEIRO, Manuel – “O que é o soviétismo”. *Spartacus*, nº 19, 06/12/1919, p. 3.

<sup>375</sup> PEREIRA, Astrojildo – *Formação do PCB 1922-1928*. Lisboa: Prelo, 1977, p. 61: O PCB de 1919 não foi a primeira organização bolchevista no Brasil, já em 1918 tinha surgido uma “União Maximalista”, entre muitas outras organizações: GOULART, Laryssa de Souza – *Astrojildo de Sousa e a formação do Partido Comunista Brasileiro*. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013, p. 32-33. Dissertação de Mestrado.

<sup>376</sup> José Rodrigues Leite e Oiticica foi uma das principais figuras do anarquismo brasileiro, um incansável colaborador na imprensa revolucionária com relações com vários militantes portugueses, incluindo Neno Vasco. Durante a greve geral de 1918, este entusiasta dos acontecimentos espoletados na Rússia, seria considerado pela polícia como o “comandante” desta greve: RODRIGUES, Edgar – *Os Libertários*. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993, p. 33-66.

<sup>377</sup> SAMIS, Alexandre – *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 267.

<sup>378</sup> Idem, p. 267.

<sup>379</sup> Astrojildo Pereira Duarte Silva, natural de Rio de Janeiro, foi um destacado militante anarquista que, com a eclosão da revolução russa, passou a defender o modelo soviético, caminhando em direção ao bolchevismo. Nesse seguimento, tornar-se-ia, posteriormente, no primeiro Secretário-Geral do PCB. Devido ao processo de “estalinização” dos partidos comunistas internacionais, Astrojildo seria afastado do cargo de Secretário-Geral em 1930, passando a ocupar um cargo menor no PCB: GOULART, Laryssa de Souza – *Astrojildo de Sousa e a formação do Partido Comunista Brasileiro*, p. 19-66.

<sup>380</sup> PEREIRA, Astrojildo – *Formação do PCB 1922-1928*. Lisboa: Prelo, 1977, p. 61-63.

<sup>381</sup> STUDER, Brigitte – “Communism as Existential Choice”, p. 517.

necessariamente caracterizado pelo partido/sindicato centralizado à imagem do bolchevismo russo. O sentido do bolchevismo, além Rússia, ainda era um campo de disputa, no qual a comunismo de esquerda conseguiu convergir com anarquistas e sindicalistas em torno do seu próprio ideal de soviétismo.

Em certa medida, o PCI de Bordiga<sup>382</sup> e o KAPN de Pannekoek<sup>383</sup> são alguns desses exemplos, em que o Socialismo de Conselhos foi capaz de ganhar consistência e alguma autonomia face ao bolchevismo russo. No entanto, de qualquer forma, a heterogeneidade ideológica no campo da III Internacional não perdurou por muito tempo. Antes do II Congresso da IC, Lenine publicaria o “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”, com o intuito de expurgar o antiparlamentarismo “esquerdista”, assente na noção da ditadura de classe em oposição à ditadura do partido de Lenine<sup>384</sup>.

Sem nos alongarmos mais, estas observações, quanto aos processos de protobolchevização nos outros países, proporcionam uma excelente ferramenta de comparação com o caso português. Desse modo, devemos rejeitar, em certa medida, a suposta incapacidade portuguesa em mimetizar o modelo leninista de partido, como se tratando de um caso isolado. Antes disso, esta terá sido uma trajetória comum por parte das diferentes fações da esquerda antiparlamentar europeia perante a revolução russa. Consoante a posição ideológica do operariado, nomeadamente no domínio do antiparlamentarismo, este investiu um sentido próprio às palavras e aos acontecimentos da revolução a oriente, de acordo com as suas prenoções. Um fenómeno que será exacerbado em Portugal, entre os militantes desligados da tradição do pensamento

---

<sup>382</sup> Amadeo Bordiga notabilizou-se como líder da facção abstencionista do Partido Socialista Italiano e, posteriormente, enquanto fundador e Secretário-geral do Partido Comunista Italiano. No debate com Lenine, durante o II Congresso da IC, defendeu a ação direta revolucionária como instrumento para a conquista do poder, em oposição ao parlamentarismo: KRIEGEL, Annie – *Nas Origens do Comunismo Francês*, p. 221.

<sup>383</sup> Anton Pannekoek foi um intelectual marxista holandês que ganhou relevo ao rejeitar as posições reformistas de Kautsky e do Partido Social Democrata Alemão (SPD). Durante a guerra apoiou a esquerda Zimmerwaldiana e com a eclosão da revolução russa defendeu um projeto revolucionário específico para o contexto da Europa Ocidental. O seu projeto revolucionário, uma alternativa ao modelo leninista e em oposição às táticas parlamentares, assentava num sistema de conselhos como a base para construção de uma ditadura proletária. Enfatizava, portanto, a noção de que a democracia proletária deveria ser a base e a essência do socialismo, de que as massas deveriam organizar, por si mesmas, a revolução: GERBER, John – *Anton Pannekoek and the Socialism of Workers Self-Emancipation, 1873-1960*. Amesterdão: International Institute of Social History, 1989, p. 72-141.

<sup>384</sup> LENINE, Vladimir Ilitch - *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Editora Escriba, 1960, p. 36.

marxista.

Importa salientar que um dos aspetos que causou maior dissonância entre o PCP e os restantes partidos comunistas, tal como vimos no capítulo 2, foi o facto de o Secretário-Geral do PCP, ao lado do da FMP, ter sido, desde o início, um claro promotor da participação na guerra. Pelo menos no caso de Manuel Ribeiro, mesmo no final de 1918, este ainda defendia publicamente a causa francófila<sup>385</sup>. Ao passo que na Rússia, e no resto da Europa, a questão da guerra terá sido suficiente para afastar homens como Plekhanov dos círculos revolucionários<sup>386</sup>.

### 3.2.1. O prenúncio do maximalismo

Em Portugal, logo após a tomada do poder por parte dos bolcheviques, houve uma explosão de propaganda em prol da revolução russa e poucos foram os revolucionários que resistiram à introdução da nova ideia. Tanto os anarquistas de *A Aurora* e *A Sementeira*, como alguns socialistas de *A República Social*, *O Combate* e *A Voz do Povo*, entre muitos outros, tornaram-se apologistas da *práxis* maximalista ou bolchevista. O maximalismo, como então era conhecido, disseminou-se, também, em torno de vários sindicatos, enraizando-se profundamente nas organizações baluarte do sindicalismo nacional como a Federação Metalúrgica e da Construção Civil. Os militantes mais entusiastas da construção civil, que iria ser uma importante base de apoio da FMP, aplaudiam a revolução logo em janeiro de 1918 e no mês seguinte já afirmavam, sob a ótica anarquista, que:

um grande exemplo vai despontando na Rússia e que de certo há de ter a sua repercussão em mais países como já se vai vendo os seus prenúncios. [...] Salve! revolucionários russos que ides despertando os cérebros dos proletários para a abolição da propriedade individual procurando pôr em prática o COMUNISMO ANARQUISTA.<sup>387</sup>

Também por esta altura, o jornal sindicalista *A Greve* soava o alerta de que se aproximava “a Grande Revolução. E nós, ao vermos despontar lá ao longe, esse sol

---

<sup>385</sup> RIBEIRO, Manuel – “A Revolução Russa”, *A Greve* (II), nº 60, 20/10/1918, p. 2.

<sup>386</sup> FITZPATRICK, Sheila – *A Revolução Russa*. Lisboa: Tinta da China, 2017, p. 95.

<sup>387</sup> SIMÕES, J. D. – “A Guerra”. *O Construtor*, nº 232 (III), 10/02/1918, p.1.

radioso e bom, bradamos: Viva a Revolução Social iniciada na Rússia!”<sup>388</sup>. Neste mesmo periódico, encontramos um artigo em que os redatores explicam que “os maximalistas constituem a maioria; os minimalistas, a minoria”<sup>389</sup>, ou seja, traduções diretas dos termos bolchevique e menchevique. Uma noção de maximalismo que também já tinha sido reproduzida pelo grupo libertário “Luz do Futuro” no semanário *A Revolta*, quando publicaram um artigo de um revolucionário catalão<sup>390</sup>. Além do mais, na introdução ao artigo, os redatores deixaram claro que, apesar de haver quem “por ignorância confunda o Maximalismo e o anarquismo”, tratava-se de duas doutrinas distintas<sup>391</sup>.

Este movimento de entusiasmo revolucionário foi acompanhado pela desvinculação do sidonismo em relação ao operariado, que teve como consequência o “recrudescimento do movimento grevista”<sup>392</sup>. O forte movimento reivindicativo, que por essa altura se alargava à CP, alarmava deputados como Vítor Mendes que entendiam as greves enquanto o produto “da febre do soviétismo, o delírio maximalista”<sup>393</sup>. As ansiedades do deputado não eram completamente infundadas, já que, em novembro, a UON preparava-se para uma grande greve geral de carácter insurrecional, apelando aos operários para manifestarem “o vosso regozijo pela marcha da revolução emancipadora dos povos escravizados do Oriente”<sup>394</sup>.

Num ambiente em que fervilhava o auspício de que profundas convulsões sociais estavam prestes a espoletar, Manuel Ribeiro começou a abordar nos seus artigos a revolução russa. Ribeiro reconheceu, desde logo, que o bolchevismo se encontrava em

---

<sup>388</sup> “A Agitação Operária”. *A Greve* (II), nº 28, 03/03/1918, p.1.

<sup>389</sup> “A Revolução Russa”. *A Greve* (II), nº 29, 10/03/1918, p. 4: Também em França, o maior polo de influência dos revolucionários portugueses, era usado comumente o termo maximalista em vez de bolchevista: BERRY, David – *A History of the French Anarchist Movement, 1917-1945*, p. 29.

<sup>390</sup> BUENACASA, Manuel - “O bolchevismo e o menchevismo”. *A Revolta*, nº 3, 28/09/1918, p. 3-4: O catalão Buenacasas começa logo por afirmar que o “bolchevismo é maximalismo; menchevismo é minimalismo. Todos são socialistas de Estado”, no entanto, enquanto o minimalismo era caracterizado como uma ideia “oportunista”, já o maximalismo era “intransigente. Vai diretamente pela luta revolucionária de classes, à supressão da propriedade privada, rural e industrial [...] Subordina ao estado o solo e o sub-solo”. Apesar de reconhecer que “o maximalismo está bem longe do anarquismo”, declara que os anarquistas não deviam “[deixar] de apoiar o movimento revolucionário na Rússia”.

<sup>391</sup> “As ideias de Lenine”. *A Revolta*, nº 3, 28/09/1918, p. 3.

<sup>392</sup> TELO, António José – *O Sidonismo e o movimento operário português*, p. 162.

<sup>393</sup> MENDES, Vítor - *Diário da Câmara dos Deputados* [Em linha]. III Legislatura, Sessão Legislativa 1, Sessão nº 6, 31/07/1918, p. 5. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/>.

<sup>394</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo da PIDE, Propaganda apreendida, nº 73. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4475459>

“absoluta oposição aos métodos que sempre temos preconizado de organização sindical”<sup>395</sup>. Todavia, declarava que “não deixou apesar disso de nos agradar e conquistou desde logo a nossa inteira solidariedade”<sup>396</sup>. Revelou-se apreensivo face às possíveis violências “inevitáveis num movimento de tal caráter” e, de seguida, tratou de justificar a sua posição “guerrista” aliadófila, do seu “amor à França”, durante a Grande Guerra<sup>397</sup>. Ribeiro, face à estratégia bolchevista de “caráter insurrecional, jacobino – blanquista – na tradição nacional do terrorismo”, reconhecia a validade da “ação política” neste contexto que, “se nos choca a nós, educados na tradição anti-estatista, é, repito, inteiramente justificável na Rússia”<sup>398</sup>.

Neste novo clima revolucionário, impulsionado pelos acontecimentos na Rússia, os sindicalistas preparavam-se então para a greve insurrecional<sup>399</sup>. Porém, o momento não seria o mais oportuno devido à gripe espanhola que assolava o país, especialmente no Norte<sup>400</sup>. Este fator e o recém-anunciado armistício fariam com que a aprovação deste movimento não fosse consensual. Ficaria, portanto, delimitada ao sul do país, às zonas menos afetadas pela epidemia. Logo, só em Lisboa, Évora e arredores é que foi votado favoravelmente o movimento da greve geral<sup>401</sup>.

Possivelmente, como vemos pelos discursos dos militantes, a incitação ao espírito grevista convergiu com o fervilhar das ideias revolucionárias russas. É que, para além do que já referimos, uma semana antes da greve, que se iria realizar a 18 de novembro (1918), enquanto Sidónio discursava no palácio de Belém, um grupo no meio da multidão soltou vivas à Rússia, a Lenine e à pátria universal<sup>402</sup>. Também em setembro de 1918, segundo Samis, o periódico *A Revolta*, do Grupo Libertário Luz do Futuro, apelava a que se

---

<sup>395</sup> RIBEIRO, Manuel – “A Revolução Russa”, *A Greve* (II), nº 60, 20/10/1918, p. 2.

<sup>396</sup> Idem, p. 2.

<sup>397</sup> Idem, p. 2.

<sup>398</sup> RIBEIRO, Manuel – “A Revolução Russa”. *A Greve* (II), nº 61, 27/10/1918, p. 2-3.

<sup>399</sup> De acordo com Samis, a data da greve (18 de novembro) foi decidida através de um acordo entre anarquistas e sindicalistas portugueses e brasileiros, já que no Brasil, no mesmo dia, foi decretada também uma greve geral. Tal acontecimento seria o produto das longas teias de comunicação entre os revolucionários dos dois continentes, aprofundadas através de militantes anarquistas como Neno Vasco: SAMIS, Alexandre – *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquista e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, p. 394-395.

<sup>400</sup> Idem, p. 387-388.

<sup>401</sup> SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003, p. 132.

<sup>402</sup> PAIS, Sidónio - *Um ano de ditadura*. Lisboa: Lusitânia Editora, 1924, p. 101.

iniciasse um processo revolucionário semelhante ao russo<sup>403</sup>. Registe-se ainda que, no suposto comité que organizou esta mobilização, se encontrava António Peixe, o Secretário-Geral da Federação Metalúrgica, assim como Alfredo Marques<sup>404</sup>, futuro Secretário-Geral do Centro Comunista de Lisboa (grupo federado na FMP), dois entusiastas bolchevistas que iriam participar ativamente na fundação da FMP e do PCP.

Neste momento, em Portugal, a situação era semelhante à espanhola em muitos aspetos, especialmente no que concerne à característica ideológica do movimento sindical, em que o monopólio simbólico da revolução era controlado pelas várias tendências anarquistas. Não obstante, temos que ter em conta, tal como verificamos pela leitura da imprensa operária, que a dominação do espaço revolucionário por parte dos libertários se manifestava mais em termos culturais do que em termos propriamente doutrinários.

Para entender essa dissonância devemos ter em conta a distinção de Malatesta entre organização *específica* e organização de *massas*, essencial para entender as tendências anarquistas e as suas múltiplas nuances doutrinárias. Na prática, a organização anarquista *específica* era bastante débil, com exceção do Grupo de Propaganda Libertária no Porto, o maior baluarte do anarquismo-comunista português<sup>405</sup>. De um modo geral, os militantes mais combativos do anarquismo só atuavam no campo sindical, privilegiando a ação nas *organizações de massas*, muitas vezes enquanto dirigentes, deixando para segundo plano a organização das federações anarquistas (*organizações específicas*).

Após o Congresso Anarquista de 1914 e a criação da UAC (1915), durante a primeira guerra mundial, as organizações específicas iriam definhar, encontrando-se em 1919 apenas alguns núcleos. Tal como pudemos averiguar, de acordo com os dados de João Freire, no ano de 1917 só existiam 14 grupos anarquistas em todo o país, o valor

---

<sup>403</sup> SAMIS, Alexandre – *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquista e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*, p. 386.

<sup>404</sup> “Prisão dos presumidos dirigentes do movimento”. *O Século edição da noite*, nº 1472, 20/11/1918, p. 1.

<sup>405</sup> Desde o jornal *O Despertar* (1903-1905), *A Vida* (1905-1910), *A Aurora* (1910-1920) e *A Comuna* (1920-1927), várias gerações de militantes anarquistas portuenses, sediados nas Antas, colaboraram em diversos projetos que prosseguiram ininterruptamente durante mais de 20 anos. Um fenómeno único nas organizações anarquistas específicas portuguesas: RODRIGUES, Edgar – *Porto Rebelde – Memórias e História*. Sem Local: Edição de Autor, 2001, p. 145-148.

mais baixo em mais de 10 anos<sup>406</sup>. Durante os anos de 1916-1922, o anarquismo passou por uma fase de “recessão”, marcado pela guerra e pela ascensão do bolchevismo<sup>407</sup>. Esse fenómeno seria não só o produto de fatores externos, como também das contradições dos militantes anarquistas que relegaram as suas organizações, a luta política, em favor do sindicato e da luta económica. Tal hipótese é sustentada pelos anarquistas de Coimbra, do grupo Luz ao Povo, quando declaram:

Em Portugal os anarquistas comunistas absorveram-se completamente na ação sindicalista, mas fizeram-no de modo tal que hoje, pelas situações oficiais que ocupam, tem de prender-se e preocupar-se com fórmulas nimamente reformistas.<sup>408</sup>

Nesse sentido, Joaquim Cardoso e Américo Mesquita, assim como, outros militantes do efémero Comité de Propaganda Anarquista e antigos militantes da UAC<sup>409</sup>, aderiram a um novo projeto unitário, extrassindical, ainda enquanto anarquistas, pela defesa dos ideais da revolução social iniciada na Rússia. O futuro projeto do Soviet de Propaganda Social (futura FMP), iria representar para os próprios anarquistas, especialmente os anarquistas-comunistas, a superação plena do dogma de que os sindicatos se bastavam a si mesmos. É que este setor do anarquismo (anarquista comunista), tal como advogava Malatesta, entendia que os sindicatos podiam ser, porventura, nefastos para os interesses dos militantes revolucionários. Por isso, segundo esta conceção política, era necessário estabelecer uma organização além do sindicato focada na transformação política da sociedade. Algo que os dirigentes “anarquistas-sindicalistas” da CGT ignoram até à formação da Liga Operária de Expropriação Económica<sup>410</sup>.

Por outro lado, além das contradições libertárias entre a organização de massas e a organização específica, também não nos podemos esquecer do Partido Socialista, um outro importante elemento para a compreensão adoção do bolchevismo em Portugal.

---

<sup>406</sup> FREIRE, João – *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, p. 280-283.

<sup>407</sup> Idem, p. 280-283.

<sup>408</sup> “Na Barricada Social”. *Luz ao Povo*, nº 1, março de 1920, p. 3.

<sup>409</sup> Pelo que conseguimos apurar por intermédio do cruzamento de dados de vários jornais (*Comuna Livre*, *Bandeira Vermelha* e *A Greve*), entre os futuros militantes maximalistas, pelo menos Américo Mesquita (CM Belém), Alberto Júlio das Neves (Sacavém), José de Sousa (Lisboa), Ferreira Torres (Porto), Salvaterra Júnior (Porto) e Alfredo Cruz (CM Dinamite Cerebral) foram militantes da UAC.

<sup>410</sup> TEODORO, José Miguel de Jesus – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, p. 152-156.

Além das fações estritamente reformistas, este partido também era constituído por várias fações radicalizadas, que vão ganhar força com o deflagrar da Grande Guerra. Tal como vimos, a sua radicalização acentua-se após o Congresso de Zimmerwald, onde certos elementos passaram a rejeitar a posição centrista da 2ª Internacional<sup>411</sup>. Logo em outubro de 1917 já se iam encontrar aptos a acolher as ideias da revolução maximalista. Não seria por acaso que a posição do PSP foi internacionalmente reconhecida, à data do I Congresso da IC, em 1919, que chegou a convidar os “elementos revolucionários” do PSP<sup>412</sup>. Como iremos ver (capítulo 3.7.1.), na altura do II Congresso extraordinário do PSP, de outubro de 1920, a influência bolchevista neste partido seria determinante para a formação do PCP. As disputas no PSP seriam uma das portas de adesão ao futuro partido comunista, pela expulsão das juventudes socialistas no congresso como pela cisão da fação “socialista comunista” de João de Castro.

### 3.3. Soviet de Propaganda Social

O ano de 1919 representou um grande momento de crescimento para as organizações revolucionárias do operariado. Nesse ano, os militantes que se reuniam em torno da UON conseguiram finalmente criar um jornal diário, *A Batalha* (fevereiro), que antecipou o congresso fundacional da Confederação Geral do Trabalho marcado para setembro, em Coimbra. *A Batalha*, nos seus primeiros anos, seria um importante órgão de divulgação dos textos bolchevistas de Lenine, Trotsky e do capitão Sadoul<sup>413</sup>. Foi neste jornal que Manuel Ribeiro, o redator da *Batalha* que mais escreveu sobre a organização social de novo tipo, tratou de propagar as ideias que iriam influenciar a primeira organização maximalista portuguesa. Logo em março, Ribeiro respondeu às críticas negativas de Emílio Costa sobre a pertinência da ditadura do proletariado, argumentado,

---

<sup>411</sup> Referimo-nos à fação zimmerwaldiana que se organizou em torno do periódico portuense *A Voz do Povo*: PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma idéia*, p. 93.

<sup>412</sup> First Congress of the Communist International - *Letter of Invitation to the Congress*. Disponível *on-line* em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/1st-congress/invitation.htm>. Consultado em 10/06/2018.

<sup>413</sup> Jacques Sadoul foi um advogado militante no Partido Socialista Francês que participaria em representação da França nas reuniões do Comité Executivo da Internacional Comunista. Ganhou notoriedade no movimento socialista internacional devido ao seu “trabalho [de] agitação entre as tropas francesas na Rússia”, ao disseminar as ideias da revolução bolchevique entre os seus compatriotas: KRIEGER, Annie – *Nas Origens do Comunismo Francês*, p. 35-37.

por sua vez, que a ditadura não era desejável, mas um mal necessário, e que seria um erro crasso não tomar o caminho dos bolcheviques. Segundo o próprio, “o erro todo vem do antagonismo dualista – teológico direi mesmo – entre Estado e Anarquia”, que repelia a necessidade de passar por uma fase transitória, da ditadura do proletariado<sup>414</sup>. De acordo com Manuel Ribeiro, rejeitar a ditadura do proletariado era a mesma coisa que “voltar as costas ao melhor caminho para lá chegar que é a conquista do poder – do poder total, entenda-se, e não parcial de colaboração com o burguês”<sup>415</sup>. Conclui que, para atingir a “finalidade acrática que nós sonhamos”, seria necessário passar pela ditadura, não por uma

Ditadura-sistema [que] ninguém a quer. Mas ditadura gládio, ditadura-camartelo, essa não a repilo nem a combato. A ditadura não cria riqueza, não gera virtudes, mas destrói, aniquila, abre caminho, rasga o sulco para a semente. [...] Não – ninguém o diz, ninguém o pensa, ninguém o quer – a ditadura do proletariado não é nem pode ser definitiva. E há alguma coisa, Emílio Costa? A finalidade acrática que nós sonhamos, que nós desejamos é um mito ideológico, sentimental, função do ponto de vista sociológico em que nos encontramos.<sup>416</sup>

Também Carlos Rates adotou a nova praxis bolchevista com o intuito de estabelecer profundas reformas administrativas no país, para tal “será preciso primeiro o exercício de uma ditadura do proletariado, ditadura cujo prolongamento as circunstâncias determinarão”<sup>417</sup>. Porém, “querendo a ditadura do proletariado eu não quero o movimento insurrecional por o considerar desnecessário”<sup>418</sup>.

Não obstante a proximidade de Rates face ao modelo russo, a sua posição ainda se aproximava do antiparlamentarismo, do apoliticismo típico do sindicalismo. No seu livro *O problema português: os partidos e o operariado*, redigido em junho de 1919, referia que “se é para se prosseguir neste estado de coisas, o socialismo com qualquer nome que apresente – maximalismo, comunismo, coletivismo ou sindicalismo – não tem nada cá a fazer”<sup>419</sup>. Rates, quando defendia a ditadura do proletariado, não se referia à

---

<sup>414</sup> Ribeiro, Manuel – “Na linha de fogo: A ditadura do proletariado”. *A Batalha*, nº 18, 14/03/1919, p. 1.

<sup>415</sup> Idem, p. 1.

<sup>416</sup> Idem, p. 1.

<sup>417</sup> Moraes, Adolfo de – “Programa Revolucionário”. *A Batalha*, nº 45, 09/04/1919, p. 1.

<sup>418</sup> RATES, J. Carlos – “O perigo bolchevista”. *A Batalha*, nº 53, 17/04/1919, p. 1.

<sup>419</sup> RATES, J. Carlos – *O Problema Português: os partidos e o operariado*. Lisboa: Batalha, 1919, p. 5.

ditadura de um partido, mas, possivelmente, “uma poderosa corrente de opinião que, sem ambições de governar, exerça uma pressão constante, renovadora e moralizadora, na administração local e central”<sup>420</sup>. Tal empreendimento seria realizado não por um partido mas pela “classe operária organizada”, ou seja, a CGT<sup>421</sup>.

Além dos artigos na imprensa em defesa dos revolucionários soviéticos e sobre os contornos da futura revolução, também se começam a fazer os preparativos para a implementação do novo regime social. A partir das fontes que conseguimos recolher, a primeira reunião com objetivo de estabelecer uma organização, em defesa da revolução russa, terá ocorrido em abril de 1919. Primeiro no Porto, com o estabelecimento do Centro Comunista do Porto<sup>422</sup>, organizado por militantes históricos do anarquismo portuense e depois, a 23 de abril do mesmo ano, o “Soviet de Propaganda Social”<sup>423</sup>.

A organização deste último teria vastas consequências na reestruturação do campo revolucionário português. Poucos dias depois, a 27 de abril, foi eleita a sua primeira Comissão Executiva, composta por 17 elementos sindicalistas (Tabela 1) que decidem publicar o seu primeiro panfleto no 1º de maio, após concordarem ser pouco oportuna a publicação de um jornal<sup>424</sup>.

---

<sup>420</sup> Idem, p. 3-4.

<sup>421</sup> Idem, p. 3-4.

<sup>422</sup> Pelo facto do jornal *A Aurora* se encontrar indisponível na BMPP, durante a nossa pesquisa, não nos foi possível aprofundar a relação dos anarquistas do Porto com a FMP e a razão que levou estes militantes a organizar este Centro Comunista.

<sup>423</sup> “Soviet de Propaganda Social”. *A Batalha*, nº 60, 24/04/1919, p. 3.

<sup>424</sup> “Soviet de Propaganda Social”. *A Batalha*, nº 64, 28/04/1919, p. 2.

Tabela 1- Comissão Executiva do “Soviet de Propaganda Social” (27 de abril).

<b>Nome</b>	<b>Profissão</b>
Manuel Ribeiro	Ferroviário
António Manuel Peixe	Metalúrgico
António Graça Gonçalves	Metalúrgico
Paulino Rocha	Metalúrgico
Raúl Baptista	Metalúrgico
Jaime Neves Guimarães	Manufator do calçado
Artur Parente	Manufator do calçado
Marcelino da Silva	Construtor Civil (pedreiro)
António Ferreira Miguel	Construtor Civil
António Vítor Martins	Construtor Civil
Arsénio J. Filipe	Construtor Civil (pintor)
Joaquim Cardoso	Construtor Civil
Joaquim Francisco	Construtor Civil
Américo Mesquita	Ourives
J. da Silva Oliveira	Encadernador
J. de Sousa	Marceneiro
M. Monteiro d'Azevedo	Marceneiro

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do artigo: “O Sovietismo em Portugal VI”. *A República Social*, nº 15, 19/07/1919, p. 3.

No panfleto ainda estava impregnada a ideia sindicalista quando se afirma que “ser bolchevista é crer que o operariado só pode realizar a Revolução associando-se nos seus organismos profissionais, isto é, sindicalizando-se”<sup>425</sup>. Apesar de já defenderem que o derrube da burguesia seria realizado “pelo proletariado em armas”, estes militantes declaravam que o momento ainda não era oportuno, que “um movimento subversivo agora só pode ser feito por políticos em proveito de políticos”<sup>426</sup>. Não obstante, reconhecem os limites da ação sindicalista, ao declararem que as greves por aumentos

<sup>425</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo da PIDE, Propaganda apreendida, nº 17. Disponível *on-line* em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4464356>

<sup>426</sup> *Idem*.

salariais eram anuladas pelo aumento dos preços dos bens (inflação). A luta sindical estava, portanto, presa num “ciclo vicioso” que “só tem saída na Revolução Social, isto é, na destruição das bases do regime capitalista e na instauração da ditadura do Proletariado”<sup>427</sup>.

A reação a este documento não tardou a surgir. Uns dias depois, foi publicado no jornal *A Capital* um artigo sobre a relação da propaganda bolchevista com um incêndio do Terreiro do Paço. Segundo o jornal, um dos presos, “por andar cortando as mangueiras na ocasião do incêndio”, tinha em sua posse um documento soviético<sup>428</sup>. Tratava-se do panfleto que acabamos de referir “com o dístico «Soviet de Propaganda Social» e uma mão empunhando um facho”<sup>429</sup>. A acusação levantada pelo jornal e a pressão por parte de instâncias oficiais, para deter operários com influências soviéticas na sequência do incêndio, seriam tão infundadas que até o carbonário diretor da Polícia de Segurança do Estado, Carlos Fidelino Costa, se demitiu, por não acreditar que os incêndios tivessem sido causados por operários<sup>430</sup>. Manuel Ribeiro também não compreendia este medo em torno do bolchevismo, já que, em Portugal, não existiam greves violentas capazes de suscitar um perigo real para o governo<sup>431</sup>.

Por esta altura, também verificamos que a filiação da Federação da Construção Civil ao maximalismo era mais do que evidente. O seu órgão de classe publicava artigos em que se declarava que: “Nós, hoje, partidários do máximo, somos maximalistas como os nossos camaradas russos e com a força do direito coligada com o direito da força, faremos brevemente a nossa revolução vermelha”<sup>432</sup>. Entre os soviéticos deste sindicato encontrava-se o seu Secretário-Geral, Joaquim Cardoso, um dos mais destacados militantes da UON, assim como vários redatores do seu jornal de classe *O Construtor*, figuras de destaque nos vários Congressos operários. Cardoso, além de sindicalista, tal como outros militantes do conselho central da FMP, também participava ativamente nas organizações anarquistas específicas como o “Comité de Propaganda Anarquista”<sup>433</sup>.

---

<sup>427</sup> Idem.

<sup>428</sup> “A propaganda soviética”. *A Capital*, nº 3110, 05/05/1919, p. 1.

<sup>429</sup> Idem, p. 3.

<sup>430</sup> “Polícia de Segurança do Estado”. *A Batalha*, nº 72, 07/05/1919, p. 1.

<sup>431</sup> RIBEIRO, Manuel – “A obra desastrosa do governo”. *A Batalha*, nº 73, 08/05/1919, p. 1.

<sup>432</sup> OLIVEIRA, José da Silva – “A burla dos parlamentos”. *O Construtor*, nº 265 (III), 04/05/1919, p. 2.

<sup>433</sup> “Comité de Propaganda Anarquista”. *A Greve* (II), nº 54, 08/09/1918, p. 1.

Tendo como base de apoio os militantes sindicalistas, não é de estranhar que uma das questões nevrálgicas para a identidade do “Soviet de Propaganda Social” resultava do debate sobre o papel do sindicalismo na revolução social. Manuel Ribeiro, num artigo, clarificou a sua posição ao declarar que não seria mediante o sindicato que se iria aplicar o programa maximalista, porque tal método iria levar a lutas internas no sindicato. Aborda também a hipocrisia da organização sindical, de como o sindicalismo serviu de pretexto para a infiltração de anarquistas através de “uma propaganda disfarçada, uma infiltração sub-reptícia, absolutamente ilegal como seria a propaganda socialista ou republicana”<sup>434</sup>. Tal como em 1913-1914, durante a fundação da UON, continuava a rejeitar as intenções dos anarquistas em dominar o sindicato.

Um dos aspetos-chave do novo organismo soviético seria, então, pôr a limpo a sua posição perante o sindicalismo, algo que estava presente nos seus estatutos. Numa reunião do “Soviet de Propaganda Social”, que ocorreu entre 16 e 20 de maio, onde ficou decidida a sua nova denominação de “Federação Maximalista Portuguesa”, foram aprovados e publicados os novos estatutos precedidos pelos objetivos da organização<sup>435</sup>. Mais interessante do que os estatutos em si, onde se afirma “que a organização soviética é o melhor auxiliar do sindicalismo revolucionário e a ditadura proletária o melhor caminho para o comunismo”<sup>436</sup>, é o seu prefácio, que chegou até nós graças ao jornal socialista do Porto, *A República Social* (transcrição completa no anexo 5).

Neste documento, depois de citar Lenine e Trotsky, a FMP apelava à formação de um “bloco proletário” para evitar que a revolução caísse “nas mãos da classe dominante [...] ora, para que isto se evite, é preciso organizar rapidamente o proletariado português pelo sistema soviético”<sup>437</sup>. Reconheciam, mais uma vez, estes militantes que o sindicalismo não tinha “capacidade revolucionária para derrubar as instituições burguesas”, já que a “população dos grandes ramos de trabalho e da produção industrial não é de nenhum modo revolucionária”<sup>438</sup>. No entanto, para a recém-criada FMP, “surge

---

<sup>434</sup> RIBEIRO, Manuel – “Na linha de fogo: É inevitável o soviétismo”. *A Batalha*, nº 83, 18/05/1919, p. 1.

<sup>435</sup> “Soviet de Propaganda Social”. *A Batalha*, nº 85, 20/05/1919, p. 2.

<sup>436</sup> “O Sovietismo em Portugal”. *A República Social*, nº 5, 14/06/1919, p. 1.

<sup>437</sup> “O Sovietismo em Portugal V”. *A República Social*, nº 11, 05/07/1919, p. 3.

<sup>438</sup> “O Sovietismo em Portugal VI”. *A República Social*, nº 15, 19/07/1919, p. 3.

ainda um inconveniente maior. Os que afirmam que o sindicalismo é suficiente para fazer face à Revolução, cremos que estão iludidos.” Por isso, concluem:

Forçoso é, pois, recorrer a uma organização extrassindical, de caráter proletariano, que corresponda à política de preparação que as circunstâncias reclamam. E esta organização prática é o sistema dos soviets que a experiência demonstrou serem da maior eficácia.<sup>439</sup>

Para esta facção revolucionária, a questão em torno do sindicalismo se bastar a si mesmo, que alimentou uma profunda disputa, tal como vimos, deixou de fazer sentido com a eclosão da revolução e do regime soviético, com provas dadas da eficácia do seu método. Encerram a questão, por sua vez, ao afirmar a organização extrassindical de tipo sovieta enquanto motor da revolução.

Ao superarem a questão que definiu importantes setores do sindicalismo português, desde 1913, não abandonaram de todo a sua filiação anarquista. Apesar de Manuel Ribeiro se ter distanciado do anarquismo desde cedo, o mesmo não se verificou com outros militantes que integravam a FMP. O maximalismo português foi constituído por uma ampla base de apoio, uma frente comum dos sindicalistas revolucionários de várias tendências. Essa heterogeneidade é evidente nos estatutos onde a apologia ao bolchevismo coexistia com o antiparlamentarismo sindicalista revolucionário e anarquista. Apesar da finalidade da FMP ser o “estabelecimento do sindicalismo comunista, admitindo transitoriamente a ação do poder revolucionário exercido em ditadura pelos Conselhos de operários ou Soviets”, isso não significava que adotassem a estrutura do partido de Lenine. Em vez disso, proibiam os seus núcleos aderentes de participarem “no terreno eleitoral e parlamentar, dentro das instituições burguesas”<sup>440</sup>.

Os maximalistas portugueses serviram-se do bolchevismo enquanto fator legitimador das suas próprias concepções revolucionárias, quer fossem anarquistas ou sindicalistas. Por intermédio da FMP, que procura assemelhar-se o mais possível ao bolchevismo, a prática da tradição anarquista e sindicalista convergiu numa organização unitária, ainda que híbrida<sup>441</sup>, capaz de superar as suas velhas divergências sobre qual seria a organização social capaz de trazer a revolução.

---

<sup>439</sup> Idem, p. 3.

<sup>440</sup> “Estatutos da Federação Maximalista Portuguesa”. *A Bandeira Vermelha*, nº 1, 05/10/1919, p. 4.

<sup>441</sup> KRIEGEL, Annie – *Nas Origens do Comunismo Francês*, p. 64.

Todavia, para os militantes do PSP do Porto que seguiam atentamente os desenvolvimentos na FMP, a contradição era notória. Martins Santareno desejava “que os soviéticos portugueses triunfem e quanto mais rápido melhor” e demonstrou como, na prática, a FMP só divergia do seu partido “pelo facto de abandonar a luta eleitoral e parlamentar no sistema burguês”<sup>442</sup>. Aplaudiam o facto de os maximalistas reconhecerem a necessidade de estabelecer primeiro a ditadura do proletariado, ou seja, “exatamente o que nós, o Partido Socialista, vínhamos defendendo há 44 anos e que tão guerreado foi pelos que ainda pretendem passar por nossos adversários”<sup>443</sup>. Não compreendiam, por outro lado, como é que os soviéticos portugueses podiam rejeitar “Azedo Gneco e Antero Quental [que] eram tão marxistas como Lenine e Trotsky”<sup>444</sup>. Chegaram até a afirmar que, antes de surgir Lenine, já Azedo Gneco defendia uma estratégia semelhante à ditadura do proletariado<sup>445</sup>.

### 3.4. Os conselhos maximalistas

Eu e mais alguns camaradas lançámos as bases duma vasta organização soviética no país. Tínhamos núcleos nas províncias e baluartes fortíssimos em Lisboa e com gente destemida dos Terramotos, Campo de Ourique, Meia-Laranja e Alcântara.<sup>446</sup>

Como iremos ver neste ponto, através de uma recolha de dados presentes na imprensa periódica, principalmente no jornal *A Batalha*, vários momentos na vida da FMP, mesmo na fase anterior à publicação do *Bandeira Vermelha*, foram largamente debatidos no país. Desde artigos nos jornais *A Capital* e *O Século* sobre os supostos crimes perpetrados pelos maximalistas a discursos de repúdio ao bolchevismo no Senado e na Câmara dos Deputados a manifestação do bolchevismo em Portugal não foi apenas um fenómeno que ficou circunscrito ao operariado, este acontecimento encontrou-se no centro das atenções da opinião pública.

---

<sup>442</sup> SANTARENO, Martins – “É assim que se une?!”. *A República Social*, nº 16, 23/07/1919, p. 2.

<sup>443</sup> “O Sovietismo em Portugal V”. *A República Social*, nº 11, 5/07/1919, p. 3.

<sup>444</sup> “OS Homens do Socialismo”. *A República Social*, nº 8, 25/06/1919, p. 1.

<sup>445</sup> *Idem*, p.1.

<sup>446</sup> “O depoimento de um alto espírito”. *Novidades*, nº 9176, 01/01/1926, p. 2.

Assim sendo, começando pelo impacto no operariado, verificamos que rapidamente surgiram vários elementos dispostos a aderir à nova organização. A recém-criada FMP não se ficou apenas pelo núcleo central, relegado à sua CE. Um dos primeiros grupos a juntar-se à Federação foi “Os Rebeldes” (Lisboa), ligados pelo menos até 1917, à Federação Anarquista<sup>447</sup>. Entre eles, também se encontravam vários entusiastas da revolução russa que lhes seguiram o exemplo e, logo nas primeiras semanas, aderiram também “Os revoltados”, situados na rua da Palma (futuro CM de Palma), o CM do Alto do Pina, CM Lenine e Trotsky, CM de Belém, CM Filhos do Progresso e o CM Estandarte Vermelho<sup>448</sup>, entre outros, todos situados no distrito de Lisboa<sup>449</sup>.

Só entre 1 de maio e 24 julho de 1919, ainda antes de surgir o *Bandeira Vermelha*, formaram-se pelo menos 29 configurações bolchevistas em todo o país<sup>450</sup>, sendo que uma delas, no Porto, se designava como “Centro Comunista”. É de notar também que, dessas 29, houve logo uma cisão, por parte do grupo Dinamite Cerebral<sup>451</sup>, poucos dias após a sua adesão. Segundo o jornal do PSP do Porto, o seu afastamento da FMP teria sido motivado pelo facto desta Federação não ser anarquista<sup>452</sup>.

Quanto à anunciada intenção de se criarem núcleos em Tires, Parede e Porto Salvo<sup>453</sup>, não foi possível averiguar a sua continuidade, mas, de qualquer forma, encontramos ao longo dos meses no *Bandeira Vermelha* correspondentes dessas localidades. Já no caso de Coimbra, na eventualidade de se ter formado um núcleo em junho, após a visita de um delegado maximalista<sup>454</sup>, a sua ligação à FMP não foi fácil, devido à detenção do delegado maximalista pelo agente da PSE Custódio das Dores<sup>455</sup>.

---

<sup>447</sup> “«A Greve» na Província”. *A Greve* (II), nº 3, 19-08-1917, p. 4.

<sup>448</sup> Alguns destes conselhos, como o de Palma e Campo de Ourique, adotavam a sigla “G.A.”, “S.C.” e “V.A.” após a sua denominação. Supomos que o primeiro signifique “Grupo Anarquista”, a sigla usada no jornal *A Batalha* para anunciar reuniões de grupos anarquistas. Porém, já não foi possível averiguar o significado de “S.C.” e “V.A.”.

<sup>449</sup> Sob o título “Reunião de Anarquistas” e, posteriormente, com o título “Sovietismo”, entre 25 de abril de 1919 até 24 de julho do mesmo ano, o diário operário *A Batalha* publicou regularmente informações detalhadas sobre a evolução dos núcleos maximalistas.

<sup>450</sup> Compilação elaborada pelo autor a partir dos jornais *A Batalha*, *A Capital* e o *Avante!*, entre abril e agosto de 1919.

<sup>451</sup> O grupo “Dinamite Cerebral” esteve federado na União Anarquista-Comunista (UAC) secção do Sul desde 1915: “União Anarquista Comunista (Sul)”. *Comuna Livre*, nº 1, 13/10/1915, p. 4.

<sup>452</sup> “Trocós Miúdos: Dividindo”. *A República Social*, nº 7, 21/06/1919, p. 1.

<sup>453</sup> “Sovietismo”. *A Batalha*, nº 124, 30/06/1919, p. 2.

<sup>454</sup> “Avante na província”. *Avante!*, nº 7, 26/06/1919, p. 2.

<sup>455</sup> “A missão do agente Custódio das Dores”. *A Capital*, nº 3206, 26/08/1919, p. 1.

Quando surge o *Bandeira Vermelha*, o grupo de Coimbra mais próximo à FMP era a Juventude Anarquista<sup>456</sup>, assim como, alguns elementos do núcleo coimbrense que publicava o jornal *Luz ao Povo* que foi posteriormente favorável à organização do congresso fundacional do PCP<sup>457</sup>. O mesmo terá sucedido com a “provável adesão do Centro de Propaganda Social de Faro”<sup>458</sup> à FMP, sobre o qual não foi possível verificar a sua continuidade. Porém, uns meses depois, já em 1920, formou-se em Silves um Centro Comunista<sup>459</sup>.

Já no Minho, mais concretamente em Braga, o barbeiro João Pereira do Rio (sob o pseudónimo Olímpio Moreno), um colaborador do *Bandeira Vermelha*, organizou o “Grupo Comunista Pão e Liberdade” (maio de 1920), que declarava nos seus estatutos ter como órgão na imprensa o jornal da FMP<sup>460</sup>. E em Guimarães, no meio de constantes perseguições por parte das autoridades, o correspondente do *Bandeira Vermelha* distribuía cerca de 40 exemplares todas as semanas<sup>461</sup>.

Identicamente às outras cidades, nas ilhas também despontaram adesões de operários ao maximalismo. Na Madeira, através do órgão de classe *O Operário*, é divulgada informação sobre a fundação do “Centro Maximalista Madeirense”. Em meados de 1920, “os seus dirigentes [CM Madeirense] já contavam efetuar com brevidade a sua inauguração”<sup>462</sup>. O entusiasmo bolchevista chegaria, inclusive, à Horta (Açores) onde um operário é preso por afixar um exemplar do *Bandeira Vermelha* na parede de um prédio<sup>463</sup>.

No que concerne à difusão dos Conselhos Maximalistas deparamo-nos, desde logo, com o caso do Porto, onde os militantes locais optaram por criar um “Centro

---

<sup>456</sup> Ao longo do periódico maximalista deparamo-nos com várias publicações sobre as atividades deste organismo, além de este ser o ponto de venda do jornal maximalista em Coimbra: “Núcleo Juventude Anarquista Coimbra”. *Bandeira Vermelha*, nº 6, 9/11/1919, p. 3; “A Bandeira Vermelha encontra-se à venda nos seguintes locais”. *Bandeira Vermelha*, nº 5, 01/11/1919, p. 4.

<sup>457</sup> Em novembro de 1920 este grupo de Coimbra já declarava a sua adesão ao “Congresso comunista” (ver o capítulo 3.6.3.) proposto pela *Bandeira Vermelha*: “Congresso Comunista”. *Luz ao Povo*, nº 3, novembro 1920, p. 3.

<sup>458</sup> “Sovietismo”. *A Batalha*, nº 124, 30/06/1919, p. 2.

<sup>459</sup> “Quêtes e subscrições”. *Bandeira Vermelha*, nº 42, 15/08/1920, p. 2.

<sup>460</sup> “Grupo Comunista «Pão e Liberdade»”. *Bandeira Vermelha*, nº 29, 16/05/1920, p. 2.

<sup>461</sup> “A Perseguição à «Bandeira Vermelha»”. *Bandeira Vermelha*, nº 46, 12/07/1920, p. 1.

<sup>462</sup> “Centro Maximalista Madeirense”. *O Operário*, nº 21, 03/07/1920, p. 4.

<sup>463</sup> “A «delicadeza» da Polícia”. *A Batalha*, nº 269, 24/11/1919, p. 1.

Comunista”. Esta configuração peculiar demarcou-se das demais por ter sido lançada pelos anarquistas da cidade, antecipando, aliás, a fundação do Soviet de Propaganda Social (futura FMP)<sup>464</sup>.

Esta situação singular, no Porto, na fase anterior ao *Bandeira Vermelha*, não é de estranhar, já que é nesta cidade que se encontrava a mais importante organização específica anarquista, o “velho baluarte do tradicionalismo doutrinário e puritano”, como a apelidou Manuel Ribeiro<sup>465</sup>. O Grupo de Propaganda Libertária do Porto, que dinamizou durante largos anos a imprensa revolucionária na cidade, aceitou de braços abertos a ditadura do proletariado e o vanguardismo, pelo menos até ao final de 1919<sup>466</sup>. No entanto, a vinculação do Centro Comunista do Porto à FMP não era clara. De acordo com os dados disponíveis<sup>467</sup>, verificamos que vários anarquistas desta cidade se mantiveram imunes à influência bolchevismo. E, já no início de 1920, através do *A Comuna*, os anarquistas portuenses iniciaram uma campanha de repúdio do maximalismo<sup>468</sup>.

O esforço para conter o êxtase bolchevista no Porto levaria ao afastamento dos três principais organizadores maximalistas deste centro, no dia 14 de novembro de 1920<sup>469</sup>, liderados pelo sapateiro Manuel Ferreira Torres<sup>470</sup>. Este correspondente do *Bandeira Vermelha* reuniu os “Torristas”, como eram apelidados pelos anarquistas, contando após a fundação do PCP, segundo o seu órgão *O Comunista*, com “algumas

---

<sup>464</sup> “Centro comunista do Porto”. *A Batalha*, nº 58, 22/04/1919, p. 3.

<sup>465</sup> “Pelo Bolchevismo!”. *Bandeira Vermelha*, nº 22, 1/03/1920, p. 1-2.

<sup>466</sup> FÉLIX, João Pedro de Castro - *O processo revolucionário Russo e os anarquistas Portuenses (1917-1922)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 16-17. Relatório Final de Investigação.

<sup>467</sup> No período da nossa investigação (2018) o *A Aurora* encontrava-se indisponível para consulta na Biblioteca Pública Municipal do Porto, o único local com exemplares do *A Aurora* no período da fundação do Centro Comunista do Porto e da FMP (1919-1920). Desse modo, só nos podemos focar sobre os acontecimentos posteriores, já após a publicação do *A Comuna* (1 de maio de 1920).

<sup>468</sup> Nos números do *A Comuna* consultados (desde 1 de maio até 28 de novembro de 1920) deparamo-nos sempre com pelo menos uma referência negativa ao maximalismo ou bolchevismo. Além disso, por volta de 1920, o grupo anarquista “A Nova Aurora” publicou uma brochura sobre o “confusionismo”, onde pretendiam demonstrar a contradição daqueles militantes anarquistas que se diziam bolchevistas: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo da PIDE, Propaganda apreendida, nº 191. Disponível *on-line* em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4436461>

<sup>469</sup> “Anarquismo e Bolchevismo”. *A Comuna*, nº 30, 28/11/1920, p. 3-4: Supomos que os bolchevistas que irromperam da sala fossem Ferreira Torres, Salvaterra Júnior e Álvaro Duarte Cerdeira. Este incidente poderá estar relacionado com a polémica iniciada pela Associação de Classe dos Alfaiates (capítulo 3.5.2.).

<sup>470</sup> SILVA, José da Silva – *Memórias de um Operário*. Porto: Manuel Duarte, 1971, p. 92-95.

centenas” de aderentes<sup>471</sup>. Estes dados, que colocavam a militância bolchevista do Porto na casa das centenas, podem ser representativos do universo de influência do bolchevismo. Aliás, o *Bandeira Vermelha* chegaria a vender, só na cidade do Porto e mesmo na altura da sua expulsão do Centro Comunista, 1.400 exemplares<sup>472</sup>. Verificámos também que, antes de aderirem à FMP, também as trajetórias de militância de alguns maximalistas do Porto, como Salvaterra Júnior, passaram pela UAC, entidade sediada na sapataria de Ferreira Torres<sup>473</sup>.

De qualquer forma, possivelmente motivado pelo afastamento dos bolcheviques do Centro Comunista do Porto, Álvaro Duarte Cerdeira iria publicar um manifesto em nome do “Grupo Comunista Paiva Livre”<sup>474</sup>, mais uma vez impresso na rua da sapataria de Ferreira Torres. Além disso, também em 1920, surge um “Grupo dos jovens Sovietistas” na mesma cidade, possivelmente dinamizado pela Juventude Sindicalista. A cisão com os elementos anarquistas do Centro foi inevitável, perante um movimento em elevado crescimento e que se revelava capaz de editar 20.000 exemplares de um hino revolucionário para angariação de fundos<sup>475</sup>.

De um modo geral, em todo o país, incluindo esta configuração particular portuense, verificamos que o maximalismo foi um fenómeno que se centralizou em Lisboa (Tabela 2 e Figura 1), com repercussões à escala nacional. Um fenómeno que se sobrepôs às filiações sindicais do seu Conselho Executivo, especialmente dos militantes da Construção Civil, já que pelo menos 7 dos núcleos que se formam em Lisboa surgem em zonas em que já existiam secções da Federação da Construção Civil<sup>476</sup>.

---

<sup>471</sup> C. - “Correspondência no Porto”. *O Comunista*, nº 5, 13/11/1921, p. 4.

<sup>472</sup> “Obra de Sicários!”. *Bandeira Vermelha*, nº 44, 29/08/1920, p. 1.

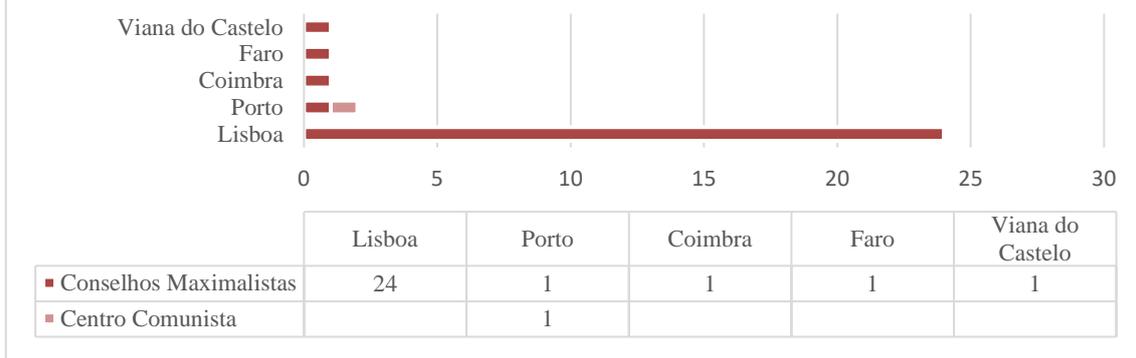
<sup>473</sup> “Reunião Anarquista”. *Comuna Livre*, nº 7, 19/03/1916, p. 4.

<sup>474</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo da PIDE, Propaganda apreendida, nº 3. Disponível *on-line* em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4463741>

<sup>475</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo da PIDE, Propaganda apreendida, nº 110. Disponível *on-line* em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4481363>

<sup>476</sup> É o caso em Alto do Pina, Amadora, Belém, Oeiras, Palma, Parede e Tires, que apresentam delegados pela Associação de Classe da Construção Civil no Congresso fundacional da CGT: “II Congresso Operário Nacional”. *A Batalha*, nº 193, 08/09/1919, p. 1.

Figura 1: Distribuição de configurações bolchevistas por Distrito (entre abril e agosto de 1919)



Fonte: Compilação elaborada pelo autor a partir do o *A Batalha*, *A Capital* e o *Avante!*, entre abril e agosto de 1919.

Tabela 2 – Lista de configurações bolchevistas entre abril e agosto de 1919.

Distrito	Configurações Bolchevistas
<b>Lisboa</b>	Os Rebeldes, CM Os Revoltados (Palma), CM Alto do Pina, CM Lenine e Trotsky, CM Belém, CM Filhos do Progresso, CM Estandarte Vermelho, CM Amadora, CM Campo de Ourique, CM Ditadura Proletária, Dinamite Cerebral (cisão a 11 de junho), CM Oeiras, CM Meia Laranja, CM C.P., CM Regeneração, CM Sé, CM S. Estevão e S. Miguel, CM Cascalheira e Santana, CM Parede, CM Tires, CM Porto Salvo, CM Graça, CM Esperança e CM Capitão Sadoul. Total: 27
<b>Porto</b>	Centro Comunista do Porto e CM Póvoa do Varzim. Total: 2
<b>Coimbra</b>	Luz ao Povo Total: 1
<b>Viana do Castelo</b>	Comité Maximalista de Viana de Castelo Total: 1
<b>Faro</b>	Centro de Propaganda Social de Faro Total: 1

Fonte: Compilação elaborada pelo autor a partir do *A Batalha* e o *Avante!* entre abril de 1919 e agosto de 1920.

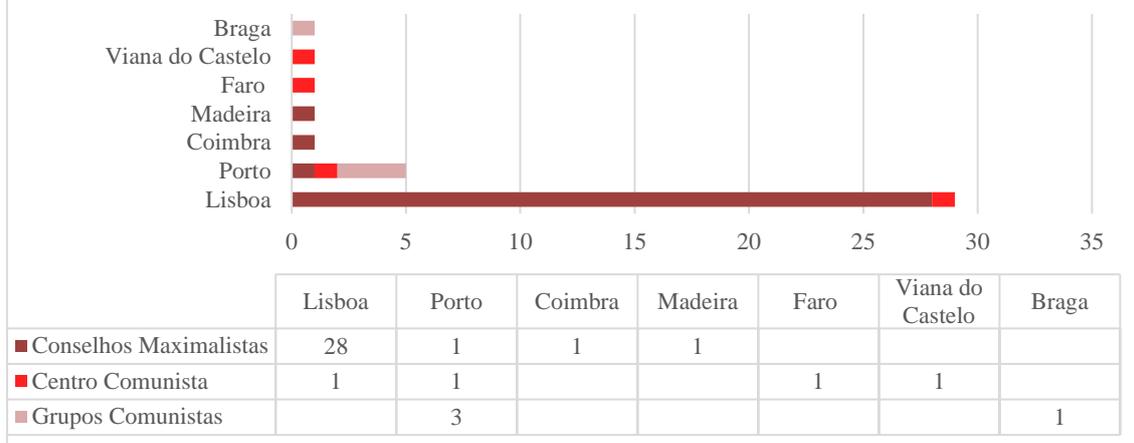
Ao alargarmos a análise temporal da evolução das configurações bolchevistas, até à data da prisão de Manuel Ribeiro e do II Congresso Extraordinário do PSP (outubro de 1920), verificamos um pequeno crescimento nas organizações bolchevistas ligadas à FMP. Mesmo assim devemos estar cientes de que não é possível extrair muita informação sobre a continuidade destes Conselhos Maximalistas e se estes foram, ou não, absorvidos pelo Centro Comunista de Lisboa (Tabela 3 e Figura 2).

Tabela 3 - Lista de configurações bolchevistas entre abril de 1919 e outubro de 1920.

<b>Distrito</b>	<b>Configuração Bolchevista</b>
<b>Lisboa</b>	CM Agitador, CM Alto do Pina, CM Amadora, CM Belém, CM C.P., CM Campo de Ourique, CM Capitão Sadoul, CM Cascalheira e Santana, CM Cosmpolita, Dinamite Cerebral (abandona a FMP), CM Ditadura Proletária, CM Emancipação Proletária, CM Esperança, CM Estandarte Vermelho, CM Filhos do Progresso, CM Graça, CM Lenine e Trotsky, CM Meia-Laranja, CM Oeiras, CM Palma, CM Parede, CM Pena, CM Porto Salvo, CM Regeneração, CM S. Estevão e S. Miguel, CM Sé, CM Tires, Os Rebeldes (abandona a FMP) e Centro Comunista de Lisboa. Total: 29
<b>Porto</b>	Centro Comunista do Porto, Grupo Anarquista Fénix Comunista, Grupo Comunista “Paiva Livre”, Grupo dos Jovens Sovietistas e Póvoa do Varzim. Total: 5
<b>Coimbra</b>	Luz ao Povo Total: 1
<b>Viana do Castelo</b>	Centro Comunista de Viana Total: 1
<b>Faro</b>	Centro Comunista de Silves Total:1
<b>Braga</b>	Grupo Comunista “Pão e Liberdade”. Total: 1
<b>Madeira</b>	CM Madeira Total: 1

Fonte: Compilação elaborada pelo autor a partir do *A Batalha*, *O Operário*, *A Capital*, *(A) Bandeira Vermelha* e da propaganda do “Grupo dos Jovens Sovietistas” (disponível *on-line* no ANTT), entre abril de 1919 e outubro de 1920.

Figura 2: Distribuição de configurações bolchevistas por Distrito (entre abril de 1919 e outubro de 1920)



Fonte: Compilação elaborada pelo autor a partir do *A Batalha, Avante!, O Operário, A Capital, (A) Bandeira Vermelha* e da propaganda do “Grupo dos Jovens Sovieitistas” (disponível *on-line* no ANTT), entre abril de 1919 e outubro de 1920.

Porém, nestas conclusões, devemos ter atenção ao facto de que, se só tivermos em conta a variável das configurações bolchevistas, podemos cair em erro, ao extrapolar, através destes dados, uma correspondência entre a evolução no número de configurações bolchevistas e o número de militantes. Estas configurações bolchevistas tanto podem representar militantes isolados, como centenas de militantes, nada dizem sobre a evolução no número de militantes.

Apesar de não ser possível apresentar uma estimativa segura no que concerne ao número total de militantes, a partir dos dados que recolhemos na imprensa, podemos afirmar que, tal como a escala das configurações, o número de militantes referido pela literatura terá, com grande probabilidade, subestimado o impacto da FMP. Segundo o jornal *Bandeira Vermelha*, poucas semanas após a formação do Centro Comunista de Lisboa este já teria “centenas de aderentes”<sup>477</sup>. Ao contrário do Porto, este Centro foi formado por militantes maximalistas, encontrando-se federado na FMP<sup>478</sup>. Também

<sup>477</sup> “Pelo Bolchevismo!”. *Bandeira Vermelha*, nº 22, 01/03/1920, p. 1.

<sup>478</sup> “Partido Comunista”. *A Pátria*, nº 153, 29/10/1920, p.4: A proximidade do Centro Comunista de Lisboa à FMP é também revelada pelo facto do seu Secretário-Geral, Alfredo Marques, ter sido, aliás, um dos fundadores do Partido Comunista Português.

verificamos que o CM Cascalheira e Santana teria, pelo menos, catorze “sócios”<sup>479</sup>.

Apesar de não ser possível averiguar o número de militantes médio por cada conselho, o facto de o CM de Campo de Ourique<sup>480</sup>, CM Meia Laranja<sup>481</sup>, CM “Os Revoltados” (Palma)<sup>482</sup>, conseguirem alugar uma sede própria, revela, além da sua capacidade de recolha de fundos, o avançado estado de organização de alguns destes “soviets”. Já os conselhos que não tinham sede própria reuniam-se nas sedes de sindicatos ou na sede do conselho central<sup>483</sup>.

#### 3.4.1. A militância maximalista

Os conselhos maximalistas, segundo os estatutos, deveriam ser “de características acentuadamente económicas”, ou seja, proletárias, tendo como função “elevar o nível moral e social” ao desviar os proletários da política e “dos lugares de depravação”<sup>484</sup>. Os seus militantes tinham que, periodicamente, apresentar relatórios sobre a situação económica local, de modo a preparar o conselho para a nova economia comunista, assim como relatórios ao conselho central sobre os trabalhos, número de aderentes e situação da organização<sup>485</sup>.

Em tudo o resto, no que concerne à vida interna, os conselhos ou soviets maximalistas eram autónomos, elegiam o seu próprio Conselho Executivo, definiam o regulamento interno e elegiam delegados para os representarem no conselho central. Por sua parte, o conselho central, composto por delegados de vários conselhos, ficava encarregue de aceitar as adesões de novos membros, mas também de eliminar militantes e soviets da Federação<sup>486</sup>.

As suas atividades, além dos relatórios, passavam pela produção de verbetes, organização de palestras e festas para recolha de fundos, mas também por atividades

---

<sup>479</sup> “Vida Maximalista”. *A Bandeira Vermelha*, nº 3, 19/10/1919, p. 4.

<sup>480</sup> “Sovietismo”. *A Batalha*, nº 133, 09/07/1919, p. 2.

<sup>481</sup> “Sovietismo”. *A Batalha*, nº 135, 11/07/1919, p. 2.

<sup>482</sup> “Sovietismo”. *A Batalha*, nº 94, 29/05/1919, p.3.

<sup>483</sup> A sede do conselho central da FMP encontrava-se na Rua do Marquês de Alegrete, nº 30, 2º piso.

<sup>484</sup> “Estatutos da Federação Maximalista Portuguesa”. *A Bandeira Vermelha*, nº 1, 05/10/1919, p. 4.

<sup>485</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>486</sup> *Idem*, p. 4.

pedagógicas como aulas de esperanto<sup>487</sup> e francês<sup>488</sup>. Nas suas reuniões gerais, saudavam as vitórias do exército vermelho, expressavam o seu apoio aos movimentos grevistas, discutiam a situação dos seus presos políticos e tratavam de assuntos relacionados com a propaganda, e por vezes, discutiam a qualidade de certos militantes do soviète, chegando até a expulsar militantes. Um dos protagonistas de um episódio de expulsões da FMP, seria Graça Gonçalves do CM Regeneração, antigo membro do CE fundador da FMP, acusado de ser um traidor da causa maximalista<sup>489</sup>.

Nas memórias de José Silva, um operário portuense, encontramos uma descrição destas palestras semanais do Centro Comunista do Porto, no qual refere que aqueles que assistiam “não passavam de pobres visionários, destituídos de qualquer parcela de realismo, quanto ao modo como se faria a Revolução Social com que sonhavam”<sup>490</sup>. Terá sido durante estas reuniões que “a confusão começou a entrar no [seu] espírito”<sup>491</sup>, por não compreender por que é que alguns operários atacavam a revolução russa.

Durante os primeiros meses da FMP, seria graças ao diário *A Batalha* que as suas reuniões seriam divulgadas. Porém, no final de julho de 1919, com o incremento da repressão policial ao bolchevismo, *A Batalha* ficaria interdita de divulgar as reuniões maximalistas. No princípio de agosto, foi noticiada a prisão de 15 operários no Porto, acusados de bolchevismo, a mando do Ministério do Interior<sup>492</sup>. Segundo o *A Batalha*, o Governo Civil de Lisboa teria enviado instruções para a repressão de toda a propaganda bolchevista<sup>493</sup>. O pânico pela “hidra bolchevista”, como apelidava o diário da UON, teria dificultado a vida ao novo semanário *Bandeira Vermelha*, órgão da FMP, que deveria ter saído no final de julho<sup>494</sup>.

Também em Viana do Castelo 4 operários seriam detidos por distribuírem um

---

<sup>487</sup> António Peixe foi um de vários militantes maximalistas que defendeu o Esperanto enquanto a língua universal, chegando mesmo a colaborar num jornal intitulado *Komunist-Esperantisto* (1921): “Centro Comunista do Porto”. *Bandeira Vermelha*, nº 15, 11/01/190, p. 1.

<sup>488</sup> “Centro Comunista do Porto”. *Bandeira Vermelha*, nº 22, 01/03/1920, p. 3.

<sup>489</sup> “Vida Maximalista”. *Bandeira Vermelha*, nº 11, 14/12/1919, p. 4.

<sup>490</sup> SILVA, José – *Memórias de um Operário*, p. 91-92.

<sup>491</sup> Idem, p. 91-92.

<sup>492</sup> “E segue...”. *Avante!*, nº 41, 04/08/1919, p. 1.

<sup>493</sup> “A hidra bolchevista”. *A Batalha*, nº 156, 2/08/1919, p. 2.

<sup>494</sup> “A Bandeira Vermelha”. *A Batalha*, nº 149, 25/07/1919, p. 2.

folheto sobre Cristo e como a igreja desvirtuou a sua mensagem<sup>495</sup>. O grupo responsável seria o “Comité Maximalista de Viana do Castelo”, sendo que a indicação do suposto comité no panfleto terá partido de J. M. Vidal que “não declarou ser membro do comité maximalista, mas sim que recebera os estatutos da Federação, com cuja doutrina simpatizara”<sup>496</sup>. Vidal iria tornar-se no futuro correspondente, redator do *Bandeira Vermelha*, e fundador do Centro Comunista em Viana, já os outros operários detidos seriam, possivelmente, militantes do PSP. O caso chegará à Câmara dos Deputados, por parte do deputado socialista do Porto, Manuel José da Silva, que afirma conhecer os operários acusados de bolchevismo, declarando que o bolchevismo “não é mais do que a manifestação da grande miséria, consequência da guerra, que lavra por toda a parte”<sup>497</sup>. Também refere as detenções em Guimarães, possivelmente em alusão ao caso de Isolino Caramalho, despedido do cargo de administrador de Guimarães por ser bolchevista<sup>498</sup>.

### 3.5. A histeria antibolchevista

Enquanto os maximalistas estabeleciam uma rede de núcleos, em prol da revolução russa, em reação, vários setores da sociedade portuguesa trataram de enfrentar a “epidemia” bolchevista. O caso já referido, em torno do incêndio no Terreiro do Paço foi apenas um dos vários episódios que moldaram aquilo que iremos denominar de histeria antibolchevista. Essa histeria surge, por um lado, pela difusão sistemática, através dos jornais, de uma narrativa em torno das atrocidades do regime político russo e como a sua introdução, em Portugal, resultaria na deflagração de crimes gratuitos. Por outro lado, encontra-se a reação das autoridades governamentais, legitimada pela imprensa, que se manifestou mediante a generalização das perseguições políticas, na forma de censura e detenção, a qualquer suspeita de bolchevismo.

Esta histeria antibolchevista só foi possível graças às transformações sociais propulsionadas pela comunicação à distância. O jornal, o principal motor desta

---

<sup>495</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo da PIDE, Propaganda apreendida, nº 31. Disponível *on-line* em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4464442>

<sup>496</sup> “Repressão da propaganda bolchevista”. *A Capital*, nº 3213, 02/09/1919, p. 2.

<sup>497</sup> SILVA, Manuel José da - *Diário da Câmara dos Deputados*. IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, Sessão nº 48, 23/08/1919, p. 22-23. Disponível *on-line* em: <http://debates.parlamento.pt/>

<sup>498</sup> “Administrador... Bolchevista?!”. *A Comuna*, nº 7, 21/05/1919, p.1.

transformação, quebrou com as tradicionais redes de interconhecimento, impondo, por sua vez, uma *opinião* como indica Gabriel Tarde. Esta opinião sobrepôs-se então aos juízos locais, heterógenos e desconexos, e criou um vínculo entre desconhecidos à escala nacional, europeia e mundial<sup>499</sup>. Nesse sentido, a imprensa conseguiu unificar os temas das conversas quotidianas no espaço, inclusive daqueles que não leem jornais<sup>500</sup>. Com o final da guerra, o tema que encheu as primeiras páginas dos jornais e pôs em movimento “milhões de línguas”<sup>501</sup> deslocou-se para o acontecimento exótico na Rússia - o bolchevismo – mesmo onde não havia bolchevistas.

“Em que estado nos porá a todos o Bolchevismo, se não deliberarmos escorraçá-lo sem perdão?”<sup>502</sup>. Era a questão que inquietava o então repórter de guerra Almada Negreiros, e tantos outros portugueses, face ao espetro do bolchevismo que se alastrava por toda a Europa. Ainda sob a visão belicista da Grande Guerra e do ponto de visto francófilo, para Negreiros, o bolchevismo não seria nada mais do que um sintoma da propaganda alemã “executada por judeus internacionais”<sup>503</sup>. Tal como Negreiros, a reação dos jornais portugueses, semelhante aos outros países Aliados, parecia ser uma continuação da propaganda de guerra, ainda desfasada da nova realidade ideológica que iria marcar a Europa no período entre guerras.

Porém, antes destes artigos de Almada Negreiros, já tinha irrompido pela imprensa uma vaga de histeria, que coincidiu com o mês da fundação do Soviet de Propaganda Social, em abril de 1919. Um dos jornalistas mais decididos em combater a expansão do bolchevismo foi Homem Cristo<sup>504</sup>, que ganhou notoriedade ao divulgar informações sobre a aliança “monárquico-bolchevista”, afirmando que estes, em

---

<sup>499</sup> TARDE, Gabriel – *A opinião e as massas*, p. 70.

<sup>500</sup> Idem, p. 65-68.

<sup>501</sup> Idem, p. 70.

<sup>502</sup> NEGREIROS, Almada – “Os internacionalismos”. *O Século edição da noite*, nº 1737, 02/09/1919, p. 1.

<sup>503</sup> NEGREIROS, Almada – “As engrenagens do bolchevismo”. *O Século edição da noite*, nº 1744, 09/09/1919, p. 1.

<sup>504</sup> Francisco Manuel Homem Cristo foi um importante jornalista e partidário republicano, diretor do *O Povo de Aveiro*. No entanto, apesar de se afirmar como republicano, distanciou-se do diretório do PRP, especialmente após o regicídio, por considerar que a nova geração de republicanos era demasiado radical. Com o deflagrar da guerra salientou-se enquanto republicano conservador, chegando a ser eleito deputado por Timor e, posteriormente, por Aveiro: SAMPAIO, Guilherme “Cristo, Francisco Manuel Homem (1860-1943)”. In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. 2013, Vol I, p. 973-975.

conjunto, andavam incitando “à desordem e ao crime”<sup>505</sup>. Para Homem Cristo, o desejo dos monárquicos em ver a ruína da República seria tão grande que começaram a conspirar ao lado dos bolchevistas, mesmo que tal aliança resultasse na sua própria morte<sup>506</sup>.

Este jornalista de Aveiro, chegaria, inclusive, a publicar um livro sobre *O bolchevismo na Rússia*. Nesta obra, advertiu os portugueses sobre a “monstruosidade” que seria a concretização do bolchevismo em Portugal. Apesar de entender o sentimento de revolta na Rússia, entre camponeses escravizados pelo regime feudal, contudo, já não compreendia a sua apologia em Portugal, da “propaganda desaforada de um estúpido bolchevismo”<sup>507</sup>. Para o autor, as classes proletárias portuguesas “gozaram sempre uma liberdade que atingiu as raias da licença” e viviam “na mais ampla liberdade política.” Aqueles que celebram a república dos soviets, “são os mesmos que logo de princípio se juntaram, para inutilizar Portugal e a República”, que tentaram impedir “a nossa participação na guerra”, logo, não passariam de “germanófilos e traidores”<sup>508</sup>. Para que Portugal não se tornasse “no calvário da humanidade”, tal como a Rússia, apelou à união de todos os portugueses “para salvar Portugal, salvando-nos a nós próprios, daquele pélagos medonho, daquele horrendo abismo. Abaixo o Bolchevismo! Salvemos Portugal!”<sup>509</sup>.

Também em abril surgiram notícias sobre “a terrível vida das mulheres e das crianças na Rússia”<sup>510</sup>. Segundo o jornal *A Capital*, a mando do “«soviet» principal” ou do “soviets anarquista de Saratov”, foi decretada a mobilização das mulheres e a corrupção das crianças. Citando uma organização de mulheres russas exiladas na Suíça, refere como os bolcheviques “proclamam a socialização das mulheres e a licença dos maridos”<sup>511</sup>. Nas escolas, “meninos e meninas acotovelam-se nas classes” e nos internatos “vivem em comum os dois sexos”<sup>512</sup>. Uns dias depois, segundo o relato que “produziu sensação” no jornal *A Época*, transcrito em *A Capital*, já teria sido oficialmente decretada

---

<sup>505</sup> “Aliança monárquico-bolchevista”. *A Capital*, nº 3090, 14/03/1919, p. 2.

<sup>506</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>507</sup> CRISTO, Homem – *O Bolchevismo na Rússia*. Aveiro: Santos Mártires, 1919, p. 9-16.

<sup>508</sup> *Idem*, p. 9-16.

<sup>509</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>510</sup> “O Bolchevismo”. *A Capital*, nº 3097, 21/04/1919, p. 2.

<sup>511</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>512</sup> *Idem*, p. 2.

a infame socialização das mulheres, indicando que “todas as mulheres, mesmo casadas, ficam sendo propriedade comum, não se consentindo aos maridos, denominados, nesse decreto, «antigos possuidores», senão «o direito do uso das suas mulheres, fora da vez»”<sup>513</sup>. No mesmo artigo advertiam os leitores para o facto de que “na Comuna de Paris também se deram factos que se deveriam supor inacreditáveis”. Enquanto que nas democracias modernas “a mulher é igual ao homem”, na Rússia, são “requisitadas como cabeças de gado, tal é o «alto progresso» que o bolchevismo nos oferece!”<sup>514</sup>.

Encontramos também um relato interessante da época, através da feminista Maria Veleda, colaboradora de *O Século* que, ao saber da detenção de uma mulher operária, militante das Juventudes Sindicalistas, tratou de a entrevistar. A intenção desta jornalista era perceber se a jovem sindicalista, Leopoldina Tavares, concordava com a socialização das mulheres e com as notícias sobre as crianças arrancadas “dos braços de suas mães” com apenas “três anos com o intuito de as bolchevizar?”, ao qual a operária responde:

Também não! Mas nem tudo o que os jornais contam é a expressão da verdade, e eu creio que deve haver muito exagero no que se diz a respeito dos bolchevistas russos.

– E... a menina é bolchevista?

– Não sei... O que eu queria era o bem-estar de todos; que acabassem os exploradores; que todos se unissem para a felicidade coletiva.<sup>515</sup>

Apesar de haver um consenso nos jornais quanto à necessidade de reprimir o bolchevismo, um redator de *O Século* alertava para o facto de que esta “campanha de susto, de cobardia e ignorância que, da parte das classes conservadoras, se está fazendo”<sup>516</sup>, sem qualquer justificação, era também, em si mesmo, um perigo.

Além da divulgação constante de notícias avessas ao bolchevismo na imprensa portuguesa, este período também foi marcado por um incremento da repressão e do aperfeiçoamento das técnicas de controlo político. O aparato de repressão política do Estado, que surgiu durante o governo sidonista, com a criação da Direção-Geral de Segurança, tinha o objetivo de combater os “democráticos” e militantes sindicalistas<sup>517</sup>.

Logo em abril, começaram a ser publicados artigos que alertavam para a intenção

---

<sup>513</sup> “As mulheres e os bolchevistas”. *A Capital*, nº 3103, 27/04/1919, p. 1.

<sup>514</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>515</sup> VELEDA, Maria – “O bolchevismo em Portugal”. *O Século edição da noite*, nº 1772, 8/10/1919, p. 1.

<sup>516</sup> “O Papão do Bolchevismo”. *O Século*, nº 13416, 19/04/1919, p. 1

<sup>517</sup> CEREALES, Diego Palacios – *Portugal à Coronhada*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011, p. 243-251.

do governo de reprimir a propaganda bolchevista, “quer seja feita pelo livro, pelo jornal ou por qualquer outro meio de divulgação”<sup>518</sup>, uns dias antes de surgir o Soviet de Propaganda Social.

A nova organização bolchevista não passou ao lado da Câmara dos Deputados que, pela intervenção de Eduardo de Sousa (Partido Republicano Evolucionista), pede a palavra para falar sobre “alteração da ordem pública e a propaganda bolchevista.” Comentou a entrevista de Manuel Ribeiro ao diretor da PSE no jornal *A Batalha* que, segundo o Presidente do Ministério, seria falsa, e citou o jornal socialista *O Combate* para demonstrar que a bancada socialista era conivente com os movimentos que “procuram por todas as formas atentar contra a vida da República”<sup>519</sup>. Defendia que se devia pôr termo à “propaganda dissolvente e tendenciosa por intermédio desses jornais [*A Batalha* e *O Combate*], e que é absolutamente proibida pelas leis da República”<sup>520</sup>, referindo-se à divulgação das reuniões dos Conselhos Maximalistas.

Domingos Leite Pereira (Presidente do Ministério) concordou com as declarações do deputado, estranhando o facto dos socialistas defenderem a posição do “jornal bolchevista” (*A Batalha*). Termina o discurso apelando ao parlamento para que forneça “ao Poder Executivo elementos para se evitar a propaganda bolchevista”<sup>521</sup>. Também o senador Constâncio de Oliveira (Partido Republicano Evolucionista) pediu que o Ministro da Guerra tomasse medidas na imprensa para lidar com o “grande inimigo, o maximalismo ou o bolchevismo, que pretende lançar o País numa grande perturbação, numa profunda desordem social”<sup>522</sup>.

No mês seguinte, sob o comando de António Pinto Teixeira, recentemente nomeado diretor da PSE, as prisões alastraram-se. Cinco operários são deportados sob o pretexto de serem bolchevistas e monárquicos e 15 praças são detidos em Mafra, por

---

<sup>518</sup> “O papão do bolchevikismo”. *O Século*, nº 13416, 19/04/1919, p. 1.

<sup>519</sup> SOUSA, Eduardo de - *Diário da Câmara dos Deputados*. IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, Sessão nº 13, 25/06/1919, p. 14-15. Disponível *on-line* em: <http://debates.parlamento.pt/>

<sup>520</sup> *Idem*, p. 14-15.

<sup>521</sup> PEREIRA, Domingos Leite - *Diário da Câmara dos Deputados*. IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, Sessão nº 13, 25/06/1919, p. 16. Disponível *on-line* em: <http://debates.parlamento.pt/>

<sup>522</sup> OLIVEIRA, Constâncio de - *Diário do Senado da República*. IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, Sessão nº 18, 22/07/1919, p. 8-9. Disponível *on-line* em: <http://debates.parlamento.pt/>

ordens do Ministro da Guerra, por andarem a fazer propaganda bolchevista<sup>523</sup>. A principal figura nestas perseguições aos maximalistas, talvez mais importante do que o próprio diretor da PSE, que mudava constantemente consoante o governo, foi o agente Custódio das Dores, o “caçador de bolchevistas”, como o apelidou *A Batalha*<sup>524</sup>.

Este agente percorreu vários pontos do país, andou “especialmente no Porto, Braga e Viana”, onde confiscou vários documentos que comprovavam a “culpabilidade e da ligação em que se achavam os «comités» das províncias que percorreu com o de Lisboa”<sup>525</sup>. Em Mafra, o agente encontrou 70 operários a fazer propaganda entre os soldados, “incitando à leitura de jornas desafetos às atuais instituições sociais. O chefe foi preso”. Em Coimbra deteve José de Almeida, que tinha em sua posse uma carta que comprovava que era delegado da FMP. Seguiram-se as várias detenções já referidas no Porto e, em Braga, deteve Manuel Martins, um operário “de revólver em punho”, que se vangloriava por “conseguir ver atendidas todas as pretensões operárias”<sup>526</sup>.

O foco de atenção da imprensa voltou-se também, no mês de julho, para a FMP durante o conflito entre a UON e o patrão da CUF. Após o despedimento de mais de 500 trabalhadores do Barreiro e Lisboa, ocorreu uma tentativa de assassinato ao industrial Alfredo da Silva, que saiu frustrada<sup>527</sup>. Na sequência desse acontecimento, o jornal *O Século* revelou que a polícia procurava os “vários influentes da Federação Maximalista [...] tendo entre si formado um «complot» para a execução do atentado”, já que um dos suspeitos detidos, Arsénio José Filipe<sup>528</sup>, era um “sindicalista, professando as mais avançadas ideias” que “pertence também à Federação Maximalista Portuguesa”<sup>529</sup><sup>530</sup>. O dirigente maximalista Arsénio Filipe, que se encontrava no local na posse de um revólver *Browning*, foi capturado por 5 marinheiros à paisana e um polícia<sup>531</sup>. Em resposta, *O*

---

<sup>523</sup> “Um caçador... de bolchevistas”. *A Batalha*, nº 191, 06/09/1919, p. 2.

<sup>524</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>525</sup> “A missão do agente Custódio das Dores”. *A Capital*, nº 3206, 26/08/1919, p. 1.

<sup>526</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>527</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, p. 121-125.

<sup>528</sup> Na altura da sua detenção, Arsénio Filipe já tinha cadastro por “desordem, ofensas corporais e desobediência à autoridade”: FARIA, Miguel Figueira de – *Alfredo da Silva: Biografia (1871-1942)*. Lisboa: Bertrand Editora, 2004, p. 178.

<sup>529</sup> “Diligências Policiais: O atentado contra o sr. Alfredo da Silva”. *O Século*, nº 13492, 20/07/1919, p. 2.

<sup>530</sup> Um ano depois, também o maximalista Diogo Homénio Júnior (Construção Civil) seria detido pelo assassinato do “dr Pedro Matos”: “Diligências Policiais”. *O Século*, nº 13844, 13/07/1920, p. 1.

<sup>531</sup> FARIA, Miguel Figueira de – *Alfredo da Silva: Biografia (1871-1942)*, p. 177-178.

*Século* publicou, uns dias depois, o relato de uma moção apresentada pela Associação Comercial, onde se encontrava presente Alfredo da Silva. A moção aprovada apelava ao governo que, “com a sua característica energia, ponha cobro a nefasta propaganda a que aludem os considerados acima [os bolchevistas]” e aplaudiu a imprensa que “com coragem, bom senso e grande isenção, tem vindo, em artigos sucessivos, demonstrando o perigo que advém para a sociedade na divulgação de princípios absolutamente subversivos, antissociais e antieconómicos”<sup>532</sup>.

As sessões de propaganda dos conselhos maximalistas foram então proibidas, como foi o caso do CM de Campo de Ourique que, logo ao abrir a sessão de propaganda, foi interrompida pelo chefe e vários guardas da polícia mais próxima<sup>533</sup>. A mando do governo civil foram também arrancados “manifestos bolchevistas”<sup>534</sup>, provavelmente referindo-se ao manifesto da FMP. Neste clima, em que a atuação das forças policiais se fazia sentir vivamente sobre a vida maximalista, a FMP viu-se obrigada a adiar sucessivamente *A Bandeira Vermelha*, que já deveria ter saído pelo menos no final de julho de 1919<sup>535</sup>.

O novo manifesto ao público da FMP surgiu, nesse sentido, como uma resposta à censura e à repressão policial. Os elementos maximalistas pareciam já estar à espera desta resposta por parte do Estado, quando afirmavam que encaravam as perseguições “com a maior serenidade”<sup>536</sup>. Proclamavam, por sua vez, a ação revolucionária dos conselhos maximalistas, os órgãos que deveriam apressar a evolução da história para a fase socialista-comunista. Explicavam, ainda neste manifesto, que terá sido unicamente por imposição do governo e da Associação Comercial, que as reuniões passaram “a ser secretas e reservadas”. Proclamavam que, para “despedaçar” a “poderosa máquina capitalista”, teriam que estar preparados “pela força das armas, quando se ofereça oportunidade, dando aos pobres o que é dos pobres e erigindo o Trabalho em lei soberana”. Rejeitavam a mera propaganda doutrinária, por ser demorosa e ineficaz, em

---

<sup>532</sup> “O Atentado da Avenida Wilson”. *O Século*, nº 13496, 24/07/1919, p. 2.

<sup>533</sup> “Sovietismo”. *A Batalha*, nº 145, 21/07/1919, p. 2.

<sup>534</sup> “A hidra”. *A Batalha*, nº 107, 11/06/1919, p. 2.

<sup>535</sup> “A Bandeira Vermelha”. *A Batalha*, nº 149, 25/07/1919, p. 2.

<sup>536</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Fundo da PIDE, Propaganda apreendida, nº 85. Disponível *on-line* em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4481168>

vez disso, defendiam a revolução segundo o modelo russo, “armando o proletariado”. Repugnavam, inclusive, o “pacifismo” ou o modo de agir dos “puritanos dogmáticos”, que nunca poderiam ter livrado o povo russo das “plantas daninhas” (políticos e burgueses), concluindo, por sua vez, que:

O bolchevismo é sobretudo uma ação, é um momento, não uma ideia, um sistema ou princípio. Os nossos braços são de bolchevista, mas o pensamento, a ideiação pura é anarquista-sindicalista [...] A Federação Maximalista Portuguesa, é, pois, um organismo de ação social revolucionária dentro dos princípios anarquistas e sindicalistas que os seus militantes sempre professaram<sup>537</sup>.

Perante a perseguição política de que foram alvos, admitiam sem rodeios que “o sangue de cada vítima que houver é linfa fecunda onde outras almas se dessedentam. Estamos preparados para tudo, absolutamente para tudo. Não há causa sem mártires”<sup>538</sup>.

### **3.6. A Bandeira Vermelha**

Neste clima de perseguições, ou seja, um prolongamento da censura de guerra que também afetou o jornal *A Batalha* e até jornais monárquicos, realizou-se o Congresso fundacional da Confederação Geral do Trabalho. A organização confederal representou um importante momento de ascensão do sindicalismo, contando com 80.000 operários sindicalizados em todo o país<sup>539</sup>. Entre os delegados do “II Congresso Operário Nacional” encontravam-se vários militantes da CE da FMP que presidiram as discussões. Entre as teses discutidas em Congresso encontrava-se a “Reformas Imediatas” que, segundo Manuel Joaquim de Sousa<sup>540</sup>, terá sido redigida por Carlos Rates<sup>541</sup>. Contudo, o então delegado do Sindicato dos Empregados do Estado que foi nomeado para apresentar a tese não teria oportunidade para falar, já que a Comissão Organizadora do Congresso apresentou uma moção a condenar a mesma, dispensando a sua leitura<sup>542</sup>.

---

<sup>537</sup> Idem.

<sup>538</sup> Idem.

<sup>539</sup> PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma ideia*, p. 206.

<sup>540</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*, p. 112.

<sup>541</sup> No diário sindicalista, *A Batalha*, não encontramos qualquer referência a Rates nesta tese apresentada pelo Sindicato dos Empregados do Estado e que tinha como delegado Sebastião Esteves. Porém, é possível que Joaquim de Sousa esteja correto, já que, segundo Júlio Luís, Sebastião Esteves terá assinado a tese apresentada no Congresso sem sequer a ter lido: “O II Congresso Operário Nacional”. *O Combate*, nº 149, 18/09/1919, p. 3.

<sup>542</sup> “Criada a Confederação Geral do Trabalho”. *A Batalha*, nº 202, 17/09/1919, p. 1.

Ainda no mesmo congresso foi eleito um novo Secretário-geral, um militante anarquista do Porto e um dos principais oponentes do bolchevismo no operariado, Manuel Joaquim de Sousa. Não obstante, mesmo com a eleição de um anarquista, foi apresentada “uma proposta de saudação à Rússia e Hungria revolucionárias, sendo aprovadas por aclamação entre entusiásticos vivas”<sup>543</sup>. Alguns militantes maximalistas, inclusive, chegariam a tentar levar a votação a adesão da CGT à III Internacional, mas sem sucesso<sup>544</sup>.

De um modo geral, foi perante um movimento sindical que ainda não rejeitava a ideia da revolução russa, que nasceu o primeiro jornal estritamente focado na propaganda do bolchevismo, órgão da FMP, *A Bandeira Vermelha*, possivelmente em alusão ao jornal da Liga Espartaquista com o mesmo nome (*Die Rote Fahne*).

O primeiro número do órgão maximalista coincidiu com a data das celebrações da instauração da República, mas nem isso evitou as perseguições. Pelo menos 5 militantes maximalistas foram detidos por estarem a vender o jornal<sup>545</sup>, tal como aconteceria nos próximos números. No entanto, em novembro, alguns delegados da FMP conseguiram convencer o Governador Civil de Lisboa de “que o jornal revestia feição doutrinária e não continha matéria subversiva”, sendo declarado, “com o acordo do Presidente do Ministério, que a *Bandeira Vermelha* podia circular livremente, com a condição, porém, de não inserir convites para reuniões secretas”<sup>546</sup>.

Foi num estado de semilegalidade que os militantes maximalistas se reuniram para discutir as ideias vindas de oriente. Ao todo, na sua primeira fase, o órgão da FMP publicou 53 números até dezembro de 1920, seguidos de mais 10 números, já na sua segunda fase, entre abril e junho de 1921, desta vez enquanto órgão do PCP. Tal como a sua organização, o jornal, com uma tiragem normal de cerca de 6.000 exemplares<sup>547</sup>, foi capaz de chegar a vários pontos do país com cerca de 50 correspondentes<sup>548</sup>, com uma

---

<sup>543</sup> Idem, p. 1.

<sup>544</sup> OLIVEIRA, José da Silva - “O próximo congresso comunista”. *Bandeira Vermelha*, nº 46, 12/09/1920, p. 1-2.

<sup>545</sup> “Perseguições Governamentais”. *A Batalha*, nº 221, 07/10/1919, p. 2.

<sup>546</sup> “Bandeira Vermelha”. *A Batalha*, nº 253, 8/11/1919, p. 1.

<sup>547</sup> “A Carestia do Papel”. *Bandeira Vermelha*, nº 19, 08/02/1920, p. 3.

<sup>548</sup> Dados retirados de vários números do semanário maximalista (*A Bandeira Vermelha* nomeadamente do exemplar nº 52).

distribuição regular desde Viana até Faro (Anexo 7). Chegaria, aliás, a contar com um correspondente no Rio de Janeiro que recebia entre 500 a 600 exemplares semanalmente, já para não falar de alguns números ocasionais que chegavam à Madeira e à Horta. De um modo geral, a maioria dos números estaria destinada ao Porto e Lisboa. Para a primeira cidade enviavam cerca de 1.000 exemplares<sup>549</sup> nos primeiros números, sendo que esse número iria atingir os 1.400 exemplares em agosto de 1920<sup>550</sup>. Para Lisboa não foi possível averiguar o número exato de jornais que lhe estavam destinados, contudo, podemos deduzir que este número se encontrava na casa dos milhares, possivelmente superior ao número de exemplares destinados para o Porto.

Desse modo, ao ultrapassarmos as questões referentes à escala da organização maximalista, remetemos a nossa análise para o nível das representações dos atores. Nos próximos subcapítulos, vamos procurar desconstruir algumas conceções em torno da suposta ignorância dos articulistas maximalistas relativamente ao sentido das doutrinas dos bolchevistas russos. Ou seja, procuramos verificar se existem pontos de coerência em torno das suas ideias, a razão de ser da sua filiação à causa iniciada na Rússia, inscrevendo as suas práticas discursivas no seu ambiente material<sup>551</sup>.

### 3.6.1. Por que não serei eu bolchevista?

Num contexto político operário profundamente obreirista, marcado pelo sindicalismo antiparlamentarista de cultura libertária, os militantes maximalistas trataram de afinar as suas posições perante o novo ideário revolucionário. O resultado, tal como no resto da Europa, desta conjugação entre ideias heterogéneas como o sindicalismo, o anarquismo e o bolchevismo, originou um organismo político híbrido de carácter extrassindical em que conviviam noções aparentemente conflituosas.

O seu hibridismo levou a que os seus militantes adotassem múltiplas filiações identitárias, chegando a afirmar que “todo o indivíduo que em Portugal se declare

---

<sup>549</sup> “A Apreensão da «Bandeira Vermelha» no Pôrto”. *Bandeira Vermelha*, nº 40, 01/08/1920, p. 2.

<sup>550</sup> “Obra de Sicários”. *Bandeira Vermelha*, nº 44, 29/08/1920, p. 1.

<sup>551</sup> BUTON, François – “Portrait du politiste en socio-historien: la «socio-histoire» dans les sciences politiques”. In BUTON, F.; MARIOT, N. – *Pratiques et méthodes de la socio-histoire*, Paris: PUF, 2009, p. 10.

bolchevista é anarquista ou sindicalista revolucionário”<sup>552</sup>. No entanto, não podemos retirar esta última citação do seu contexto. Devemos ter em conta que os maximalistas faziam uma distinção clara entre *praxis* e ideal. Ou seja, enquanto a anarquia ou o sindicalismo revolucionário compunham o seu ideal utópico final, já o bolchevismo era o seu método de ação. É nesse seguimento que declararam: “nós não dissociamos bolchevismo de socialismo nem identificamos bolchevismo com anarquismo”<sup>553</sup>.

Este hibridismo doutrinário e identitário que iremos abordar nos restantes capítulos prende-se, invariavelmente, com o âmago das relações sociais que produziram um tipo de *capital coletivo acumulado*<sup>554</sup> até à formação do PCP. Isto é, graças ao *Bandeira Vermelha*, ou seja, à comunicação à distância, os militantes (anarquistas e sindicalistas) que defendiam a ditadura do proletariado foram paulatinamente homogeneizando certas particularidades que os distinguiam dos outros grupos revolucionários, nomeadamente os anarquistas. Tal processo produziu-se pela “[inculcação de] uma disposição relativamente unificada de modo a construir o mundo social a partir de categorias de visão políticas e de militância”<sup>555</sup>.

Tal terá sido o resultado da acumulação do capital objetivo, no seio das relações sociais inerentes à FMP, que espoletaram novas formas de saber-fazer, tradições, emblemas, logos, símbolos e laços de militância<sup>556</sup>. No entanto, só com o passar do tempo, e caso a institucionalização de um empreendimento político seja bem-sucedido, é que se afirmará um certo capital objetivo preponderante na definição de uma organização. Este processo de objetivação trata-se, segundo Offerlé, de uma incorporação de disposições particulares que caracterizam um *habitus partidário específico*. Segundo o mesmo autor, o funcionamento dos partidos comunistas poderá ser analisado segundo este ideal-tipo<sup>557</sup>.

Todavia, no momento da fundação do jornal, a FMP era ainda uma organização maleável sem um capital objetivo consolidado. Não existia um sistema complexo de

---

<sup>552</sup> “Declaração de Princípios”. *A Bandeira Vermelha*, nº 2, 12/10/1919, p. 1.

<sup>553</sup> “Bolchevistas e socialistas”. *Bandeira Vermelha*, nº 6, 09/11/1919, p. 3.

<sup>554</sup> OFFERLÉ, Michel – *Les Partis Politiques (Que-sais-je?)*. Paris: PUF, 2018, p. 29.

<sup>555</sup> Idem, p. 29.

<sup>556</sup> Idem, p. 19.

<sup>557</sup> Idem, p. 19.

hierarquias, tal como papéis e posições rígidas. Em vez disso, a sua estrutura só se distingue pelos seus ritos de passagem dentro dos Conselhos Maximalistas, que servem também de mecanismos de socialização, através das palestras, tal como pelos seus produtos próprios (slogans) e emblemas (siglas, cores e logótipos)<sup>558</sup> – o punho segurando o facho que posteriormente foi substituído pela foice, o martelo e a pena.

Nessa jornada, verificamos que a acumulação dos recursos coletivos particulares da FMP, que iriam ser posteriormente absorvidos pelo PCP<sup>559</sup>, partiram de um mimetismo da experiência francesa iniciada pelos sindicalistas revolucionários. Ao longo do órgão maximalista, mas principalmente nos primeiros números, o *La Vie Ouvrière* de Pierre Monatte, “o primeiro jornal revolucionário da França”<sup>560</sup>, eleva-se como uma das principais referências doutrinárias, um intermediário que liga o bolchevismo na Rússia aos revolucionários portugueses. Artigos publicados no *Bandeira Vermelha* de revolucionários como Louzon, Monatte, Souvarine, Rosmer, Sadoul, transmitiam uma visão da Rússia organizada a partir dos Conselhos (soviets) de operários, camponeses e soldados. Porventura, António Peixe chegaria a apelar à autoridade do jornal *La Vie Ouvrière* como resposta à suposta contradição entre soviétismo e sindicalismo revolucionário, levantada por alguns operários, ao afirmar que Louzon e Midol “muito claro e concretamente demonstram a identidade existente entre os dois sistemas”<sup>561</sup>.

Seria graças aos sindicalistas revolucionários franceses, com afinidades à III Internacional, que a sua argumentação se iria robustecer face às possíveis incoerências doutrinárias. Nesse sentido, a adoção da noção central da revolução russa, a ditadura do proletariado, apresentou-se aos maximalistas como uma continuação do sindicalismo revolucionário de Fernand Pelloutier. Portanto, na sua visão, não houve uma quebra com a sua tradição revolucionária libertária. Para António Peixe, aqueles que fizeram da obra de Pelloutier a sua “bíblia sindicalista” encontraram “desde logo uma certa paridade, uma certa analogia entre a Constituição da República Socialista Federativa dos Sovietes Russos”, o que fazia de Pelloutier “o pai do soviétismo, por ter sido como se sabe,

---

<sup>558</sup> Idem, p. 29.

<sup>559</sup> Idem, p. 37.

<sup>560</sup> “Pelo Bolchevismo!”. *Bandeira Vermelha*, nº 22, 01/03/1920, p. 1-2.

<sup>561</sup> PEIXE, António – “Soviétismo e Sindicalismo”. *Bandeira Vermelha*, nº 6, 09/11/1919, p. 1.

fundador das Bolsas de Trabalho, embriões dos soviets”<sup>562</sup>.

A ditadura do proletariado seria entendida como a “fórmula eslava do sindicalismo operário mundial [...] nova fórmula governativa, provisoriamente adotada”<sup>563</sup>. Tal como o sindicalismo foi um meio para organizar o operariado, o bolchevismo era um meio “que nos há de conduzir com certa rapidez ao ponto culminante do nosso ideal – o comunismo libertário”<sup>564</sup>. Porém, esta ditadura deveria ser apenas temporária, porque, “como anarquistas que somos, não admitimos em princípio a Ditadura, porquanto ela é a verdadeira negação dos princípios libertários. Nada há mais antagónico, nada mais contraditório”<sup>565</sup>.

Os militantes maximalistas, enquanto anarquistas e sindicalistas revolucionários, reconheciam a diferença que havia entre as suas ideias face à dos revolucionários russos. Entendiam, porém, que a obra iniciada a oriente poderia apressar a realização do comunismo-anarquista. A *praxis* bolchevista concederia que o comunismo-anarquista se realizasse “à sombra das instituições soviéticas” permitindo o “notável incremento que o comunismo libertário está tomando nas populações daquele país, mercê do impulso da revolução bolchevista”<sup>566</sup>. Logo, o bolchevismo era concebido como o melhor catalisador de forças em prol do anarquismo, segundo a redação do *Bandeira Vermelha*:

O bolchevismo não perverte, pois, os princípios libertários, como insidiosamente se afirma; pelo contrário, fomenta-os e abre caminho às instituições comunistas que sem a aniquilação violenta do existente não podiam ter uma eclosão tão rápida. Sejamos, pois pelos Soviéticos e pela Ditadura do proletariado se queremos chegar depressa ao comunismo-anarquista<sup>567</sup>.

Os maximalistas estavam, também, cientes do carácter marxista do bolchevismo russo. A sua adoção da ideia da revolução russa não residia, necessariamente, na incompreensão, no “confusionismo”<sup>568</sup> dos acontecimentos ou das teorias revolucionárias. É nesse sentido que, face ao desinteresse dos líderes do PSP perante o

---

<sup>562</sup> Idem, p. 1.

<sup>563</sup> RIBEIRO, Manuel – “As novas Tendências Sociais”. *Bandeira Vermelha*, nº 10, 07/12/1919, p. 1.

<sup>564</sup> PEIXE, António – “Porque não serei bolchevista?”. *A Bandeira Vermelha*, nº 1, 05/10/1919, p. 2.

<sup>565</sup> PEIXE, António – “Os anarquistas e a ditadura do proletariado”. *Bandeira Vermelha*, nº 5, 01/11/1919, p. 1-2.

<sup>566</sup> “Os frutos do bolchevismo”. *Bandeira Vermelha*, nº 18, 01/02/1920, p. 3.

<sup>567</sup> Idem, p. 3.

<sup>568</sup> O termo “confusionismo” era comumente utilizado pelos anarquistas para caracterizar as posições dos bolchevistas portugueses porque, segundo os libertários, estes encontravam-se confusos quanto à sua posição política e ideológica.

bolchevismo, a administração do jornal reconhecia que “neste país só os anarquistas e sindicalistas revolucionários têm a ativa coragem de reivindicar e defender um programa que não é bem o seu, que é o marxismo puro”<sup>569</sup>. Ao contrário dos socialistas aderentes à II Internacional, os bolcheviques seriam reconhecidos como os verdadeiros marxistas, os “discípulos fiéis de Karl Marx”<sup>570</sup>.

Numa conceção política semelhante ao socialismo de conselhos, tal como vimos anteriormente, os maximalistas entendiam que na Rússia imperava a máxima “«Todo o poder aos Sovietes»” e que por isso:

o soviétismo torna desnecessário o parlamentarismo [...]. A forma necessária do comunismo marxista é o regime soviético, porque este regime reserva exclusivamente todos os poderes políticos, todos os poderes económicos ao proletariado. A única forma exata e científica é a da revolução russa e a das primeiras semanas da revolução alemã dos fins de 1918: Conselhos dos Deputados, Camponeses e soldados. É a fórmula soviética. É, segundo a lógica da história e da evolução política e económica, a fórmula marxista completada...<sup>571</sup>.

No mesmo número em que publicaram o artigo de Zinoviev, que defendia a tática parlamentar, já reconheciam também que “de acordo com os comunistas russos (bolchevistas) [...] o termo comunista tem em todos os países depois da Revolução Russa, um significado maximalista, intervencionista, diferente de anarquista e sindicalista”<sup>572</sup>. Porém, para os maximalistas, isso não entrava em conflito com as suas ideias porque defendiam que “a revolução tem de adaptar-se às características próprias de cada país – esta será *soviética* na Alemanha, *comunista* na Hungria, *sindicalista* em Portugal e em França, *libertária* em certas regiões de Itália e da Espanha”<sup>573</sup>.

Em larga medida, a revolução russa foi recebida pelos líderes maximalistas como se se tratasse de um meio para estabelecer a tão desejada sociedade sindicalista de que Manuel Ribeiro já falava em 1913, no seu debate com Emílio Costa. Num artigo em que os maximalistas expuseram os seus objetivos, voltaram à distinção de Manuel Ribeiro.

---

<sup>569</sup> A Administração - “Bolchevistas e socialistas”. *Bandeira Vermelha*, nº 6, 09/11/1919, p. 3.

<sup>570</sup> SADOUL, Capitão - “Para a revolução social”. *Bandeira Vermelha*, nº 22, 01/03/1920, p. 1.

<sup>571</sup> EC - “Os problemas políticos do presente: o comunismo-marxista”. *Bandeira Vermelha*, nº 30, 23/05/1920, p. 1.

<sup>572</sup> “Pelo Bolchevismo!”. *Bandeira Vermelha*, nº 22, 01/03/1920, p. 1.

<sup>573</sup> Augusto, Luís - “Carta aberta ao companheiro Ramada Curto”. *Bandeira Vermelha*, nº 24, 14/03/1920, p. 1-2.

Ou seja, de que o anarquismo se tratava de um elemento que residia ao nível da consciência, que operava “nas massas hostis e indiferentes”, enquanto o sindicalismo estaria destinado a “organizar a produção e fazer a transformação social do regime económico”<sup>574</sup>. Contudo, nesta ocasião vão mais além, dão por terminado o debate sobre se o sindicalismo se basta a si mesmo, ao impor-se, desta vez, a necessidade de uma organização extrassindical que convergisse com o advento da ditadura do proletariado.

Segundo os militantes maximalistas, a particularidade da conceção bolchevista de revolução residia no carácter transitório do seu processo de transformação social, necessário para estabelecer a sociedade comunista-anarquista. Para um dos militantes da FMP, seria só graças a essa transformação violenta da sociedade, pela ditadura do proletariado, que seria possível:

estabelecer sobre a terra o *comunismo igualitário*, impondo à humanidade o sacrossanto dever «de produzir segundo as suas necessidades», terminando assim com as desigualdades sociais e com elas a podridão do existente [...]. Porque não aceitar de braços abertos a mesma, a nossa ditadura?<sup>575</sup>

A ditadura do proletariado foi entendida como uma “*étape* inevitável” de preparação para a anarquia, um processo revolucionário capaz de acelerar a aptidão do proletariado para encarnar o novo homem. Os maximalistas adotaram, então, uma nova forma de revolução, assente na necessidade da violência revolucionária, inerente a todos os processos de transformação social, que os levava a “opor a violência coletiva do povo oprimido, à violência individual dessa minoria burguesa de privilegiados”<sup>576</sup>. Nessa aceção, o processo revolucionário exercido pela sua ditadura de classe só “terminará quando os inimigos internos e externos tenham desaparecido”<sup>577</sup>.

### 3.6.2. A Revolução Imediata

A inação do movimento operário perante a revolução social inevitável resultava, no ponto de vista de Manuel Ribeiro, “daqueles que orientam o proletariado e estão à

---

<sup>574</sup> Federação Maximalista Portuguesa - “Nossos Objetivos”. *A Bandeira Vermelha*, nº 1, 05/10/1919, p. 1.

<sup>575</sup> SIMÕES, J. D. - “A Ditadura Proletária”. *A Bandeira Vermelha*, nº 2, 12/10/1919, p. 4.

<sup>576</sup> OLIVEIRA, José da Silva - “Momentos Solenes”. *Bandeira Vermelha*, nº 18, 01/02/1920, p. 4.

<sup>577</sup> *Idem*, p. 4.

frente dele [...] dogmáticos, sisudos, caturras, agarrados às fórmulas inertes das doutrinas e dos sistemas como velhos bonzos”<sup>578</sup>. Ao contrário de uma particular concepção anarquista de revolução, profundamente disseminada em Portugal e que entendia a revolução enquanto uma mudança gradual de consciências, pacífica, Ribeiro e os maximalistas afirmavam que para chegar à revolução era necessário “conquistarmos as forças para a fazermos. Porque uma revolução que o proletariado não conquiste pelas armas e não sangue com o seu sangue não é jamais Revolução”<sup>579</sup>.

Através da apologia da revolução russa, onde os bolcheviques levaram a cabo uma insurreição armada, com o assalto ao palácio de Inverno, a pertinência do pacifismo libertário é posta em causa. Para a FMP, a revolução advinha não só de uma mudança de consciências, mas pela mão da luta armada, que era entendida por um maximalista da União Anarquista (Região Sul) como uma condição necessária, na qual, sem ela, “nunca conseguiríamos a emancipação humana - comunismo anarquista”<sup>580</sup>.

A apologia da luta armada, a revolução imediata, com o objetivo de instaurar a ditadura proletária propeliu a adesão dos militantes anarquistas em torno da praxis bolchevista. Uma das principais vozes na transição na forma de conceber o processo revolucionário foi um histórico militante anarquista do Porto, Clemente Vieira dos Santos, redator de *A Aurora*. Este militante concebia a revolução enquanto um processo necessariamente ditatorial, “visto que ela é feita em contraposição com as normas sociais, económicas e políticas preestabelecidas”<sup>581</sup>. Equiparou a *praxis* bolchevista à noção revolucionária de Bakunine, ao afirmar que a ditadura do proletariado e a luta armada pouco divergem da noção bakuninista das “barricadas em permanência”, concluindo que:

a *ditadura* que os revolucionários sociais – no número dos quais os anarquistas são os mais ardentes e sinceros pioneiros – venham a empregar, por intermédio das suas organizações de ação, [...] é uma *ditadura* santa salutar, bem-dita, mesmo quando empregada contra algumas camadas populares ignorantes, porque eu, parafraseando o dito de um vulto

---

<sup>578</sup> RIBEIRO, Manuel – “Ação!”. *Bandeira Vermelha*, nº 25, 21/03/1920, p. 1.

<sup>579</sup> Idem, p. 1.

<sup>580</sup> FARIA, F. - “Pró-barricada!”. *Bandeira Vermelha*, nº 39, 25/07/1920, p. 1.

<sup>581</sup> SANTOS, Clemente Vieira dos – “A Ditadura Proletária”. *Bandeira Vermelha*, nº 21, 22/02/1920, p. 3.

político francês, admito todas as liberdades, menos a de se viver explorando a humanidade, menos a de se querer ser escravo.<sup>582</sup>

Por outro lado, enquanto Clemente dos Santos declarava que “devemos apressar a *revolução terrível*”<sup>583</sup>, já que “a transformação social não se faz por pacifismos, pela espera de que todos se *iluminem* conscienciosamente”<sup>584</sup>, outros anarquistas tratavam de cerrar fronteiras perante as fações bolchevizantes.

Enquanto *A Batalha* tentava navegar sobre o conflito entre anarquistas e maximalistas com alguma neutralidade, já no órgão do anarquismo-comunista português, sediado no Porto, *A Comuna*, com ligações ao Secretário-Geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, declarou logo o seu repúdio perante o maximalismo. Os redatores deste jornal reconheciam que “o maximalismo está na moda. A burguesia teme-o. O proletariado aceita-o com entusiasmo”<sup>585</sup>. Porém, *A Comuna* não se deixava “embalar pelo canto de sereia bolchevista”<sup>586</sup>, publicando uma série de artigos intitulados “maximalismo e anarquismo” em que definia aquilo que distingue os dois. Também se referiam ao confronto entre o exército negro de Makhno com o exército vermelho de Trotsky, para demonstrar que para se ser revolucionário na Rússia era necessário “afirmar plena e inteira submissão a um governo”<sup>587</sup>.

Diante a possibilidade de uma revolução em Portugal, que impusesse uma ditadura semelhante à que se enraizava na Rússia, o órgão do comunismo libertário clarifica a posição dos anarquistas, de que estes não se deviam alhear dos movimentos revolucionários, de que deviam:

entrar efetivamente em todas as lutas que se travarem pelo advento da nova sociedade, procurando orientá-las num sentido anarquista [...] contribuindo pela nossa propaganda para que a revolução se faça mais na alma dos indivíduos, como o desejava Bakunine, do que na cabeça dos senhores comissários.<sup>588</sup>

---

<sup>582</sup> SANTOS, Clemente Vieira dos – “Bakunine e a Revolução Social”. *Bandeira Vermelha*, nº 31, 30/05/1920, p. 1.

<sup>583</sup> SANTOS, Clemente Vieira dos – “Caminhamos para a revolução”. *Bandeira Vermelha*, nº 33, 13/06/1920, p. 1.

<sup>584</sup> SANTOS, Clemente Vieira dos – “Devemos precipitar a revolução”. *Bandeira Vermelha*, nº 36, 04/07/1920, p. 1.

<sup>585</sup> LORENZO, José T. - “Maximalismo e Anarquismo”. *A Comuna*, nº 7, 13/06/1920, p.1-2.

<sup>586</sup> “Aos Camaradas”. *A Comuna*, nº 1, 01/05/1920, p. 1.

<sup>587</sup> Il Risveglio – “Documentos Revolucionários”. *A Comuna*, nº 4, 23/05/1920, p. 2.

<sup>588</sup> “A ditadura do proletariado e os anarquistas”. *A Comuna*, nº 14, 01/08/1920, p. 1.

Com o desenvolvimento de uma conjuntura revolucionária marcada por duas concepções de revolução claramente distintas, a animosidade entre o *Bandeira Vermelha* e o *A Comuna* não demoraria a manifestar-se. Em resposta a uma acusação da Associação de Classe dos Alfaiates, publicada no *Bandeira Vermelha*, que afirmava que os libertários do Porto eram financiados por um industrial local, os anarquistas-comunistas expressam que no *Bandeira Vermelha* “a propaganda pura dos sãos princípios anarquistas desapareceu das suas colunas, e em seu lugar, apareceu a defesa acérrima do socialismo marxista [...] o marxismo que tão combatido tem sido pelos libertários”<sup>589</sup>.

Possivelmente em resposta aos artigos publicados no jornal *A Comuna* e por outros militantes anarquistas, de “que fazer profissão de fé bolchevista é abrir matrícula num partido e que todo o anarquista que se afirma bolchevista renegou de alguma sorte os princípios libertários”, Manuel Ribeiro afirmava por sua vez que:

o bolchevismo já saiu do âmbito restrito dum partido político para se tornar numa tendência social. O bolchevismo é mesmo uma fase nova da civilização [...] Se somos, pois, pela revolução imediata e conseqüente emprego da ditadura proletária, é porque vemos horrorizados crescer a miséria dos povos e mais do que a miséria a podridão moral [...] Para nós a revolução Social não é já somente um problema de carácter económico; é acima de tudo um problema de higiene social – é uma questão moral<sup>590</sup>.

Durante estes confrontos entre diferentes concepções de revolução, mais concretamente, segundo o *Bandeira Vermelha*, “a propósito da atitude hostil” avançada pelo jornal *A Comuna*, tratou-se de organizar uma nova concertação entre revolucionários para avançar para a “grande batalha entre explorados e exploradores”, fruto de uma “unificação do proletariado militante”<sup>591</sup>. Esta declaração foi o culminar de uma discussão no *Bandeira Vermelha*, sobre a formação de uma “frente única”, a “União do Proletariado Revolucionário”, uma organização com o intuito de acelerar “a queda da sociedade burguesa, por meio de uma revolução”<sup>592</sup>.

### 3.6.3. Por que não se forma um congresso comunista?

---

<sup>589</sup> GONÇALVES, Joaquim – “Ditadura do Proletariado?”. *A Comuna*, nº 13, 25/07/1920, p. 1.

<sup>590</sup> RIBEIRO, Manuel – “Porque somos bolchevistas”. *Bandeira Vermelha*, nº 41, 08/08/1920, p. 1.

<sup>591</sup> OLIVEIRA, José da Silva – “Porque não se fez ainda um congresso comunista em Portugal?”. *Bandeira Vermelha*, nº 43, 22/07/1920, p. 2.

<sup>592</sup> RODRIGUES, Manuel - “Pela Revolução”. *Bandeira Vermelha*, nº 32, 06/06/1920, p. 2.

Após o seu primeiro ano de vida, os militantes da FMP notaram as limitações da sua jovem organização para atingir a redenção revolucionária que ambicionavam. Em vista desse objetivo, consideravam que a revolução teria que ser o produto da “união do proletariado revolucionário”, por conseguinte, achavam “duvidoso que os anarquistas, sozinhos, tenham força suficiente para fazer a revolução, assim como os sindicalistas, e bolchevistas”<sup>593</sup>.

Manuel Rodrigues, um correspondente maximalista da freguesia de Gonçalo (Beira), foi o primeiro militante a apelar à construção de uma “frente única”, que foi secundada por outros militantes de várias nuances doutrinárias. Propunha uma “forte organização, composta de anarquistas, sindicalistas e maximalistas”, mais concretamente uma união entre aqueles “que admitem transitoriamente a «Ditadura do Proletariado», e são pela revolução imediata, deixando de fora, é claro, os que esperam que a transformação da Sociedade, se opere quando o povo para isso esteja educado”<sup>594</sup>. No entanto, antes de avançarem para a U do PR entendiam que, antes demais, se devia consultar os “conselhos maximalistas existentes, centros comunistas, os núcleos socialistas revolucionários, e depois consoante a sua opinião resolver-se-ia qual o caminho a seguir”<sup>595</sup>.

Já em agosto de 1920, para um dos militantes maximalistas, o propósito desta frente única, a U do PR, era claro, pois o congresso fundacional da união da esquerda revolucionária, que estava a ser delineado nas páginas do *Bandeira Vermelha*, ao reunir os “grupos socialistas, anarquistas, sindicalistas e comunistas”, deveria culminar num acordo entre as fações representadas no congresso, de modo a “poder sair por fim o Partido Comunista Português”<sup>596</sup>.

A ideia para realizar um congresso comunista foi “bem-recebida pelos militantes

---

<sup>593</sup> RODRIGUES, Manuel – “Pela Revolução”. *Bandeira Vermelha*, nº 34, 20/06/1920, p. 2.

<sup>594</sup> MELO, Manuel R. – “Pela Revolução e pela União do Proletariado”. *Bandeira Vermelha*, nº 36, 04/07/1920, p. 1.

<sup>595</sup> RODRIGUES, Manuel - “Pela Revolução”. *Bandeira Vermelha*, nº 41, 08/08/1920, p. 2.

<sup>596</sup> OLIVEIRA, José da Silva – “Porque não se fez ainda um Congresso Comunista em Portugal”. *Bandeira Vermelha*, nº 43, 22/08/1920, p. 2.

operários e revolucionários”<sup>597</sup>. José da Silva Oliveira propôs então a formação de uma comissão provisória, para tratar da sua organização e fazer os respetivos convites para os vários grupos revolucionários. Também sugeriu que neste “congresso poderiam sair medidas de grande alcance internacional, como por exemplo: adesão à terceira internacional comunista de Moscovo”<sup>598</sup>. Afirmou, aliás, que já receberam várias adesões para a realização do congresso:

onde poderia sair mais robustecida a nossa organização revolucionária, assim como a constituição do Partido Comunista Português no qual poderiam ingressar todos os elementos que simpatizam com a transformação social. [...] Avante camaradas pela realização do Congresso Comunista! Viva a organização operária internacional! Viva a revolução social. Viva o futuro Partido Comunista Português!...<sup>599</sup>.

Um dos primeiros jornais a pronunciar-se favoravelmente quanto ao congresso foi *O Despertar*, órgão da União das Juventudes Sindicalistas, por intermédio do seu Secretário, Edmundo Vaz. Este militante da juventude sindicalista declarou que, em vez do operariado perder tempo com conflitos internos devia, antes de mais, trabalhar pela formação de uma frente única das várias correntes revolucionárias<sup>600</sup>. José Oliveira congratulou-se com esta adesão desejando que, por intermédio deste congresso, saísse “organizado o partido comunista com a fusão de todas as tendências ideológicas”, pois só assim seria possível “[caminhar] para o combate final, acabando duma vez por todas as injustiças presentes”<sup>601</sup>.

Todavia, os esforços dos maximalistas iriam ser retardados por mais um episódio de detenções e apreensões. O *Bandeira Vermelha* de 17 de outubro acabou por ser apreendido na redação e desta vez, além dos exemplares do periódico, Manuel Ribeiro também seria levado para o Limoeiro, onde permaneceria até 8 de janeiro de 1921. Além de ser acusado de escrever “por delito de imprensa”, foi juntamente suspeito de dirigir o comité central da greve ferroviária que estava a decorrer<sup>602</sup>. Na redação do jornal,

---

<sup>597</sup> OLIVEIRA, José da Silva - “O próximo congresso comunista”. *Bandeira Vermelha*, nº 46, 12/09/1920, p. 1-2.

<sup>598</sup> Idem, p. 1-2.

<sup>599</sup> Idem, p. 2.

<sup>600</sup> VAZ, Edmundo - “Um Congresso Comunista?”. *O Despertar*, nº 8, 11/09/1920, p. 1.

<sup>601</sup> OLIVEIRA, José da Silva - “Uma ideia em marcha!”. *Bandeira Vermelha*, nº 50, 10/10/1920, p. 1.

<sup>602</sup> “Manuel Ribeiro”. *A Batalha*, nº 560, 22/10/1920, p. 1.

encontraram em sua posse um postal do jornal francês *Le Soviet* pedindo a sua colaboração, bem como a carta de um frade<sup>603</sup>. A reação à sua detenção fez-se seguir por um abaixo assinado secundado por figuras de relevo da literatura portuguesa, onde constavam, entre várias personalidades, os nomes de Fernando Pessoa e Raul Proença<sup>604</sup>.

Ainda durante o período de detenção de Manuel Ribeiro, os redatores do *Bandeira Vermelha* não se dispersaram, declarando pouco depois que “temos muitos anarquistas, mas poucas competências”, de que os militantes revolucionários deviam, por isso, preparar-se para uma nova fase “uma entente com todos os elementos bem-intencionados que queiram cooperar connosco”<sup>605</sup>. Todavia, estavam incertos quanto à resposta dos restantes militantes sobre a sua adesão ao novo organismo unitário extrassindical, terminando o artigo por se questionarem se “isto é possível?”<sup>606</sup>.

### 3.7. PCP: a génese da “Frente Única”

A partir deste momento, vamos percorrer os principais movimentos e as forças propulsoras que convergiram em torno da fundação do PCP. Num período temporal compreendido entre outubro de 1920 e 6 de março de 1921, vamos verificar a capacidade explicativa de algumas noções de Panebianco (modelo originário) ao caso do PCP, tendo em conta as considerações de Offerlé e o estudo de caso de Aït-Aoudia e Dézé. Isto é, procuramos desvendar como é que ocorreu a transição da FMP para o PCP, assim como, algumas regularidades na ótica da sociologia dos partidos políticos.

Numa organização em que os seus principais militantes foram constantemente vigiados e detidos pelos agentes da polícia política, não seria mais uma detenção, mesmo que fosse o seu Secretário-Geral, que iria deter a ideia iniciada pelos maximalistas. Nesse sentido, no final de outubro, durante uma conferência realizada no Centro Comunista de Lisboa, intitulada “Partido Comunista”, à qual “assistiram muitos assinantes”, era reforçada a ideia da revolução através da “união de todas as forças revolucionárias contra

---

<sup>603</sup> De acordo com Gabriel Silva, o frade tratava-se “do beneditino Ildefonso dos Santos Silva”: SILVA, Gabriel Rui - *Manuel Ribeiro, o romance da fé*, p. 133.

<sup>604</sup> “Manuel Ribeiro”. *A Pátria*, nº 169, 14/11/1920, p. 1.

<sup>605</sup> “Táticas”. *Bandeira Vermelha*, nº 52, 05/12/1920, p. 1.

<sup>606</sup> *Idem*, p. 1.

o inimigo comum”<sup>607</sup>, isto é, a burguesia e os seus governos.

Ainda assim, apesar da FMP se manter ativa, o facto de Manuel Ribeiro ter sido excluído da cena principal, não deixaria de ser fulcral para entender os acontecimentos seguintes. A sua detenção privou o Secretário-Geral maximalista de participar nos momentos-chave da fundação do partido, enfraquecendo a representação dos setores mais bolchevizados do operariado português. Esse aspeto é fulcral para entender a disposição do PCP à data da sua fundação, assim como, a sua institucionalização. Uma vez que a institucionalização, de acordo com Panebianco, é concebida mediante a incorporação dos valores e objetivos dos seus fundadores<sup>608</sup>, logo, sem a presença de Ribeiro, outros militantes impuseram, por sua vez, os seus objetivos e valores.

Temos que ter em conta também que, apesar das intenções dos maximalistas, a formação do Congresso ainda não seguia um molde rígido sob qual deveria ser o aspeto do futuro Partido Comunista. Tudo estava em aberto. Sendo que a FMP, entre os setores que estiveram representados em Congresso, era aquele que se encontrava mais debilitado pela ação da repressão policial.

Não obstante, o papel central da FMP na formação de uma identidade bolchevizante entre os revolucionários portugueses, pela ditadura do proletariado, devemos salientar a permeabilidade do congresso à intromissão de outras forças políticas, fora da FMP. Apesar da FMP ter estabelecido uma complexa rede de conselhos, centros comunistas e uma vasta disseminação do seu jornal, a dominação legítima sob a implantação da ditadura do proletariado em Portugal continuava em aberto.

Em primeiro lugar, porque a FMP, segundo os seus estatutos, reconhecia o seu carácter meramente propagandístico e não revolucionário, não era, segundo os próprios militantes, a organização que iria levar avante a ditadura do proletariado. Em segundo lugar, a FMP não era o único detentor da ideia, existiam mais militantes e forças políticas que se identificavam com a ditadura do proletariado. Tal é o caso de Carlos Rates, vários sindicalistas e militantes socialistas. Ou seja, o molde da representação do bolchevismo português, em certa medida, continuava em aberto. Não só no que concerne à

---

<sup>607</sup> “Partido Comunista”. *A Pátria*, n.º 153, 29/10/1920, p. 4.

<sup>608</sup> PANEBIANCO, Angelo – *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*, p. 100.

organização, mas, também, em termos ideais. Tal fenómeno seria incentivado pela abertura do Congresso a outras forças socialistas interessadas, o que permitia que essas forças políticas pudessem exercer a sua influência sobre os destinos da nova organização extrassindical.

Ao dispensarmos os preconceitos pré-estabelecidos sobre a génese do PCP iremos ver que, além de uma trajetória simples e pré-determinada, o PCP foi um produto de uma teia de relações políticas complexas que envolveram vários atores e processos distintos que convergiram, muitas vezes por acaso, em torno de uma nova tática revolucionária. O processo de construção deste partido não estava predeterminado por uma força exterior, tratava-se de um *partido não patrocinado*<sup>609</sup>, pelo menos nesta fase anterior à chegada de Humbert-Droz, ainda alheia às imposições do Comintern. Muitos dos elementos essenciais para a identidade deste partido comunista eram passíveis de disputa e reconfiguração<sup>610</sup>. Desde a direção que iria tomar quanto à sua denominação, programa político, núcleos, até à composição social e política.

### 3.7.1. PSP e as Internacionais

Para além dos maximalistas, não podemos desprezar as dinâmicas de competição nos círculos políticos anteriores ao partido. Nesse momento, ainda em outubro de 1920, também despontavam outros vetores de difusão da ideia, entusiastas da revolução russa, igualmente capazes de dinamizar e levar adiante a nova a frente única – a fundação do Partido Comunista Português. Um desses vetores foi impulsionado, involuntariamente, pelo PSP que, diante dos conflitos internos entre o Norte e o Sul, se preparava para reunir o seu II Congresso Extraordinário. Um Congresso que deveria ser nacional passou a regional, uma vez que o Porto repudiava a “ministro-mania” de Lisboa, visto que “a intervenção socialista nos governos de Portugal é o que se pode classificar de mais

---

<sup>609</sup> LOPES, Fernando Farelo – “Partidos Políticos”, p. 20-21.

<sup>610</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 640.

extravagante e ridículo”<sup>611</sup>.

Durante o II Congresso Extraordinário do PSP, em Lisboa, além da questão ministerial, isto é, se o PSP devia ou não ter um ministro num “governo burguês”, também a discussão sobre a posição do partido perante as Internacionais esteve ao rubro. O Congresso abriu “no meio de grande agitação, ouvindo-se vivas à Internacional operária e à Rússia, entoando um grupo o Hino da Batalha”<sup>612</sup>.

A primeira discussão dos congressistas tratou de decidir se as Juventudes Socialistas podiam ser admitidas no Congresso. Quando se deu a votação sobre o assunto, o Congresso decidiu pela exclusão das juventudes que saíram da sala, “dando vivas ao comunismo e muitas outras coisas, o que provoca um alvoroço indescritível”<sup>613</sup>.

Apesar da expulsão das juventudes socialistas, o delegado socialista João de Castro discursou sobre a relação da CGT com o partido socialista, organizações com “afinidades pronunciadas” e apresentou uma moção aprovada por unanimidade, “exprimindo o desejo de uma «entente» entre as duas organizações”<sup>614</sup>, ou seja, uma frente única. Já um outro militante, Abel da Cruz, apresentou uma moção que “estabelece o envio a Moscovo e à sede da 2ª Internacional de dois delegados socialistas” para averiguar se o PSP poderia ter, ou não, um ministro no governo<sup>615</sup>. Um outro delegado, José Augusto Machado, apresentou uma moção, também aprovada, que “conclui por propor a adesão, em princípio, à Internacional de Moscovo e que, no próximo congresso partidário, se tornará em adesão definitiva”<sup>616</sup>.

Após a conclusão do Congresso as reações fizeram-se chegar. A Juventude Socialista (núcleo central) declarava que se “[considerava] desde já desligada do PSP”<sup>617</sup>. Nesse sentido, os seus militantes decidiram reunir-se para determinar qual o caminho a tomar perante os acontecimentos no Congresso, ao qual respondem, segundo uma entrevista realizada pelo *A Pátria* a um delegado da JS:

---

<sup>611</sup> SILVA, M. J. da - “O norte socialista contra a peste da ministro-mania”. *A República Social*, nº 62, 24 a 31/10/1920, p. 2.

<sup>612</sup> “Congresso Socialista”. *A Pátria*, nº 129, 04/10/1920, p. 1.

<sup>613</sup> “O II Congresso Extraordinário do Partido Socialista”. *A Batalha*, nº 543, 04/10/1920, p. 1.

<sup>614</sup> “O II Congresso Extraordinário do Partido Socialista”. *A Batalha*, nº 544, 05/10/1920, p. 1.

<sup>615</sup> “O Congresso Socialista”. *A Pátria*, nº 131, 07/10/1920, p.4.

<sup>616</sup> *Idem*, p.4.

<sup>617</sup> “Vida Política”. *A Batalha*, nº 546, 08/10/1920, p. 2.

- E qual lhe parece que seja o resultado da reunião?
- Talvez a dissidência e a formação de um novo partido. A dissidência é manifesta, é certa. Nós, as juventudes, pelo menos, não podemos continuar a trabalhar num partido que salta por cima da lei orgânica do Partido e que ainda para mais nos expulsa do Congresso.
- Um novo partido, pois.
- Não sei. Que abandonamos o Partido Socialista, é certo.
- [...]
- Que orientação tomaria o novo partido?
- Nós pensamos chamar-lhe Partido Comunista. Muitos sindicalistas, deste modo viriam dar-nos a sua adesão. Resta saber o que fará o Porto.<sup>618</sup>

A resposta por parte dos militantes da Confederação Socialista do Norte não tardaria a chegar. Apesar de rejeitarem, por sua vez, a exclusão dos jovens socialistas do Congresso, não eram favoráveis à adesão do partido à III Internacional e à expedição de um delegado a Moscovo<sup>619</sup>. Segundo o entendimento do deputado socialista do Porto, Manuel José da Silva, a adoção da ditadura do proletariado traria “desastres e desgraças irreparáveis” ao movimento socialista. Em vez disso, o partido deveria manter-se firme pela “ação evolutiva, parlamentar e reformista”<sup>620</sup>.

Numa entrevista dada ao *O Século*, Manuel da Silva foi questionado sobre a natureza das dissidências no Partido Socialista, se eram motivadas pela questão da presença do PSP no governo com a pasta do Ministério do Trabalho:

Exatamente. O Partido Socialista difere imenso dos outros partidos [...]. É assim que pensou o norte socialista desde a primeira hora em que a «ministro-mania» entrou no cérebro de alguns indivíduos do Partido em Lisboa, em 1916. A dissidência realmente filia-se nisto.<sup>621</sup>

Ainda de acordo com *O Século*, o partido estaria, supostamente, dividido em três fações. Em primeiro lugar, encontrava-se uma facção “reformista intervencionista”, chefiada por Ramada Curto<sup>622</sup> e Dias da Silva, ou seja, os militantes do Conselho Central

<sup>618</sup> “O Congresso”. *A Pátria*, nº 136, 12/10/1920, p. 1.

<sup>619</sup> Confederação do Norte - “Publica Declaração”. *República Social*, nº 62, 10 a 17/10/1920, p. 1.

<sup>620</sup> SILVA, Manuel José da - “O Congresso Socialista da Região Norte”. *República Social*, nº 64, 24 a 31/10/1920, p. 1.

<sup>621</sup> “Partido Socialista: Ainda o seu congresso extraordinário”. *O Século*, nº 13940, 18/10/1920, p. 1.

<sup>622</sup> Parlamentar e Ministro que iniciou a sua atividade política no PRP, transitando depois, em 1919, para o socialismo, chegando a liderar o PSP em 1920: FARINHA, Luís - *Ramada Curto - Republicano, Socialista, Laico*. Lisboa: Assembleia da República, 2014, p. 117-127.

de Lisboa favoráveis à participação do PSP nos governos e que rejeitavam a adesão à III Internacional<sup>623</sup>. Em segundo lugar, a facção “reformista anti-intervencionista” de António Pereira e Manuel José da Silva, da Confederação Regional Socialista do Norte, contra a “ministro-mania” e a aproximação a Moscovo. Por fim, a facção “socialista comunista” liderada por João de Castro que contava com a “adesão das juventudes socialistas e sindicalistas do norte e do sul” que defendiam:

[...] a ação direta como meio de reivindicação sindical e económica, a intromissão dos socialistas na política sem as responsabilidades de governo e, conseqüentemente, aceita a luta eleitoral com os outros partidos, contra os quais pretende organizar as massas operárias<sup>624</sup>.

No que se refere à facção do PSP que se aproximava da III Internacional, Martins Santareno do jornal *O Combate* tornou-se num dos principais promotores da nova concertação entre revolucionários. Num artigo em que defendia o Congresso proposto pela FMP e a superação dos obstáculos que separavam os militantes revolucionários, destacava figuras como Manuel Ribeiro, que deveria comparecer no Congresso em representação dos bolchevistas, mas, também, Carlos Rates, pelo lado dos sindicalistas<sup>625</sup>. Para o Congresso chegou, ainda, a propor que se discutisse, como ponto de partida, a obra de Carlos Rates *A Ditadura do Proletariado* e o artigo de Manuel Ribeiro “Subsídios para uma constituição social”, publicado no *Bandeira Vermelha*<sup>626</sup>.

### 3.7.2. De novo em volta de Rates

À medida que se avançava com os preparativos para a reunião, que iria edificar a futura organização comunista extrassindical, já nas páginas do *A Batalha* ressaltava uma nova discussão, que teve como protagonistas o então Secretário-Geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, e o futuro Secretário-Geral do PCP, José Carlos Rates. Enquanto a

---

<sup>623</sup> “O partido socialista do Sul”. *A Pátria*, nº 139, 15/10/1920, p. 1: Ramada Curto declarou em entrevista a este jornal que nenhum delegado do PSP seria enviado, “nem à Rússia nem à China.”

<sup>624</sup> “Os Socialistas”. *O Século*, nº 13951, 29/10/1920, p. 1.

<sup>625</sup> SANTARENO, Martins - “Porque não se realiza um congresso de militantes sociais”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 21/11/1920, p. 2.

<sup>626</sup> SANTARENO, Martins - “Qual seria a orientação dos socialistas no congresso social”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 05/12/1920, p. 2.

argumentação do anarquista do Porto tratou de deslegitimar a honestidade revolucionária de Rates, já o antigo sindicalista de Setúbal tentou demonstrar que a CGT, enquanto organismo autónomo, era insuficiente ao não apresentar uma finalidade política. Por sua vez, Rates declarava que a revolução só poderia advir “pela ditadura, pela coação, pela autoridade, esmagando pela força, pela violência, os obstáculos que surgirem ao meu objetivo de reconstituição social”<sup>627</sup>.

A ditadura do proletariado, para Rates, apresentou-se como a solução para o “problema político” produzido pelos vícios do parlamentarismo, a causa mestra do problema nacional. A ditadura não seria nada mais do que uma “reforma que só se opera com um safanão violento”<sup>628</sup>. Graças à violência revolucionária, o operariado seria capaz de se catapultar para um novo patamar, capaz de o aproximar da finalidade sindical – a gestão sindical da produção nacional. Todavia, reconhecia que para chegar a esse ponto não seria possível confiar “nas forças socialistas e operárias”, incapazes de levar avante uma “ação disciplinada e reconstrutiva”<sup>629</sup>.

Esta conceção revolucionária não foi construída sobre o vácuo criado pelo choque da revolução nas conceções sindicalistas, pelo contrário. Mais uma vez, a menos de uma semana da reunião pela frente única, Rates retomava a velha posição do debate de 1913 quando declarava que “efetivamente tinham razão os que afirmavam *Le syndicalisme se suffit à lui-même*”<sup>630</sup>. Ao contrário dos maximalistas, a autossuficiência do sindicalismo, enquanto fim, em vez de ser abalada pela ditadura bolchevista, saiu reforçada. Esta tomada de posição seria mais uma manifestação do terreno contraditório e instável, a profunda mudança que marcava o sindicalismo e as doutrinas operárias que se tentavam reajustar perante a nova realidade impulsionada pela revolução russa.

Nesse sentido, Rates continuava a defender o sindicalismo como fim, sem se converter ao coletivismo bolchevista, que, na sua ótica, “quer a estatização e a municipalização do trabalho, à semelhança do que se está fazendo na Rússia”<sup>631</sup>. Prosseguiu o artigo diagnosticando a essência do problema do regime na Rússia que,

---

<sup>627</sup> RATES, J. Carlos – “Qual o caminho a seguir”. *A Batalha*, nº 600, 01/12/1920, p. 1.

<sup>628</sup> RATES, J. Carlos – “O Problema Político”. *A Pátria*, nº 182, 27/11/1920, p. 1.

<sup>629</sup> Idem, p. 1.

<sup>630</sup> RATES, J. Carlos - “O Sindicalismo”. *A Batalha*, nº 605, 07/12/1920, p. 1.

<sup>631</sup> Idem, p. 1.

segundo Rates, residia na “ausência do sindicalismo” que teria “[estropiado], o terreno económico”. Conclui o artigo argumentado que, caso se tentasse fazer o mesmo em Portugal, uma revolução sem sindicalismo, a “influência anarquista arrastar-nos-á a um estado de coisas caótico”. A sua descrição do sindicalismo português, revelava um jornal (*A Batalha*), marcado pela “predominância anarquista da direção sindical”, o que na sua visão entrava em conflito com a sua conceção de revolução:

se aceitamos a finalidade anarquista retardamos a nossa revolução, a revolução sindicalista, porque o anarquismo exige uma preparação que nós em grande parte dispensamos. É nosso prejuízo ainda, como demonstraremos, na contradição manifesta da orientação seguida. Anarquismo, negação do princípio da autoridade, e predomínio político e económico dos sindicatos, não se conciliam. [...] Querem a CGT, mas querem também o anarquismo. É uma contradição.<sup>632</sup>

Tal posição era um desenvolvimento da sua brochura publicada no princípio do ano, *A Ditadura do Proletariado*. Nesta brochura, em formato de programa político revolucionário, Carlos Rates defendia a ideia de que a CGT deveria definir a sua finalidade política, afirmar-se como o organismo central que estabeleceria a ditadura do proletariado<sup>633</sup>. Tal como os maximalistas, Rates entendia a ditadura como um regime transitório. Todavia, adotou uma posição particular. Entendia que a ditadura não deveria ser exercida por um partido, mas “por indivíduos indicados e nomeados pela CGT, por ser esta a maior força socialista organizada”<sup>634</sup>. Estes indivíduos deveriam, por sua vez, “exercer uma ação centralista” com vista a “aumentar e intensificar a produção nacional, pela socialização de todos os meios de produção, pela obrigatoriedade do trabalho para todos”<sup>635</sup>.

Um outro episódio, que demonstra a contradição do momento, surgiu já após ter sido instituída a Comissão Organizadora do PCP, no seguimento das reuniões de dezembro de 1920, que iremos analisar de seguida e que estabeleceram os alicerces do PCP. O incidente ressaltou quando Manuel Joaquim de Sousa voltou a reafirmar no diário sindicalista *A Batalha*, o seu repúdio perante a “nova tática”. O Secretário-Geral da CGT

---

<sup>632</sup> Idem, p. 1.

<sup>633</sup> RATES, J. Carlos – *A Ditadura do Proletariado*. Lisboa: Editorial A Batalha, 1920, p. 10-11.

<sup>634</sup> Idem, p. 10.

<sup>635</sup> Idem, p. 10-11.

considerava que os homens que compunham a comissão recém-eleita pela Frente Única extrassindical pretendiam apenas ser “os futuros comissários do povo, os futuros Lenines portugueses, que venham a centralizar nas suas mãos os poderes, que só a classe operária deve possuir pelos organismos por si criados”<sup>636</sup>.

Carlos Rates, enquanto principal voz desta Comissão Organizadora, no jornal *A Batalha*, tratou de responder às acusações do Secretário-Geral. De facto, como reconheceu no seu artigo, Rates defendia uma profunda centralização do poder quando indicava: “todo o elenco ministerial da República Socialista Portuguesa se reduz a três delegados, nomeados pelo conselho confederal da CGT”<sup>637</sup>. Esta nova posição tratava-se, segundo o próprio, de uma correção daquilo que tinha escrito na brochura *A Ditadura do Proletariado*<sup>638</sup>. No entanto, umas semanas depois, ainda em resposta ao Secretário-Geral da CGT, Rates já indicava que, ao contrário de Lenine, pretendia estabelecer uma profunda descentralização:

Lenine é pelo centralismo, eu, pelo contrário, sou pela descentralização tão larga quanto possível; Lenine, defende a ditadura do proletariado, dá-nos uma ditadura, sim, mas uma ditadura do seu grupo político contra o resto da nação russa, incluindo o próprio proletariado. [...] Eu defendo, como Lenine, a necessidade da ditadura, mas a ditadura que eu defendo é insofismavelmente uma ditadura do proletariado porque é exercida direta e exclusivamente pelos seus organismos – os sindicatos e as suas federações.<sup>639</sup>

Tal como a FMP, Rates manifestava um hibridismo doutrinário, onde conviviam as velhas noções sindicalistas com o novo vocabulário específico do bolchevismo russo. A revolução, despoletou um processo coletivo de socialização, que implicou interiorização de novos “campos semânticos que estrutura[ram] interpretações e condutas de rotina”<sup>640</sup>. Diante deste novo contexto, a mobilização de recursos políticos exigia uma nova bagagem discursiva, que correspondesse aos desejos dos militantes bolchevizados. Os velhos discursos, em prol do sindicalismo revolucionário, formavam meros artefactos doutrinários. Neste momento, a questão que se impunha era a revolução imediata e o

---

<sup>636</sup> SOUSA, M. J. de – “O que é preciso fazer”. *A Batalha*, nº 621, 23/12/1920, p. 2.

<sup>637</sup> RATES, J. Carlos – “O Sindicalismo apto a governar”. *A Batalha*, nº 622, 24/12/1920, p. 1.

<sup>638</sup> Idem, p. 1.

<sup>639</sup> RATES, J. Carlos – “Os sindicatos”. *A Batalha*, nº 634, 08/01/1921, p. 1.

<sup>640</sup> BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas – *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 184-185.

molde onde caberia a futura ditadura de classe.

### 3.7.3. As reuniões de dezembro

Ao aproximarmo-nos da data da primeira reunião da frente única, deparamo-nos com uma panóplia de posições quanto à forma que a organização deveria tomar. Desta vez, ao contrário da FMP, a questão em cima da mesa não se tratava só de divulgar o modelo bolchevique de revolução, antes de mais, os homens que se iam encontrar na reunião deveriam formular os moldes da organização revolucionária que iria estabelecer a ditadura do proletariado em Portugal.

A tarefa de reunir os militantes pela frente única foi confiada João Nascimento Cunha, que estabeleceu a data da primeira reunião para 12 de dezembro, na Associação dos Caixeiros. Nesta reunião onde compareceram ilustres militantes das “correntes mais heterogéneas do socialismo”<sup>641</sup> (Anexo 8), cerca de “trinta ou quarenta cidadãos”<sup>642</sup>, Carlos Rates foi nomeado para presidente da mesa e Nascimento Cunha e António Peixe como secretários<sup>643</sup>.

Esta lista de fundadores não seria aleatória pois, tal como indica Aït-Aoudia e Dézé, as dinâmicas dos processos de *primogénese* de um partido tendem a selecionar os fundadores segundo as suas formas específicas de capital<sup>644</sup>. Ou seja, nessa seleção são privilegiadas características como o prestígio, experiência política e habilidades organizacionais dos futuros fundadores<sup>645</sup>. Não é por acaso que nessa lista encontramos notáveis do sindicalismo e não só, como é o caso do Secretário do Centro Comunista de Lisboa, os Secretários-Gerais da Construção Civil e Metalurgia, além de outras figuras do Sindicato dos Empregados do Estado e o antigo senador Nogueira de Brito.

---

<sup>641</sup> “Para Arquivar...”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 19/12/1920, p. 2-4.

<sup>642</sup> “Criação de um organismo extrassindical”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 19/12/1920, p. 1: Na nossa lista conseguimos apurar o nome de 38 militantes presentes nas reuniões de dezembro, sendo que cerca de 1/3 deles eram militantes da FMP (Anexo 8).

<sup>643</sup> Idem, p. 1.

<sup>644</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 637.

<sup>645</sup> Idem, p. 637.

Além do mais, desta vez segundo o modelo de Panebianco, a seleção tratou-se de um processo de “recrutamento centrífugo das elites”, dado que a Comissão Organizadora foi decidida por militantes que se distinguiram como membros de uma facção<sup>646</sup>. Tal facto é preocupante, posto que, de acordo com o mesmo modelo, produzirá um “défice de coerência estrutural ou de sistematização” no empreendimento político<sup>647</sup>.

No desenrolar dos acontecimentos, João de Castro seria o primeiro a falar nesta reunião inicial pela “frente única”, onde propôs a criação de uma organização extrassindical federalista assente nos sindicatos e outros organismos locais, de modo a garantir que a ação política ficasse “nas mãos dos próprios operários”<sup>648</sup>. O seguinte orador da “assembleia popular e socialista” foi Carlos Rates, que apresentou uma moção para estabelecer os fins da nova agremiação<sup>649</sup>.

A frente única pretendia estabelecer a “socialização da propriedade e dos meios de produção”, em que a produção seria “confiada aos sindicatos”, a distribuição da produção ficaria a cargo das “cooperativas [...] organizadas e controladas pelas uniões de sindicatos [...]. Como consequência, a direção da vida social fica confiada à C.[G].T. e às reuniões de sindicatos”<sup>650</sup>. Logo na primeira reunião ficou aprovada a moção de Rates e foi anunciada para a próxima reunião a “constituição da Junta Central Provisória” e a discussão da tese “Remuneração do Trabalho e da subvenção da família”, também da autoria de Rates.

Segundo *O Combate*, a divulgação da eleição de uma Junta Central causou alguma surpresa na imprensa, o que levou Carlos Rates a enviar uma carta para a redação do *A Batalha*<sup>651</sup>. A carta de Rates é curiosa porque, apesar de reconhecer que uma grande parte dos assistentes “concordam com a organização dum núcleo ou um partido extrassindical”, reafirmou, mesmo assim, a sua posição sindicalista ao rejeitar a ideia de que era necessária “qualquer organização nova, quer sob o ponto de vista político, quer económico”. No entanto, terminou a carta por deixar em aberto qual seria a sua

---

<sup>646</sup> LOPES, Fernando Farello – “Partidos Políticos”, p. 28-29.

<sup>647</sup> Idem, p. 28-29.

<sup>648</sup> “Para Arquivar...”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 19/12/1920, p. 2-4

<sup>649</sup> Idem, p. 2-4.

<sup>650</sup> “Criação de um organismo extrassindical”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 19/12/1920, p. 1.

<sup>651</sup> “Para Arquivar...”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 19/12/1920, p. 2-4.

orientação, caso surja realmente uma nova organização após esta reunião, indicando que “se me demonstrarem que há conveniência nessa organização extrassindical, sem prejuízo antes com proveito para a ação sindicalista, possivelmente modificarei a minha atitude”<sup>652</sup>.

Segue-se, então, uma nova carta da Comissão Organizadora das reuniões, redigida por João de Castro e Nascimento Cunha, que desmentia o comunicado de Carlos Rates, ao declararem por sua vez que, sem sombra de dúvidas:

O fim principal para que convocou a dita reunião foi a *constituição duma organização extrassindical*, na qual se conjugassem para o exclusivo fim da unidade na luta à sociedade capitalista, todas as *correntes verdadeiramente socialistas*, organização que, em íntima e honesta colaboração com as organizações sindicais e com a CGT, prossiga com a melhor e mais enérgica atividade naquele referido fim;[...]<sup>653</sup>-

Para acrescentar à confusão sobre o sucedido, Nogueira de Brito<sup>654</sup>, que participou na primeira reunião, também enviou uma carta onde declarou que a reunião da frente única “se desviou do assunto da convocação”, ou seja, não tratou da convergência de forças entre os militantes de diferentes doutrinas. Em vez disso, para Nogueira de Brito a reunião foi “uma conversa apenas [...] Nada mais como bem o sabem os amigos que nessa reunião estavam”<sup>655</sup>.

O dirigente maximalista António Peixe, no dia da segunda reunião, publicou também uma carta no diário sindicalista *A Batalha*. Segundo Peixe, Carlos Rates, que presidia os trabalhos, nunca levantou a discussão sobre a constituição de um organismo extrassindical. Apenas algumas propostas foram votadas dentro dos princípios socialistas, terminando a carta por declarar que o sindicato “só por si não poderá preparar e efetivar o ato insurrecional que há de iniciar na região portuguesa a Revolução Social. [...] sou partidário de um organismo extrassindical e antiparlamentar de características

---

<sup>652</sup> “Outra nova tática”. *A Batalha*, nº 612, 14/12/1920, p. 1.

<sup>653</sup> “Outra nova tática”. *A Batalha*, nº 613, 15/12/1920, p. 2.

<sup>654</sup> Antigo senador apontado para o cargo em 1918, durante o sidonismo, em representação dos serviços públicos. Foi também o 1º Secretário-Geral e fundador da Associação de Classe dos Empregados do Estado em 1919: MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, p. 130; FREIRE, João – *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*. Documento digital disponível on-line em: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?>

<sup>655</sup> “Outra nova tática”. *A Batalha*, nº 613, 15/12/1920, p. 2.

revolucionárias e comunistas”<sup>656</sup>.

Este episódio das cartas, resultado das declarações de Rates e da surpresa dos militantes revolucionários perante a possibilidade de surgir um novo organismo socialista, pode ser explicado pelas declarações de Martins Santareno. O socialista, perante as reuniões que resultaram da “ação decidida do alto culto de espírito que é Manuel Ribeiro”<sup>657</sup>, deparou-se com um entrave à formação da nova organização, resultado da dissonância entre os notáveis e os militantes de base:

Manuel Ribeiro, Carlos Rates, Sobral dos Campos, Peixe, Oliveira e muitos outros definem-se e nós compreendemo-los como, creio, eles nos compreendem; todavia não têm coragem de romper com os preconceitos das multidões que os estimam a eles para que eles as adulem!...<sup>658</sup>

Nesse sentido, quando Rates escreveu uma carta, como se estivesse incrédulo perante a possibilidade de nascer uma organização extrassindical, poderia estar apenas a tentar assegurar a fidelidade dos seus leitores sindicalistas, mais do que a manifestar um genuíno desconhecimento do propósito da reunião. A formação de um partido ou outro tipo de organização na conjuntura ideológica do operariado, além do sindicato, levaria, inevitavelmente, a uma desconfiança quanto às intenções dos que se reuniam na Associação dos Caixeiros. É nesse seguimento que devemos interpretar a posição de Rates, enquanto um agente político condicionado pela cultura vigente antiparlamentar e antipartidária.

Na segunda reunião confirmam-se as nossas suspeitas, já que Carlos Rates tratou de apresentar um “projeto de organização”, que determinava os fundamentos da organização de “natureza extrassindical”<sup>659</sup>. O primeiro ponto aprovado revelava logo uma grande inovação, relativamente à tradição rigidamente antiparlamentar do sindicalismo. Apesar de vincarem a ideia de que o “agrupamento não terá intuítos eleitorais e parlamentares”, não obstante esse ponto, permitiam que os seus filiados

---

<sup>656</sup> “Outra nova tática”. *A Batalha*, nº 614, 16/12/1920, p. 2.

<sup>657</sup> SANTARENO, Martins – “Qual seria a atitude dos anarquistas no Congresso Social”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 19/12/1920, p. 4

<sup>658</sup> *Idem*, p. 4: Santareno refere-se essencialmente à questão parlamentar, não só à questão do partido, quando fala dos “preconceitos das multidões”.

<sup>659</sup> “Criação de um organismo extrassindical”. *O Combate*, Edição extraordinária dominical, 19/12/1920, p. 1.

pudessem participar em tais processos, sem que “[recaia] censura se dos seus direitos legitimamente quiserem dispor”<sup>660</sup>. No segundo ponto, mais uma inovação ao entenderem que o novo agrupamento deveria ter uma relação próxima com as centrais socialistas, além das sindicais. Quanto à estrutura da organização, ela deveria seguir os moldes do federalismo. Nesse seguimento, Rates pretendia alterar a divisão administrativa do território português com novas unidades territoriais, as comunas, que deviam compreender entre “15.000 a 30.000 habitantes” nas grandes cidades, já “no resto do país a organização das comunas far-se-á por concelhos”<sup>661</sup>.

Entre os oradores presentes na segunda reunião na Associação dos Caixeiros, encontravam-se vários dirigentes da CGT sem qualquer filiação à FMP, incluindo o seu Secretário Geral, Manuel Joaquim de Sousa (anexo 8). Tal presença poderá dever-se não só à afronta da nova agremiação para a CGT, como também poderia ter sido motivada pela polémica entre alguns militantes da FMP e a CGT.

Antes da segunda reunião, alguns militantes maximalistas puseram em causa a ação da CGT na greve ferroviária. Segundo um artigo publicado no *Bandeira Vermelha*, a greve deveria evoluir no sentido da greve geral, ou seja, passar a “uma manifestação revolucionária”, em vez dos grevistas procurarem obter reformas pelo meio de negociações com o governo. Chegaram até a declarar que a direção da CGT impunha sob o seu diário, *A Batalha*, “uma atmosfera asfíxiante” por não terem publicado um artigo que apelava a que os grevistas ignorassem as diretivas da Confederação<sup>662</sup>. Um delegado do Sindicato dos Manipuladores do Pão chegaria, inclusive, a culpar a direção da CGT em público, durante um comício da Confederação, pelo fracasso das greves ferroviárias<sup>663</sup>. Tais acusações iriam levar a CGT a discutir o assunto na sua reunião do Conselho Confederal e à consequente publicação do relatório sobre a greve dos ferroviários, onde explicam por que é que não foi votada a greve geral nacional<sup>664</sup>.

Devido ao ambiente conflituoso que marcou esta segunda reunião da frente única, a discussão sobre os representantes da organização seria, mais uma vez, adiada para uma

---

<sup>660</sup> Idem, p. 1.

<sup>661</sup> Idem, p. 1.

<sup>662</sup> “Aos ferroviários, companhia e governo”. *Bandeira Vermelha*, nº 52, 05/12/1920, p.2.

<sup>663</sup> TEODORO, José Miguel de Jesus – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, p. 151-2.

<sup>664</sup> “Confederação Geral do Trabalho”. *A Batalha*, nº 614, 16/12/1920, p. 1.

terceira reunião. Só então, na sua terceira sessão, a 19 de dezembro, logo na sua abertura, foi largamente aprovada uma moção para a criação de um organismo político, após a eleição da Comissão Organizadora<sup>665</sup>.

Esta Comissão, responsável pelo novo organismo, decidiu que a frente única adotaria a denominação de “Partido Comunista Português”. Segundo *O Século*, esta denominação foi aprovada por unanimidade<sup>666</sup>, contudo, já de acordo com o jornal *A Pátria*, um dos membros da Comissão Organizadora terá declarado o seu repúdio perante a ideia de se organizar um partido. Este elemento argumentou que a nova organização deveria ser, antes de mais, uma “«entente» ou união dos elementos que nelas militam, sem abdicação dos seus princípios filosóficos”. De modo a evitar dissensões, a discussão sobre a sua denominação foi adiada, ficando a tarefa a cargo da comissão organizadora que deveria apresentar a sua escolha quando tivesse o programa político terminado. Ainda de acordo com o *A Pátria*, a sua denominação mais provável seria “União Revolucionária Comunista”<sup>667</sup>.

A reunião seguinte da Comissão Organizadora (22 de dezembro), composta por 18 indivíduos<sup>668</sup>, seria adiada devido á intervenção do Governo Civil que considerou a reunião ilegal. Os vários elementos reunidos foram, então, dispersos pela polícia de informação às ordens do “chefe Teixeira”<sup>669</sup>. De qualquer forma, poucos dias depois, iriam finalmente estabelecer a denominação da nova organização que ficaria, a partir do final de dezembro, conhecida como Partido Comunista Português, divulgando também a vontade manifestada por vários setores da “província” em aderir ao PCP<sup>670</sup>.

Com o estabelecimento do seu nome (PCP) e símbolo (foice e o martelo), mesmo antes de se institucionalizar no resto do país com sedes e núcleos, o partido assentou,

---

<sup>665</sup> A Comissão Organizadora foi composta pelos seguintes militantes: Manuel Ribeiro, Sobral de Campos, Campos Lima, João de Castro, Carlos Rates, António Peixe, J. Nascimento Cunha, Joaquim Cardoso, Raul Batista, Júlio de Matos, Vítor Martins, Sebastião Eugénio, Aníbal de Vasconcelos, Eduardo, José Corvo, Araújo Pereira, Alberto das Neves e Carlos de Araújo: “Outra nova Tática”. *A Batalha*, nº 618, 20/12/1920, p. 1.

<sup>666</sup> “Movimento Social”. *O Século*, nº 14002, 20/12/1920, p. 2.

<sup>667</sup> “União Revolucionária Comunista”. *A Pátria*, nº 204, 20/12/1920, p. 3.

<sup>668</sup> Um dos elementos presentes estaria meramente em representação de Manuel Ribeiro que ainda se encontrava encarcerado no Limoeiro.

<sup>669</sup> “Associação Comunista”. *A Pátria*, nº 207, 23/12/1920, p. 2.

<sup>670</sup> “A política e os partidos”. *O Século*, nº 14011, 30/12/1920, p. 2.

desde logo, numa identidade que cristalizou uma série de marcas distintivas. Ao demarcar-se dos demais agrupamentos, erigindo novas fronteiras, desencadeou um processo de *identização*, para com aqueles que se encontravam fora do partido e, no sentido oposto, um processo de *identificação* com os militantes dentro do grupo<sup>671</sup>. Já na última semana de dezembro de 1920, o Partido Comunista existia enquanto entidade dotada de nome, de símbolo e de programa provisório, implantando-se, desde então, no sistema político português. Encontrava-se num processo de acumulação de “recursos coletivos partidários”, mais propriamente, definia a gênese dos seus recursos coletivos<sup>672</sup>. Ao apropriar-se da marca “comunista” garantiu o acesso a múltiplos espaços e agentes, legitimando a sua marca radical enquanto a organização precursora da ditadura do proletariado em Portugal<sup>673</sup>.

#### 3.7.4. A gênese do PCP

O partido que se iria edificar, mediante este processo incerto, adveio de três fatores já destrinchados por Aït-Aoudia e Dézé no seu estudo e que se enquadram no nosso caso. Em primeiro lugar, os apelos por parte da FMP e do PSP para realizar o “Congresso Comunista”, secundados pela Juventude Sindicalista, entre outros, representaram uma etapa na “mobilização das redes dos fundadores”<sup>674</sup>. Ou seja, as reuniões que acabamos de analisar, produziram uma estrutura assente numa rede particular de militantes - de sindicalistas, socialistas e anarquistas que queriam romper com a *praxis* anarquista dominante - com potencial para ser transformada num partido.

Em segundo lugar, também nos deparamos até agora com uma profunda redefinição no modo de ação dos agentes em torno da noção de revolução imediata, a

---

<sup>671</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 643.

<sup>672</sup> OFFERLÉ, Michel – *Les Partis Politiques (Que-sais-je?)*, 36-37.

<sup>673</sup> *Idem*, 37-38.

<sup>674</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 641.

ditadura do proletariado<sup>675</sup>. Por último, como já vimos pela discussão em torno da denominação do partido, e que iremos aprofundar de seguida, este partido em processo de fundação seria o produto das suas “dinâmicas de competição”<sup>676</sup> nos círculos das reuniões de dezembro, mais concretamente, no que respeita ao papel do parlamentarismo na definição da organização.

Antes de aprofundarmos esta última questão, o início do ano de 1921 iria trazer o Secretário-Geral da FMP, Manuel Ribeiro, de volta à liberdade, apto para participar ativamente nos trabalhos de fundação do PCP. Contudo, tal não iria acontecer. Após a sua detenção, Manuel Ribeiro prosseguiu numa nova trajetória que caminhava gradualmente em direção ao catolicismo. Durante este período em que esteve encarcerado no Limoeiro, criou uma forte relação com o Padre Cruz, personalidade que já conhecia e que foi retratada na sua obra *A Catedral*<sup>677</sup>. A sua aproximação ao Padre Cruz, já para não falar do seu romance, profundamente elogiado pelos setores católicos e monárquicos, deixava transparecer a sua nova rendição, desta vez ao culto religioso<sup>678</sup>.

Como consta no jornal *A Capital*, Manuel Ribeiro decidiu, logo em meados de dezembro, abandonar a direção do *Bandeira Vermelha*, assim como, momentaneamente, toda a sua atividade política. A razão que motivou o afastamento de Ribeiro, segundo o diário lisboeta, devia-se aos ataques pessoais lançadas contra si, por parte da CGT, por meio de um “ofício” aos presos do Limoeiro<sup>679</sup>. Perante a reação incrédula de alguns leitores do jornal *A Capital*, e do próprio diário *A Batalha*, este jornal iria comprovar o facto ao afirmar que a notícia tinha sido entregue ao jornal pelo próprio Manuel Ribeiro<sup>680</sup>, antigo colaborador de *A Capital*. Além destes detalhes, o mesmo artigo referia a suposta decisão do *Bandeira Vermelha* passar para órgão do PCP, desta vez como diário<sup>681</sup>, o que pode explicar o propósito da reunião da direção do semanário maximalista, durante o período de suspensão, divulgada no *A Batalha*<sup>682</sup>.

---

<sup>675</sup> Idem, p. 641.

<sup>676</sup> Idem, p. 641.

<sup>677</sup> SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o Romance da Fé*, p. 135-138.

<sup>678</sup> Idem, p. 135-138.

<sup>679</sup> “Partido Comunista”. *A Capital*, nº 3726, 15/12/1920, p. 1.

<sup>680</sup> “Partido Comunista”. *A Capital*, nº 3728, 17/12/1920, p. 1.

<sup>681</sup> “Partido Comunista”. *A Capital*, nº 3726, 15/12/1920, p. 1.

<sup>682</sup> “«Bandeira Vermelha»”. *A Batalha*, nº 619, 21/12/1920, p. 2.

Ainda no final do mês de janeiro, possivelmente sem contar com a presença de Manuel Ribeiro, que não consta na lista dos militantes divulgadas pelo *A Batalha*, a Comissão Organizadora conseguiu elaborar e publicar “os fundamentos do novo agrupamento”, designado por “Bases Orgânicas Provisórias” (Anexo 9)<sup>683</sup>, que deveria ser discutido, ponto por ponto, pelos seus aderentes de Lisboa. Neste documento, basilar para o PCP, foi declarado o “apoio incondicional à ação da [CGT]” e o seu desejo de aproximação ao Comintern<sup>684</sup>.

As Bases Orgânicas do partido, isto é, a manifestação tangível da reivindicação da existência da organização<sup>685</sup>, seriam, em grande medida, uma extensão das teses já discutidas nas reuniões de dezembro, elaboradas por Carlos Rates. No seguimento dessas reuniões, ficou previsto que a organização deveria assentar sobre uma “tríplice base de resistência”<sup>686</sup> que seria, ao mesmo tempo, o alicerce e o gérmen da sociedade futura - o partido, o sindicato e a cooperativa.

Para começar, o PCP rompeu com a noção anarquista de que as cooperativas eram formas contraproducentes, por natureza capitalistas, incapazes de imbuir um espírito revolucionário nas massas. A cooperativa tornou-se um dos pilares da organização federal do partido, em certa medida semelhante ao que acontecia no PSP<sup>687</sup>, com capacidade de enviar um delegado ao Congresso. O propósito no estabelecimento de cooperativas, anexas ao partido, enquadrava-se, em parte, no quadro do Projeto de Organização apresentado na segunda reunião (dezembro) por Rates. Isto é, foram uma evolução face às já referidas “comunas”, a divisão administrativa do território.

Este modelo chegaria a ser implementado, logo em fevereiro (1921), com a fundação da “Primeira Comuna” em Campo de Ourique onde constava o nome de Rates e outros aderentes do partido comunista<sup>688</sup>. Uns dias depois, organizaram, igualmente,

---

<sup>683</sup> Documento extraído do diário sindicalista *A Batalha*, publicado originalmente entre os dias 27, 28 e 29 de janeiro de 1921.

<sup>684</sup> “Partido Comunista Português”. *A Batalha*, nº 653, 27/01/1921, p. 1.

<sup>685</sup> OFFERLÉ, Michel – *Les Partis Politiques (Que-sais-je?)*, p. 49.

<sup>686</sup> “Partido Comunista Português”. *A Batalha*, nº 653, 27/01/1921, p. 1.

<sup>687</sup> Também no “Programa e Regulamento” do PSP nos deparamo com um ponto semelhante ao do PCP em que declaravam que “os membros do partido têm o dever de pertencer à associação de classe da sua profissão e à cooperativa da sua localidade ...”: Partido Socialista Português – *Programa e Regulamento*. Lisboa: Tipografia Renascença, 1913.

<sup>688</sup> “Primeira Comuna”. *A Batalha*, nº 658, 02/02/1921, p. 2.

uma “Segunda Comuna” em Alcântara<sup>689</sup>. O sucesso deste modelo era evidente, já que em apenas de três meses, a Segunda Comuna que se reunia num Centro Socialista (PSP), contava com 171 sócios<sup>690</sup>.

Além disso, este pilar do PCP também foi fulcral para responder ao problema levantado pela adesão de trabalhadores intelectuais<sup>691</sup>. Um problema que já tinha sido tratado no prefácio aos Estatutos da FMP, em que se defendia que estes trabalhadores deveriam proletarizar-se, para fortalecer as massas revolucionárias. É que entre os setores revolucionários de influência sindicalista, ainda persistia uma desconfiança para com os trabalhadores não manuais, devido à cultura “obreirista”. Entre sindicalistas e anarquistas prevalecia algum desdém face aos intelectuais, uma questão que só seria posteriormente disputada, em 1925, por intermédio dos partidários da ISV<sup>692</sup>.

Tal fenómeno iria marcar de tal forma o PCP de 1921 que este nem se reconhecia enquanto o órgão mestre da sociedade futura. Pretendia, antes de mais, estabelecer a ditadura do proletariado através da CGT, que, por sua vez, rejeitava a adesão dos trabalhadores intelectuais. Aqueles que não se dedicavam ao trabalho manual eram considerados inaptos e sem qualquer potencial revolucionário. Logo, de modo a incorporar nos agentes intelectuais um potencial revolucionário, teriam que participar no trabalho manual da cooperativa. Deviam então, de modo a serem aceites no partido, pertencer à cooperativa da sua localidade, “uma condição fundamental para a aceitação das suas adesões”<sup>693</sup>. Uma forma de trabalho que tratava de estabelecer, no imediato, o trabalho socialmente necessário. Mesmo assim, o PCP ia dando sinais de que valorizava o trabalho intelectual. Podemos constatar isso ao observarmos o seu emblema, onde nos deparamos com a imagem da pena entre a foice e o martelo. Isto é, além da típica iconografia comunista em alusão ao trabalho do camponês e do operário encontrava-se um símbolo do trabalho intelectual.

---

<sup>689</sup> “Segunda Comuna”. *A Batalha*, nº 660, 04/02/1921, p. 2.

<sup>690</sup> “Cooperativa de Produção e Consumo a 2.ª Comuna”. *Bandeira Vermelha*, nº 59, 22/05/1921, p. 1.

<sup>691</sup> Já em 1919, o futuro militante do PCP Sobral de Campos, defendia a inclusão dos intelectuais na CGT mediante a fundação da “federação do proletariado intelectual”: TEODORO, José Miguel de Jesus – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, p. 57-58.

<sup>692</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*, p. 215.

<sup>693</sup> “Partido Comunista Português: os fundamentos do novo agrupamento”. *A Batalha*, nº 653, 27/01/1921, p. 1.

No que concerne ao papel do sindicato e à relação dos seus militantes com a CGT, estas questões não foram clarificadas pelas Bases Orgânicas, para além da declaração de “apoio incondicional à ação da Confederação Geral do Trabalho”<sup>694</sup>. No entanto, esse ponto não deve ser descurado na nossa análise. Apesar do PCP se encontrar em germinação, já contava com importantes setores da CGT ao seu lado. Maximalistas como Joaquim Cardoso, Secretário-Geral da Federação da Construção Civil, um dos mais importantes sindicatos da Confederação, António Peixe, Secretário-Geral da Federação Metalúrgica, Vítor Martins, Secretário da USO-Seixal, além de outros entusiastas do partido de novo tipo, como o Secretário-Geral dos Manipuladores do Pão e o Secretário da USO-Lisboa, encontravam-se todos sob a esfera de influência do partido<sup>695</sup>. O caráter prematuro da organização não a tornava, portanto, menos incapaz, relegada a um estatuto de submissão perante a direção Confederal anarquista de Manuel Joaquim de Sousa.

Os conflitos entre dirigentes sindicais, logo nos primeiros meses de 1921, revelam alguns dados nesta relação tempestiva entre as fações anarquistas e comunistas pela dominação da CGT. Um dos primeiros casos envolveu um militante comunista, Carlos Araújo, que se encontrou presente nas reuniões de dezembro, sendo, até, eleito para a Comissão Organizadora do Partido. O sindicalista do PCP foi acusado, logo em janeiro, de prejudicar a CGT e o movimento operário em geral através da sua “propaganda dissolvente”<sup>696</sup>. Não obstante essa polémica, Carlos Araújo seria eleito para Secretário-Geral da USO-Lisboa e fortemente aplaudido pelo Sindicato dos Correios ao qual pertencia. Além da aclamação de um dirigente fundador do PCP, o Conselho Confederal reiterou a inocência de Carlos Araújo em face das acusações levantadas por Júlio Luís<sup>697</sup>.

Um outro objeto de polémica seria posteriormente lançado por Manuel Joaquim de Sousa, ao indicar que a Federação da Construção Civil, liderada por Joaquim Cardoso, se tratava mais de uma cooperativa do que de um sindicato revolucionário<sup>698</sup>. Esta declaração enquadra-se na evolução da relação conflituosa entre a fação anarquista e a comunista, que se iria acentuar sucessivamente face aos novos avanços da estrutura

---

<sup>694</sup> Idem, p. 1.

<sup>695</sup> TEODORO, José Miguel de Jesus – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, p. 187.

<sup>696</sup> Idem, p. 180.

<sup>697</sup> Idem, p. 179-180.

<sup>698</sup> Idem, p. 171.

orgânica do PCP. Um caso exemplar resulta do Manifesto do PCP ao qual a CGT reage com uma “Nota Oficiosa”, negativa para o novo partido, avançando depois com a exclusão dos seus dirigentes com ligações ao PCP, não só da vida sindical como do próprio diário operário *A Batalha*<sup>699</sup>.

Já no que toca à finalidade política, não havia qualquer divergência entre este partido e qualquer outro partido comunista:

O objetivo supremo que o Partido Comunista Português procurará realizar, numa ação revolucionária, que as circunstâncias do meio europeu e nacional tornarem oportuna, é a socialização integral dos meios de produção, circulação e consumo, isto é, a transformação radical da sociedade capitalista em sociedade comunista.<sup>700</sup>

No entanto, além deste combate com a direção anarquista da CGT que reestruturou as fronteiras ideológicas, o PCP de 1921 era ainda marcado por um embate visceral no que concerne à relação do partido perante o parlamentarismo. Foi por meio desta questão que verificamos a crescente diluição da especificidade ideológica do PCP, dos resquícios de índole sindicalista revolucionária e anarquista, face à sua dependência ideológica internacional<sup>701</sup>. Onde na FMP o antiparlamentarismo era um dado claro, já em dezembro de 1920, a futura militância comunista encontrava-se ciente das XXI Condições da IC, publicadas pelo jornal *A Batalha* durante as reuniões de dezembro<sup>702</sup>.

Apesar de, umas semanas antes da fundação oficial do Partido (6 de março de 1921), ter sido “aprovado com grande entusiasmo da assembleia que a ação deste Partido fosse antiparlamentarista”<sup>703</sup>, essa posição não correspondia às intenções dos principais dirigentes. Esta votação aparentemente unânime terá sido enviesada por vários fatores, que devemos ter em conta. O fator principal resultava da concentração das reuniões fundadoras na cidade de Lisboa. Tal facto, segundo alguns militantes, levou à imposição do antiparlamentarismo lisboeta ao resto do país, contrário à intenção dos restantes militantes residentes na província<sup>704</sup>.

---

<sup>699</sup> Idem, p. 180-196: Para aprofundar a polémica entre anarquistas e comunistas ler as páginas citadas desta Dissertação de Doutoramento.

<sup>700</sup> “Partido Comunista Português”. *A Batalha*, nº 653, 27/01/1921, p. 1.

<sup>701</sup> LOPES, Fernando Farelo – “Partidos Políticos”, p. 25.

<sup>702</sup> “As XXI Condições da Terceira Internacional de Moscóvia”. *A Batalha*, nº 617, 19/12/1920, p. 1.

<sup>703</sup> “Partido Comunista Português”. *A Batalha*, nº 684, 28/02/1921, p. 1.

<sup>704</sup> “Partido Comunista Português”. *Komunist-Esperantisto*, nº 1, julho de 1921, p. 4.

Para além do mais, a própria votação unânime em Lisboa também terá sido enviesada pela repulsa generalizada face à política parlamentar. Possivelmente muitos daqueles que votaram a favor do ponto das Bases Orgânicas que instituíam o antiparlamentarismo do partido, esperavam por um momento propício para levantar o debate. As reuniões de dezembro ainda não eram um campo de disputa vantajoso para os parlamentaristas. Desse modo, só no primeiro número do *Bandeira Vermelha*, após a sua suspensão, é que foi veemente declarado que as táticas antiparlamentares e antiestatistas não passavam de meros “fósseis”, “cadáveres de ideias”, ao qual “só os fanáticos ou os insensatos ficam abraçados”<sup>705</sup>.

Esta posição estaria relacionada, em larga medida, com a dissonância entre os principais dirigentes do partido e os restantes aderentes. O mesmo Carlos Rates que em dezembro era contra a ideia de um novo partido, e ainda mais contra a participação parlamentar, manifestou-se em abril decidido sobre o caminho que o partido deveria tomar. Ao refletir sobre os acontecimentos dos últimos meses, Rates, que “[preferia] antes ampliar a ação e diretriz da organização sindical”, julgou que era o seu dever seguir o “grupo de camaradas [que] optou pela constituição do Partido Comunista”<sup>706</sup>. Todavia, reiterou que a declaração do antiparlamentarismo do PCP era “um disparate que precisa ser emendado”, que levaria o partido a seguir o mesmo destino de vários grupos anarquistas, dissolvendo-se com o tempo<sup>707</sup>. A posição de Carlos Rates era clara:

O Parlamento — e então o nosso Parlamento! — é uma máquina improdutiva, todos o reconhecemos. Não é de lá que há de vir a revolução. Ali, como no tablado do comício deve clamar vibrante a nossa indignação, a nossa revolta, deve ouvir-se a angústia dum povo que tem sede de justiça e que aspira à conquista dum mundo melhor. No ministério e no município há cooperação; no Parlamento há oposição e é esta que convém firmar e desenvolver.<sup>708</sup>

Manuel Ribeiro regressou também à linha de fogo do *Bandeira Vermelha* para secundar a posição de Rates. Para Ribeiro, eram incompreensíveis as “hesitações na intervenção parlamentar”. Se o objetivo do partido era capturar o poder, os seus militantes

---

<sup>705</sup> “Ressurgindo”. *Bandeira Vermelha*, nº 54, 17/04/1921, p. 1.

<sup>706</sup> RATES, J. Carlos - “O Partido Comunista”. *Bandeira Vermelha*, nº 56, 01/05/1921, p. 2.

<sup>707</sup> Idem, p. 2.

<sup>708</sup> Idem, p. 2.

deveriam encontrar-se no parlamento, “a sede principal do poder e ponto vulnerável dos governos burgueses”, de modo a “exercer dentro das regalias inerentes à função parlamentar a sua ação de combate, de demolição e de propaganda”<sup>709</sup>. Neste artigo, torna-se claro, na ótica dos dirigentes do PCP, qual deveria ser o papel do partido, já que “é o Partido Comunista (e não a CGT)” quem seria responsável de administrar a sociedade futura:

que deve amanhã, quando a Revolução social se generalize na Europa, facilitar às organizações operárias a direção económica do país e operar ele próprio com o seu programa a modificação da estrutura política da nação, abolindo a república burguesa, dos capitalistas, dos financeiros e dos patrões e instaurando a república democrática, do povo, dos operários e dos trabalhadores.<sup>710</sup>

Para Manuel Ribeiro, o parlamentarismo seria a “orientação lógica” do partido. Reconhecia a particularidade do PCP, que não surgiu “da extrema esquerda do socialismo”, tendo por isso que se preocupar com a questão do antiparlamentarismo. Este partido, “lançado e defendido por elementos libertários” que não pretendiam abandonar os seus princípios era marcado por esta contradição<sup>711</sup>. Ribeiro e os militantes parlamentaristas do Partido Comunista deveriam dar continuidade ao projeto, demonstrando aos outros militantes que o “novo organismo não está em conflito com os seus princípios de moral revolucionária”. Era apenas necessário “quebrar a rigidez e dar maleabilidade política” às suas posições<sup>712</sup>.

Este desvio deixa transparecer a ânsia dos fundadores em conformar o partido às normas expectáveis de qualquer outro partido<sup>713</sup>, assim como uma aproximação às diretrizes da IC. Apesar da cultura daqueles que formaram o partido ser bastante libertária e antiparlamentar, em pouco tempo o partido foi capaz de romper com os impasses e a resistência dos militantes presos às conceções anarquistas, excluindo o antiparlamentarismo das Bases Orgânicas. Nesse seguimento, Nascimento Cunha o

---

<sup>709</sup> RIBEIRO, Manuel - “O Partido Comunista Português ou é parlamentar ou deixa de ser um Partido”. *Bandeira Vermelha*, nº 59, 22/05/1921, p. 1.

<sup>710</sup> Idem, p. 1.

<sup>711</sup> RIBEIRO, Manuel - “Questão Magna”. *Bandeira Vermelha*, nº 60, 20/05/1921, p. 1.

<sup>712</sup> Idem, p. 1.

<sup>713</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du movimento sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 652-653.

principal porta-voz do partido na época, reiterou as mesmas ideias de Rates e Ribeiro, constatando que o antiparlamentarismo no PCP era um fenómeno circunscrito a Lisboa. Não representava, por isso, o grosso dos militantes do partido<sup>714</sup>.

Através da questão do parlamentarismo o processo de objetivação do partido revelou-se um alvo de um *campo de forças*, em que os dirigentes fundadores, munidos das tecnologias políticas que os habilitavam para falar em nome do partido (o jornal e a sua posição hierárquica), foram capazes de determinar as suas marcas coletivas e impor, desde então, um “aglomerado de relações objetivas” que estipularam o *habitus partidário específico* do PCP<sup>715</sup>. Em poucos meses, graças a este empreendimento político, foi estabelecida uma fachada estandardizada<sup>716</sup> em torno do parlamentarismo, tal como sucedeu na entrevista de Nascimento ao jornal *A Pátria*<sup>717</sup>.

Contudo, esse notável e rápido processo de absorção da tática parlamentarista não transparecia a realidade do partido à época. Ainda fora da esfera da influência da IC, este PCP sofreu uma profunda fragmentação das redes de militância com a conversão religiosa e o conseqüente afastamento de Manuel Ribeiro da política<sup>718</sup>. Desde então, o partido mergulhou em lutas intestinais entre as fações de Carlos Rates e de Caetano de Sousa, que iriam, posteriormente, convergir com a crescente influência do Comintern sobre a Secção Portuguesa da Internacional Comunista<sup>719</sup>. De março de 1921 em diante, a luta pela definição legítima do partido e pelo direito para falar em nome do PCP continuava em aberto.

---

<sup>714</sup> PEREIRA, José Pacheco – “O primeiro ano de vida do PCP”, p. 11.

<sup>715</sup> OFFERLÉ, Michel – *Les Partis Politiques (Que-sais-je?)*, p. 17.

<sup>716</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 648.

<sup>717</sup> PEREIRA, José Pacheco – “O primeiro ano de vida do PCP”, p. 11.

<sup>718</sup> A sua conversão e identificação com o catolicismo seria notada pelos setores operários após a publicação da obra *O Deserto* que levou a uma série de artigos negativos no diário da CGT: DOMINGUES, Mário – “As incoerências de Manuel Ribeiro”. *A Batalha*, nº 1164, 12/09/1922, p. 1.

<sup>719</sup> OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, p. 36.

## Considerações finais

Para chegarmos à *raison d'être* da gênese de um partido percorremos várias etapas, que produziram uma narrativa analítica assente em fontes primárias, essencialmente nos jornais, sob o olhar e perspectiva da Sociologia. Ao contrapor as informações das investigações produzidas, até ao momento, com os documentos da época, intrometemo-nos na esfera da memória comunista, um elemento essencial na identidade narrativa que constitui e reproduz um mito de militância<sup>720</sup>. Desse modo, caminhando no sentido de uma investigação científica, partimos para a desmistificação das origens de uma organização e, desde logo, procurámos quebrar com a naturalização da gênese e o seu carácter espontâneo<sup>721</sup>.

Perante o distanciamento temporal, face ao objeto em estudo, recorreremos à análise crítica da sócio-história que procura entender, e não julgar, as ações humanas. Neste caso particular, tratámos a gênese dos fenómenos através das relações de interdependência que resultam dos vínculos nas relações à distância<sup>722</sup>. Logo à partida, verificámos que, graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação à distância, se produziu um efeito duplo e contraditório. Os mesmos meios que maximizaram, no espaço e no tempo, a eficácia das técnicas de dominação burocrática sobre os agentes, também abriram caminho para que esses mesmos agentes se organizassem e mobilizassem, potenciando, assim, a sua ação coletiva contra esta forma de dominação.

Graças a este poderoso instrumento de transformação social, o sindicalismo revolucionário português foi capaz de canalizar e amplificar os protestos de uma classe social emergente proletarizada<sup>723</sup>, estabelecendo teias de comunicação onde se anunciava um mundo novo, prestes a romper entre as brechas do capitalismo - o anarquismo comunista.

Entre as primeiras gerações de ilustres propagandistas sindicalistas, logo nos primeiros anos da I República, sobressaíram figuras como Manuel Ribeiro e Carlos Rates,

---

<sup>720</sup> LAVABRE, Marie-Claire – *Le Fil Rouge. Sociologie de la mémoire communiste*, p. 15-24.

<sup>721</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 634.

<sup>722</sup> NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*, p. 14.

<sup>723</sup> Idem, p. 12.

que seriam os principais homens que iriam moldar o PCP. Ao investigarmos os círculos no qual os principais fundadores estiveram ativos, averiguámos alguns momentos que os demarcaram dos demais revolucionários. Primeiro, ao declararem que o sindicalismo se bastava a si próprio e, de seguida, ao distanciarem-se dos anarquistas durante o congresso fundador da UON.

Logo depois, por intermédio do cataclismo bélico na Europa, em contraste com as diferentes fações socialistas mais radicalizadas, tanto Ribeiro como Rates colocaram-se do lado do discurso do socialismo francófilo, que justificou as pretensões do nacionalismo francês à luz do socialismo. Um caso insólito entre os demais fundadores dos partidos comunistas no mundo, já para não falar das posições de Rates ao lado de Machado Santos e de Pimenta de Castro.

Apesar destes militantes não terem sido capazes de reestruturar, substancialmente, o campo sindicalista com a UON, iria surgir uma nova oportunidade com um novo momento de renovação para a esquerda revolucionária, logo após a revolução de “outubro” na Rússia. Vinda do oriente, disseminou-se a boa-nova revolucionária, sobre uma revolução que haveria de ser o prenúncio do fim da era da exploração capitalista.

Desde o “triénio bolchevista” em Espanha, até ao PCF de Péricat em França e o PCB anarquista (1919) de Oiticica, um pouco por todo o lado apareceram grupos “maximalistas” ainda dominados por uma conceção de revolução libertária, mas que pretendiam estabelecer, mediante o exemplo da revolução bolchevista, os seus próprios soviets. Graças a estas organizações híbridas, que fundiram princípios de várias tendências e tradições da esquerda revolucionária, construíram-se pontes capazes de introduzir um novo marxismo revolucionário, oposto às fações reformistas, entre o operariado.

Durante o regime de Sidónio Pais, os sindicalistas e anarquistas portugueses foram, também, construindo a sua própria conceção de revolução. No êxtase revolucionário que marcou a época, trataram de levar avante uma grande greve, a 18 de novembro de 1918, que seria prontamente travada. Não obstante, e talvez acelerado por este fracasso, o exemplo dos revolucionários russos começou a pôr em causa os anteriores dogmas que regiam os revolucionários em Portugal. Elementos das débeis organizações anarquistas

específicas, como a UAC, o Comité de Propaganda Anarquista e até sindicalistas como Manuel Ribeiro, convergiram numa nova plataforma que declarava, desde logo, que o sindicalismo não se bastava a si mesmo.

Quando surgiu, então, o “Soviet de Propaganda Social”, estes militantes anteviram a formação de um organismo extrassindical e proletário, emulando, em certa medida, as organizações híbridas que surgiam em França, em torno de jornais como o *Le Soviet* e o *La Vie Ouvrière*. Estes homens, denominados de maximalistas, trataram, então, de moldar a sua organização segundo o protótipo do soviete, uma forma de organização social que, na sua perspetiva, teria evoluído a partir da noção das Bolsas de Trabalho de Pelloutier.

Poucos meses após alterarem a sua denominação para Federação Maximalista Portuguesa, já agregavam à sua volta dezenas de núcleos de conselhos maximalistas que, apesar de estarem concentrados em Lisboa, se estendiam por todo o país. Sem qualquer outra organização que se afirmasse enquanto representante legítimo do bolchevismo em Portugal, os entusiastas maximalistas rapidamente engrossaram as suas fileiras.

Durante a sua existência, a FMP conseguiu federar dezenas de núcleos e centenas de militantes, em todo o país, desejosos de seguirem o exemplo da revolução russa. Este esforço de organização só iria exacerbar-se à data do lançamento do seu jornal, *Bandeira Vermelha*, que conseguiu atingir uma tiragem de 6.000 exemplares, mesmo numa época marcada pela crise do papel<sup>724</sup>, contando com cerca de 50 correspondentes em todos o país.

Apesar de não ser possível determinar um número aproximado dos aderentes ao maximalismo em Portugal, podemos, todavia, afirmar que é muito provável que a literatura, até à data, tenha subvalorizado o impacto da revolução russa e a extensão da FMP. Nesse seguimento, produzimos uma lista de militantes possível, com os dados disponíveis (Anexo 6), para ajudar a desenvolver futuros estudos sobre o maximalismo, de modo a determinar, com maior rigor, o impacto deste fenómeno.

Contudo, apesar deste panorama de grande crescimento, a primeira organização bolchevista em Portugal não teve um trajeto fácil. Desde logo, os maximalistas foram

---

<sup>724</sup> VILHENA, Marcos Nunes de – *Receção e perceção da Revolução Russa na crise do sistema: uma análise de imprensa*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014, p. 141-143. Tese de Doutoramento.

acusados de iniciar um incêndio no Terreiro do Paço e de perpetrarem a tentativa de assassinato do industrial Alfredo da Silva da CUF, que levaria à detenção de um importante militante da FMP. Além das várias detenções e apreensões de propaganda, levadas a cabo pela PSE, manifestava-se, igualmente, uma profunda histeria com a adesão do proletariado português ao bolchevismo.

O aparecimento da FMP veio, também, a reestruturar profundamente os setores revolucionários, pondo em causa a conceção dominante de revolução. Um dos maiores embates entre revolucionários ocorreu no Porto, no baluarte do anarquismo português, onde existia um Centro Comunista, controlado por militantes anarquistas profundamente avessos ao bolchevismo russo. No centro da discussão, entre anarquistas e maximalistas, encontrava-se a noção da “revolução imediata”, a necessidade de avançar para a luta armada, tal como na Rússia, em vez da noção pacifista e gradual, que vários anarquistas apregoavam.

Neste contexto, estreitaram-se fileiras e estabeleceram-se fronteiras cada vez mais robustecidas, alicerçadas por novos fatores que permitiram uma distinção clara entre anarquistas e maximalistas. Ao reivindicarem de uma organização nova, com um nome, símbolo, doutrina e redes sociais de militância próprias, os campos foram-se afastando graças a um processo duplo, de identização e identificação<sup>725</sup> entre grupos, o que propulsionou os cortes com os antigos preceitos.

Antigos anarquistas e sindicalistas, cada vez mais imbuídos do espírito revolucionário da época, animados por várias revoltas por toda a Europa, decidiram, então, pôr em prática, num “Congresso Comunista”, uma organização capaz de replicar, de acordo com as características nacionais, a revolução a oriente. O momento foi oportuno por convergir com uma nova rivalidade no seio do PSP, durante o II Congresso Extraordinário, de onde a Juventude Socialista e os partidários do “socialismo comunista”, como João de Castro, se viraram para o exemplo soviético em reação à intransigência do PSP.

Entre anarquistas, maximalistas, sindicalistas, e socialistas, estabeleceu-se a

---

<sup>725</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 643.

necessidade de criar um novo organismo extrassindical onde coubessem todas estas doutrinas, com intuito de levar avante a “revolução imediata” e reestruturar Portugal a partir dos conselhos de operários, camponeses e soldados. Porém, com a detenção do Secretário-Geral da FMP, Manuel Ribeiro, os esforços de organização recaíram em Nascimento Cunha que convidou os notáveis do socialismo que tratariam de selecionar os “valores-chave” da frente única e “uma estrutura social que os incorpore”<sup>726</sup>.

Logo na primeira reunião para estabelecer o novo organismo extrassindical, denominado de “Frente Única”, ou União do Proletariado Revolucionário, no meio de polémicas na CGT entre os líderes anarquistas e os líderes maximalistas, Carlos Rates emergiu como uma das principais figuras. Entre os convidados deparamo-nos com vários maximalistas, delegados da Associação de Classe dos Empregados do Estado, socialistas e anarquistas que se distinguiam como membros de uma facção partidária da revolução imediata e entusiastas bolchevistas. Este “recrutamento centrífugo das elites” teve como consequência um défice de coerência estrutural, segundo o modelo de Panebianco<sup>727</sup>. A consistência débil do proto-partido era clara. Por isso, quando surgiram os rumores de que este “Congresso” tinha como objetivo fundar um partido, em reação, os futuros líderes do PCP revelaram a sua dissonância interna através do episódio das cartas divulgadas no jornal *A Batalha*.

Nas primeiras reuniões, verificámos que a intenção de vários militantes era a fundação de um Partido Comunista, apesar de existirem, também, elementos que preferiam uma “União Revolucionária Comunista”<sup>728</sup>. Uma questão que pode parecer trivial, mas que subentendia duas conceções distintas de partido, a parlamentarista e a antiparlamentarista. Uma disputa que continha no seu cerne uma luta pelo capital objetivo do partido, ou seja, o conjunto de tecnologias e maneiras de fazer que estruturam as relações sociais no seio das organizações partidárias<sup>729</sup>.

Esta questão tornar-se-ia um novo ponto de discórdia após a sua fundação, quando ressurgiu o *Bandeira Vermelha*. Este momento seria marcado por um processo de

---

<sup>726</sup> PANEBIANCO, Angelo – *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*, p. 100.

<sup>727</sup> LOPES, Fernando Farelo – “Partidos Políticos”, p. 28-29.

<sup>728</sup> “União Revolucionária Comunista”. *A Pátria*, nº 204, 20/12/1920, p. 3.

<sup>729</sup> OFFERLÉ, Michel – *Les Partis Politiques (Que-sais-je?)*, p.18.

conformidade, a tentativa de tornar o PCP um “partido real”<sup>730</sup>, de acordo com a IC. Tal processo resultou, totalmente, da vontade dos seus militantes e fundadores, sem influência externa, já que o PCP surgiu, ao contrário de outros Partidos Comunistas, sem uma entidade patrocinadora<sup>731</sup>. Por outro lado, este facto afetaria, negativamente, a institucionalização deste partido, que se iria encontrar, até à chegada a Portugal de Humbert-Droz, sem um apoio ideológico e financeiro de Moscovo. Nesse sentido, como conferimos nas suas Bases Orgânicas, o partido adotaria um modelo federalista, em certa medida, próximo do PSP, e que pouco se aproximava da estrutura idealizada pelo Comintern.

O Partido Comunista surgiu, também, sem uma figura claramente carismática, tendo em conta a noção de Weber e Tucker<sup>732</sup>. Esse fator permite-nos explicar, em parte, o futuro da liderança de Carlos Rates enquanto dirigente e Secretário-geral do partido (1923). Ao ocupar o lugar deixado por Ribeiro, foi capaz de definir as metas ideológicas, nomeadamente, ao obter o controlo sobre o órgão do partido, *O Comunista*, a ferramenta por excelência para criar a ilusão da unidade partidária, em torno daqueles que adquirem o direito de falar em nome do partido<sup>733</sup>. No entanto, não podemos apelar ao seu caráter carismático puro<sup>734</sup>. O partido existia além da esfera de influência de Rates, algo que se iria verificar, posteriormente, no conflito com Caetano de Sousa<sup>735</sup>, que resultaria na expulsão deste último<sup>736</sup>. Todavia, a depuração interna acabaria por ser ineficaz, já que as Juventudes Comunistas se mantiveram alheias às decisões do seu Secretário-geral (Rates), continuando a reunir-se em torno de Caetano de Sousa e do órgão *O Jovem Comunista*<sup>737</sup>.

Nesse seguimento, entendemos que o partido que se vai institucionalizar, à luz do seu modelo originário, seria profundamente incoerente, com uma elite difusa, o que se

---

<sup>730</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du mouvement sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 652-653.

<sup>731</sup> LOPES, Fernando Fareló – “Partidos Políticos”, p. 31.

<sup>732</sup> Idem, p. 21-22.

<sup>733</sup> OFFERLÉ, Michel – *Les Partis Politiques (Que-sais-je?)*, p. 16-17.

<sup>734</sup> LOPES, Fernando Fareló – “Partidos Políticos”, p. 21-22.

<sup>735</sup> PEREIRA, José Pacheco – “O primeiro ano de vida do PCP”, p. 20.

<sup>736</sup> BRANDÃO, Raúl - *Os Operários*, p. 88.

<sup>737</sup> Idem, p. 300.

refletiu na liderança de Rates, incapaz de submeter as insubordinações no partido à disciplina do centro<sup>738</sup>. À luz da incapacidade dos dirigentes do PCP de se adaptarem às normas do Comintern, produzindo, por sua vez, uma organização pouco centralizada, pouco burocratizada e pouco sistematizada<sup>739</sup>, os subsistemas internos seriam capazes, inclusive, de criar um Comité Central paralelo<sup>740</sup>, em torno de Caetano de Sousa e do órgão *O Jovem Comunista*<sup>741</sup>.

Como pudemos ver, a génese do PCP foi o produto de relações sociais incertas produzidas no confronto entre atores interdependentes, em que os processos endógenos, no seio da FMP, foram subordinados pelos processos exógenos, nomeadamente pela influência exercida por Carlos Rates<sup>742</sup>. Este último, ao capturar a estrutura embrionária, logo em dezembro de 1920, e ao monopolizar as ferramentas que determinaram a definição legítima do partido, como o jornal, iria confirmar a teoria de Panebianco ao influenciar as características da organização nos seus primeiros anos<sup>743</sup>.

---

<sup>738</sup> LOPES, Fernando Farelo – “Partidos Políticos”, p. 26.

<sup>739</sup> Idem, p. 26-28.

<sup>740</sup> OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, p. 75-78.

<sup>741</sup> BRANDÃO, Raúl - *Os Operários*, p. 300.

<sup>742</sup> AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du movimento sociale italiano et du front islamique de salut”, p. 634.

<sup>743</sup> PANEBIANCO, Angelo – *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*, p. 92-93.

## Fontes e bibliografia

### Fontes Hemerográficas:

- A Batalha*, Lisboa, 1919-1922.
- Avante!*, Lisboa, 1919.
- Bandeira Vermelha*, Lisboa, 1919-1921.
- A Capital*, Lisboa, 1913-1920.
- A Comuna*, Porto, 1919-1920.
- A Greve (II)*, Lisboa, 1917-1918.
- A Pátria*, Lisboa, 1920.
- A República Social*, Porto, 1919-1920.
- A Revolta*, Lisboa, 1918.
- A Situação*, Lisboa, 1918.
- A Terra Livre*, Lisboa, 1913.
- Comuna Livre*, Porto, 1915-1916.
- Germinal*, Setúbal, 1909-1912.
- Komunist-Esperantisto*, Lisboa, 1921.
- Luz ao Povo*, Coimbra, 1920.
- Novidades*, Lisboa, 1926.
- O Combate*, Lisboa, 1917-1920.
- O Comunista*, Lisboa, 1921.
- O Construtor*, Lisboa, 1912-1918.
- O Despertar*, Lisboa, 1920.
- O Ferroviário*, Lisboa, 1916.
- O Frontal*, Lisboa, 1913.
- O Intransigente*, Lisboa, 1913-1915.
- O Movimento Operário*, Lisboa, 1917.
- O Operário*, Funchal, 1920.
- O Porvir*, Beja, 1909.
- O Século*, Lisboa, 1915-1920.
- O Século (edição da noite)*, Lisboa, 1918-1919.

*O Sindicalista*, Lisboa, 1910-1916.

*O Socialista*, Lisboa, 1913.

*O Trabalho*, Setúbal, 1912-1914.

*Solidaridad Obrera*, Barcelona, 1918.

*Spartácus*, Rio de Janeiro, 1919.

### **Outras fontes impressas:**

BRANDÃO, Raúl - *Os Operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984.

CASTRO, Joaquim Pereira Pimenta de – *O Dictador e A Affrontosa Dictadura*. Weimar: Wagner G. Humbeld, 1915.

CRISTO, Homem – *O Bolchevismo na Rússia*. Aveiro: Santos Mártires, 1919.

JUNQUEIRO, Guerra – *Finis Patriae*. Porto: Empreza Litteraria e Typographica, 1891.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - *Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP*. 4 de março de 2011. Disponível *on-line* em: <http://www.pcp.pt/intervencao-de-jeronimo-de-sousa-secretario-geral-do-pcp>. Consultado em 26 de setembro de 2018.

Partido Socialista Português – *Programa e Regulamento*. Lisboa: Tipografia Renascença, 1913.

RIBEIRO, Manuel – *Na linha de fogo: crónicas subversivas*. Lisboa: Empresa Editora Popular, 1920.

SILVA, José da – *Memórias de um Operário*. Porto: Manuel Duarte, 1971.

SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1974.

SOUSA, Manuel Joaquim de – *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*. Lisboa: Antígona, 1989.

VASCO, Neno – *Concepção anarquista do sindicalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

VASCO, Neno – “O Anarquismo no Sindicato (I)”. In A Biblioteca Terra Livre; NELCA (org.) – *Anarquistas no Sindicato. Um debate entre Neno Vasco e João Crispim*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre e NELCA, 2014.

RATES, J. Carlos – *O Problema Português: os partidos e o operariado*. Lisboa: Batalha, 1919.

RATES, J. Carlos – *A Ditadura do Proletariado*. Lisboa: Editorial A Batalha, 1920

### **Bibliografia:**

AÏT-AOUDIA, Myriam; DÉZÉ, Alexandre – “Contribution à une approche sociologique de la genèse partisane. Une analyse du front national, du movimento sociale italiano et du front islamique de salut”. *Revue française de science politique*, vol. LXI, 2011/4, p. 631-657.

ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso, 2006.

BACH-MÜLDER, Inka – “Introduction”. In KRACAUER, Siegfried – *The Salaried Masses*. Londres: Verso Books, 1998.

BANTMAN, Constance – “The Militante Go-between: Émile Pouget’s Transnational Propaganda (1880-1914)”. *Labour History Review*, vol. LXXIV-3.º, 2009, p. 274-287.

BAR, Antonio – *LA C.N.T. en los anos Rojos*. Madrid: Akal Editor, 1981.

BARRETO, José – “Os Tipógrafos e os despontar da contratação colectiva em Portugal (II). *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1.º, 183-212.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas – *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

BERRY, David – *A History of the French Anarchist Movement, 1917-1945*. Westport: Greenwood Press, 2002.

BUTLER, James Charles – *Fernand Pelloutier and the Emergence of the French Syndicalist Movement (1880-1906)*. Ohio: Ohio State University, 1960. Dissertação de Doutoramento.

BUTON, François – “Portrait du politiste en socio-historien: la «socio-histoire» dans les sciences politiques”. In BUTON, F.; MARIOT, N. – *Pratiques et méthodes de la socio-histoire*, Paris: PUF, 2009.

- BUTON, François; MARIOT, Nicolas – “Introduction. Surmonter la distance. Ce que la socio-histoire doit aux sciences sociales”. In BUTON, François; MARIOT, Nicolas - *Pratiques et méthodes de la socio-histoire*, Paris: PUF, 2009.
- CABRAL, Manuel Villaverde – “Situação do operariado nas vésperas da Implantação da República”. *Análise Social*, vol. XIII (50), 1977-2.º, p. 420-422.
- CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do séc. XX*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.
- CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda – “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”. *Análise Psicológica*, vol. I (17), 1999, p. 163-194.
- CARDOSO, Matêus Ramos – “Racionalização e Modernidade em Max Weber”. *Revista Húmus*, vol. 3, nº 9, 2013, p. 80-83.
- CARVALHO, David de – *Os Sindicatos Operários e República Burguesa (1910-1926)*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999. Dissertação de Mestrado.
- CATROGA, Fernando Almeida de – “Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social”. *Revista de História das Ideias*, vol. I, 1977, p. 287-394.
- CEREZALES, Diego Palacios – *Portugal à Coronhada*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011.
- CORRÊA, Felipe - “Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis.” In *-Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.
- CORRÊA, Filipe - *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidade da Universidade de São Paulo, 2012.
- DOBRY, Michel – *Sociologia das Crises Políticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- DOLORES, Ibárruri (coord); et al.– *Historia del Partido Comunista de España*. Paris: Éditions Sociales, 1960.

- FARINHA, Luís – *Ramada Curto – Republicano, Socialista, Laico*. Lisboa: Assembleia da República, 2014.
- CORREIA, Fausto Rafael dos Santos Teles – *Os socialistas portuenses e a Grande Guerra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Dissertação de Mestrado.
- FARIA, Miguel Figueira de – *Alfredo da Silva: Biografia (1871-1942)*. Lisboa: Bertrand Editora, 2004, p. 178.
- FÉLIX, João Pedro de Castro - *O processo revolucionário Russo e os anarquistas Portuenses (1917-1922)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 16-17. Relatório Final de Investigação.
- FERREIRA, Pedro Soares – *Entre o terror e a esperança: a revolução russa na sociedade portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- FIDLER, Geoffrey C. – The Escuela Moderna Movement of Francisco Ferrer: «Por la Verdad y la Justicia». *History of Education Quarterly*, vol. XXV, 1985, p. 103-132.
- FITZPATRICK, Sheila – *A Revolução Russa*. Lisboa: Tinta da China, 2017.
- FREIRE, João – *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*. Documento digital disponível em: <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto/index.php?>
- FREIRE, João – “Estudo Introdutório”. In VASCO, Neno - *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Porto: Afrontamento, 1984, p. 27.
- FREIRE, João – *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.
- GERBER, John – *Anton Pannekoek and the Socialism of Workers Self-Emancipation, 1873-1960*. Amesterdão: International Institute of Social History, 1989.
- GOMES, António Martins – *Às armas: a formação do republicanismo na literatura e na cultura portuguesa*. Casal da Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- GOULART, Laryssa de Souza – *Astrojildo de Sousa e a formação do Partido Comunista Brasileiro*. Assis: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2013, p, 32-33. Dissertação de Mestrado.
- HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- HOBBSAWM, Eric – *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- KRIEGEL, Annie – *Nas Origens do Comunismo Francês*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1975.
- LAVABRE, Marie-Claire – *Le Fil Rouge. Sociologie de la mémoire communiste*. Paris: Presses de Sciences Po, 1994.
- LEAL, Ernesto Castro – “A Revolução Russa de Outubro de 1917 e os primórdios do regime comunista: aspectos da recepção pública e da dinâmica em Portugal (1917-1926)”. *História Crítica*, n.º. 64, abril de 2017, p. 39-60.
- LENINE, Vladimir Ilitch - *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Editora Escriba, 1960.
- LEVY, Carl – “The Rooted Cosmopolitan: Errico Malatesta, Syndicalism, Transnationalism and the International Labour Movement”. In BERRY, David; BANTMAN, Costance (org.) – *New Perspectives on Anarchism, Labour and Syndicalism. The Individual, the National and the Transnational*. Newcastle: Cambridge Scholar Publishing, 2010, p. 61-79.
- LOPES, Fernando Farelo – *Poder Político e Caciquismo na 1ª República*. Lisboa: Estampa, 1994.
- LOPES, Fernando Farelo – “Partidos Políticos”. In LOPES, Fernando Farelo; FREIRE, André – *Partidos políticos e Sistemas Eleitorais: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- LUKÁCS, Georg – *Sobre o conceito de consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- MADEIRA, João – *História do PCP: das origens ao 25 de abril (1921-1974)*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Delta, 1986.

- MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal da monarquia para a república*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- MARTINS, Candeias Andrade – “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”. *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3.º), p. 483-535.
- MARX, Karl – *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, vol. I.
- MÓNICA, Maria Filomena – “Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)”. *Análise Social*, vol. XV (60), 1979-4.º, p. 859-945.
- MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- MÓNICA, Maria Filomena – *Fontes Pereira de Melo*. Porto: Assembleia da República, 1999.
- NETO, Vítor – *O Estado, a igreja e a sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998.
- NOGUEIRA, César – *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.
- NOIRIEL, Gérard – *Introduction à la socio-histoire*. Paris: Éditions La Découverte, 2006.
- OFFERLÉ, Michel – *Les Partis Politiques (Que-sais-je?)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2018.
- OLIVEIRA, César - *O Congresso Sindicalista de 1911*. Porto: Afrontamento, 1971.
- OLIVEIRA, César - *O Operariado e a República Democrática: 1910-1914*. Porto: Inova, 1972.
- OLIVEIRA, César – *A Criação da União Operária Nacional*. Porto: Afrontamento, 1973.
- OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal (1850-1900)*. Porto: Afrontamento, 1973.
- OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- OLIVEIRA, César – *O Operariado e a Primeira República 1910-1924*. Lisboa: Alfa, 1990.

- PAIS, Sidónio - *Um ano de ditadura*. Lisboa: Lusitânia Editora, 1924.
- PANEBIANCO, Angelo – *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEREIRA, Astrojildo – *Formação do PCB 1922-1928*. Lisboa: Prelo, 1977.
- PEREIRA, Joana Dias – *Sindicalismo Revolucionário: A história de uma idéia*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.
- PEREIRA, Joana Dias – *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal (1890-1930)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013. Dissertação de Doutoramento.
- PEREIRA, José Pacheco – *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de novembro de 1918*. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- PEREIRA, José Pacheco – *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Edição de Autor, 1971
- PEREIRA, José Pacheco – “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, p. 695-713.
- PEREIRA, José Pacheco – “O primeiro ano de vida do PCP”. In *História*, nº 47, setembro de 1982, p. 2-34.
- PIRES, Ana Paula – “Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a Economia de Guerra”. Lisboa: Caleidoscópio, 2011.
- QUINTELA, João G. P. – *Para a História do movimento comunista em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1976.
- RAMOS, Rui – “A Invenção de Portugal” in RAMOS, Rui (coord.) – *A Segunda Fundação (1890-1926)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, vol. VI.
- RAMOS, Rui – “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)”. In RAMOS, Rui - *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Meta do Século XIX 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 33-85.

- RODRIGUES, Edgar – *Os Libertários*. Rio de Janeiro: VJR – Editores Associados, 1993.
- RODRIGUES, Edgar – *Porto Rebelde – Memórias e História*. Sem Local: Edição de Autor, 2001.
- ROLLO, Maria Fernanda – “Da Insustentabilidade do modelo à crise do sistema”. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.
- SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos: Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.
- SAMIS, Alexandre – *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- SAMIS, Alexandre – *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o Anarquista e o Sindicalismo Revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- SAMPAIO, Guilherme – “Cristo, Francisco Manuel Homem (1860-1943)”. In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. 2013, Vol I, p. 973-975.
- SANTOS, Licínio – *Cultura e lazer: operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1983-1914)*. Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende, 2017.
- SANTOS, Maria Manuela Lima; RIBEIRO, Olga Maria Vasco – “«A Aurora» e o antiguerrismo (1914-1918)”. In AA.VV. – *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «Antiguerristas»*. Lisboa: CH-UL, 1986, p. 71-103.
- SERRA, João B. – “O assalto ao poder”. In ROSAS, Fernando (coord.) - *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o romance da fé*. Beja: Editora Licorne, 2010.
- SIMMEL, Georg – *Conflict & The Web Group-Affiliations*. Londres: The Free Press of Glencoe, 1955.
- STUDER, Brigitte – “Communism as Existential Choice”. In PONS, Silvio; SMITH, Stephen A. (Org.) – *The Cambridge History of Communism*. Vol I. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- TARDE, Gabriel – *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- TELO, António José – *O sidonismo e o movimento operário português*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- TEODORO, José Miguel de Jesus – *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, p. 37. Dissertação de Doutoramento.
- THOMPSON, E. P. – *The making of the English working class*. Middlesex: Penguin Books, 1984.
- TORRES, Eduardo Cintra – *A Greve Geral de 1903 no Porto. Um estudo de História, Comunicação e Sociologia*. Porto: Afrontamento, 2018.
- VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculos de Leitores, 1999.
- VENTURA, António – *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910-1914)*. Seara Nova: Lisboa, 1976.
- VENTURA, António; PEDROSO, Alberto – *Emílio Costa e o sindicalismo. Da Formação Libertária à Casa Sindical*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- VIEIRA, Alexandre – *Figuras Gradadas do movimento social português*. Lisboa: Edição do Autor, 1959.
- VIEIRA, Alexandre – *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1974.
- VILHENA, Marcos Nunes de – *Receção e perceção da Revolução Russa na crise do sistema: uma análise de imprensa*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Tese de Doutoramento.
- WALLERSTEIN, Immanuel – *Historical Capitalism*. Londres: Verso Books, 2003.
- WEBER, M. – *The Methodology of the Social Sciences*. Illinois: Free Press, 1949.
- WEBER, Max – *Economía y sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- WOODCOCK, George - *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

## **Anexos**

## Anexo 1: Cronologia das trajetórias de Carlos Rates até à fundação do PCP

- 1908 Empregado nas fábricas de Conserva de Setúbal. Começa a sua militância no movimento operário.
- 1909 Salienta-se durante as manifestações contra a morte de Ferrer (outubro). Delegado no Congresso Sindicalista e Cooperativista de 1909.
- 1910 Protesta em nome da Associação de Classe dos Trabalhadores de Fábricas de Conservas contra a posição do PSP (fevereiro). Funda o jornal *O Fadinho* (setembro).
- 1911 Eleito Secretário Geral da USO (20 de janeiro). Eleito delegado da USO ao Congresso Sindical (14 de fevereiro). Organiza a 1ª greve da USO de Setúbal. Preso a bordo da canhoneira Zaire (março). Libertado após 57 dias de prisão (1 de junho). Eleito delegado da CECS.
- 1912 Polémica com a Federação da Construção Civil e o seu órgão *O Construtor* (março). Inicia a propaganda na província (abril). Escriturário do I Congresso da Federação dos Trabalhadores Rurais (25 de agosto). Vendedor de livros para a Livraria Editora Guimarães & C<sup>a</sup>.
- 1913 Organiza conferência em que defende que o sindicalismo se basta a si mesmo (março). Inicia a sua colaboração no *O Intransigente*. Preso enquanto delegado da CECS no Funchal (abril).
- 1914 Libertado do forte da Graça após a amnistia de Bernardino Machado (fevereiro). Regressa à sua função de redator no jornal *O Intransigente* (6 de fevereiro). Redige a tese fundadora da União Operária Nacional (março). Eleito para a Comissão Administrativa da UON. Disputa com Jerónimo de Sousa sobre a tese “Carestia da Vida” (30 de abril). Diretor do novo órgão da UON *A União Operária* (1 de maio). Declara o seu apoio à França na I Guerra Mundial (18 de setembro).
- 1915 Defende a ditadura de Pimenta de Castro (abril). Jornalista de *O Jornal da Noite* (abril). Delegado da comissão regulamentadora dos serviços das Bolsas de Trabalho (maio). Nomeado relator do regulamento das Bolsas de Trabalho (julho). Apontado pelo governo para a comissão que iria alterar a lei das Associações de classe (setembro).
- 1916 Possível colaboração com o jornal sindicalista do Funchal *Trabalho e União*.
- 1917 Delegado dos pedreiros do Funchal no II Congresso da UON (maio).
- 1918 Participa num jantar em homenagem a Machado Santos (junho).
- 1919 Defende a ditadura do proletariado (abril). Publica a brochura “O problema português: os partidos e o operariado” (junho).
- 1920 Publica a brochura “A Ditadura do Proletariado” (30 de janeiro). Inicia colaboração com o jornal *A Pátria* (julho). Detido em Beja, durante 6 dias (10 de outubro). Polémica com Manuel Joaquim de Sousa (novembro). Convidado para a Comissão Organizadora para a Constituição do Partido Comunista (dezembro).
- 1921 Discussão com Emílio Costa sobre a ditadura do proletariado (janeiro). Eleito para o conselho económico do PCP (março). Publica a brochura “O Triunfo Socialista” sob o pseudónimo de Adolfo de Moraes (junho).

## Anexo 2: Cronologia das trajetórias de Manuel Ribeiro até à fundação do PCP

- 1908 Publica o livro “Imperiosa Verdade”
- 1909 Publica o livro “Sentido de viver”. Primeira colaboração com a imprensa anarquista na revista *Ámanhã* (junho)
- 1910
- 1911 Eleito membro da CECS. Secretário do Grupo de Propaganda Livre e Social “A Luz” de Lisboa.
- 1912 Resposta a Afonso Costa (9 de fevereiro). Inicia a sua coluna “Na Linha de Fogo” (setembro). Afirma-se sindicalista revolucionário (novembro).
- 1913 Conferência em que defende as ideias de Sorel e Guyau (janeiro). Inicia o debate com Emílio Costa (23 de fevereiro). Conferência na sede das Juventudes Sindicalistas em que defende que estas devem seguir a máxima de que o sindicalismo se basta a si mesmo (março)
- 1914 Termina a sua coluna no jornal *O Sindicalista* (julho). Declara o seu apoio ao Manifesto dos Dezasseis.
- 1915
- 1916 Publica artigos sobre literatura monástica no jornal *A Capital* (janeiro e fevereiro). Nomeado como delegado para a comissão de Interesses de Classe do Sindicato do Pessoal dos Caminhos de Ferro (25 de julho).
- 1917
- 1918 Publica o primeiro artigo sobre a revolução russa no jornal *A Greve* (20 de outubro).
- 1919 Retoma a coluna “Na Linha de Fogo”, desta vez em *A Batalha* (23 de fevereiro). Publica o livro “Na Linha de Fogo”. Debate com Emílio Costa sobre a ditadura do proletariado (março). Eleito para a comissão executiva do Soviet de Propaganda Social (27 de abril). Diretor do jornal *A Bandeira Vermelha* (outubro).
- 1920 Publica o livro “A Catedral” (março). Preso na redação do *Bandeira Vermelha* (15 de outubro). Eleito para a Comissão Organizadora para a Constituição do Partido Comunista (dezembro).
- 1921 Libertado da Prisão (janeiro). Inicia colaboração com a revista *ABC* (10 de fevereiro). Termina a sua colaboração na *A Batalha* (19 de março). Eleito para a comissão geral de educação e propaganda do PCP (março). Enviado como delegado da Secção Portuguesa da Internacional Comunista ao III Congresso da Comintern (junho). Eleito para a Junta Nacional do PCP (outubro).

### Anexo 3: Dados biográficos de Carlos Rates

José Carlos Rates foi, indiscutivelmente, uma das figuras mais controversas na esquerda revolucionária portuguesa, durante a I República. Sem o exame de instrução primária, foi um autodidata fascinado pelas obras de Faure e Kropotekine<sup>744</sup>. Em 1908, enquanto operário nas fábricas de conserva de Setúbal, iniciou a sua militância no movimento sindicalista<sup>745</sup>, onde iria sobressair pelos seus discursos durante as manifestações contra a morte de Ferrer<sup>746</sup>. Logo no ano seguinte, em 1909, participou, também, num grande momento de viragem para o sindicalismo revolucionário português, o Congresso Sindicalista e Cooperativista de 1909<sup>747</sup>.

Posteriormente, já durante a República, voltaria a salientar as suas qualidades como organizador sindical durante a greve de setúbal em 1911<sup>748</sup>, onde acabaria detido durante mais de um mês, na canhoneira Zaire, ao largo do Sado<sup>749</sup>. De seguida, já em liberdade, notabilizou-se durante a tournée de propaganda da CECS pela província, especialmente no Alentejo, onde conseguiu instigar a organização sindical entre os trabalhadores rurais<sup>750</sup>.

Por volta dos anos de 1912 e 1913, convergiu com Manuel Ribeiro ao defender a tese de que o sindicalismo era uma doutrina que se bastava a si mesma, acabando por reconhecer, no final, o seu erro, em 1914<sup>751</sup>. Ao aproximar-se a data do Congresso fundacional da UON, encontrava-se detido na prisão<sup>752</sup>. Não deixou, mesmo assim, de confrontar os anarquistas no sindicato, estabelecendo pontos de acordo com militantes do PSP, em defesa do sindicalismo revolucionário<sup>753</sup>. Também por esta altura, aproximou-se de Machado Santos, o herói da rotunda, colaborando regularmente no seu jornal, *O*

---

<sup>744</sup> BRANDÃO, Raúl - “Os Operários”, p. 295.

<sup>745</sup> Idem, p. 296.

<sup>746</sup> “Homenagem a Ferrer”. *Germinal*, nº 292, 30/11/1909, p. 2.

<sup>747</sup> VENTURA, António – *Subsídios para a história do movimento sindical rural no alto Alentejo (1910-1914)*, p. 43.

<sup>748</sup> BRANDÃO, Raúl - “Os Operários”, p. 296

<sup>749</sup> “Perseguição odiosa”. *O Sindicalista*, nº 24, 24/04/1911, p. 1.

<sup>750</sup> RIBEIRO, Manuel – “Na Linha de Fogo”. *O Sindicalista*, nº 114, 31/01/1913, p. 1; VENTURA, António – *Subsídios para a história do movimento sindical rural no alto Alentejo (1910-1914)*.

<sup>751</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de - *O Sindicalismo em Portugal*, p. 95.

<sup>752</sup> “A Justiça Republicana e os Operário Presos”. *O Sindicalista*, nº 127, 13/05/1913, p. 3.

<sup>753</sup> RATES, J. Carlos, - “O Congresso Nacional Operário”. *O Socialista*, nº 477, 5/11/1913, p. 1; RATES, J. Carlos, - “O Congresso Nacional Operário II”. *O Socialista*, nº 478, 6/11/1913, p. 1.

*Intransigente*.

Após o Congresso fundador da UON, os esforços de Rates saíam frustrados. O seu órgão na imprensa não teve continuidade e a ação da UON estagnou. Perante esta situação, Rates apontou o dedo às intenções dos anarquistas em controlar os sindicatos que, por sua vez, acusavam Rates de ser um traidor para o movimento operário<sup>754</sup>.

Durante os anos da grande guerra, manifestou a sua admiração pela pátria francesa, optando por se colocar do lado dos francófilos contra a Alemanha<sup>755</sup>. Como a UON não conseguiu afirmar a sua presença na cena política, colocou as suas esperanças em Pimenta de Castro<sup>756</sup>, esperando que este resolve-se aquilo que entendia ser o grande mal nacional – o défice comercial que resultava da baixa produtividade industrial portuguesa. Nos anos que se seguiram, talvez pela sua declaração de apoio a Pimenta de Castro, desapareceu da cena política. Seguidamente, sabemos apenas que terá colaborado, em 1916, com o jornal sindicalista do Funchal *Trabalho e União*, já em 1917, de acordo com *O Movimento Operário*, participou no 2º Congresso da UON enquanto delegado dos pedreiros do Funchal<sup>757</sup> e, já durante o sidonismo, verificamos que participou num jantar em homenagem a Machado Santos<sup>758</sup>.

Só em 1919 é que Rates se pronuncia sobre a revolução na Rússia, por meio de artigos no *A Batalha*, assim como, através da sua brochura, *O problema português: os partidos e o operariado*. Mais tarde, voltaria a publicar uma nova brochura, desta vez tratou de redigir um programa revolucionário para estabelecer *A Ditadura do Proletariado* em Portugal. Nos últimos meses de 1920 aprofundou no *A Batalha* o que entendia pela ditadura do proletariado, regressando à antiga posição de que “*le syndicalisme se suffit à lui-même*”<sup>759</sup>. No mesmo diário, iria envolver-se numa nova polémica com o Secretário-Geral da CGT, Manuel Joaquim de Sousa, ao defender o papel da CGT enquanto o motor da ditadura do proletariado e ao rejeitar a crescente influência

---

<sup>754</sup> RATES, J. C. – “A Propósito do 1º de Maio”. *O Intransigente*, nº 1151, 11/05/1914, p. 2.

<sup>755</sup> MORAIS, Adolfo de – “A Alemanha”. *O Intransigente*, nº 1263, 18/09/1914, p. 1.

<sup>756</sup> RATES, J. Carlos – “Modos de ver”. *O Intransigente*, nº 1405, 09/03/1915, p. 1; MORAES, Adolfo de – “O respeito à lei”. *O Intransigente*, nº 1422, 29/03/1915, p. 1

<sup>757</sup> “Relação das associações aderentes e seus delegados”. *O Movimento Operário*, nº 2, 01/05/1917.

<sup>758</sup> “Machado Santos”. *A Situação*, nº 52, 01/06/1918, p.2.

<sup>759</sup> RATES, J. Carlos - “O Sindicalismo”. *A Batalha*, nº 605, 07/12/1920, p. 1.

anarquista na Confederação<sup>760</sup>. Entretanto, durante esta discussão, juntou-se a um grupo de intelectuais e figuras notáveis das várias escolas socialistas para estabelecer uma “Frente Única”, isto é, o Partido Comunista Português<sup>761</sup>.

Apesar de nunca ter colaborado com o semanário maximalista, tornou-se numa das principais personalidades presentes no processo de constituição do Partido Comunista. Por conseguinte, logo a 6 março de 1921, na data da fundação do Partido, foi eleito para o seu Conselho Económico e passou a colaborar no *Bandeira Vermelha*, antigo semanário maximalista, agora convertido em órgão do PCP. Neste partido afirmou-se como o seu principal representante, apesar dos constantes confrontos com as Juventudes Comunistas. No seguimento dos seus esforços organizativos, em 1923 conseguiria publicar o quinzenário *O Comunista*, que seria o órgão do Partido, até 1926<sup>762</sup>.

Ainda no ano de 1923, com a chegada de Humbert Droz a Portugal, realizou-se o I Congresso do PCP (11 de novembro de 1923)<sup>763</sup>, onde foi eleito como Secretário-Geral e as fações subversivas a Rates foram expulsas ou suspensas<sup>764</sup>. No entanto, as Juventudes Comunistas mantiveram-se alheias às decisões do seu Secretário-Geral (Rates), continuando a reunir-se em torno de Caetano de Sousa e do órgão *O Jovem Comunista*<sup>765</sup>.

Durante o seu mandato, enquanto Secretário-Geral, a estratégia de Carlos Rates para o PCP passou, imediatamente, pela participação no processo eleitoral numa coligação entre vários setores de esquerda<sup>766</sup>. Todavia, alguns meses antes destas eleições, Rates acabaria por ser afastado da direção do *O Comunista*, supostamente “por motivo de doença”, passando o cargo para Manuel Ferreira Quartel<sup>767</sup>. Antes do II Congresso do PCP, a relação entre o Comité Central (CC) e Rates deteriora-se. No centro da discórdia encontrava-se a colaboração de Rates com a imprensa “burguesa”. Segundo o CC, a colaboração de Rates “[contribuí-a] para perpetuar a exploração dos

---

<sup>760</sup> RATES, J. Carlos - “O Sindicalismo”. *A Batalha*, nº 605, 07/12/1920, p. 1.

<sup>761</sup> OLIVEIRA, José da Silva - “O próximo congresso comunista”. *Bandeira Vermelha*, nº 46, 12/09/1920, p. 1-2.

<sup>762</sup> BRANDÃO, Raúl - *Os Operários*, p. 297.

<sup>763</sup> Idem, p. 297.

<sup>764</sup> Idem, p. 88.

<sup>765</sup> Idem, p. 300.

<sup>766</sup> VENTURA, António - *Subsídios para a história do movimento sindical rural no alto Alentejo (1910-1914)*, p. 45.

<sup>767</sup> *O Comunista*, nº 34, 23/05/1925, p. 1.

trabalhadores”<sup>768</sup>. Não obstante, a verdadeira razão pelo seu afastamento poderá residir no facto de que os antigos militantes, anteriormente expulsos do partido, em 1923, por Rates e Droz, terem regressado ao PCP. Segundo *O Comunista*, “dos indivíduos irradiados ou suspensos no 1.º congresso, quase todos [estavam] de novo no P. C”<sup>769</sup>. Logo a 15 de outubro de 1925 é, então, publicada a seguinte “Nota Oficiosa”:

Não permitindo a disciplina da Internacional Comunista, que jornalistas burgueses façam parte de qualquer dos seus organismos, e tendo José Carlos Rates passado a exercer essa profissão, esta Comissão Central, em sua reunião de 15 do corrente, resolveu excluí-lo das fileiras do Partido Comunista Português.<sup>770</sup>

Uns anos depois, após uma longa travessia pela esquerda revolucionária, acabaria por abandonar as doutrinas socialistas, para se aproximar do corporativismo do Estado Novo<sup>771</sup>. Passou, então, a colaborar ativamente no *Diário da Manhã*<sup>772</sup>, onde declarou a sua adesão ao novo regime numa carta aberta intitulada, “Uma adesão à União Nacional”<sup>773</sup>. Nesta carta, o então funcionário corporativo Rates<sup>774</sup>, deixava transparecer a ideia de que a ditadura seria capaz de pôr em prática o seu programa político, ou seja, o incremento da produção nacional, assim como, resolver os males do rotativismo político na I República<sup>775</sup>. Sobre a sua relação com a maçonaria só foi possível averiguar, até à data, o seu nome simbólico de “Babeuf” e que foi regularizado em 1922, na loja Renascença<sup>776</sup>.

---

<sup>768</sup> “Respondendo a Carlos Rates”. *A Internacional*, nº 55, 26/12/1925, p. 4.

<sup>769</sup> “Relatório da Comissão Central ao II Congresso do Partido”. *O Comunista*, nº 44, 22/11/1925, p. 4.

<sup>770</sup> “Nota Oficiosa”. *O Comunista*, nº 42, 25/10/1925, p. 3.

<sup>771</sup> VENTURA, António – *Subsídios para a história do movimento sindical rural no alto Alentejo (1910-1914)*, p. 45.

<sup>772</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>773</sup> RATES, Carlos - “Uma Adesão à União Nacional”. *Diário da Manhã*, 16/07/1931. Disponível *on-line* em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.162>

<sup>774</sup> OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, p. 36.

<sup>775</sup> RATES, Carlos - “Uma Adesão à União Nacional”. *Diário da Manhã*, 16/07/1931. Disponível *on-line* em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=09769.162>

<sup>776</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, p. 1.197.

#### Anexo 4: Dados biográficos de Manuel Ribeiro

Manuel António Ribeiro foi uma figura singular no movimento operário da I República. Desde o final dos anos 90 do séc. XIX, até à I República, seria um acérrimo defensor da causa republicana transitando, posteriormente, para a causa operária onde iria ganhar relevo graças à sua poesia. Enquanto apologista da causa sindicalista, o então empregado de escritório da CP, colaborou no *O Sindicalista*, na rubrica “A linha de fogo”, destacando-se em 1913 no debate com Emílio Costa sobre como o sindicalismo se bastava a si mesmo<sup>777</sup>. A partir deste momento, afirmar-se-ia enquanto sindicalista revolucionário, colocando-se ao lado de Rates contra as pretensões anarquistas em dominar a UON.

Com o deflagrar da I Guerra Mundial, perante um movimento sindical dividido e fragilizado, Ribeiro refugiou-se no estudo da liturgia que o iria inspirar a escrever a sua “trilogia social”<sup>778</sup>. Todavia, não deixou, por isso, de expressar a sua posição francófila durante a guerra, aderindo ao Manifesto dos Dezasseis de Kropotekin<sup>779</sup>.

No entanto, seria a partir de 1918 que ganharia um importante estatuto entre os revolucionários. No final desse ano, começou a desenvolver os primeiros artigos sobre a revolução no *A Greve* onde, aos poucos, começa a aceitar a necessidade de impor uma ditadura do proletariado, para chegar à sociedade anarquista<sup>780</sup>. No *A Batalha*, voltaria a defender as mesmas ideias e, em abril de 1919, junto com um grupo de outros entusiastas da revolução russa, funda o Soviet de Propaganda Social. Este organismo, que mais tarde seria denominado de Federação Maximalista Portuguesa, criou um grande impacto entre vários setores da sociedade portuguesa, principalmente, no operariado.

Manuel Ribeiro, desde então, trabalhou incansavelmente no *Bandeira Vermelha*, com vista à instauração do regime dos soviets, em Portugal. Contudo, os seus esforços seriam barrados, em outubro de 1920, com a sua detenção, após a greve da CP<sup>781</sup>. No

---

<sup>777</sup> RIBEIRO, Manuel – “Anarquistas e Sindicalistas: Resposta a Emílio Costa”. *O Sindicalista*, nº 117, 23/02/1913, p. 1; RIBEIRO, Manuel – “Anarquistas e Sindicalistas: Resposta a Emílio Costa II”. *O Sindicalista*, nº 118, 02/03/1913, p. 1.

<sup>778</sup> SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o romance da fé*, p. 247.

<sup>779</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>780</sup> RIBEIRO, Manuel – “A Revolução Russa”, *A Greve* (II), nº 60, 20/10/1918, p. 2; RIBEIRO, Manuel – “A Revolução Russa”. *A Greve* (II), nº 61, 27/10/1918, p. 2-3.

<sup>781</sup> “Manuel Ribeiro”. *A Batalha*, nº 560, 22/10/1920, p. 1.

seguimento dessa greve, Ribeiro seria despedido da CP ficando sem meios de subsistência, encontrando, no cárcere, conforto na doutrina da igreja<sup>782</sup>. Nessa ocasião, grandes figuras da intelectualidade nacional, como Fernando Pessoa e Raúl Brandão, mostraram-se contra a sua detenção ao assinarem um abaixo-assinado pela sua libertação<sup>783</sup>.

Além de se destacar como sindicalista, Manuel Ribeiro notabilizou-se enquanto escritor, nomeadamente através do *Imperiosa Verdade* e *Sentido de Viver*, na primeira década do séc. XX<sup>784</sup> e, mais tarde, já nos anos 20, publicaria duas trilogias. A primeira, a “trilogia social”, em que se encontram as obras, *A Catedral* (1920), *O Deserto* (1922) e *A Ressurreição* (1923), acompanharam a fase da conversão religiosa de Manuel Ribeiro e o seu afastamento no movimento operário<sup>785</sup>. Já a segunda, a “trilogia nacional”, abarcaria as obras *A Colina Sagrada* (1925), *A Revoada dos Anjos* (1926) que terminaria com *A Batalha nas Sombras* (1928)<sup>786</sup>. Graças a esta extensa publicação, tornou-se no autor mais lido em Portugal, nos anos 20<sup>787</sup>.

Ao regressar à liberdade, em janeiro de 1921, já se faziam os preparativos para a fundação do PCP, uma organização no qual Ribeiro não irá demonstrar um grande interesse, possivelmente por já se encontrar rendido ao catolicismo. A partir de então, em entrevistas concedidas a vários periódicos foi, paulatinamente, revelando as causas do seu afastamento. Declarou-se católico e rejeitou qualquer contradição em torno da sua conversão ao afirmar que “antes do bolchevismo eu era já um sindicalista soreliano”<sup>788</sup>. Mesmo não pertencendo ao partido, traduziu a primeira edição em português do *O Estado e a Revolução* de Lenine, em 1924<sup>789</sup>.

Em 1926, ao referir-se aos tempos do *Bandeira Vermelha* falou do bolchevismo como “uma vaga ardente” que “[sacudiu] o torpor em que tudo jazia. Que loucura! Que

---

<sup>782</sup> VIEIRA, Alexandre – *Figuras Gradadas do movimento social português*, p. 110.

<sup>783</sup> “Manuel Ribeiro”. *A Pátria*, nº 169, 14/11/1920, p. 1.

<sup>784</sup> SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o romance da fé*, p. 71-80.

<sup>785</sup> *Idem*, p. 247-254.

<sup>786</sup> *Idem*, p. 255-262.

<sup>787</sup> *Idem*, p. 201.

<sup>788</sup> “Depoimento de um alto espírito”. *Novidades*, nº 9176, 01/01/1926, p. 1.

<sup>789</sup> “A aparecer brevemente”. *O Comunista*, nº 19, 19/04/1924, p. 1.

febre!”<sup>790</sup>. Todavia, por volta de 1931, acabaria por se reaproximar de alguns setores unitários do Partido Comunista através dos grupos de intelectuais simpatizantes, sem se filiar de novo<sup>791</sup>. O homem que Humbert Droz descreveu como sendo o “primeiro defensor da Revolução russa em Portugal”<sup>792</sup>, acabaria por ocupar os seus últimos anos de vida a trabalhar como conservador na Torre do Tombo, dedicando-se ao estudo da Soror Mariana Alcoforado<sup>793</sup>.

---

<sup>790</sup> “Depoimento de um alto espírito”. *Novidades*, nº 9176, 01/01/1926, p. 2.

<sup>791</sup> SILVA, Gabriel Rui – *Manuel Ribeiro, o romance da fé*, p. 213-224.

<sup>792</sup> OLIVEIRA, César – *O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português*, p. 98.

<sup>793</sup> “Uma perda nacional”. *Diário do Alentejo*, nº 2.920, 28/11/1941, p. 1.

## **Anexo 5: “Os nossos objetivos”, prefácio dos Estatutos da FMP (maio de 1919)<sup>794</sup>.**

«Vamos fundar um poder cujo fim não é outro senão o de prover ao bem-estar dos operários, camponeses e soldados. É preciso convencerem-se todos que os negócios públicos são do interesse de todos. É esse o princípio fundamental do novo poder...»

Leon Trotsky

«A ditadura do operariado distingue-se da ditadura burguesa, 1º porque atua no interesse da maioria explorada contra a minoria que explora; 2º porque embora seja exercida por alguns é dirigida e fiscalizada por todos os trabalhadores e por organizações formadas com o fim de despertar as massas e iniciá-las na atividade criadora. Os soviets são os organismos para esse efeito.

Um tal regime não é o nosso ideal, o nosso objetivo derradeiro, mas um passo necessário para a supressão radical dessa infâmia que é a supressão radical dessa infâmia que é a exploração capitalista. Quanto todos tiverem aprendido a administrar isso que se chama Estado, quando todos tiverem nas suas mãos a direção efetiva e autónoma da produção social, o governo tornar-se-á inútil, o Estado formado pelos operários deixará de o ser no sentido próprio do termo e rapidamente começara a sua agonia... Então abrir-se-á a porta de comunicação entre a primeira fase da sociedade comunista e a sua fase suprema – e também o caminho que conduz à desapareição completa do Estado.»

Vladimir Lenine

D’entre os socialistas comunistas, que são por excelência os fomentadores das transformações sociais, a maioria deles deu durante muito tempo à sua propaganda uma educação preferentemente educativa, de regeneração e aperfeiçoamento moral. Era uma espécie de catequese laica, de missionarismo revolucionário meramente especulativo e messiânico, em que compraziam desinteressados e nobres espíritos, naquela febre de proselitismo que exaltou outrora, até a mais heroica e sublime abnegação, os apóstolos do evangelho.

Um dia percebeu-se que o homem é acima de tudo um ser sociável e que os seus atos e volições não devem ser determinados no sentido exclusivo e egoísta da personalidade, mas orientados principalmente pelas solicitações coletivas e de aí o apelo aos sentimentos altruístas e às práticas de solidariedade de resultados mais eficazes.

Os propagandistas começaram então a preocupar-se mais dos agregados que dos indivíduos e penetrando as associações da mesma ardente e perturbadora anciã de transformação e remodelação, fizeram com que o trabalhador, por uma natural

---

<sup>794</sup> Transcrição retirada do *A República Social* a partir dos artigos intitulados “Sovietismo em Portugal” publicados entre 28/06/1919 e 19/07/1919.

generalização, visionasse por detrás da emancipação económica pela destruição do patronato a sua emancipação política pela destruição do Estado.

Tudo isto, porém, era vago, não passava de um doutrinarismo verbal, e tão longe se nos afigurava a possibilidade de um dia o proletariado tomar posse do poder que nós não imaginávamos como isso fosse realizável; uns supondo que a força da educação através dos séculos bastaria por si só a levar os homens gradualmente à perfeição, outros crendo na hipótese providencialista da catástrofe marxista ou nas convulsões d'uma greve geral revolucionária levada a cabo pelos sindicatos profissionais.

Os inesperados acontecimentos do Oriente originado pela guerra e a sua repercussão em todo o mundo, vieram, porém, colocar-nos subitamente na iminência d'uma próxima revolução, com a qual não se contava e para a qual ninguém estava preparado.

A certeza dessa revolução empolga hoje a sociedade inteira. Todos creem nela e todos a supõem inevitável. E porque assim é entenderam muitos que a classe operária se deve preparar desde já para fazer-lhe face, porque duma coisa podemos nós estar certos, é que ao menor sintoma da Revolução num país da Entente os oligarcas dominantes cá de dentro, sem aguardarem os solícitos incitamentos de alguns mentores do operariado, organizar-se-ão num bloco cerrado para esmagarem a classe operária e imprimirem ao facto revolucionário a feição que menos os prejudique. E se em face desse bloco de características burguesas não tivermos mobilizado um bloco proletariano, a revolução cairá nas mãos da classe dominante, falseada, pervertida, desviada dos seus verdadeiros fins.

Ora para que isto se evite é preciso organizar rapidamente o proletariado português pelo sistema soviético.

Tem a experiência demonstrado que neste duelo secular das classes oprimidas contra o despotismo senhorial, cada fase episódica tem a sua tática própria. E assim deve ser necessariamente. É o deslocamento do inimigo que nos faz mudar de posição. Ninguém estranhe, pois, novas modalidades estratégicas nas formações revolucionárias das massas.

Precisamente vamos entrar numa forma de luta a que pode chamar-se guerra de movimentos, em que é preciso coordenar e disciplinar a ação operária numa organização especial para decisivas batalhas. E nós não vemos, infelizmente, que todos os que se aprestem para os próximos embates tenham uma visão nítida da situação.

O confucionismo que se pretende estabelecer com a colaboração de elementos das classes preponderantes, antagónicos da classe operária, só pode redundar em prejuízo para esta. Mas, entendamo-nos bem: ninguém desdenha a colaboração dos técnicos, dos especialistas, e cientistas das profissões categorizadas, a cooperação sincera de toda a gente. Queremo-la de todos, reputamo-la mesmo indispensável, mas colaboração individual, note-se bem, não de classe.

Assim, estamos crentes que é um erro essa atitude de ilustres e prestigiosos camaradas, que numa inglória como improfícua cruzada, andam sugerindo na nossa imprensa a sindicalização de classes intimamente solidarizadas com as instituições burguesas, e cujos privilégios, de que pretendem de modo nenhum abdicar, estão estruturalmente ligados à existência do atual regime.

De que serve então organizar tais elementos se os seus interesses ficam brigando com os das classes proletárias?

Há, mas é a fazer um trabalho no sentido inteiramente oposto. O que é preciso é aniquilar o poder histórico das classes que hoje dominam o mundo: -tenha-se sempre em vista que é da sua desorganização que nós podemos triunfar. O que é preciso é nivelar, é destruir o preconceito social das hierarquias profissionais e extinguir as graduações honoríficas do trabalho.

O que é preciso é – proletarizar.

O que faz a diferenciação dos indivíduos não é a especialização deste ou daquele ramo de atividade, é a sua estrutura moral.

A escala dos valores não está no diploma das aptidões nem das competências, mas na integridade de caráter da criatura.

Entendido fica, portanto, que não repudiamos individualmente ninguém. Se há profissionais das classes categorizadas que simpatizam com as reivindicações sociais, venham para nós que serão bem acolhidos, mas venham dispostos a integrar-se e não a

soldar-se ou justapor-se. O engenheiro, o arquiteto, que se incorporem na Metalurgia ou na Construção Civil; o médico, o farmacêutico na federação de saúde, o agrônomo na organização rural, etc.

Assim entende-se porque é deste modo, confundidos com o proletariado na mesma solidariedade de interesses que os profissionais categorizados poderão dar à nova sociedade garantias sérias da sua leal cooperação. E assim tem de ser, por bem ou por mal, porque todo o estado social que venha a formar-se sem esta proletarização das classes produtoras, sem a solidariedade coletiva no mesmo interesse comum, isto é, que venha a formar-se por justaposição em vez de integração, só pode descambar numa tirania de classe isto é que ninguém quer.

Os militantes que continuam repudiando a ação parlamentar reconhecendo, contudo, e muito bem que é necessária uma ação política, parece quererem servir-se do sindicalismo para o campo das suas sugestões. Ora é bom frisar que a política sindical é essencialmente uma política económica e se ela pode em princípio colaborar na formação de uma sociedade nova é no exclusivo domínio da produção, onde aliás se torna indispensável, não tendo porem ainda hoje, entre nós sobretudo, capacidade revolucionária para derrubar as instituições burguesas.

O sindicalismo fazia a revolução se a preparação do operariado fosse um facto e ninguém ignora que a maioria da população dos grandes ramos de trabalho e da produção industrial não é de nenhum modo revolucionária e hostilizaria até quem quer que provocasse um ato insurrecional com esse fim.

Mas surge ainda um inconveniente maior. Os que afirmam que o sindicalismo é suficiente para fazer face à Revolução, cremos que estão iludidos. A ação política revolucionária, concretizada num programa de realizações – passou o tempo das ideologias platónicas – não pode por via das disposições estatutárias dos sindicatos exercer-se legalmente nem se expandir livremente dentro deste sindicato.

Forçoso é, pois, recorrer a uma organização extrassindical, de carácter proletariano, que corresponda à política de preparação que as circunstâncias reclamam. E esta organização pratica é o sistema dos soviets que a experiência demonstrou serem da maior eficácia.

Trata-se, pois, de colaborar, sem quebra dos princípios socialistas comunistas, num oportunismo que nos é imposto pelas condições especiais de momento. É uma providente adaptação a situações que não provocamos nem quisemos, mas que é necessário defrontar sob pena de se subverterm os nossos mais caros ideais revolucionários.

Tal é o objetivo da *Federação Maximalista Portuguesa*, fundada por um grupo de militantes operários, organismo modesto, simples esboço dum edifício mais alto e grandioso que outros levantarão com mais saber, proficiência e tato político, mas não com mais dedicação, sinceridade e boa fé.

## **Anexo 6: Lista parcial dos militantes da FMP (ordem alfabética)**

A. Alexandre Melo - Beja  
A. C. – Portalegre  
A. C. – Setúbal  
A. J. A. – Barreiro  
A. M. C. – Santiago do Escoural  
A. Rodrigues Dias (A. A. Matafome) – Alcanena  
A. S. D. – Alhos Vedros  
Abel Pereira de Araújo – CM Campo de Ourique  
Adelino Caetano - Porto  
Adriano dos Reis – CM Regeneração  
Alberto [Júlio] das Neves – Sacavém  
Alberto de Azevedo - Barreiro  
Alberto Monteiro  
Albino Teixeira  
Alexandre José dos Santos – Charneca  
Alfredo Domingos – Lisboa?  
Alfredo Marques – CC Lisboa  
Amadeu Carlos das Neves – Lisboa  
Amadeu Guerra – Monção  
Américo [Joaquim] Mesquita  
Antero Fernandes  
António [Manuel] Peixe  
António Brás – Braga?  
António de Oliveira – Porto  
António de Sales – CM Meia-Laranja  
António Dias  
António Ferreira – CM Meia-Laranja  
António Fontes  
António Godinho – CM CP  
António Inácio Martins – Porto  
António J. Brito – Porto  
António José Fernandes – Póvoa de Varzim  
António Lopes Jorge – Covilhã  
António M. Vidal – Viana do Castelo  
António Maria Farausto  
António Nunes Batista – Porto  
António Rosa – Casa Branca, Sousel  
Aristides Ferreira Batista  
Armando [António] Lopes – CM Regeneração  
Armando Saraiva – CM Regeneração  
Arsénio [J.] Filipe – Lisboa  
Artur Parente  
Augusto Vitor Martins – Almada?  
Augusto A. Moreira  
Augusto A. Moura – Parede  
Augusto Dinis – Porto  
Avelino Castro – CM Emancipação Proletária  
B. J. V. – Santarém  
B. R. – Braga  
C. G. – Olhão  
C. R. G. – Vale de Cavalos  
Caetano José Pires – Beja  
Carlos dos Santos Martins – Fafe  
Carlos Guedes Leal – Porto  
Carlos Sá – CM Emancipação Proletária  
Carlos Vicente  
Carolino Rocha da Silva - Porto  
Clemente Vieira dos Santos - Porto  
Cristiano Lima – CC Lisboa  
Daniel Albano  
Décio Montano – S. Braz de Alportel  
Diamantino Fernandes – CM Cascalheira e Santana  
Diogo Homénio Júnior – CM Regeneração  
Domingos de Almeida – CM Ditadura Proletária  
Domingos dos Santos Passarinho – Silves  
Eduardo Correia – Póvoa do Varzim  
Eduardo Frias – CC Lisboa  
Ernesto Rodrigues  
Estanislau Rodrigues Melo – Faro?  
F. B. – Torres Novas  
F. X. P. J. - Faro  
Francisco António da Silva – CM O Agitador  
Francisco Caramelo  
Francisco Dias Pontes – Vila Franca de Xira?  
Francisco dos Santos Conceição – Estremoz  
Francisco Quaresma – Setúbal  
Francisco Santos  
Francisco Vicente – CM Emancipação Proletária  
Francisco Viana - Lisboa  
G. Moura Pais – Almada

Gertrudes de Oliveira Gonçalves - Évora  
 Gil Ferreira – Porto  
 Gonçalo Manuel R. – Gonçalo?  
 Gonçalves Corrêa  
 Guilherme "Artilheiro" – Lisboa  
 Guilherme Pedroso  
 H. E. – Almada  
 H. Pedro Dias – Lagos  
 H. Roioso – Resende  
 Hermegildo A. Ceia - Estremoz  
 J. A. F. – Pedras Salgadas  
 J. A. M. – Évora  
 J. D. Simões – Lisboa  
 J. de Sousa – Lisboa  
 J. F. F. – Régua  
 J. G. – Chaves  
 J. J. F. – Montemor-o-Novo  
 J. João Batista – S. Braz de Alportel  
 J. O. V. – Castelo Novo  
 J. W. – Valença do Minho  
 Jaime das Neves Fonseca  
 João Carmo de Almeida – CM Ditadura Proletária  
 João Casaca – Portalegre  
 João dos Santos  
 João F. Cavaleiro - Faro  
 João Manuel da Silva - Guarda  
 João Pereira do Rio (Olímpio Moreno) – Braga  
 João Rodrigues – Viseu  
 João Santos  
 Joaquim António Salvaterra – Porto  
 Joaquim Cardoso (Joacar) – Lisboa  
 Joaquim da Costa – Porto  
 Joaquim Dias Póvoa – Portalegre, Benavila  
 Joaquim do Carmo Moreira da Costa – V. N. de Gaia  
 Joaquim Esperança  
 Joaquim Francisco – Lisboa  
 Joaquim José Leirias – Azeitão  
 Joaquim Nogueira – Évora  
 Joaquim Rebelo Cunha – Porto  
 Jorge Dinis  
 José Graça Gonçalves – CM Regeneração  
 José Aleluia  
 José Alexandre de Almeida - Sines  
 José Anacleto – Faro  
 José Augusto Ferreira – Vidago  
 José da Silva Oliveira  
 José dos Santos – CM Regeneração e Porto  
 José Esteves – CM Meia-Laranja  
 José F. Santos – Guimarães  
 José Ferreira Miguel – CM Ditadura Proletária  
 José Gonçalves Nunes – Ferragudo  
 José J. de Sousa – Caldas da Rainha  
 José Lúcio  
 José Ludovino – Beja  
 José Luís dos Santos – Aldegalega (Montijo)  
 José Moreira Gomes – Porto  
 José Vieira -Silves  
 Juliano Ribeiro – Porto  
 Júlio de Matos – Beja  
 Júlio Martins Amaro  
 Júlio Rodrigues – Lisboa?  
 Leal Salveda  
 Leopoldo Calapez – Barreiro  
 Luís F. Laranjeiro – Porto  
 Luís Fadigas – Xabregas, Lisboa  
 Luís Pereira Campos – Aveiro  
 M. C. F. – Vendas Novas  
 M. Monteiro de Azevedo  
 Manuel Antelo - Porto  
 Manuel António Rodrigues – Beja  
 Manuel Cid – Santarém  
 Manuel de Aguiar Pombinho – Évora  
 Manuel de Almeida  
 Manuel de Azevedo  
 Manuel Ferreira Torres – Porto  
 Manuel Lopes – CM Ditadura Proletária  
 Manuel Ribeiro - Lisboa  
 Manuel Rocha – Rio de Janeiro  
 Manuel Rodrigues Melo – Gonçalo  
 Marcelino da Silva  
 Mário Gonçalves Pereira – Vila do Conde  
 Mário Quaresma Gomes – Porto  
 Martinho da Ascensão – Sacavém?  
 Miguel da Silva – CM Regeneração

Nascimento Cunha - Lisboa  
Paulino Rocha  
Paulo Luís  
Pedro Marques  
Raul Baptista  
Raul Lavado  
Rui Caetano – CM Emancipação Proletária  
Salvaterra Júnior – Porto  
Teixeira  
Teixeira Lopes – Fafe  
V. J. – Azinhaga  
Valeriano Domingos – Lisboa  
Ventura Soares de Dias - Porto

**Anexo 7: Lista dos correspondentes do semanário *Bandeira Vermelha* (por distrito)**

<b>Distrito (ordem alfabética)</b>	<b>Localidade</b>	<b>Correspondente (nome ou iniciais)</b>
Aveiro	Aveiro	Luís Pereira Campos
Beja	Beja	Manuel António Rodrigues
	Cercal do Alentejo	A. Alexandre de Melo
	Odemira	José Ludovino
Braga	Braga	B. R.
	Guimarães	José F. Santos
Castelo Branco	Castelo Novo	J.O.V.
	Covilhã	António Lopes Jorge
Coimbra	Coimbra	A.S.J. (Juventude Anarquista)
Évora	Estremoz	Hermegildo A. Ceia e Francisco dos Santos Conceição
	Évora	Joaquim Nogueira e J. A. M.
	Montemor-o-Novo	J.J.F.
	Santiago do Escoural	A.M.C.
	Vendas Novas	M. C. F.
Faro	Faro	F.X.P.J. e José Anacleto
	Ferragudo	José Gonçalves Nunes
	Lagos	H. Pedro Dias
	Olhão	C. G.
	S. Braz de Alportel	João Batista
	Silves	José Vieira
Guarda	Gonçalo	Manuel Rodrigues Melo
	Guarda	J.M.S.
Leiria	Caldas da Rainha	José J. de Sousa
Lisboa	Cascais	J. C.
	Lisboa	J. C. (entre outros)
	Sacavém	Alberto das Neves

Portalegre	Portalegre	A. C.
	Sousel	A. R.
Porto	Porto	Manuel Ferreira Torres
	Póvoa do Varzim	Eduardo Correia e António José Fernandes
	Vila Nova de Gaia	J. C. M. C.
	Vilar do Pinheiro	?
Santarém	Alcanena	A. Rodrigues Dias António Agostinho Matafome
	Azinhaga	V. J.
	Santarém	Manuel Cid e B. J. V.
	Torres Novas	F. B.
	Vale de Cavalos	C. R. G.
Setúbal	Aldegalega (Montijo)	José Luis dos Santos
	Alhos Vedros	A. S. D
	Almada	H. E. e G. M. P.
	Barreiro	Leopoldo Calapéz e A. J. A.
	Setúbal	A. C.
	Sines	José Alexandre de Almeida
Viana do Castelo	Monção	Amadeu Guerra
	Valença do Minho	J. W.
	Viana de Castelo	António M. Vidal
Vila Real	Chaves	J. G.
	Pedras Salgadas	J. A. F.
	Régua	J. F. F.
	Vidago	José Augusto Ferreira
Viseu	Viseu	João Rodrigues

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do *Bandeira Vermelha*, nomeadamente, da nota “Correspondência Administrativa” que se encontra na página 2 do exemplar nº 52 (5/12/1920).

**Anexo 8: Lista dos militantes presentes nas reuniões para fundar o PCP  
(dezembro).**

Nome	Filiação	12/12/1920	16/12/1920	19/12/1920
Adão Duarte	?	X		
Alberto das Neves	FMP	X		X
Alfredo Marques	FMP-CC Lisboa e USO Lisboa			X
Aníbal de Vasconcelos	?			X
António Peixe	FMP e Classes Metalúrgicas (CGT)	X	X	X
Araújo Pereira	?			X
Bernardino dos Santos	FMP	X	X	X
Campos Lima	-			X
Carlos Antunes	?	X		
Carlos de Araújo	Pessoal do Arsenal da Marinha - USO-Lisboa (CGT)			X
Cristiano Lima	FMP		X	X
Domingos de Almeida	FMP		X	
Eduardo Frias	?			X
Eduardo Metzner	-		X	X
[Eduardo] Relvas	Associação dos Caixeiros de Lisboa			X
J. Carlos Rates	-	X	X	X
Jerónimo de Sousa	FMP e CGT		X	X
João de Castro	PSP	X	X	X
João Nascimento Cunha	FMP e Empregados do Estado	X	X	X
Joaquim Cardoso	FMP e Construção Civil (CGT)		X	X
Joaquim da Silva	Classes Metalúrgicas (CGT)	X		X

José Corvo	Empregados do Comércio (CGT)	X		X
José de Oliveira	FMP[?]		X	
José Nunes	?	X		
Júlio de Matos	FMP e Classes Metalúrgicas de Lisboa (CGT)		X	X
Júlio Luís	Fabricantes de Armas de Lisboa (CGT)		X	
Manuel Joaquim de Sousa	CGT		X	
Manuel Silva Campos	CGT	X		
Marcelino da Silva	FMP e Pedreiros de Lisboa (CGT)	X	X	
Mário Silva	?	X		X
Nogueira de Brito	Empregados do Estado de Lisboa	X		
Raul Batista	FMP e Classes Metalúrgicas (CGT)			X
[A.] Sá Júnior	Trabalhadores de Teatro	X		
Santos Arranha	CGT	X		X
Sebastião Eugénio	Empregados do Estado de Lisboa	X	X	X
Sobral de Campos	Empregados do Estado de Lisboa			X
[António João] Teixeira Danton	Empregados do Estado de Lisboa	X		
Vítor Martins	FMP e Construção Civil de Almada (CGT)			X

Fonte: Compilação elaborada pelo autor a partir de artigos no *A Batalha*, *O Combate*, *O Século* e *A Pátria* durante o mês de dezembro de 1920.

## **Anexo 9: Bases Orgânicas provisórias do PCP (24 de janeiro)<sup>795</sup>.**

Base 1.º - O Partido Comunista Português é uma organização política nacional, assente em bases descentralizadas e federalistas.

Base 2.º - Os fundamentos da constituição deste partido dizem respeito a:

- a) Organização dos trabalhadores sobre a tríplice base de resistência política, sindical e cooperativista;
- b) Apoio incondicional à ação da Confederação Geral do Trabalho;
- c) Entendimento e ação internacionais dos partidos comunistas e organizações sindicais;
- d) Colaboração dos técnicos, especialistas e cientistas com as classes operárias;
- e) Preparação e promoção da emancipação completa dos povos indígenas das colônias;

Base 3.º - O Objetivo supremo que o Partido Comunista Português procurará realizar, numa ação revolucionária, que as circunstâncias do meio europeu e nacional tornarem oportuna, é a socialização integral dos meios de produção, circulação e consumo, isto é, a transformação radical da sociedade capitalista em sociedade comunista.

Base 4.º - Consequentemente, o Partido Comunista Português, quanto a processos de ação e de luta, seguirá a diretriz que lhe impuserem os acontecimentos económicos e sociais, internos e externos, do momento.

## **Capítulo II**

### **Dos membros individuais do partido e dos seus deveres e direitos**

Base 5.º - Secção 1.ª – Podem aderir ao Partido Comunista Português todos os indivíduos, de ambos os sexos, de dezoito anos de idade, pelo menos, que lhe aceitem os princípios e as resoluções dos congressos.

---

<sup>795</sup> Transcrição elaborada pelo autor a partir do *A Batalha* de 27, 28 e 29 de janeiro de 1921.

Secção 2.<sup>a</sup> – Para os ditos indivíduos é uma condição fundamental, para a aceitação das suas adesões que, pertençam ao sindicato da sua profissão e à cooperativa da sua localidade.

Secção 3.<sup>a</sup> – São seus deveres e direitos:

- a) Tomar parte ativa na vida e gerência do partido, discutindo e votando, nos termos e condições preceituadas nestas bases e regulamentos;
- b) Serem eleitores e elegíveis para todos os corpos gerentes e comissões do partido;
- c) Examinar as contas de receita e despesa, na forma preceituada nos regulamentos;
- d) Adquirir um bilhete de identidade ou senha de cotização.

### Capítulo III

#### **Da organização geral do partido e seus elementos constitutivos**

Base 6.<sup>a</sup> – O Partido Comunista Português, que é uma organização federal de todo o território nacional é constituído:

- 1º por comités locais ou centro;
- 2º por federações municipais;
- 3º por secções regionais ou zonas;
- 4º por cooperativas ou outras agremiações de qualquer natureza.

### Capítulo IV

#### **Dos comités locais ou centro – sua formação e funcionamento**

Base 7.<sup>a</sup> – Secção 1.<sup>a</sup> – As células-bases da organização do partido são comités ou centros em todas as freguesias ou localidades.

Secção 2.<sup>a</sup> – Os comités locais serão compostos de três membros, pelo menos, e sempre que o número dos seus aderentes o permitir, transformar-se-ão em centros, que nas grandes cidades constituir-se-ão por bairros.

Secção 3.<sup>a</sup> – Cada comité terá um secretário e um tesoureiro.

Secção 4.<sup>a</sup> – Os estatutos dos comités locais ou centros obedecerão a um estatuto-tipo, elaborado pela Junta Nacional, em harmonia com o regulamento geral partidário.

## Capítulo V

### **Das federações municipais, e suas atribuições**

Base 8.<sup>a</sup> – Secção 1.º - As federações municipais comunistas são constituídas pelos delegados dos comités ou centros e dos jornais comunistas, pertencentes ao mesmo conselho.

Secção 2.º - Cada Federação Municipal Comunista terá uma direção política, exercida por uma junta executiva; uma administração financeira, exercida por um conselho económico; e uma comissão de educação e propaganda que serão anualmente eleitos pela assembleia dos seus delegados.

Secção 3.º - São atribuições principais das federações municipais, por intermédio das suas juntas executivas, fiscalizar a ação dos comités locais ou centros, fazendo-lhes cumprir as deliberações das juntas federais das Secções, da Junta Nacional do partido e dos congressos.

Secção 4.<sup>a</sup> – Compete às federações municipais, por intermédio dos seus conselhos económicos:

1.º Organizar os respetivos orçamentos; 2.º criar fontes de receita, fazer a cobrança das cotas e de outros rendimentos e promover as despesas; 3.º organizar estatísticas de produção e consumo dos respetivos conselhos, bem como os dos movimentos demográficos operários.

Secção 5.<sup>a</sup> – Compete às federações municipais, por intermédio das suas comissões de educação e propaganda, promover a educação moral e intelectual dos trabalhadores, a fundação de escolas, a realização de conferências científicas, a instalação de bibliotecas, etc.

## Capítulo VI

### **Das secções ou zonas regionais e suas atribuições**

Base 9.<sup>a</sup> – Secção 1.<sup>a</sup> – Nos territórios de Portugal, sitos na Europa, o Partido Comunista Português dividir-se-á, pelo menos, nas três secções ou zonas regionais seguintes:

- 1.º Zona Regional do Norte;
- 2.º Zona Regional do Centro;
- 3.º Zona Regional do Sul;

§ único - Não são compreendidos nesses territórios os das ilhas adjacentes, que deverão constituir-se em federações autónomas, com representação no órgão executivo supremo do partido.

Secção 2.<sup>a</sup> – As zonas ou secções regionais são constituídas pelas federações dos organismos partidários dos respetivos concelhos.

Secção 3.<sup>a</sup> – Cada Zona ou Secção Regional Comunista terá uma direção política, exercida por uma junta federal; uma administração financeira, exercida por um concelho económico regional; e uma comissão de educação e propaganda; que serão anualmente eleitos pelos congressos regionais do norte, centro e sul.

Secção 4.<sup>a</sup> – Compete às zonas ou secções regionais por intermédio dos seus organismos de direção política, administração financeira e propaganda educativa, dentro das esferas das suas jurisdições respetivas, as mesmas funções que, nestas bases, se atribuem aos corpos diretivos, seus congéneres, das federações municipais.

## Capítulo VII

### **Da organização do partido e das colónias**

Base 10.<sup>a</sup> – Nas colónias o Partido Comunista Português organizar-se-á em federações provinciais autónomas, constituídas por blocos formados pelas associações operárias e ligas indígenas, instituídas por localidades, distritos ou regiões.

Base 11.<sup>a</sup> – As Federações Provinciais Comunistas das colónias terão uma representação adequada no órgão nacional executivo do Partido.

## Capítulo VIII

### **Dos órgãos diretivos do partido**

Base 12.<sup>a</sup> – São órgãos diretivos do Partido Comunista Português:

- 1.º - um Congresso Geral;
- 2.º - uma Junta Nacional;
- 3.º - um Concelho Económico e Nacional; e
- 4.º - uma Comissão Geral de Educação e Propaganda.

## Capítulo IX

### **Do Congresso Geral e as suas atribuições**

Base 13.<sup>a</sup> – O Congresso é a expressão suprema da vontade coletiva do partido.

Base 14.<sup>a</sup> – Constituem o Congresso:

- 1.º - os membros da Junta Nacional, do Conselho Económico Nacional da Comissão Geral de Educação e Propaganda;
- 2.º - os representantes de todos os corpos diretivos das secções regionais, das federações municipais e das federações das ilhas adjacentes e das colónias;
- 3.º - os delegados de todos os comités locais ou centros de outras quaisquer agrupações aderentes; e
- 4.º - os representantes de todos os jornais filiados.

Base 15.<sup>a</sup> – Compete privativamente ao Congresso:

- 1.º - elaborar e rever o programa, bases orgânicas e regulamentos gerais;
- 2.º - resolver sobre a tática e os processos de ação a seguir;
- 3.º - tratar das questões económicas, sociais e políticas, de qualquer natureza, que direta ou indiretamente interessarem ao operariado;

- 4.º - apreciar os relatórios dos órgãos diretivos supremos do partido e votar as propostas que por estes lhe forem apresentadas;
- 5.º - votar os orçamentos de receitas e despesas gerais; e
- 6.º - eleger os corpos diretivos partidários.

## Capítulo X

### **Da Junta Nacional e suas atribuições**

Base 16.<sup>a</sup> – A Junta Nacional é o mais alto corpo diretivo do Partido Comunista Português.

Base 17.<sup>a</sup> – Compete, em especial, à Junta Nacional manter a unidade de dirigir superiormente a ação política geral do partido; cumprir e fazer cumprir as resoluções e votos que forem emitidos pelos congressos gerais; convocá-los, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente, quando os julgar convenientes, ou ainda quando duas zonas regionais, três federações provinciais ou quinze federações municipais os requererem; e formular o regulamento interno do partido.

## Capítulo XI

### **Do Conselho Económico Nacional e suas funções**

Base 18.<sup>a</sup> – O Conselho Económico Nacional é o organismo administrativo da Caixa Geral do Partido Comunista Português.

Base 19.<sup>a</sup> – Pertence ao Conselho Económico Nacional, como supremo corpo de administração financeira geral do partido, organizar o orçamento geral, criar fontes de receitas, fazer a cobrança de cotas e de outros rendimentos e prover as despesas gerais; promover estatísticas de produção, de consumo, demográficas, etc.

## Capítulo XII

### **Da Comissão Geral de Educação e Propaganda e suas atribuições**

Base 20.<sup>a</sup> – A Comissão Geral de Educação e Propaganda é o órgão coordenador da ação de educação moral e intelectual do Partido Comunista Português, em todo o país.

Base 21.<sup>a</sup> – Pertence à Comissão Geral de Educação e Propaganda, em especial, promover a educação intelectual e profissional dos trabalhadores, a realização de conferências científicas, literárias e artísticas, a fundação de escolas, instalação de bibliotecas, etc.

## Capítulo XIII

### **Dos fundos do Partido e dos seus organismos**

Base 22.<sup>a</sup> – Constituem receitas gerais do Partido:

1. – Os produtos das contribuições das zonas regionais, das federações provinciais e municipal;
2. As percentagens sobre as cotas dos centros e comités locais;
3. As percentagens sobre as cotas dos membros individuais do Partido;
4. Os produtos da venda de publicações dos corpos diretivos partidários;
5. Quaisquer donativos ou subsídios que lhe forem feitos.

Base 23.<sup>a</sup> – Constituem receitas das zonas regionais, das federações provinciais e municipais:

1. – os produtos das contribuições das organizações suas aderentes, deduzida a percentagem para o cofre geral do Partido;
2. – os produtos das vendas das publicações dos respetivos órgãos diretivos
3. – quaisquer donativos ou subsídios que lhes forem feitos.

Base 24.<sup>a</sup> – Constituem receitas dos centros e comissões locais:

- 1.º Os produtos das cotas dos seus aderentes, deduzida a percentagem para o cofre geral do partido;
- 2.º os produtos das vendas de suas publicações
- 3.º quaisquer donativos ou subsídios que lhes forem feitos.

Base 25.<sup>a</sup> – Seis por cento, pelo menos, da receita bruta do partido serão destinados a constituir um fundo de reserva, cuja aplicação só pode ser determinada pelo congresso.

## Capítulo XIV

### **Das disposições transitórias**

Base 26.<sup>a</sup> – Provisoriamente, e enquanto não forem votadas as bases orgânicas definitivas, bem como o programa pelo Congresso geral do partido, os primeiros corpos diretivos, políticos, administrativos e de propaganda, designados nos números 2, 3 e 4 da base 12.<sup>a</sup>, serão eleitos por uma assembleia geral, constituída, por todos os membros fundadores do Partido Comunista Português.